



SUMÁRIO

Pauta	1
Oradores Inscritos	2
Expediente	2
Comissões	11
Debates	15

Pauta

PAUTA PARA A 163ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 22 DE NOVEMBRO DE 2024

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

- 1ª Sessão**
- 1 - Projeto de lei nº 822, de 2024, de autoria do deputado Léo Oliveira. Declara de utilidade pública a Associação Amigos Solidários de Sertãozinho, com sede naquele Município.
 - 2 - Projeto de lei nº 823, de 2024, de autoria do deputado Conte Lopes. Institui a "Semana da Amizade entre os Animais de Estimação e seus Tutoros".
 - 3 - Projeto de lei nº 824, de 2024, de autoria do deputado Caio França. Institui a Campanha Agosto Laranja, de conscientização sobre Altas Habilidades e Superdotação - AH/SD.
 - 4 - Projeto de lei nº 825, de 2024, de autoria do deputado Caio França. Cria o Projeto Praia para Todos.
 - 5 - Projeto de lei nº 826, de 2024, de autoria do deputado Teonílio Barba. Institui a Política Estadual de Enfrentamento ao Racismo Institucional.
 - 6 - Projeto de lei nº 827, de 2024, de autoria do deputado Teonílio Barba. Institui mecanismo de indenização para consumidores afetados por interrupções no fornecimento de energia elétrica no Estado.
 - 7 - Moção nº 534, de 2024, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Aplauda a equipe da TV e Rádio Câmara Assis pela organização e cobertura exemplares do Debate com os Candidatos a Prefeito de Assis e das eleições de 2024.
 - 8 - Moção nº 535, de 2024, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Manifesta solidariedade pelo falecimento do Dr. José Eduardo Piedade Catalano.
 - 9 - Moção nº 536, de 2024, de autoria do deputado Guilherme Cortez. Manifesta apoio à reivindicação da população brasileira para que o Congresso empreenda esforços na discussão, apreciação e aprovação, com a maior brevidade possível, da Proposta de Emenda à Constituição - PEC que objetiva o fim da escala 6x1.
- 2ª Sessão**
- 1 - Moção nº 531, de 2024, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Repudia a posse da ex-ministra da Justiça da França, Christiane Taubira, como titular da Cátedra José Bonifácio da Universidade de São Paulo - USP.
 - 2 - Moção nº 532, de 2024, de autoria do deputado Altair Moraes. Manifesta solidariedade pelo falecimento do Apóstolo Rinaldo Luiz de Seixas Pereira, conhecido como Apóstolo Rina, ocorrido em 17 de novembro de 2024, em decorrência de um trágico acidente de moto na região de Campinas.
 - 3 - Moção nº 533, de 2024, de autoria do deputado Paulo Fiorilo. Aplauda os esforços conjuntos de moradores, ativistas e todos os envolvidos na defesa do corredor verde da Rua Sena Madureira, na Zona Sul de São Paulo.
- 3ª Sessão**
- 1 - Projeto de lei Complementar nº 52, de 2024, de autoria da deputada Andréa Werner. Altera a Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.
 - 2 - Projeto de lei nº 817, de 2024, de autoria do deputado Caio França. Proíbe a comercialização, a instalação e o uso de escapamentos para motocicletas que produzam ruídos acima do limite máximo permitido.
 - 3 - Projeto de lei nº 818, de 2024, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Obriga os serviços de saúde públicos, privados, filantrópicos, civis ou militares a instituírem o Núcleo de Segurança do Paciente - NSP.
 - 4 - Projeto de lei nº 819, de 2024, de autoria do deputado Valdomiro Lopes. Declara de utilidade pública a Associação Multidisciplinar Florescer, com sede em José Bonifácio.
 - 5 - Projeto de lei nº 820, de 2024, de autoria da deputada Andréa Werner. Estabelece diretrizes para o Programa de Conscientização e Enfrentamento do Parto Prematuro.
 - 6 - Projeto de lei nº 821, de 2024, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Institui o Programa de Monitoramento e Proteção da Comunidade Escolar.
 - 7 - Moção nº 529, de 2024, de autoria da deputada Ediane Maria. Aplauda a iniciativa do VAT - Movimento Vida Além do Trabalho, e do mandato da Deputada Federal Erika Hilton, pelo importante debate sobre extensão da jornada de trabalho e a propositura da PEC contra a jornada 6x1.
- 8 - Moção nº 530, de 2024, de autoria do deputado Agente Federal Danilo Balas. Aplauda o Dr. Welder Fonseca do Nascimento, médico vascular, e toda a equipe do Conjunto Hospitalar de Sorocaba - CHS, pelo trabalho em prol da saúde pública.
- 4ª Sessão**
- 1 - Projeto de lei nº 807, de 2024, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Torna obrigatória a inclusão da disciplina "Cuidados com a Voz" na grade curricular dos cursos de Licenciatura e Pedagogia.
 - 2 - Projeto de lei nº 809, de 2024, de autoria do deputado Rafa Zimbaldi. Declara de utilidade pública o Instituto Maestro Carlos Gomes, com sede em Campinas.
 - 3 - Projeto de lei nº 810, de 2024, de autoria da deputada Andréa Werner. Torna obrigatório o oferecimento de interpretação em Língua Brasileira de Sinais - Libras nos cursos online fornecidos e/ou subsidiados pelo Estado.
 - 4 - Projeto de lei nº 811, de 2024, de autoria da deputada Dani Alonso. Altera a Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, que estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e a Lei nº 16.337, de 14 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH.
 - 5 - Projeto de lei nº 812, de 2024, de autoria do deputado Bruno Zambelli. Institui a Política Estadual de Promoção da Vida e Prevenção do Suicídio.
 - 6 - Projeto de lei nº 813, de 2024, de autoria do deputado Caio França. Institui a Campanha Junho Rosa, de conscientização sobre a Insuficiência Istmo Cervical.
 - 7 - Projeto de lei nº 814, de 2024, de autoria do deputado Caio França. Institui a Campanha de Conscientização sobre a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica - DPOC.
 - 8 - Projeto de lei nº 815, de 2024, de autoria do deputado Caio França. Institui o Programa Esporte Para Todos.
 - 9 - Projeto de lei nº 816, de 2024, de autoria do deputado Caio França. Institui a Política Estadual de Acesso Gratuito aos Contraceptivos Subdérmicos Reversíveis de Longa Duração.
 - 10 - Moção nº 526, de 2024, de autoria do deputado Gerson Pessoa. Aplauda a equipe de futebol feminino de Osasco pela conquista do título no Festival da Vila F.S., realizado no dia 13 de outubro de 2024.
 - 11 - Moção nº 527, de 2024, de autoria do deputado Rogério Santos. Aplauda a Senhorita Yasmin Ritt Ribeiro por liderar o projeto ACOLHER - Inclusão Lagoinha Kids, voltado para acolhimento de crianças atípicas e suas necessidades especiais e treinando pessoas que trabalham com crianças nas igrejas nos EUA, Europa e Brasil.
 - 12 - Moção nº 528, de 2024, de autoria do deputado Tomé Abduch. Aplauda o Centro Social Nossa Senhora da Penha - CENHA pelos seus 59 anos de história, parabenizando seus profissionais, voluntários e parceiros pelo trabalho inspirador e transformador.
- 5ª Sessão**
- 1 - Projeto de lei nº 803, de 2024, de autoria do deputado Gil Diniz. Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado o Festival de Música Católica Summer Beats.
 - 2 - Projeto de lei nº 804, de 2024, de autoria do deputado Vitão do Cachorrão. Denomina "Doutor Osório Fagundes de Freitas" o viaduto localizado no km 283 da Rodovia Francisco Alves - SP 258, em Itapeva.
 - 3 - Projeto de lei nº 805, de 2024, de autoria do deputado Luiz Claudio Marcolino. Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa A Casa é Sua.
 - 4 - Projeto de lei nº 806, de 2024, de autoria do deputado André Bueno. Institui o "Dia do Profissional de Logística", incluindo-o no Calendário Oficial do Estado.
 - 5 - Moção nº 524, de 2024, de autoria do deputado Enio Tatto. Apela ao Sr. Governador para que aprecie e aprove com a maior brevidade possível a manutenção das aulas para alunos do terceiro ano do ensino médio na EE Professor Mário Cardoso Franco, em Taubaté.
 - 6 - Moção nº 525, de 2024, de autoria do deputado Altair Moraes. Aplauda a equipe de Rafting do Corpo de Bombeiros de São Paulo pela conquista da medalha de ouro no Pan-Americano de Rafting, realizado entre os dias 31 de outubro e 2 de novembro de 2024, em Pucón, no Chile.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

Projeto de lei nº 196, de 2024, de autoria do deputado Ricardo Madalena. Denomina "Ary Poyac" o primeiro acesso localizado no km 25,562 da Rodovia Orlando Quagliato - SP 327,

sentido ao município de Ourinhos - Recinto da Fapi (Parque Olavo Ferreira Sá), em Ourinhos.

2ª Sessão

Projeto de lei nº 101, de 2024, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Institui o "Dia do Auditor Fiscal da Receita Estadual".

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 1262, de 2023, de autoria do deputado Marcos Damasio. Denomina "Adão Antonio Basso" o trevo de acesso, rotatória em nível, localizado no km 168,400 da Rodovia Constante Peruchi - SP 316.

2 - Projeto de lei nº 1292, de 2023, de autoria do deputado Paulo Correa Jr. Denomina "Geraldo Furlan" o viaduto localizado no km 104,620m da Rodovia Engenheiro João Tosello - SP 147, em Limeira.

3 - Projeto de lei nº 1700, de 2023, de autoria do deputado Léo Oliveira. Denomina "Engenheiro Hélio Frateschi" a passarela localizada no km 311 da Rodovia José Fregonezi - SP 328, que liga o município de Ribeirão Preto ao distrito de Bonfim Paulista.

4 - Projeto de lei nº 164, de 2024, de autoria do deputado Barros Munhoz. Denomina "Vereador Nelson Anibal de Luiz, Nelsão" o viaduto localizado no km 174,950 da Rodovia Governador Dr. Adhemar Pereira de Barros - SP 342, em Mogi Guaçu.

5 - Projeto de lei nº 348, de 2024, de autoria do deputado Caio França. Institui o "Dia do Procurador".

6 - Moção nº 45, de 2023, de autoria do deputado Mauríci. Repudia a Companhia do Metropolitano de São Paulo pela troca de nome da Estação Paulo Freire, por Estação Fernão Dias.

7 - Moção nº 71, de 2023, de autoria do deputado Marcio Nakashima. Aplauda o Agente de Trânsito Marco Antônio Pimentel pelos relevantes trabalhos realizados junto à Secretaria de Mobilidade Urbana do município de Taubaté, especialmente na conscientização e educação de trânsito por meio de suas redes sociais.

8 - Moção nº 127, de 2023, de autoria do deputado Tenente Coimbra. Repudia o pedido do Ministério Público Federal, nos autos de ação civil pública proposta perante a Justiça Federal de São Paulo, de cancelamento das outorgas que permitem o funcionamento da Rádio Jovem Pan.

9 - Moção nº 55, de 2024, de autoria do deputado Léo Oliveira. Aplauda os 100 Anos de Fundação da Emissora de Rádio PRA 7 de Ribeirão Preto, atualmente Clube 1, integrante do Sistema Clube de Comunicação.

10 - Moção nº 161, de 2024, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Apela ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado a fim de requerer a nomeação dos aprovados no Concurso de Escrevente Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - Interior 2021.

20 - EDIANE MARIA
21 - VALDOMIRO LOPES
22 - DANILO CAMPETTI
23 - DANI ALONSO
24 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR
25 - ATILA JACOMUSSI
26 - AGENTE FEDERAL DANILO BALAS
27 - RODRIGO MORAES
28 - MARIA LÚCIA AMARY
29 - VINICIUS CAMARINHA
30 - ANA PERUGINI
31 - CARLOS CEZAR
32 - DR. JORGE DO CARMO
33 - CAPITÃO TELHADA
34 - GERSON PESSOA
35 - EDUARDO SUPPLICY
36 - CONTE LOPES
37 - BARROS MUNHOZ
38 - DELEGADO OLIM
39 - SIMÃO PEDRO
40 - GIL DINIZ
41 - RAFA ZIMBALDI
42 - EDMIR CHEDID
43 - LEONARDO SIQUEIRA
44 - RICARDO MADALENA
45 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
46 - PAULO FIORILO
47 - ITAMAR BORGES
48 - CARLOS GIANNAZI
49 - SEBASTIÃO SANTOS
50 - EMÍDIO DE SOUZA
51 - PROFESSORA BEBEL
52 - ROGÉRIO SANTOS
53 - ENIO TATTO
54 - CARLA MORANDO
55 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA
56 - THAINARA FARIA
57 - RÔMULO FERNANDES
58 - ALTAIR MORAES
59 - MARCOS DAMASIO
60 - ANDRÉ DO PRADO
61 - DIRCEU DALBEN
62 - MARCIO NAKASHIMA
63 - CAIO FRANÇA
64 - BRUNO ZAMBELLI
65 - REIS
66 - ANDRÉA WERNER
67 - MAJOR MECCA
68 - PAULO MANSUR
69 - MARTA COSTA
70 - RAFAEL SARAIVA

Oradores Inscritos

PEQUENO EXPEDIENTE - 22/11/2024

1 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
2 - DELEGADO OLIM
3 - ENIO TATTO
4 - REIS
5 - SIMÃO PEDRO
6 - TOMÉ ABDUCH
7 - DONATO
8 - DR. JORGE DO CARMO
9 - ANDRÉ BUENO
10 - RÔMULO FERNANDES
11 - ANDRÉA WERNER
12 - DIRCEU DALBEN
13 - CARLOS GIANNAZI
14 - DANILO CAMPETTI
15 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA
16 - CONTE LOPES
17 - TEONILIO BARBA

GRANDE EXPEDIENTE - 22/11/2024

1 - LECI BRANDÃO
2 - DR. ELTON
3 - FELIPE FRANCO
4 - ANDRÉ BUENO
5 - LUIZ FERNANDO T. FERREIRA
6 - LUCAS BOVE
7 - DR. EDUARDO NÓBREGA
8 - ALEX MADUREIRA
9 - JORGE CARUSO
10 - TOMÉ ABDUCH
11 - MARINA HELOU
12 - DELEGADA GRACIELA
13 - MAURO BRAGATO
14 - BETH SAHÃO
15 - DONATO
16 - MÁRCIA LIA
17 - TEONILIO BARBA
18 - SOLANGE FREITAS
19 - GUILHERME CORTEZ

Expediente

Ofícios

OFÍCIOS EM SÚMULA

GOVERNO DO ESTADO - CASA CIVIL

Nº 1336/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 233/2024.
Nº 1337/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 249/2024.
Nº 1338/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 256/2024.
Nº 1339/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 278/2024.
Nº 1340/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 280/2024.
Nº 1341/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 287/2024.
Nº 1342/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 288/2024.
Nº 1343/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 294/2024.
Nº 1344/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 295/2024.
Nº 1345/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 303/2024.
Nº 1346/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 306/2024.
Nº 1347/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 312/2024.
Nº 1349/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 315/2024.
Nº 1350/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 317/2024.
Nº 1351/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 320/2024.
Nº 1314/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 497/2022.
Nº 1315/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 512/2022.
Nº 1316/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 533/2022.
Nº 1352/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 323/2024.
Nº 1317/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 551/2022.
Nº 1353/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 324/2024.
Nº 1309/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 212/2022.
Nº 1301/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 1017/2021.
Nº 1306/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 159/2022.

Nº 1304/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 29/2022.
 Nº 1307/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 185/2022.
 Nº 1305/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 41/2022.
 Nº 1310/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 324/2022.
 Nº 1302/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 1049/2021.
 Nº 1300/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 849/2021.
 Nº 1303/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 26/2022.
 Nº 1398/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 442/2021.
 Nº 1313/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 443/2022.
 Nº 1308/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 198/2022.
 Nº 1311/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 400/2022.
 Nº 1312/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 426/2022.
 Nº 1320/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 17/2023.
 Nº 1321/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 130/2023.
 Nº 1354/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 325/2024.
 Nº 1355/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 328/2024.
 Nº 1356/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 330/2024.
 Nº 1357/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 331/2024.
 Nº 1359/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 334/2024.
 Nº 1360/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 335/2024.
 Nº 1361/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 340/2024.
 Nº 1318/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 571/2022.
 Nº 1319/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 612/2022.
 Nº 1322/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 169/2023.
 Nº 1323/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 254/2023.
 Nº 1358/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 333/2024.
 Nº 1362/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 341/2024.
 Nº 1324/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 359/2023.
 Nº 1331/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 50/2024.
 Nº 1332/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 62/2024.
 Nº 1333/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 116/2024.
 Nº 1334/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 125/2024.
 Nº 1335/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 135/2024.
 Nº 1368/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 297/2024.
 Nº 1348/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 313/2024.
 Nº 1367/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 332/2024.
 Nº 1363/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 346/2024.
 Nº 1364/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 350/2024.
 Nº 1365/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 351/2024.
 Nº 1366/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 353/2024.
 Nº 1325/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 362/2023.
 Nº 1326/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 406/2023.
 Nº 1327/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 419/2023.
 Nº 1328/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 680/2023.
 Nº 1329/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 758/2023.
 Nº 1330/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 762/2023.
 Nº 1400/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 100/2024.
 Nº 1399/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 118/2023.
 Nº 1378/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 281/2024.
 Nº 1401/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 296/2024.
 Nº 1402/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 307/2024.
 Nº 1403/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 321/2024.
 Nº 1404/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 336/2024.
 Nº 1405/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 337/2024.
 Nº 1406/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 339/2024.
 Nº 1407/2024, encaminha resposta ao Requerimento de Informação 357/2024.

Propostas de Emenda à Constituição

PROPOSTA DE EMENDA Nº 6, DE 2024, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Altera o caput e o inciso I do artigo 254 da Constituição do Estado.

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos do §3º do artigo 22 da Constituição do Estado, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo 1º – Os dispositivos adiante indicados da Constituição do Estado passam a vigorar com as seguintes redações:

I – o “caput” do artigo 254:

“Artigo 254 - A autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades será exercida, respeitando, nos termos do seu estatuto, a necessária democratização do ensino e a responsabilidade pública da instituição, observados, além do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e permanência estudantil, o seguinte:” (NR);

II – o inciso I do artigo 254:

“Artigo 254 – (...)”

I – utilização dos recursos de forma a ampliar o atendimento à demanda social, tanto mediante cursos regulares, quanto atividades de extensão e políticas de permanência estudantil, e tornarão públicos seus resultados” (NR).

Artigo 2º – Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A autonomia universitária (art. 207, da CRFB/88) tem o condão de salvaguardar o desempenho independente das atividades de ensino, pesquisa e extensão do ensino superior. Neste sentido, aduz a Constituição Federal que, por tratar-se de norma de

reprodução obrigatória, o instituto deve ser garantido em toda sua amplitude pelos Estados em suas respectivas constituições (art. 25, caput, da CF).

Assim, necessária é a adequação da atual redação do artigo 254 da Constituição deste Estado, vez que reproduz apenas parte da previsão do artigo 207 da Constituição Federal, deixando de normatizar expressamente a garantia da autonomia universitária em todas as suas dimensões, quais sejam: didático-científica; administrativa; financeira e patrimonial.

Ora, ao omitir parte do texto constitucional federal, a Constituição Estadual limita o alcance da autonomia universitária estadual, deixando de assegurar a independência da gestão das Universidades, já que não impõe os limites de atuação e interferência do Estado nestas instituições. Violando, diretamente, o princípio da simetria constitucional.

Diante disso, propomos a presente Emenda à Constituição para que a Constituição do Estado esteja em consonância com a Constituição Federal, bem como os princípios fundamentais da República. Outrossim, graças a importância e urgência do tema aqui abordado, contamos com sua aprovação.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Guilherme Cortez, Carlos Giannazi, Luiz Fernando T. Ferreira, Simão Pedro, Eduardo Suplicy, Ediane Maria, Paula da Bancada Feminista, Luiz Claudio Marcolino, Thainara Faria, Enio Tatto, Maurici, Reis, Emídio de Souza, Beth Sahão, Marcio Nakashima, Andréa Werner, Ana Perugini, Rogério Nogueira, Paulo Fiorilo, Márcia Lia, Rômulo Fernandes, Professora Bebel, Teonilio Barba, Donato, Ricardo Madalena, Dr. Jorge do Carmo, Atila Jacomussi, Monica Seixas do Movimento Pretas, Marina Helou, Leci Brandão, Ricardo França, Caio França

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 828, DE 2024

Cria centros de proteção e valorização das comunidades quilombolas e de terreiros de candomblé, umbanda e outras religiões de matriz africana no Estado de São Paulo.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Ficam criados os centros de proteção e valorização das comunidades quilombolas e de terreiros de candomblé, umbanda e outras religiões de matriz africana no Estado de São Paulo.

Artigo 2º - Os centros de proteção e valorização terão como objetivo a garantia de segurança jurídica e patrimonial das comunidades quilombolas e dos terreiros de candomblé, umbanda e de outras religiões de matriz africana, além da proteção, preservação e valorização das culturas, tradições, religiosidade e direitos dessas comunidades.

Artigo 3º - Os centros de proteção e valorização oferecerão atendimento e acompanhamento jurídico, patrimonial e de combate à intolerância religiosa.

Parágrafo único: Os centros de proteção e valorização contarão com atendimento e acompanhamento de defensores públicos, assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais que o conselho entender necessário.

Artigo 4º - Os centros de proteção e valorização terão como finalidade:

I - a promoção da preservação cultural;

II - a proteção de direitos e garantias;

III - a implementação de políticas públicas;

IV - a realização de ações para o combate à intolerância religiosa;

V - outras finalidades que o conselho entender necessárias.

Artigo 5º - Os centros de proteção e valorização serão administrados por um Conselho Estadual de Proteção e Valorização das Comunidades Quilombolas e de Terreiros de Candomblé, Umbanda e de outras religiões de matriz africana.

Parágrafo 1º: O conselho deverá ser composto por lideranças religiosas, representantes das comunidades, dos terreiros e entidades de defesa dos direitos humanos, além de representantes do Estado e de pessoas da sociedade civil.

Parágrafo 2º: Os membros do conselho terão mandato de 03 (três) anos, sem direito a recondução.

Artigo 6º - Os centros de proteção e valorização serão supervisionados pela Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania.

Artigo 7º - O Poder Executivo do Estado deverá alocar recursos financeiros para a implementação e manutenção dos Centros de Proteção e Valorização, conforme orçamento anual do Estado de São Paulo.

Artigo 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei em discussão visa criar os Centros de Proteção e Valorização das Comunidades Quilombolas e de Terreiros de Candomblé, Umbanda e outras religiões de matriz africana no Estado de São Paulo, com o objetivo de garantir a segurança jurídica, patrimonial e cultural dessas comunidades e espaços religiosos, além de promover a preservação e valorização de suas culturas, tradições e religiosidade. O Estado de São Paulo, por sua riqueza histórica, cultural e diversidade religiosa, tem a obrigação de reconhecer e proteger as comunidades quilombolas e as religiões de matriz africana, ambas fundamentais para a constituição da identidade e do patrimônio cultural do Brasil. Os centros terão a função de oferecer apoio jurídico, patrimonial e social, além de promover políticas públicas voltadas para a valorização dessas culturas e para a conscientização da sociedade sobre a importância das comunidades quilombolas e das religiões afro-brasileiras na formação da identidade do país. Tais ações são fundamentais para reverter a marginalização dessas populações, garantindo que seus direitos, suas tradições e sua religiosidade sejam respeitados.

A criação desses centros também será acompanhada e supervisionada por um Conselho Estadual de Proteção e Valorização das Comunidades Quilombolas e de Terreiros de Candomblé, Umbanda e outras religiões de matriz africana, que contará com a

participação das próprias comunidades, terreiros, entidades de defesa dos direitos humanos e representantes do Estado. Esse modelo participativo é essencial para assegurar que as políticas públicas e as ações realizadas pelos centros sejam de fato representativas das necessidades e demandas dessas populações.

Vale lembrar ainda que os números assustadores de intolerância religiosa no Brasil, com crescimento de 80% no primeiro semestre de 2024, segundo dados do "Disque 100" (<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/07/17/dados-violacoes-religiao-mdh.htm>), foram impulsionadores para a criação deste projeto de lei, uma vez que os centros de proteção e valorização terão, também, como responsabilidade o combate à intolerância religiosa que tem, a cada dia, assolado a vida de pessoas adeptas às religiões de matriz africana. Somente no primeiro semestre deste ano, o número de violações à liberdade religiosa no Brasil chegou a 1.940 registros no Disque 100, canal de denúncias do Ministério dos Direitos Humanos. Esse dado representa 91% do total de violações desse tipo em 2023.

Portanto, o Projeto de Lei busca não apenas assegurar a proteção jurídica e patrimonial das comunidades quilombolas e terreiros, mas também promover uma reparação histórica por meio do reconhecimento de suas culturas e do fortalecimento de suas práticas religiosas, essenciais para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária. A aprovação desta proposta será um marco na afirmação dos direitos dessas comunidades e um avanço na luta contra o racismo, a intolerância religiosa e a exclusão social.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Ediane Maria - PSOL

PROJETO DE LEI Nº 829, DE 2024

Declara de utilidade pública o Instituto Plenus - Amigos do Bem, com sede em São Roque.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - É declarada de Utilidade Pública o "Instituto Plenus - Amigos do Bem", sediado no município de São Roque.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem como objetivo declarar de utilidade pública o Instituto Plenus - Amigos do Bem, uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 2022, no município de São Roque, que se destaca pelo relevante trabalho social e humanitário desenvolvido em prol da comunidade, especialmente no atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e suas famílias.

Desde sua fundação, o Instituto Plenus - Amigos do Bem tem se empenhado em promover o bem-estar social, combatendo desigualdades e fomentando o desenvolvimento humano e econômico. Sua atuação é ampla, abrangendo áreas essenciais como educação, saúde, esporte, lazer e cultura, com ações voltadas a jovens, adultos e idosos.

O diferencial do Instituto está no suporte integral e multidisciplinar oferecido às crianças com TEA e suas famílias. No local, são realizadas atividades terapêuticas de extrema importância, como psicologia, fisioterapia, fonoaudiologia, psicopedagogia, hidroterapia e terapia na sala Snoezelen, uma sala de estimulação multissensorial que potencializa o desenvolvimento das crianças atendidas.

Além disso, as famílias dos assistidos recebem acompanhamento psicológico individualizado e orientação social por meio de um serviço estruturado de assistência social. A área de psicologia também atua diretamente no acompanhamento do desenvolvimento escolar das crianças, assegurando uma integração saudável no ambiente educacional e auxiliando no enfrentamento das barreiras impostas pelo transtorno.

As ações do Instituto Plenus também se destacam por sua capacidade de integrar a comunidade, promovendo inclusão social e criando oportunidades de desenvolvimento para os mais vulneráveis. Seu impacto vai muito além dos atendimentos realizados, promovendo uma cultura de acolhimento, respeito e transformação social.

A declaração de utilidade pública permitirá ao Instituto Plenus - Amigos do Bem ampliar suas atividades, captar novos recursos e alcançar ainda mais beneficiários, garantindo a continuidade e a expansão de suas ações. Essa medida reforça o compromisso do poder público com iniciativas que transformam vidas e promovem a dignidade humana.

Diante do exposto, este Parlamentar reconhece e exalta a relevância do trabalho desenvolvido pelo Instituto Plenus - Amigos do Bem, solicitando o apoio dos nobres pares para a aprovação deste projeto de lei, que contribuirá significativamente para o fortalecimento de uma entidade exemplar no combate às desigualdades sociais e no atendimento às necessidades de crianças com TEA e suas famílias.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Sebastião Santos - REPUBLICANOS

PROJETO DE LEI Nº 830, DE 2024

Declara como patrimônio histórico, social, cultural e de lazer a Feira de Antiguidades da Paulista, que se realiza no vão livre do MASP, nesta Capital.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - Fica declarada como patrimônio histórico, social, cultural e de lazer a Feira de Antiguidades da Paulista, que se realiza aos domingos no vão livre do Museu de Arte de São Paulo "Assis Chateaubriand" - MASP, nesta Capital do Estado de São Paulo.

Artigo 2º - Fica assegurada a continuidade das atividades da Feira de Antiguidades no espaço do vão livre do Museu de Arte de São Paulo "Assis Chateaubriand" - MASP, independente de permissão do Poder Público, salvo quanto às regras de segurança e organização.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão à conta de dotações consignadas na lei orçamentária, suplementadas se necessário.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente proposição tem o intuito de proteger e resguardar a história da Feira de Antiguidades da Paulista, que historicamente acontece no vão livre do MASP há quase cinquenta anos.

A presente demanda advém de pedido da diretoria da Associação dos Antiquários do Estado de São Paulo, gestora da Feira de Antiguidades da Paulista, em virtude de decisões administrativas da prefeitura municipal que revogaram a concessão do direito de uso da praça pública conhecida por vão livre do Masp, à Feira de Antiguidades da Paulista.

Referida feira fundada por Pietro Maria Bardi em 1978 para atrair público para o museu. Foi patrono e primeiro presidente da Associação, que segue com anos de tradição levando cultura e lazer para os frequentadores, sendo também um importante ponto turístico que atrai turistas do mundo inteiro.

A Feira de Antiguidades é reconhecida internacionalmente e a decisão da prefeitura desprezou não só um evento cultural e turisticamente relevante, como também ignorou a geração de renda que a feira proporciona a mais de 300 pessoas que direta ou indiretamente dependem financeiramente dessa atividade aos domingos.

Eis o que justifica esta proposição, que assegurará a continuidade das atividades da feira no mesmo espaço em que historicamente acontece.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Carlos Giannazi - PSOL

PROJETO DE LEI Nº 831, DE 2024

Cria a obrigatoriedade de serem ouvidos pais ou responsáveis, e estudantes, antes de se concretizar o fechamento ou aglutinação de salas de aulas ou encerramento de períodos em escolas públicas mantidas pelo poder público estadual

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º É obrigatória a consulta aos estudantes interessados, aos pais ou responsáveis de estudantes menores de 14 anos, sobre o fechamento de períodos, modalidades de curso ou salas de aula, bem como, com relação a essas últimas, no caso de agrupamento ou desmembramento.

§ 1º - A consulta deverá se dar de forma individual e deverá ser tomada por meio de mecanismo que possibilite auditoria do processo, e será precedida de sessão pública onde o poder público, através de seus agentes, explicitem as ações que pretendem implementadas, seguida de fala em favor dessas medidas e de fala contrária as mesmas.

§ 2º - A sessão a que se refere o parágrafo anterior, bem como a consulta, serão amplamente divulgadas, e terão que ser realizadas na unidade escolar onde se pretenda a mudança, em horário que possibilite a participação da maioria das pessoas a serem consultadas.

Artigo 2º - Será nulo de pleno direito qualquer ato descrito no artigo 1º que tenha sido praticado sem as formalidades contida na presente lei.

Artigo 3º - As despesas para a aplicação da presente lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias.

Artigo 4º - A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

É intolerável que assistamos calados qualquer política de desmonte da educação pública em nosso estado. O que se vê em demasia é que o atual governo tem como política de ensino o fechamento de salas do noturno, a aglutinação de salas de aula, o encerramento do EJA, e, quando pensa em algo, pensa logo em militarizar as escolas, e isso é inaceitável.

O projeto que ora apresento se preocupa com os estudantes, e quer que eles sejam ouvidos, e, se após ouvidos, não houver razões que impeçam a política estatal de ser aplicada, ela o será.

Apenas quero fazer valer o ECA e aperfeiçoar mecanismos de participação popular na gestão pública, e, por isso, peço o apoio de meus pares.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Professora Bebel - PT

PROJETO DE LEI Nº 832, DE 2024

Autoriza o Poder Executivo a utilizar os recursos e linguagens de comunicação alternativa e aumentativa (CAA) para atender os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) em escolas públicas do Estado.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO DECRETA.

Artigo 1º Fica autorizado ao Poder Executivo a utilizar os recursos e linguagens de COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA (CAA) para atender os alunos com Transtorno do Espectro Autista TEA em escolas públicas do Estado.

Artigo 2º - A escola contará com ao menos 2 (dois) profissionais, que atuam diretamente com alunos com TEA, que serão treinados para implementar o processo inicial e estes deverão treinar a equipe que ficará responsável pelos alunos matriculados com esta condição.

Artigo 3º - Ocorrerão treinamentos periódicos para professores e funcionários.

Artigo 4º - Os alunos contarão com pastas, contendo os relatórios com as fases de evolução de forma individualizada.

§ 1º - O acompanhamento da evolução do uso da linguagem deverá ser realizado por meio de relatórios periódicos, que devem ser revisados pela equipe pedagógica e pelos profissionais treinados, para garantir a participação dos alunos com TEA nas atividades escolares.

§ 2º As escolas poderão colocar a comunicação visual nas salas de aulas, banheiros, refeitórios e outros locais usados pelos alunos de fácil entendimento para quem tem TEA.

Artigo 5º - A implementação desta lei deverá ser de forma gradativa, começando em 20% das escolas públicas do Estado no período inicial, ampliando, conforme o orçamento dos anos posteriores.

§ 1º - A seleção das primeiras escolas será adotada através de estudos da Secretaria de Educação, conforme a demanda dos alunos diagnosticados com TEA.

§ 2º - A Secretaria poderá, após o estudo e a seu entendimento programar inicialmente em 10% das escolas estaduais, em casos que identifique a impossibilidade da implementação, dos 20% das escolas, além de identificar o melhor Sistema De Linguagem de Comunicação Alternativa e Aumentativa.

Artigo 6º - O Guia Transtorno do Espectro Autista, com as Diretrizes para o ensino Fundamental e Médio das escolas paulistas deverá ser atualizado com a orientação da linguagem alternativa e aumentativa, na forma digital, acessível para todas as instituições de ensino.

Artigo 7º - As instituições de ensino deverão desinstalar os sinais sonoros de intervalo, entrada e saída entre outros, salvo os que são previstos em lei para segurança dos alunos e servidores, a fim de reduzir estímulos sensoriais excessivos para os alunos com TEA.

Parágrafo Único - Os sinais de orientação poderão ser de efeitos luminosos, ou outros estipulados pela Secretaria de Educação.

Artigo 8º - De forma mensal, podendo a passar a ser quinzenal a escola promoverá a todos os alunos, campanhas educativas de inclusão sobre a importância do Transtorno do Espectro Autista e o impacto do bullying e cyberbullying.

Artigo 9º - O Poder Executivo poderá firmar convênios com universidades, instituições de pesquisa e organizações especializadas para a formação continuada de professores, o fornecimento de materiais pedagógicos adequados e aquisição de equipamentos, como cadeiras especiais para os alunos com TEA.

Parágrafo Único - A Secretaria de Educação poderá firmar convênios ou parcerias com profissionais da área da saúde para prestar suporte técnico às escolas.

I - Suporte de orientação sobre as adaptações sensoriais;

II - Suporte de comunicação;

III - Suporte para promover a inclusão de alunos com TEA no ambiente escolar.

Artigo 10 - O Estado poderá contratar universitários nas especializações da saúde ou familiares dos alunos, para apoio colaborativo, que poderão receber uma ajuda de custo de até um salário mínimo vigente ou atuarem de forma voluntária.

Artigo 11 - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 12 - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, definindo, dentre outras medidas, os órgãos responsáveis pela sua execução.

Artigo 13 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurobiológica que afeta a comunicação, o comportamento e a interação social dos indivíduos. Muitos alunos com TEA enfrentam desafios significativos na comunicação verbal, o que pode impactar seu desempenho acadêmico e sua integração social no ambiente escolar. Por isso, é fundamental fornecer aos educadores recursos e orientações adequadas para que possam apoiar esses alunos de maneira eficaz.

Este projeto de lei visa garantir que os profissionais da educação nas escolas públicas do Estado tenham acesso ao treinamento e suporte técnico necessário para utilizar os recursos e linguagens de COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA (CAA) de forma eficaz. Não se trata de um atendimento clínico direto nas escolas, mas de fornecer suporte técnico e orientações, por meio de terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, que auxiliarão na adaptação do ambiente escolar.

Os benefícios desse suporte técnico são muitos:

1. Capacitação dos Educadores: Com o treinamento adequado, os professores poderão aplicar recursos e linguagens de COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA (CAA) de maneira eficiente, ajudando a reduzir barreiras comunicacionais e promover a inclusão dos alunos com TEA.

2. Suporte Interdisciplinar: Com a consultoria de terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos, será possível adaptar as práticas pedagógicas às necessidades sensoriais e de comunicação dos alunos, o que pode resultar em melhor desempenho acadêmico e social.

3. Inclusão e Autonomia: Ao fornecer ferramentas visuais e adaptadas às necessidades dos alunos, onde promove a independência e a participação ativa dos alunos com TEA, melhorando a sua qualidade de vida e o seu potencial de aprendizagem.

Além disso, a implementação gradual desta proposta garantirá que o sistema educacional tenha tempo e recursos para se adequar às novas práticas, assegurando uma transição eficaz e benéfica para todos os envolvidos. O suporte técnico contínuo proporcionará aos educadores as orientações necessárias para ajustar o uso de recursos e linguagens de COMUNICAÇÃO ALTERNATIVA E AUMENTATIVA (CAA) e outras práticas, conforme as necessidades dos alunos forem evoluindo.

Portanto, esta medida não propõe atendimento clínico direto nas escolas, mas visa proporcionar aos educadores os recursos e conhecimentos para melhor apoiar alunos com TEA, respeitando suas necessidades e garantindo que possam se desenvolver em um ambiente mais inclusivo e acolhedor.

Diante do exposto, pedimos o apoio dos legisladores para a aprovação desta proposta, que visa promover uma educação mais inclusiva, focada no desenvolvimento pleno e na comunicação eficaz dos alunos com TEA.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Danilo Campetti - REPUBLICANOS

PROJETO DE LEI Nº 833, DE 2024

Cria critérios para divulgação dos benefícios fiscais concedidos pelo Estado de São Paulo, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO DECRETA:

Artigo 1º - O Governo do Estado de São Paulo fica obrigado a publicar informações detalhadas a respeito dos benefícios fiscais estaduais que conceder.

Artigo 2º - Para fins desta Lei, consideram-se benefícios fiscais:

I - isenção fiscal;

II - renúncia fiscal;

III - imunidade tributária;

IV - redução de alíquota;

V - redução de base de cálculo;

VI - diferimento no pagamento do tributo;

VII - regimes especiais de tributação;

VIII - concessão de crédito presumido;

IX - qualquer outro mecanismo que importe em pagamento menor de tributo, utilizando critérios subjetivos ou objetivos para a sua fruição.

Parágrafo único: os incisos I ao IX do caput serão definidos conforme a legislação vigente.

Artigo 3º - O Estado deverá divulgar anualmente:

I - a lista de empresas beneficiadas, com seus respectivos cadastros na Receita Federal e Junta Comercial, conforme o caso;

II - o setor econômico;

III - a base legal e o programa que fundamenta o benefício fiscal;

IV - o tipo e os valores do benefício fiscal recebidos naquele ano;

V - o cronograma de recebimento e a forma do benefício fiscal:

a) até o prazo determinado para seu fim, quando houver;

b) no caso de não haver prazo determinado para o seu fim, a divulgação do cronograma de pagamento para os 10 (dez) anos seguintes, renovando-se o período sempre que necessário;

VI - as contrapartidas previstas e executadas pela empresa beneficiadas;

VII - o número de renovações de benefícios fiscais concedidas até aquele ano.

Parágrafo único - Os dados a que se referem os incisos I a VII do presente artigo deverão ser apresentados de forma individualizada para cada pessoa jurídica beneficiada.

Artigo 4º - O Governo do Estado de São Paulo, fica autorizado a celebrar convênios ou parcerias com institutos de ensino e pesquisa, com o fim de avaliar a efetividade dos benefícios fiscais concedidos pelo estado.

Artigo 5º - O Governo do Estado de São Paulo tem até 12 (doze) meses, prorrogáveis por igual período, mediante decisão devidamente fundamentada, para implementar a divulgação de dados obrigatória, nos termos desta Lei.

Artigo 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem como objetivo aumentar a transparência sobre a destinação dos benefícios fiscais no Estado, permitindo que a população tenha acesso a informações sobre quais empresas são beneficiadas e quais os impactos desses benefícios.

Em 2025, o governo federal deverá deixar de arrecadar R\$536 bilhões devido às renúncias fiscais. O valor corresponde a, aproximadamente, 5,0% do PIB brasileiro. Já no Estado de São Paulo, a perda será de, aproximadamente, R\$71 bilhões em 2025 em função das renúncias fiscais relacionadas a ICMS, IPVA e ITCMD. Esse valor supera o orçamento de qualquer secretaria estadual e é três vezes maior que o orçamento total do Estado do Piauí.

É fundamental entender que cada benefício fiscal concedido a uma empresa implica uma perda de receita para o Estado, que deve ser compensada por outras empresas por meio de uma maior carga tributária ou resulta em cortes de investimentos em políticas públicas essenciais que beneficiam a população mais pobre. Para se ter uma ideia da magnitude desta perda, o valor em renúncia fiscal no Estado de São Paulo representa mais do que a soma dos orçamentos da Secretaria da Educação (R\$32 bilhões) e da Secretaria da Saúde (R\$ 30 bilhões) estaduais de 2024.

Embora alguns programas de incentivo fiscal possam ter impactos econômicos positivos, é preciso avaliar cada caso de forma criteriosa. Renúncias fiscais podem surgir de pressões de determinados setores econômicos, que utilizam seu poder de influência para obter benefícios sem oferecer contrapartidas significativas para a sociedade.

Exemplos como o Inovar-Auto e o PSI (Programa de Sustentação do Investimento) mostram que nem todos os incentivos geram efeitos econômicos duradouros. Esses programas não contribuíram significativamente para a geração sustentável de empregos ou para a inovação, apesar dos custos associados a tais políticas.

Nesse contexto, a transparência na divulgação de dados públicos facilita a avaliação de impacto das políticas públicas (Montes e Luna, 2021; Thrall e Jensen, 2024). Atualmente, os governos não são obrigados a divulgar quais empresas se beneficiam desses incentivos, dificultando a avaliação e monitoramento dessas políticas.

Vale ressaltar que a divulgação dessas informações também não compromete a proteção ao sigilo fiscal, uma vez que já está autorizado pela Lei Complementar nº 187/2021, que alterou a redação do art. 198 do Código Tributário Nacional (CTN).

Assim, a divulgação clara e acessível de benefícios fiscais é um passo fundamental para informar a população e, portanto, melhorar a percepção pública sobre a atividade política. Ao exigir maior transparência, a sociedade civil pode contribuir para a construção de um futuro no qual os recursos públicos sejam utilizados de forma mais eficiente e em benefício de toda a população.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Leonardo Siqueira - NOVO

Referências:

https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamentos-aneis/2025/pldo/4-14-1-pldo2025-anexoiv-14-renunciareceitaquadrosi_a_xxxv-ano2025.pdf

Acemoglu, Daron; Robinson, James. Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty. Nova York: Gown Publishers, 2012.

Calvin Thrall and Nathan Jensen, Does Transparency Improve Public Policy? Evidence from a Tax Incentive Transparency Initiative, Working Paper, October 2024, Pages 1 - 40

Montes, G.C., Luna, P.H. Fiscal transparency, legal system and perception of the control on corruption: empirical evidence from panel data. *Empir Econ* 60, 2005–2037 (2021). <https://doi.org/10.1007/s00181-020-01849-9>

Moções

MOÇÃO Nº 537, DE 2024

No dia 15 de novembro de 2024, a Associação Brasileira de Ciclistas, Skate, Patins e Cadeirantes (ABCSPC) celebrou 18 anos de dedicação aos ciclistas do Estado de São Paulo. Fundada em 2006, a entidade iniciou suas atividades com expressiva atuação na Baixada Santista, litoral, Vale do Ribeira e Vale do Paraíba.

A motivação para a criação da associação surgiu em razão das constantes mortes de ciclistas na cidade de São Vicente, em sua maioria trabalhadores que se deslocavam diariamente ao município de Santos. Diante desse cenário, o Senhor Jessé Teixeira Félix, atual presidente da ABCSPC, idealizou, em meados de 2006, uma ampla campanha de conscientização no trânsito, voltada aos motoristas, realizada nos principais cruzamentos viários da Avenida Presidente Wilson, que interliga Santos e São Vicente. A iniciativa obteve grande repercussão e impulsionou a expansão do projeto para toda a Baixada Santista.

A primeira campanha promovida pela entidade, intitulada "Motorista, Olha o Ciclista", foi o marco inicial de uma série de atividades anuais organizadas pela ABCSPC. Entre elas, destacam-se passeios ciclísticos, congressos, festivais da bicicleta e o inovador "Aulão de Ciclismo", que ensina pessoas de todas as idades a pedalar de forma segura. Tais ações têm contribuído significativamente para a educação no trânsito e a redução de acidentes envolvendo ciclistas.

Dentre os principais eventos realizados pela ABCSPC, encontram-se o Festival de Bicicleta, Santos Cidade da Bicicleta, Passeio Ciclístico do Santos Futebol Clube, Passeio Ciclístico da Praia Grande, Bora Pedalar e Pedalar para Todos. Essas iniciativas contam com a participação de cerca de 500 ciclistas fixos e até 8 mil participantes em suas edições.

Atualmente, o Senhor Jessé Teixeira Félix, além de presidir a ABCSPC, é membro do Ciclo Comitê Paulista, Presidente da Frente dos Ciclistas da Baixada Santista e integrante da Frente Parlamentar em Defesa da Mobilidade Cicloviária do Estado de São Paulo. Tais posições têm possibilitado que os trabalhos da associação transcendam a região da Baixada Santista, alcançando os municípios de todo o Estado de São Paulo.

Pela relevância de sua trajetória, pela defesa da segurança e pelo incentivo ao ciclismo, a Associação Brasileira de Ciclistas, Skate, Patins e Cadeirantes merece o devido reconhecimento deste Parlamento.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com fundamento no artigo 154 e seguintes do Regimento Interno consolidado, manifesta, pela presente Moção, o seu APLAUSO, à Associação Brasileira de Ciclistas, Skate, Patins e Cadeirantes (ABCSPC), pelo 18º aniversário comemorado no dia 15 de novembro do presente ano.

Requeremos, por fim, que uma cópia da presente Moção seja encaminhada à Associação Brasileira de Ciclistas, Skate, Patins e Cadeirantes, situada na Rua: Praça Visconde de Mauá, n.º 42 – Conjunto 74 – Centro Histórico de Santos – Santos – CEP: 11010-901 por e-mail para abciclistas768@gmail.com.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Sebastião Santos

MOÇÃO Nº 538, DE 2024

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, por intermédio desta, concede a presente Moção de Aplausos à delegação de vôlei sentado de Osasco pela brilhante conquista da medalha de bronze no Campeonato Brasileiro de Vôlei Sentado Masculino - Série Prata, promovido pela Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes – CBVD, realizado no Ginásio do Sesc Caucaia, em Fortaleza, entre os dias 13 e 20 de outubro de 2024.

O vôlei sentado, modalidade paralímpica que teve origem nos Países Baixos em 1956 como forma de reabilitação para soldados feridos, representa um esporte de superação e inclusão. A prática dessa modalidade proporciona benefícios significativos aos atletas, abrangendo melhorias físicas, cognitivas, motoras e psicossociais.

A competição contou com a participação de 100 atletas, distribuídos em sete equipes de diferentes regiões do Brasil: ADEFSMIC (AL), ADESUL (CE), ADM (SE), APESBLU (SC), AVPL (PR), Círculo Militar (PR) e Osasco.

O time de Osasco, composto pelos atletas Alexandre Gouveia, Augusto dos Santos, Célio Duarte, Danilo Trindade, Jason Soares, Luís Fernando, Luiz Miguel, Marcos Matos, Marcus Guedes, Uelinton Jesus e William Santos, destacou-se ao longo da competição, conquistando quatro vitórias em cinco jogos, o que lhes garantiu a medalha de bronze.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, por meio desta manifesta aplausos, reconhece e enaltece o empenho, a dedicação e a conquista dos valerosos atletas da delegação de vôlei sentado de Osasco. Com espírito de superação, esses atletas continuam avançando em busca do pódio, reiterando o valor do esporte como ferramenta de inclusão, dignidade, superação e transformação social.

Por fim, requeremos, que a presente Moção seja encaminhada à Secretaria do Esporte, Recreação e Lazer do Município de Osasco Rua Jubair Celestino, 150 - Pres. Altino, Osasco - SP, CEP 06216-160, email: serel@osasco.sp.gov.br, como uma forma de oficializar nosso reconhecimento e apreço pelos feitos alcançados por esses talentosos atletas de nossa comunidade.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Gerson Pessoa

MOÇÃO Nº 539, DE 2024

Pelo presente, venho propor a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a presente moção de REPÚDIO à privatização de escolas estaduais, por meio de Parcerias Público-Privadas leiloadas na Bolsa de Valores, bem como o confisco de mais de R\$ 10 bilhões de verbas da Educação, por meio da Proposta de Emenda à Constituição 9/2023.

JUSTIFICATIVA

Por meio da presente Moção, a Assembleia Legislativa manifesta repúdio ao processo de privatização de escolas públicas estaduais que vem sendo conduzido pelo Governo do Estado de São Paulo, por meio de parcerias público privadas leiloadas na Bolsa de Valores. Se consumada, a privatização concede a empresas privadas, por 25 anos, a gestão de "atividades não pedagógicas" em 33 escolas a serem construídas em regime de PPP.

Repudiamos, igualmente, a tentativa do governo de reduzir as verbas orçamentárias da educação de 30% para 25%, por meio da PEC 9/2023 em tramitação na Assembleia Legislativa, o que representa a redução de R\$ 10 bilhões anuais. Além de ser uma medida criminosa, que atenta contra os direitos educacionais de nossas crianças e jovens, este corte é totalmente contraditório com a privatização da construção e gestão das escolas. As verbas não devem ser cortadas e sim utilizadas para construir escolas, contratar funcionários e professores, valorizar os profissionais da educação e outras medidas no mesmo sentido.

Educação é a principal política pública do país. Ofertar ensino público, gratuito, de qualidade é obrigação constitucional do Estado, responsável pela construção das escolas, provimento de todos os equipamentos, contratação e valorização dos profissionais da educação, sendo as unidades escolares públicas geridos de acordo com os princípios da gestão democrática, como determinam a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Educação se destina a formar seres humanos e não é mercadoria negociável na Bolsa de Valores.

Todas as atividades desenvolvidas em uma unidade escolar estão articuladas visando seu papel social, que a formação sólida de nossas crianças e jovens. Todos os espaços e atividades de uma escola têm caráter educativo. Portanto, é uma falácia dividir-se tais atividades em "pedagógicas". A escola, por inteiro, deve ser gerida de acordo com seu projeto político-pedagógico, elaborado e coordenado pelo Conselho de Escola e pela direção escolar.

Como se já não bastasse a gravidade do processo de privatização, há uma agravante que torna toda essa situação ainda mais alarmante: a Engenform Concessões e Investimentos, empresa vencedora do primeiro lote de 17 unidades a serem construídas em regime de parceria público privada, administra sete cemitérios da na Capital, cuja gestão marcada por desumanidade e altos preços forma objeto de debate durante a campanha eleitoral na cidade de São Paulo.

O nome da empresa – evidenciando o termo Concessões – mostra claramente seu direcionamento à exploração de serviços públicos concedidos pelo Estado. No caso das escolas públicas paulistas, a concessão seria de 25 anos, se consumada. Ou seja, não importa a área, não importa a atividade, o objetivo das empresas é somente lucrar. É esse tipo de empresa que o Governo do Estado quer colocar dentro de nossas escolas.

Na realidade, a privatização representa um drástico aprofundamento das terceirizações que já ocorrem nas escolas e demais serviços públicos para diversas atividades, atingindo até mesmo algumas diretamente ligadas à sala de aula, como no caso dos professores auxiliares que dão suporte aos estudantes com necessidades especiais, que o Estado deixa de prover, ficando a cargo das famílias ou empresas.

Está mais do que demonstrado que privatizações causam sérios danos aos direitos da população. Estão aí os casos da ENEL, dos próprios cemitérios privatizados, das linhas de trem e metrô e dos serviços de água e esgoto em diversas cidades, para mostrar os prejuízos da privatização.

Por essas e outras razões, a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO vem manifestar veemente repúdio à privatização de escolas estaduais e o corte de verbas da educação e exige a imediata interrupção desses processos.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Professora Bebel

MOÇÃO Nº 540, DE 2024

Pela presente, vimos conclamar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo a que manifeste **MOÇÃO DE APLAUSO** à memória e aos feitos dos **Gaviões de Penacho**, que no ano de 2024, têm celebrada a efeméride dos noventa anos da publicação de livro homônimo de autoria do Major-Brigadeiro do Ar Lysias Augusto Cerqueira Rodrigues (in memoriam) e que relata a Epopeia do 1º Grupo de Aviação Constitucionalista – Os Gaviões de Penacho – na Revolução de 1932.

No presente ano de 2024, completa-se a efeméride dos 92 anos da Revolução Constitucionalista de 1932 e, no âmbito desta, os 92 anos da atuação do 1º Grupo de Aviação Constitucionalista (1º G.A.V.C.), unidade operacional de Aviação de Caça do Grupo Misto de Aviação da Força Pública do Estado de São Paulo (atual PMESP), criado pelo Decreto Estadual n.º 5.590, de 15 de Julho de 1932, com o propósito de ser a Força Aérea do Movimento Constitucionalista deflagrado em 9 de Julho daquele ano.

A denominação "Misto" se refere à composição do grupo, integrado por pilotos, mecânicos e pessoal de apoio oriundos da então Força Pública Paulista, do Exército Brasileiro e do Voluntariado Civil. O 1.º G. Av. C. assim também o foi, ao ter em seu efetivo os seguintes trenta e quatro integrantes.

Pessoal Navegante: Major Lysias Augusto Cerqueira Rodrigues (Exército); Capitães Adherbal da Costa Oliveira (Exército), José Angelo Gomes Ribeiro (Exército), Arthur da Motta Lima (Exército), Ismael Guilherme (Força Pública SP), Reynaldo Gonçalves (Força Pública SP) e Sebastião Machado (Força Pública SP); 1º Tenentes Mario Machado Bittencourt (Civil), João Sylvio Hoeltz (Força Pública SP), José Daniel de Camargo (Civil), Pedro Luiz Pereira (Força Pública SP) e Rosário Russo (Civil); 2º Tenentes Abílio Pereira de Almeida (Exército), Hugo Gavião Souza Neves (Força Pública SP), José Ferraz Leite (Civil), João Leite da Silva (Civil), João Baumgartner (Força Pública SP), Augusto Meireles (Civil), Prudente Sampaio (Civil), Eugenio Borges (Civil), Nicolino dos Reis Costa (Exército), Julio

Costa (Força Pública SP), José Gomes Ribeiro Filho (Força Pública SP), Armando Bordallo (Civil), Paulino Vasques (Exército); Oficiais à disposição, 2º Tenentes Clovis K. Larrabure (Campo de Itapetininga), João Pereira de Almeida (Almoxarife), Vicente Pellegrini (Secretário), Raul Barbata (Ligação) e Manoel Borges Morais (Campo Viracopos); Pessoal de Mecânica e Navegação: 1.º Sargentos Dacio Lucena da Cunha, José Barros da Silva e José César Falcão e o 2.º Sargento Teodomiro Brum.

Cognominado pelo seu Comandante, o Major Lysias Rodrigues, de **Gaviões de Penacho**, foi esta a denominação que consagrou o 1º G. Av. C. não só nos Anais da História da Aviação Militar Brasileira, pelos azares feitos aéreos concretizados em missões de reconhecimento, bombardeio e combate realizadas em Apiaí, Buri, Capão Bonito, Itapetininga, Itapeva, Mogi Mirim, Campinas, Praia Grande e Santos nos meses de Julho a Outubro de 1932, como também nos Anais da Historiografia da Revolução Constitucionalista de 1932, com a publicação do livro **Gaviões de Penacho**, em 1934.

Escrito pelo Major Lysias Rodrigues no período em que ele esteve no exílio em Buenos Aires, na Argentina, após o armistício, **Gaviões de Penacho** tornou-se, nos últimos noventa anos, consumado testemunho exponencial da Epopeia da Aviação Constitucionalista na Revolução de 1932, o qual, por ocasião das efemérides dos 40 anos de Operações do Comando de Aviação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, o CAVPM "João Negrão" (15 de Agosto de 1984) e, dos 15 anos da fundação do Portal Piloto Policial (13 de Julho de 2009), canal digital de comunicação entre Aeronavegantes da Aviação de Segurança Pública e de Defesa Civil no Brasil, ambas em 2024, obteve nova edição, digital e rememorativa daquela epopeia, trazida a lume em outubro deste mesmo ano por iniciativa do Portal Paulistas de Itapetininga.

A Comissão Organizadora de **Gaviões de Penacho** (Regional, 2024) constituída pelo Sr. Flavio Rodrigues, sobrinho-neto do autor Lysias Augusto Cerqueira Rodrigues; Tenente-Coronel PM Alex Mena Barreto (CAVPM/PMESP), Coronel Carlos Roberto Carvalho Daróz (IGHMB), Coronel Cláudio Moreira Bento (AHIMTB/Resende-RJ) e Prof. Dr. Jefferson Biajone (Portal Paulistas de Itapetininga), pode contar com o apreço, a colaboração, notas de introdução, prólogos, prefácios e posfácios advindos das seguintes personalidades civis e militares: Prof. Adilson Cezar (AHIMTB/SP), Tenente-Coronel PM Alex Mena Barreto (CAVPM/PMESP), Capitão PM André Luiz Pavan dos Santos (Comando Geral/PMESP), 2º Tenente André Simões de Oliveira (IV COMAR/FAB), Capitão Antonio Mauro de Oliveira Pereira (AHEx/Exército Brasileiro), Tenente-Coronel Arthur Magno de Castro Rangel (Comandante do AHEx/Exército Brasileiro), Artista Plástica Camila Lourenço Giudice, Coronel Carlos Roberto Carvalho Daróz (AHIMTB/RJ), Coronel PM Cássio Araújo de Freitas (Comandante-Geral da PMESP), Coronel Cláudio Moreira Bento (AHIMTB/Resende-RJ), Coronel Cláudio Tavares Casali (AHIMTB/RJ), Cineasta Daniel Mata Roque (IGHMB), Tenente-Coronel PM Dimas Mecca Sampaio (Deputado Estadual Major Mecca – ALESP), Cel PM Edilberto de Oliveira Melo (in memoriam), Coronel PM Erick Gomes Bento (Comando Geral/PMESP), 2º Tenente Fábio César Santos de Assunção (CAVEx/Exército Brasileiro), Coronel PM Galdino Vieira da Silva Neto (MPM/PMESP), Engenheiro Israel Blajberg (AHIMTB/RJ), Prof. Dr. João Paulo Rodrigues (UFMT), Coronel João Rafael Mallorca Natal (IGHMB), Prof. Me. Julio Cezar Benites Teixeira (LDN/RS), Capitão PM Lara Carolina Palhiari Duarte (CAVPM/PMESP), Professora Laurete Godoy (in memoriam), 2º Tenente Leonardo Bezerra da Silva (IV COMAR/FAB), Major-Brigadeiro do Ar Luiz Cláudio Macedo Santos (Comandante do IV COMAR/FAB), Coronel Luiz Ernani Caminha Giorgis (AHIMTB/RS), Coronel-Aviador Manuel Cambeses Junior (in memoriam), General de Brigada Marcio Tadeu Bettega Bergo (IGHMB), Senhora Maria Helena Toledo Silveira Mello (Blog Trincheiras de Jaguariúna), 1º Sargento PM Máximo Ribonio Eufrazio Cavalcante (Comando Geral/PMESP), Senhora Nair de Laia (Chefe da Biblioteca do INCAER/FAB), Deputado Federal Coronel PM Paulo Adriano Lopes Lucinda Telhada (Câmara Federal), Tenente-Brigadeiro do Ar Rafael Rodrigues Filho (Diretor do INCAER/FAB), Coronel PM Ronaldo Barreto de Oliveira (Comandante do CAVPM/PMESP), Tenente-Coronel PM Sergio Marques (PMESP) e Cabo PM Viviane Lemos (Comando Geral/PMESP).

Gaviões de Penacho, na sua edição digital e rememorativa da Epopeia da Aviação Constitucionalista na Revolução de 1932, encontra-se disponibilizado na íntegra e com livre acesso no endereço <https://tinyurl.com/mryk5s7j>, objetivando assim levar às gerações presentes e futuras, agora por intermédio do ciberespaço, o exponencial testemunho do Major-Brigadeiro do Ar Lysias Augusto Cerqueira Rodrigues (in memoriam) acerca das arrojadas proezas e do expressivo destemor, audácia, bravura, heroísmo e sacrifício que os Aviadores Constitucionalistas de 32, os **Gaviões de Penacho**, realizaram e demonstraram na luta pela Constituição, pela Liberdade e pela Democracia no maior Movimento Cívico da História do Estado de São Paulo.

Ante o exposto, formulamos a seguinte moção:

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO aplaude a memória e os feitos dos **Gaviões de Penacho**, que no ano de 2024, têm celebrada a efeméride dos noventa anos da publicação de livro homônimo de autoria do Major-Brigadeiro do Ar Lysias Augusto Cerqueira Rodrigues (in memoriam) e que relata a Epopeia dos integrantes do 1º Grupo de Aviação Constitucionalista – os **Gaviões de Penacho** – na Revolução de 1932.

Assamblea Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Major Mecca

Requerimentos de Informação

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 388, DE 2024

Nos termos do artigo 20, inciso XXIV da Constituição do Estado de São Paulo e do artigo 166 do Regimento Interno, requero que seja oficiado a Senhora Secretária de Esportes Coronel Helena Reis, solicitando-lhe as informações a seguir:

Programa Bolsa Talento Esportivo.

1 - Número total de bolsas vigentes

a. Qual é o número total de bolsas atualmente em vigor no âmbito do programa "Bolsa Talento Esportivo"?

b. Lista Atualizada com nomes de todos os atletas, modalidades, categorias e valores recebidos?

2 - Distribuição de bolsas por gênero

Conforme a Lei nº 13.556/2009, que instituiu o "Programa Bolsa Talento Esportivo", com última atualização pela Lei nº 17.822/2023, em seu artigo Artigo 6º-B, estabelece que:

"Assegura essa lei a paridade de gênero, com reserva de bolsas no percentual mínimo de 50% cinquenta por cento) para mulheres."

a. O percentual de 50% das bolsas destinadas a cada gênero está sendo devidamente respeitado?

b. Caso negativo, quais medidas estão sendo tomadas para corrigir eventuais disparidades?

c. Lista atualizada com o número total de mulheres com bolsa em vigência com nomes, modalidades e categorias?

3 - Bolsas concedidas no ano de 2024

a. Qual foi o número total de bolsas concedidas no ano de 2024?

b. Qual foi a distribuição dessas bolsas por gênero, categoria esportiva e modalidade?

4- Orçamento

a. Conforme o Plano Plurianual (2024-2027) o número médio de atletas beneficiados com a concessão da Bolsa Talento Esportivo para o ano de 2024 é de 780 atletas, este número foi atingido?

b. Caso negativo, quais medidas estão sendo tomadas para corrigir eventuais disparidades?

c. Conforme a proposta orçamentária do ano de 2024, o valor do orçamento para a gestão do programa "Bolsa Talento Esportivo" é de R\$ 6.800.000,00 (seis milhões e oitocentos mil reais), desta forma, qual foi o valor utilizado para manutenção das bolsas dos atletas?

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação fundamenta-se na necessidade de garantir o fiel cumprimento da Lei nº 13.556, DE 09 DE JUNHO DE 2009, com atualização dada pela Lei nº 17.822, de 27/10/2023, que instituiu o programa "Bolsa Talento Esportivo".

Como autor da última atualização da lei, tenho o compromisso de assegurar que os objetivos propostos sejam alcançados, especialmente no que diz respeito à promoção da paridade de gênero, à democratização do acesso ao esporte e ao apoio ao desenvolvimento de talentos esportivos no Estado de São Paulo.

Desta forma, sou constantemente cobrado por meu público nas redes sociais, que busca informações claras e atualizadas sobre as ações e projetos que defendo. É meu dever prestar contas à população, demonstrando que o programa está sendo implementado de forma transparente, justa e alinhada com os critérios estabelecidos pela nova legislação.

Os questionamentos apresentados visam assegurar que:

O programa está sendo executado de acordo com o que foi estabelecido na lei, respeitando seus critérios e diretrizes.

A paridade de gênero na distribuição das bolsas está sendo garantida, com 50% das vagas destinadas a cada gênero.

A gestão pública está sendo conduzida com transparência e eficiência, garantindo que os recursos cheguem a quem realmente precisa.

Essas informações são essenciais para que eu possa dar um retorno claro e fundamentado a população, bem como tomar as medidas necessárias para corrigir possíveis desvios e propor melhorias, caso necessário.

Agradeço antecipadamente à Secretaria de Esportes Coronel Helena Reis pela atenção e colaboração no fornecimento das informações solicitadas. Reforço minha confiança no trabalho da equipe técnica e administrativa, e coloco-me à disposição para dialogar e contribuir com quaisquer ações que visem aprimorar o programa "Bolsa Talento Esportivo".

Estou certo de que, juntos, podemos garantir que essa iniciativa alcance seu pleno potencial, beneficiando atletas de todo o Estado de São Paulo.

Assamblea Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Felipe Franco

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 389, DE 2024

Nos termos do artigo 20, inciso XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da XIV Consolidação do Regimento Interno, requero seja oficiado ao Senhor Secretário de Parcerias em Investimentos as seguintes informações

1. A Agência Reguladora de Transportes do estado de São Paulo (Artesp) autorizou a redução de linhas intermunicipais que atendem as regiões dos municípios de Taquaral, Taiuva, Taiapu, Dobrada, Santa Ernestina, Motuca nos últimos doze meses?

a. Se sim, houve uma pesquisa que norteou as decisões? Anexar todo o processo, estudos e outros documentos que fundamentam a redução.

2. A Artesp tem recebido manifestações dos municípios, autoridade executivas e legislativas, e diretamente da população atingida pela deficiência na oferta do transporte intermunicipal?

3. Quais as empresas autorizadas a atuarem na região?

4. Ainda sobre as empresas, a Artesp tem atuado na fiscalização do cumprimento dos horários, assim como nas condições dos veículos colocados no atendimento da população?

a. Se sim, relacionar as atuações realizadas no ano de 2024, providências tomadas pela Artesp, como multas e outras punições, assim como informar se os problemas apontados pela agência forma sanados pelas empresas.

5. A Artesp tem planos para realizar estudos da demanda pelo transporte na região dos municípios apontados?

JUSTIFICATIVA

A redução da oferta de ônibus intermunicipais entre os municípios de Taquaral, Taiuva, Taiapu, Dobrada, Santa Ernestina e Motuca tem gerado sérios impactos na vida dos municípios que dependem desse meio de transporte para se deslocarem até seus locais de trabalho, estudo e para o acesso a serviços essenciais. A diminuição das linhas e a falta de

flexibilidade nos horários têm comprometido a mobilidade dessas populações, levando muitos a recorrerem ao uso de veículos próprios, o que resulta em custos adicionais com combustível e manutenção de carros particulares, além de representar um agravamento das condições de trânsito na região.

Essa situação tem levado, também, à perda de oportunidades de emprego, uma vez que muitos trabalhadores que dependem do transporte público têm dificuldades em chegar aos seus destinos dentro dos horários estipulados, o que impacta diretamente no rendimento de setores produtivos locais e prejudica a economia regional. Além disso, o uso de veículos particulares por um número crescente de pessoas tem gerado um aumento no tráfego e na demanda por infraestrutura viária, exacerbando o desgaste das estradas e gerando custos elevados para os próprios moradores e para o Estado.

Portanto, é de extrema importância que o governo do estado reanalise a situação do transporte intermunicipal entre esses municípios, com o objetivo de restabelecer uma oferta adequada de linhas e horários, que atenda às necessidades da população e contribua para o desenvolvimento da região. A recuperação e ampliação desse serviço são essenciais para garantir a qualidade de vida dos cidadãos, fomentar a economia local e reduzir os custos com transporte, promovendo a inclusão social e o acesso a novas oportunidades de trabalho.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Luiz Claudio Marcolino

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº 390, DE 2024

Nos termos do artigo 20, inciso XVI, da Constituição do Estado de São Paulo, combinado com o artigo 166 da XIV Consolidação do Regimento Interno, requero seja oficiado a Sra. Secretária Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, para que nos preste as seguintes informações sobre duplicação da Rodovia Deputado Cunha Bueno, SP 253:

1. A duplicação da referida Rodovia está no planejamento do Governo do estado de São Paulo?

a. Se sim, apresentar estudos contendo cronograma, custos e outras informações pertinentes.

b. Se não, apresentar os argumentos que justifiquem a decisão do Governo em não promover a duplicação da Rodovia.

2. Apresentar os números de acidentes e dados de vítimas desde o ano 2000, quando se iniciaram os movimentos regionais pela duplicação da rodovia.

3. Apresentar o relatório de serviços executados nos anos de 2023 e 2024 na referida rodovia, quanto a manutenção asfáltica, recuperação de acostamento, sinalização, entre outros serviços.

4. O tráfego de veículos pesados tem sido fiscalizado? Relacionar multas aplicadas nos anos de 2023 e 2024.

JUSTIFICATIVA

A duplicação da Rodovia Cunha Bueno é uma medida essencial para atender à crescente demanda de tráfego na região e mitigar os graves problemas que a infraestrutura atual apresenta. Com um fluxo diário de aproximadamente 9.500 veículos, incluindo um elevado número de veículos pesados, a rodovia desempenha papel estratégico na conexão entre os municípios de Jaboticabal, Distrito Córrego Rico, Guariba, Pradópolis, Guataporã, Luís Antônio, além de possibilitar acesso a cidades importantes como Dumont e Ribeirão Preto.

A presença de duas grandes usinas de açúcar e álcool às margens da rodovia intensifica ainda mais o tráfego de caminhões e maquinário agrícola, contribuindo para o desgaste do pavimento e aumentando o risco de acidentes. A via, que também é amplamente utilizada como rota alternativa para evitar pedágios, sofre com sobrecarga e infraestrutura inadequada para comportar o volume e o tipo de veículos que por ela transitam. Esse cenário tem resultado em um alto índice de acidentes graves, muitos deles com vítimas, gerando impactos sociais e econômicos significativos.

Em dia 13 de novembro de 2024, mais um acidente aconteceu, desta vez um micro-ônibus e deixou ao menos 14 trabalhadores feridos na Rodovia Deputado Cunha Bueno (SP-253), entre Pradópolis e Guataporã. Em junho, uma pessoa morreu e três ficaram feridas após uma colisão envolvendo dois carros. O acidente aconteceu por volta das 15h20 desta sexta-feira (28), na altura do km 211 da Rodovia Cunha Bueno (SP-253), entre os municípios de Guariba e Jaboticabal. Esta realidade traz o apelido a SP 253 de Rodovia da Morte para a Cunha Bueno.

A duplicação da Rodovia Cunha Bueno traria inúmeros benefícios, entre eles a redução expressiva no número de acidentes, oferecendo maior segurança aos motoristas e pedestres. Além disso, a fluidez no tráfego melhoraria substancialmente, beneficiando não apenas os usuários frequentes da rodovia, mas também as operações logísticas das usinas e outras atividades econômicas da região. Essa obra ainda diminuiria os custos associados à manutenção veicular e ao transporte de bens, promovendo maior competitividade para os produtores locais.

Por sua localização estratégica e impacto regional, a duplicação contribuiria para fortalecer o desenvolvimento econômico e social, ampliando a integração entre os municípios e facilitando o acesso a serviços essenciais. A inclusão dessa obra no plano de recuperação de rodovias do Departamento de Estradas e Rodagem (DER) é, portanto, indispensável para atender à demanda crescente e oferecer uma solução de longo prazo para os problemas enfrentados pelos usuários da rodovia.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Luiz Claudio Marcolino

Requerimentos

REQUERIMENTO DE CONGRATULAÇÕES

LETÍCIA AGUIAR

Este documento pode ser verificado pelo código [E.2024.11.22.2.1](http://www.doe.sp.gov.br/autenticidade) em <http://www.doe.sp.gov.br/autenticidade>

2930/2024

Propõe voto de Congratulações ao Grupo de Segurança e Defesa de São José dos Campos (GSD) da Força Aérea Brasileira e ao Pelotão de Cães de Guerra - Canil Bandeirantes do Vale, em reconhecimento aos excelentes serviços prestados à sociedade.

REQUERIMENTO DE CONSTITUIÇÃO DE CPI Nº 2936, DE 2024

Requeremos, nos termos do § 2º do artigo 13 da Constituição do Estado de São Paulo e dos artigos 34 e seguintes do Regimento Interno, a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 9 (nove) Deputados, com a finalidade de, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, apurar os desaparecimentos e assassinatos de homossexuais ocorridos a partir de encontros marcados em aplicativos no estado de São Paulo.

JUSTIFICATIVA

A presente proposta visa instaurar Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, com objetivo de investigar os desaparecimentos e assassinatos de homossexuais após encontros marcados em aplicativos no estado de São Paulo.

Diante da fragilidade da segurança digital dos aplicativos de encontros (tinder; Surge; Taimi Namoro; Blue; Scruff; Grindr; Hornet; Wapo; Badoo, dentre outros), criminosos têm utilizado essas plataformas para atrair homens gays através de perfis falsos e cometer crimes como roubo, extorsão, violência física e homicídios motivados por homofobia.

A exemplo disto, podemos citar o que, lamentavelmente, aconteceu com Leonardo Rodrigues Nunes na madrugada de 13/06/2024. O jovem, de apenas 24 anos, que foi morto após ser baleado durante encontro marcado no aplicativo "Hornet", com o usuário "@guuh1" (perfil já excluído da plataforma)

Todavia, o supracitado caso não é isolado. De acordo com denúncias amplamente divulgadas pela mídia, existe uma quadrilha atuando na região do Sacomã, onde o jovem Leonardo foi encontrado. Além disso, outros usuários denunciaram casos de desaparecimentos de homens gays, também, na zona central da cidade de São Paulo, mais especificamente no Largo do Arouche, localizado no bairro da República.

Realista-se que, de acordo com o "Mortes e violências contra LGBTI+ no Brasil", produzido pelo Grupo Gay da Bahia, somente no ano de 2023, uma pessoa LGBTI+ foi assassinada a cada 38 horas no Brasil. Sendo que, segundo a mesma pesquisa, o estado de São Paulo é o estado com mais registros de assassinatos.

Tais dados são corroborados pelo levantamento publicado pelo Instituto Polis em maio de 2024, que indica aumento de 1.424% nos registros dos boletins de ocorrência por homofobia e transfobia e crescimento das notificações destas violências em unidades de saúde da capital, no período entre os anos de 2015 e 2022.

Os supramencionados casos, somados aos dados da violência contra a população LGBTI+, evidenciam a fragilidade das políticas de segurança oferecidas pelos aplicativos de relacionamento aos usuários. Ademais, reforçam a necessidade de investigar em que medida tais políticas, por negligenciarem direitos fundamentais como à vida, à segurança e à integridade física dos usuários, contribuem para a ocorrência desses ataques.

Isto posto, é importante mencionar que as Comissões Parlamentares de Inquérito — CPis exercem papel fundamental para a sociedade, representando uma das formas em que o Poder Legislativo exerce sua função fiscalizadora, tanto em âmbito federal quanto estadual, ao investigar fatos determinados de relevante interesse público.

No âmbito estadual, sua previsão é estabelecida no § 2º do art. 13 da Constituição e regulamentada pelo Regimento Interno desta Assembleia Legislativa (RIALESP), em seus artigos 34 a 34-D. Adicionalmente, cabe ressaltar que se aplica subsidiariamente, no que couber, a legislação federal e o Código de Processo Penal (§ 11 do art. 34-B do RIALESP).

Destarte, diante dos fatos aqui expostos, torna-se necessária e urgente a pronta intervenção deste Poder Legislativo, que não deve omitir-se em relação a direitos constitucionalmente protegidos. Quanto menos, deixar de agir por meio de seu poder de investigação em prol da defesa dos interesses da população paulista.

Assim sendo, para garantir uma efetiva resposta à população e o desenvolvimento de proposições capazes de solucionar este problema na segurança pública do estado, propomos a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com objetivo de investigar a violência homofóbica perpetrada por meio da utilização de aplicativos de encontros.

Por fim, ratifica-se que ao final dos trabalhos, a comissão enviará à Mesa, para conhecimento do Plenário, relatório e conclusões que também serão remetidos aos órgãos competentes do Estado. Tudo, para que promovam as mudanças necessárias ou, sendo o caso, garantam a responsabilização administrativa, cível e/ou criminal, que se fizerem necessárias.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Guilherme Cortez, Carlos Giannazi, Ediane Maria, Leci Brandão, Luiz Claudio Marcolino, Rômulo Fernandes, Andréa Werner, Monica Seixas do Movimento Pretas, Marcio Nakashima, Dr. Jorge do Carmo, Reis, Maurici, Ricardo Madalena, Eduardo Suplicy, Paula da Bancada Feminista, Thainara Faria, Simão Pedro, Ana Perugini, Emídio de Souza, Márcia Lia, Donato, Ana Carolina Serra, Paulo Fiorilo, Professora Bebel, Marina Helou, Luiz Fernando T. Ferreira, Teonilio Barba, Mauro Bragato, Beth Sáhão, Enio Tatto, Analice Fernandes, Caio França

REQUERIMENTO DE CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE REPRESENTAÇÃO Nº 2938, DE 2024

Requero, nos termos do artigo 35 do Regimento Interno, a constituição de uma Comissão de Representação a fim de, nos dias 04 e 05 de dezembro de 2024, em Brasília - DF, representar a Assembleia Legislativa de São Paulo em reuniões com Ministros e demais membros do Governo Federal, para tratar de investimentos para o estado de São Paulo. Informo, ainda, que as despesas serão custeadas via verba de gabinete.

JUSTIFICATIVA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas (ICP-Brasil).



Consoante é cediço, venho exercendo em meu mandato firme luta em prol do fortalecimento do Estado de São Paulo.

Nesse compasso, designei os dias acima declinados com vistas a tratar com membros do Governo Federal acerca de investimentos a serem destinados ao nosso augusto Estado.

Dessa feita, é nessa qualidade que requeiro apoio dos nobres pares para a aprovação da presente

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Luiz Fernando T. Ferreira, Emídio de Souza, Professora Bebel, Eduardo Suplicy, Teonílio Barba, Gilmaci Santos, Carlos Giannazi, Ediane Maria, Enio Tatto, Thainara Faria, Paula da Bancada Feminista, Caio França, Marcio Nakashima, Donato, Maurici, Paulo Fiorilo, Luiz Claudio Marcolino, Sebastião Santos, Simão Pedro, Rafael Saraiva, Dr. Jorge do Carmo, Guilherme Cortez, Ana Perugini, Rômulo Fernandes

REQUERIMENTO DE COAUTORIA Nº 2937, DE 2024

Solicito as providências necessárias para efetivar minha coautoria ao PL 1.383/2023 que "Modifica a Redação da Lei nº 14.949, de 06 de fevereiro de 2013, que institui o "Programa Bolsa Talento Esportivo".

Desse modo, conforme previsto em regimento, seguem anexas as concordâncias dos demais coautores.

JUSTIFICATIVA

Por haver interesse comum e atuação conjunta em relação às disposições da referida propositura, requeremos que seja declarada a coautoria.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

Major Mecca - PL

De acordo.

Gerson Pessoa

REQUERIMENTO SOLICITANDO LICENÇA

EDMIR CHEDID, nos termos do artigo 84, Inciso II, do Regimento Interno, no período de 19/11/2024 a 21/11/2024.

Indicações

INDICAÇÕES

BRUNO ZAMBELLI

8431/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos financeiros para custeio da Saúde, para a Prefeitura Municipal de Embu das Artes.

DANILO CAMPETTI

8443/2024

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para obras para a Associação Lar de Menores - ALARME, CNPJ 60.002.136/0001-62, em substituição à Indicação nº 7296/2024.

DR. JORGE DO CARMO

8410/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos para custeio de equipamentos de Saúde no Município de Paulínia, para atendimento à população.

8411/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos para custeio de equipamentos de Saúde no Município Caieiras, para atendimento à população.

8412/2024

Indica ao Sr. Governador do Estado que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos para custeio de equipamentos de Saúde no Município de Capivari, para atendimento à população.

8413/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos para custeio de equipamentos de Saúde no Município de Cotia, para atendimento à população.

8414/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de Franco da Rocha, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

8415/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de Taboão da Serra, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

8416/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de Campinas, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

8417/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de Mairiporã, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

8418/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de Poá, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

8419/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de Ferraz de Vasconcelos, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

8420/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de Carapicuíba, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

8421/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de Mairinque, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

8422/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de São Paulo, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

8423/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de Itaquaquecetuba, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

8424/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de Guarujá, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

8425/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de Selesópolis, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

8426/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de Rio Grande da Serra, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

8427/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de Sorocaba, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

8428/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de São Vicente, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

8429/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de Osasco, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

8430/2024

Indica ao Sr. Governador que determine à Secretaria de Saúde o aporte de recursos no Município de Suzano, para custeio na rede SUS, para atendimento à população.

LETÍCIA AGUIAR

8452/2024

Indica ao Sr. Governador que destine recursos para a Associação Espírita Nova Era, no município de Pindorama.

LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

8453/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para aquisição de veículo de suporte a projetos culturais da cidade de Rafard.

8454/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para custeio de projetos culturais do município de Rafard.

8455/2024

Indica ao Sr. Governador a inclusão da duplicação da Rodovia Cunha Bueno, que liga os municípios de Jaboticabal, Distrito Córrego Rico, Guariba, Pradópolis, Guataparã, Luís Antônio, e acesso aos municípios de Dumont e Ribeirão Preto, no plano de recuperação de rodovias através do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) do Estado de São Paulo.

8456/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para infraestrutura para o município de Lins.

8457/2024

Indica ao Sr. Governador a realização de estudos para ampliação de linhas intermunicipais nas regiões dos municípios de Taquaral, Taiuva, Taiacu, Dobrada, Santa Ernestina, Motuca, entre outros, que sofrem com a falta do transporte.

8458/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para obras de infraestrutura no Parque Linear do Parque Bosque do Agreste, no município de Vargem Grande Paulista.

8459/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para custeio de projetos esportivos à Associação Mauaense de Taekwondo, do município de Mauá.

8461/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para investimentos no Hospital do Rim de São Paulo.

8465/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para custeio de projetos junto à entidade Casa da Mulher, Associação de Atendimento, Estudo e Pesquisa, de Ribeirão Preto.

MARCIO NAKASHIMA

8407/2024

Indica ao Sr. Governador a urgente liberação de recursos financeiros em prol do município de Campos do Jordão, a serem empregados na pavimentação asfáltica de toda a extensão da Rua Carlos Eckman, situada na Vila Eckman.

MARCOS DAMASIO

8400/2024

Indica ao Sr. Governador que verifique a possibilidade de liberar recursos financeiros para custeio da Saúde do município de Caçapava.

8401/2024

Indica ao Sr. Governador que verifique a possibilidade de liberar recursos financeiros para custeio da Saúde do município de Lorena.

8402/2024

Indica ao Sr. Governador que verifique a possibilidade de liberar recursos financeiros para custeio da Saúde do município de Cruzeiro.

8403/2024

Indica ao Sr. Governador que verifique a possibilidade de liberar recursos financeiros para custeio da Saúde do município de Biritiba Mirim.

8404/2024

Indica ao Sr. Governador que verifique a possibilidade de liberar recursos financeiros para custeio da Saúde do município de Santo Antônio do Pinhal.

8405/2024

Indica ao Sr. Governador que verifique a possibilidade de liberar recursos financeiros para custeio da Saúde do município de Guaratinguetá.

8406/2024

Indica ao Sr. Governador que verifique a possibilidade de liberar recursos financeiros para custeio da Saúde do município de Pindamonhangaba.

RICARDO FRANÇA

8460/2024

Indica ao Sr. Governador a adoção de providências e liberação de recursos de custeio em saúde ao Município de Pindamonhangaba.

8462/2024

Indica ao Sr. Governador a realização de estudos para a criação de redes de apoio para cuidadores de animais.

8463/2024

Indica ao Sr. Governador a realização de estudos visando a implementação de academias adaptadas para pessoas com deficiência nos equipamentos esportivos estaduais.

8464/2024

Indica ao Sr. Governador a realização de estudos para a criação de programa de apoio à capacitação de cuidadores familiares de pacientes oncológicos.

RICARDO MADALENA

8408/2024

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para a aquisição de uma Van de grande porte para transporte de pacientes da área da saúde do Município de Porangaba.

8451/2024

Indica ao Sr. Governador a liberação de recursos para melhoria da infraestrutura urbana junto ao Município de Embu-Guaçu.

ROGÉRIO NOGUEIRA

8409/2024

Indica ao Sr. Governador que determine a implementação do Programa Melhor Caminho na Estrada da Grama e Estrada Comendador Doutor Santoro Mironi, no Município de Indaiatuba.

SEBASTIÃO SANTOS

8432/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para investimentos em infraestrutura para o município de Barrinha.

8433/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para investimentos em infraestrutura para o município de Batatais.

8434/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para investimentos em infraestrutura para o município de Bebedouro.

8435/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para investimentos em infraestrutura para o município de Bento de Abreu.

8436/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura para o município de Bernardino de Campos.

8437/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para investimentos em infraestrutura para o município de Bertioga.

8438/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura para o município de Bilac.

8439/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para investimentos em infraestrutura para o município de Birigui.

8440/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para investimentos em infraestrutura para o município de Biritiba Mirim.

8441/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura para o município de Boa Esperança do Sul.

8442/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura para o município de Boituva.

8444/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para investimentos em infraestrutura para o município de Bom Jesus dos Perdões.

8445/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para investimentos em infraestrutura para o município de Bom Sucesso de Itararé.

8446/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para investimentos em infraestrutura para o município de Buri.

8447/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para investimentos em infraestrutura para o município de Barueri.

8448/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para investimentos em infraestrutura para o município de Bragança Paulista.

8449/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura para o município de Braúna.

VALDOMIRO LOPES

8399/2024

Indica ao Sr. Governador a destinação de recursos para a APAE de São José do Rio Preto.

8450/2024

Indica ao Sr. Governador que determine aos órgãos competentes a destinação de recursos financeiros para investimento na saúde para a Prefeitura Municipal de Itaporanga.

Pareceres

PARECER Nº 1867, DE 2024, DA COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES, SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 196, DE 2024

De autoria do Deputado Ricardo Madalena, o projeto em epígrafe pretende dar a denominação de "Ary Pocay" ao primeiro acesso localizado no km 25,562 da Rodovia Orlando Quagliato - SP 327, sentido ao município de Ourinhos - Recinto da Fapi (Parque Olavo Ferreira Sá), em Ourinhos.

Inicialmente, a matéria foi encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que se manifestou pela aprovação do projeto na forma do substitutivo lá apresentado.

Na presente oportunidade, a proposição vem a esta Comissão de Transportes e Comunicações, cabendo-nos, na qualidade de Relator, deliberar conclusivamente sobre a matéria nos termos do artigo 31, § 8º, combinado com o artigo 33, II, "b" do Regimento Interno desta Casa, o que passamos a fazê-lo.

Da leitura da biografia apresentada observamos que o homenageado teve sua trajetória de vida como um exemplo, onde fica justa a homenagem.

Vale ressaltar que a CCJR apresentou substitutivo em estrita observância ao quanto sugerido pelo DER do Governo do Estado de São Paulo (Ofício nº 927/2024 DERSP-SUP-DEMANDAS).

Portanto, manifestamo-nos favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 196, de 2024, conclusivamente, na forma do substitutivo apresentado pela CCJR.

Milton Leite Filho – Relator

APROVADA CONCLUSIVAMENTE A PROPOSITURA, NA COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES, CONFORME VOTO DO RELATOR FAVORÁVEL NA FORMA DO SUBSTITUTIVO DA CCJR, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 31 E 33 DO REGIMENTO INTERNO.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 13/11/2024.

Ricardo Madalena – Presidente

Ricardo Madalena	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Rodrigo Moraes	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Paulo Mansur	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Donato	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Carlão Pignatari	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Jorge Wilson Xerife do Consumidor	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Milton Leite Filho	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Léo Oliveira	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Oseias de Madureira	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Valdomiro Lopes	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR

Deliberações nas Comissões

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - PL 196/2024

(Autoria: Ricardo Madalena)

APROVADA CONCLUSIVAMENTE A PROPOSITURA, NA COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES, CONFORME VOTO DO RELATOR FAVORÁVEL NA FORMA DO SUBSTITUTIVO DA CCJR, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 31 E 33 DO REGIMENTO INTERNO.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 13/11/2024.

Ricardo Madalena – Presidente

Ricardo Madalena	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Rodrigo Moraes	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Paulo Mansur	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Donato	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Carlão Pignatari	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR

Jorge Wilson Xerife do Consumidor	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Milton Leite Filho	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Léo Oliveira	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Oseias de Madureira	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR
Valdomiro Lopes	Favorável, conclusivamente, na forma do substitutivo da CCJR

Despachos

DESPACHO DE COAUTORIA - PL 1383/2023

Deferido o pedido de inclusão do Deputado Major Mecca como coautor do PL nº 1383/2023.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2024.

ANDRÉ DO PRADO - Presidente

Comissões

Convocações

COMISSÃO DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES - 25 DE NOVEMBRO DE 2024

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para a **5ª Reunião Extraordinária** a realizar-se no dia **25/11/2024, segunda-feira, às 17 horas, no Plenário D. Pedro I, com a finalidade de realizar audiência pública para discutir o projeto "Nova Raposo"**.

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Paulo Mansur	PL	Alex Madureira
Ricardo Madalena	PL	Bruno Zambelli
Rodrigo Moraes	PL	Dani Alonso
Donato	PT/PCdoB/PV	Luiz Fernando T. Ferreira
Emídio de Souza	PT/PCdoB/PV	Maurici
Enio Tatto	PT/PCdoB/PV	Rômulo Fernandes
Carlão Pignatari	PSDB/Cidadania	Dirceu Dalben
Jorge Wilson Xerife do Consumidor	REPUBLICANOS	Edna Macedo
Milton Leite Filho	UNIÃO	Edmir Chedid
Léo Oliveira	MDB	Rogério Santos
Oseias de Madureira	PSD	Paulo Correa Jr
Valdomiro Lopes	PSB	Andréa Werner
---	---	---

Sala das Comissões, em 19/11/2024.

Deputado Ricardo Madalena
Presidente

COMISSÃO DE ASSUNTOS METROPOLITANOS E MUNICIPAIS - 26 DE NOVEMBRO DE 2024

CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos regimentais, as Senhoras Deputadas e os Senhores Deputados abaixo relacionados, membros desta Comissão, para a **1ª Reunião Extraordinária** a realizar-se no dia **26/11/2024, terça-feira, às 13 horas, no Plenário José Bonifácio, com a finalidade de apreciar a pauta anexa e tratar de outros assuntos do interesse desta Comissão.**

Membros Efetivos		Membros Substitutos
Paulo Mansur	PL	Carlos Cezar
Ricardo Madalena	PL	Conte Lopes
Tenente Coimbra	PL	Rodrigo Moraes
Ana Perugini	PT/PCdoB/PV	Donato
Luiz Fernando T. Ferreira	PT/PCdoB/PV	Reis
Maurici	PT/PCdoB/PV	Rômulo Fernandes
Ana Carolina Serra	PSDB/Cidadania	Maria Lúcia Amary
Jorge Wilson Xerife do Consumidor	REPUBLICANOS	Gilmaci Santos
Edmir Chedid	UNIÃO	Milton Leite Filho
Rogério Santos	MDB	Jorge Caruso
Ricardo França	PODE	Gerson Pessoa
Helinho Zanatta	PSD	Marta Costa
Paulo Correa Jr	PSD	Oseias de Madureira

Sala das Comissões, em 21/11/2024.

Deputada Ana Carolina Serra
Presidente

PAUTA

1ª Reunião Extraordinária

1 - Projeto de Lei Complementar 1/2020 - Deputada Analice Fernandes - Acrescenta o inciso VIII ao artigo 2º da Lei Complementar nº 1.261, de 29 de abril de 2015. - Deputado Donato - Ciência do Vencedor - L.F.T.F., R.F., A.C.S., D., M., P.M.

2 - Projeto de lei 451/2005 Juntado o Projeto de lei 785/2013 - Deputada Maria Lúcia Prandi - Obriga as empresas de transporte coletivo intermunicipais instalarem elevadores hidráulicos e demais equipamentos de segurança em seus ônibus, para garantir a acessibilidade e o transporte seguro dos portadores de deficiência. - Deputado Ricardo França - favorável ao projeto de lei 785/2013 e contrário ao projeto de lei 451/2005.

3 - Projeto de lei 206/2017 - Deputado Cezinha de Madureira - Dispõe sobre a proibição de publicidade de bebidas alcoólicas nos espaços reservados à publicidade no Metrô e CPTM. - Deputado Rogério Santos - contrário - R.F., M., O.D.M.

4 - Projeto de lei 976/2023 - Deputado Dirceu Dalben - Declara o Município de Mococa "Capital Estadual das Folias de Reis". - Deputado Rogério Santos - favorável

5 - Projeto de lei 1210/2023 - Deputada Ana Carolina Serra - Declara o Município de Santo André "Capital da Solidariedade do Estado de São Paulo." - Deputado Maurici - favorável

6 - Projeto de lei 1388/2023 - Deputado Luiz Claudio Marcolino - Estabelece critérios para a criação e reconhecimento de Parlamentos Metropolitanos e Regionais no Estado. - Deputado Luiz Fernando T. Ferreira - favorável

7 - Projeto de lei 1698/2023 - Deputada Dani Alonso - Declara o Município de Junqueirópolis "Capital Estadual da Acerola". - Deputada Ana Perugini - favorável

8 - Projeto de lei 64/2024 - Deputado Gerson Pessoa - Declara o Município de Osasco "Capital do Cachorro-Quente" no Estado. - Deputado Ricardo França - favorável

9 - Processo 01316/1998 - Comissão de Assuntos Municipais - Documentação relativa à emancipação do distrito de Planalto do Sul. - Deputado Paulo Mansur - propondo arquivamento dos autos

10 - Processo 01715/1999 - DIVERSOS - Propõe a realização de plebiscito visando o desmembramento dos bairros Jardim Jaraguá Novo e Residencial Flor do Vale do município de Tremembé e sua incorporação ao município de Taubaté. (Dr. Manoel da Cunha) - Deputado Paulo Mansur - propondo arquivamento dos autos

11 - Processo 01872/1999 - Deputado Antonio Salim Curiati - Encaminhando representação subscrita por moradores do Distrito do Jardim Presidente Dutra (Cumbica), pleiteando a emancipação desse distrito, com a sua consequente elevação à categoria de Município. - Deputado Paulo Mansur - propondo arquivamento dos autos

12 - Processo 02119/1999 - DIVERSOS - Encaminhando abaixo-assinado subscrito por moradores do Distrito de Rubião Junior, município de Botucatu, visando a emancipação político-administrativa do referido Distrito. (Sr. Nelson José Vieira - Pres. Comissão Pró-Emancipação Distrito Rubião Junior) - Deputado Ricardo França - propondo arquivamento dos autos

13 - Processo 02120/1999 - DIVERSOS - Encaminhando pedido de realização de plebiscito, visando desmembramento do Município de Itaquaquecetuba para anexação ao Município de Arujá, de parte dos loteamentos Arujazinho III, Arujazinho IV e Arujá Country Club. (Sr. Sidney Francolino - Arujazinho III) - Deputado Ricardo França - propondo arquivamento dos autos

14 - Processo 02121/1999 - DIVERSOS - Encaminhando abaixo-assinado de moradores e eleitores no Distrito de Vicentinópolis, Município de Santo Antônio de Aracanguá, Comarca de Araçatuba solicitando a emancipação política e administrativa desse Distrito. (Sr. Antonio Benedito Lima) - Deputado Ricardo França - propondo arquivamento dos autos

15 - Processo 02124/1999 - Comissão de Assuntos Municipais - Encaminhando documentação subscrita por moradores do Distrito de São Berto, município de Manduri, pleiteando a emancipação deste distrito. - Deputado Ricardo França - propondo arquivamento dos autos

16 - Processo 02125/1999 - Comissão de Assuntos Municipais - Encaminhando documentação referente ao pedido de emancipação do Distrito de Ariri, localizado no município de Cananéia. - Deputado Ricardo França - propondo arquivamento dos autos

17 - Processo 02126/1999 - Comissão de Assuntos Municipais - Encaminhando documentação configurando processo de anexação de bairros ao Município de São Luiz do Paraitinga. - Deputado Ricardo França - propondo arquivamento dos autos

18 - Processo 06198/1999 - Comissão de Assuntos Municipais - Alteração das divisas entre Campinas e Hortolândia. (Processo RG 3817/95, de 26/04/1995). - Deputado Paulo Correa Jr - propondo arquivamento dos autos

19 - Processo 06199/1999 - Comissão de Assuntos Municipais - Emancipação de Santa Eudoxia (São Carlos). - Deputado Paulo Correa Jr - propondo arquivamento dos autos

20 - Processo 06201/1999 - Comissão de Assuntos Municipais - Alteração das divisas entre Jaguariuna, Santo Antônio da Posse, Artur Nogueira e Holambra. - Deputado Paulo Correa Jr - propondo arquivamento dos autos

PARA DELIBERAÇÃO:

Item 21 - Requerimento 2193/2023, de autoria do Deputado Maurici, que requer a realização de audiência pública com a finalidade de debater 'Tarifa Zero e Integração do Transporte Público Coletivo Urbano nas Regiões Metropolitanas', propondo convidar o Secretário de Estado de Transportes Metropolitanos, Sr. Marco Antonio Assalve, a Deputada Federal Luiza Erundina, o Presidente da Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo CMTC da Região Metropolitana de Goiânia, Sr. Tarcísio Abreu, a Secretária Municipal de Transportes do Rio de Janeiro, Sra. Maína Celidonio e o Diretor Executivo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos - NTU, Sr. Francisco Christovam. Vistas Concedidas: Paulo Mansur, Ana Perugini, Rômulo Fernandes e Rogério Santos.

Item 22 - Requerimento 2269/2023, de autoria do Deputado Dr. Jorge do Carmo, que requer a realização de audiência pública conjunta entre as COMISSÕES DE ASSUNTOS METROPOLITANOS E MUNICIPAIS (CMM) e de TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (CTC) com a finalidade de discutir sobre a viabilidade de implantação de política pública para universalização do acesso ao transporte público de passageiros por meio da isenção de pagamento de tarifa pública por parte dos usuários tarifa zero. Vistas Concedidas: Paulo Mansur, Ana Perugini, Rogério Santos e Rômulo Fernandes.

Item 23 - Requerimento 2333/2023, de autoria do Deputado Tenente Coimbra, requer convite ao Sr. Deputado Federal Guilherme Boulos e a Sra. Camila Ribeiro Duarte Lisboa, Presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, com a finalidade de prestar

esclarecimentos sobre a paralisação ocorrida no dia 03/10/2023, que afetou significativamente a vida dos cidadãos, causando transtornos, atrasos e prejuízos à mobilidade urbana na região metropolitana de São Paulo. Vistas Concedidas: Ana Perugini e Donato.

Item 24 - Requerimento 2529/2023, de autoria do Deputado Maurici, que requer convite ao sr. Marco Antonio Assalve, Secretário de Estado de Transportes Metropolitanos e o Sr. Julio Castiglioni, Presidente da Companhia do Metropolitano de São Paulo (Metrô), com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre a demissão política de funcionários da Cia. do Metrô e a discriminação que a empresa enfrenta no repasse de recursos para operação e manutenção por parte do governo do Estado, ao contrário da Via Quatro e da Via Mobilidade, concessionárias privadas, colocando a Cia. do Metrô em situação financeira deficitária. Vistas Concedidas: Paulo Mansur, Ana Perugini, Rômulo Fernandes e Rogério Santos.

Item 25 - Requerimento n.º 2789/2024, de autoria do Deputado Tenente Coimbra, que requer à Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais, nos termos do item 2 do §1º do artigo 13 da Constituição do Estado, que seja o Exmo. Sr. Secretário Marco Antonio Assalve, convidado para que esclareça sobre o atraso na execução da Fase 2 do VLT em Santos.

PARA CIÊNCIA:

Item 26 - E-mail de cidadão, pessoa com deficiência, que denuncia que a empresa Pássaro Marrom se nega a fornecer a gratuidade de passagem intermunicipal ao denunciante, alegando que, por ser pessoa com deficiência, teria esse direito;

Item 27 - E-mail de cidadão, que reclama da mudança do nome da Estação Vila Cardoso para Estação Maristela pelo Decreto Estadual n.º 68.607, de 15 de junho de 2024, e sugere que o nome deveria ser alterado para Estação Estrada do Sabão;

Item 28 - E-mail de cidadão que solicita a alocação de mais ônibus da EMTU na Linha 199 de Franco da Rocha a São Paulo.

Comunicados

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - "Prêmio Inezita Barroso"

COMUNICADO

COMUNICO às Senhoras Deputadas, aos Senhores Deputados, à sociedade civil, aos núcleos e às instituições culturais com atuação no Estado de São Paulo que, no período das 12h do dia 30/10/2024 até às 20h do dia 30/11/2024 (horário oficial de Brasília), ficará aberto o prazo para as indicações das personalidades físicas ou jurídicas que se destacaram na sociedade em razão de sua contribuição com a música dita caipira de raiz e qualquer outra forma de arte genuinamente popular que a complemente, no Estado de São Paulo, para a 8ª Edição do "Prêmio Inezita Barroso", instituído pela Resolução nº 910/2016, regulamentada pelo Ato da Mesa nº 42/2016 e alterada pela Resolução nº 931/2021.

As indicações deverão ser por escrito e enviadas para a Secretaria da Comissão de Educação e Cultura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, exclusivamente pela internet, no e-mail cec@al.sp.gov.br acompanhadas de um breve histórico (máximo 3 laudas) de cada indicado.

O prêmio, que consiste na entrega de uma estatueta confeccionada em metal de cor ouro velho, com base retangular sobre a qual ergue-se um busto esculpido representando a Patronesse, Sra. Inezita Barroso, acompanhada de um diploma, será concedido pelo Presidente da Assembleia Legislativa, mediante proposta da Comissão de Educação e Cultura, que definirá, no máximo, 20 (vinte) indicados a serem contemplados em cada edição.

A entrega do prêmio está prevista para ocorrer em cerimônia solene, pré-agendada para o mês de março de 2025, às 10h, expressamente convocada para esse fim.

Deputada Professora Bebel

Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Quadro de Comissões

QUADRO DE COMISSÕES

Comissão de Administração Pública e Relações do Trabalho

Reuniões Ordinárias: 4a feira às 15h30

Presidente		Vice-Presidente
Solange Freitas		Itamar Borges
Efetivos		Substitutos
Alex Madureira	PL	Bruno Zambelli
Rodrigo Moraes	PL	Major Mecca
Luiz Claudio Marcolino	Federação PT/PCdoB/PV	Beth Sahão
Professora Bebel	Federação PT/PCdoB/PV	Reis
Analice Fernandes	Federação PSDB/CIDADANIA	Ana Carolina Serra
Solange Freitas	UNIÃO	Guto Zacarias
Gilmaci Santos	REPUBLICANOS	Vitão do Cachorrão
Guilherme Cortez	Federação PSOL/REDE	Ediane Maria
Helinho Zanatta	PSD	Marta Costa
Itamar Borges	MDB	Jorge Caruso
Delegado Olim	PP	Leticia Aguiar

Comissão de Assuntos Desportivos

Reuniões Ordinárias: 4a feira às 15h30

Presidente		Vice-Presidente
Altair Morais		Felipe Franco
Efetivos		Substitutos

André Bueno	PL	Conte Lopes
Tenente Coimbra	PL	Ricardo Madalena
Leci Brandão	Federação PT/PCdoB/PV	Enio Tatto
Simão Pedro	Federação PT/PCdoB/PV	Thainara Faria
Rafa Zimbaldi	Federação PSDB/CIDADANIA	Dirceu Dalben
Felipe Franco	UNIÃO	Rafael Saraiva
Altair Moraes	REPUBLICANOS	Gilmaci Santos
Tomé Abduch	REPUBLICANOS	Sebastião Santos
Paulo Correa Jr	PSD	Rafael Silva
Dr. Eduardo Nóbrega	PODE	Gerson Pessoa
Marcio Nakashima	PDT	---

Comissão de Assuntos Metropolitanos e Municipais

Reuniões Ordinárias: 4a feira às 14h

Presidente		Vice-Presidente
Ana Carolina Serra		Maurici
Efetivos		Substitutos
Paulo Mansur	PL	Carlos Cezar
Ricardo Madalena	PL	Conte Lopes
Tenente Coimbra	PL	Rodrigo Moraes
Ana Perugini	Federação PT/PCdoB/PV	Donato
Luiz Fernando T. Ferreira	Federação PT/PCdoB/PV	Reis
Maurici	Federação PT/PCdoB/PV	Rômulo Fernandes
Ana Carolina Serra	Federação PSDB/CIDADANIA	Maria Lúcia Amary
Edmir Chedid	UNIÃO	Milton Leite Filho
Jorge Wilson Xerife do Consumidor	REPUBLICANOS	Gilmaci Santos
Helinho Zanatta	PSD	Marta Costa
Paulo Correa Jr	PSD	Oseias de Madureira
Rogério Santos	MDB	Jorge Caruso
Ricardo França	PODE	Gerson Pessoa

Comissão de Atividades Econômicas

Reuniões Ordinárias: 3a feira às 15h30

Presidente		Vice-Presidente
Itamar Borges		Helinho Zanatta
Efetivos		Substitutos
Bruno Zambelli	PL	Dani Alonso
Lucas Bove	PL	Marcos Damasio
Márcia Lia	Federação PT/PCdoB/PV	Eduardo Suplicy
Thainara Faria	Federação PT/PCdoB/PV	Luiz Claudio Marcolino
Carla Morando	Federação PSDB/CIDADANIA	Rafa Zimbaldi
Edmir Chedid	UNIÃO	Milton Leite Filho
Sebastião Santos	REPUBLICANOS	Tomé Abduch
Monica Seixas do Movimento Pretas	Federação PSOL/REDE	Carlos Giannazi
Helinho Zanatta	PSD	Marta Costa
Itamar Borges	MDB	Jorge Caruso
Leonardo Siqueira	NOVO	---

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informação

Reuniões Ordinárias: 4a feira às 11h

Presidente		Vice-Presidente
Mauro Bragato		Leonardo Siqueira
Efetivos		Substitutos
Bruno Zambelli	PL	Marcos Damasio
Fabiana Bolsonaro	PL	Ricardo Madalena
Beth Sahão	Federação PT/PCdoB/PV	Donato
Professora Bebel	Federação PT/PCdoB/PV	Simão Pedro
Mauro Bragato	Federação PSDB/CIDADANIA	Analice Fernandes
Milton Leite Filho	UNIÃO	Felipe Franco
Sebastião Santos	REPUBLICANOS	Danilo Campetti
Marina Helou	Federação PSOL/REDE	Guilherme Cortez
Rogério Santos	MDB	Itamar Borges
Gerson Pessoa	PODE	Ricardo França
Leonardo Siqueira	NOVO	---

Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Reuniões Ordinárias: 4a feira às 14h30

Presidente		Vice-Presidente
Thiago Auricchio		Altair Moraes
Efetivos		Substitutos
Carlos Cezar	PL	Dani Alonso
Conte Lopes	PL	Lucas Bove
Thiago Auricchio	PL	Tenente Coimbra
Dr. Jorge do Carmo	Federação PT/PCdoB/PV	Luiz Fernando T. Ferreira
Reis	Federação PT/PCdoB/PV	Paulo Fiorilo
Rômulo Fernandes	Federação PT/PCdoB/PV	Professora Bebel
Mauro Bragato	Federação PSDB/CIDADANIA	Maria Lúcia Amary
Rafael Saraiva	UNIÃO	Solange Freitas
Altair Moraes	REPUBLICANOS	Danilo Campetti
Marta Costa	PSD	Paulo Correa Jr
Dr. Eduardo Nóbrega	PODE	Ricardo França
Delegado Olim	PP	Capitão Telhada
Caio França	PSB	Andréa Werner

Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor

Reuniões Ordinárias: 3a feira às 15h

Presidente		Vice-Presidente
------------	--	-----------------

Jorge Wilson Xerife do Consumidor		Letícia Aguiar
Efetivos		Substitutos
Lucas Bove	PL	Gil Diniz
Thiago Auricchio	PL	Paulo Mansur
Dr. Jorge do Carmo	Federação PT/PCdoB/PV	Luiz Fernando T. Ferreira
Paulo Fiorilo	Federação PT/PCdoB/PV	Rômulo Fernandes
Analice Fernandes	Federação PSDB/CIDADANIA	Carla Morando
Felipe Franco	UNIÃO	Guto Zacarias
Edna Macedo	REPUBLICANOS	---
Jorge Wilson Xerife do Consumidor	REPUBLICANOS	---
Paulo Correa Jr	PSD	Marta Costa
Jorge Caruso	MDB	Léo Oliveira
Letícia Aguiar	PP	Capitão Telhada

Comissão de Defesa e dos Direitos das Mulheres

Reuniões Ordinárias: 3a feira às 15h30

Presidente		Vice-Presidente
Dani Alonso		Ana Perugini
Efetivos		Substitutos
Dani Alonso	PL	André Bueno
Fabiana Bolsonaro	PL	Bruno Zambelli
Ana Perugini	Federação PT/PCdoB/PV	Leci Brandão
Márcia Lia	Federação PT/PCdoB/PV	Professora Bebel
Maria Lúcia Amary	Federação PSDB/CIDADANIA	Analice Fernandes
Solange Freitas	UNIÃO	Rafael Saraiva
Edna Macedo	REPUBLICANOS	Vitão do Cachorrão
Ediane Maria	Federação PSOL/REDE	Monica Seixas do Movimento Pretas
Clarice Ganem	PODE	Dr. Eduardo Nóbrega
Letícia Aguiar	PP	Capitão Telhada
Marcio Nakashima	PDT	---

Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais

Reuniões Ordinárias: 4a feira às 13h

Presidente		Vice-Presidente
Eduardo Suplicy		Gil Diniz
Efetivos		Substitutos
Gil Diniz	PL	André Bueno
Major Mecca	PL	Rodrigo Moraes
Beth Sahão	Federação PT/PCdoB/PV	Dr. Jorge do Carmo
Eduardo Suplicy	Federação PT/PCdoB/PV	Márcia Lia
Analice Fernandes	Federação PSDB/CIDADANIA	Ana Carolina Serra
Guto Zacarias	UNIÃO	Solange Freitas
Altair Moraes	REPUBLICANOS	Danilo Campetti
Paula da Bancada Feminista	Federação PSOL/REDE	Guilherme Cortez
Rafael Silva	PSD	Oseias de Madureira
Dr. Eduardo Nóbrega	PODE	Gerson Pessoa
Capitão Telhada	PP	Letícia Aguiar

Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência

Reuniões Ordinárias: 3a feira às 15h

Presidente		Vice-Presidente
Andréa Werner		André Bueno
Efetivos		Substitutos
André Bueno	PL	Gil Diniz
Fabiana Bolsonaro	PL	Marcos Damasio
Beth Sahão	Federação PT/PCdoB/PV	Eduardo Suplicy
Emídio de Souza	Federação PT/PCdoB/PV	Luiz Claudio Marcolino
Maria Lúcia Amary	Federação PSDB/CIDADANIA	Ana Carolina Serra
Rafael Saraiva	UNIÃO	Solange Freitas
Gilmaci Santos	REPUBLICANOS	Danilo Campetti
Rafael Silva	PSD	Marta Costa
Clarice Ganem	PODE	Gerson Pessoa
Capitão Telhada	PP	Letícia Aguiar
Andréa Werner	PSB	Caio França

Comissão de Educação e Cultura

Reuniões Ordinárias: 3a feira às 14h30

Presidente		Vice-Presidente
Professora Bebel		Lucas Bove
Efetivos		Substitutos
Lucas Bove	PL	André Bueno
Tenente Coimbra	PL	Dani Alonso
Leci Brandão	Federação PT/PCdoB/PV	Maurici
Professora Bebel	Federação PT/PCdoB/PV	Simão Pedro
Mauro Bragato	Federação PSDB/CIDADANIA	Carlão Pignatari
Guto Zacarias	UNIÃO	Edmir Chedid
Gilmaci Santos	REPUBLICANOS	Altair Moraes
Tomé Abduch	REPUBLICANOS	Jorge Wilson Xerife do Consumidor
Carlos Giannazi	Federação PSOL/REDE	Paula da Bancada Feminista
Marta Costa	PSD	Paulo Correa Jr
Dr. Eduardo Nóbrega	PODE	Gerson Pessoa

Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento

Reuniões Ordinárias: 3a feira às 14h

Presidente		Vice-Presidente
Gilmaci Santos		Luiz Claudio Marcolino
Efetivos		Substitutos
Alex Madureira	PL	Carlos Cezar
Fabiana Bolsonaro	PL	Paulo Mansur
Enio Totto	Federação PT/PCdoB/PV	Paulo Fiorilo
Luiz Claudio Marcolino	Federação PT/PCdoB/PV	Thainara Faria
Barros Munhoz	Federação PSDB/CIDADANIA	Rafa Zimbaldi
Carlão Pignatari	Federação PSDB/CIDADANIA	---
Solange Freitas	UNIÃO	Rafael Saraiva
Gilmaci Santos	REPUBLICANOS	Tomé Abduch
Oseias de Madureira	PSD	Paulo Correa Jr
Itamar Borges	MDB	Rogério Santos
Ricardo França	PODE	Dr. Eduardo Nóbrega

Comissão de Fiscalização e Controle

Reuniões Ordinárias: 4a feira às 11h

Presidente		Vice-Presidente
Delegado Olim		Valdomiro Lopes
Efetivos		Substitutos
Alex Madureira	PL	Marcos Damasio
Carlos Cezar	PL	Rodrigo Moraes
Donato	Federação PT/PCdoB/PV	Beth Sahão
Reis	Federação PT/PCdoB/PV	Luiz Claudio Marcolino
Barros Munhoz	Federação PSDB/CIDADANIA	Mauro Bragato
Milton Leite Filho	UNIÃO	Rafael Saraiva
Altair Moraes	REPUBLICANOS	Danilo Campetti
Oseias de Madureira	PSD	Helinho Zanatta
Jorge Caruso	MDB	Itamar Borges
Delegado Olim	PP	Capitão Telhada
Valdomiro Lopes	PSB	Caio França

Comissão de Habitação, Desenvolvimento e Reforma Urbana

Reuniões Ordinárias: 4a feira às 10h

Presidente		Vice-Presidente
Rafael Saraiva		Dr. Jorge do Carmo
Efetivos		Substitutos
Dani Alonso	PL	Lucas Bove
Paulo Mansur	PL	Ricardo Madalena
Dr. Jorge do Carmo	Federação PT/PCdoB/PV	Luiz Claudio Marcolino
Simão Pedro	Federação PT/PCdoB/PV	Márcia Lia
Barros Munhoz	Federação PSDB/CIDADANIA	Mauro Bragato
Rafael Saraiva	UNIÃO	Milton Leite Filho
Monica Seixas do Movimento Pretas	Federação PSOL/REDE	Ediane Maria
Helinho Zanatta	PSD	Marta Costa
Paulo Correa Jr	PSD	Oseias de Madureira
Itamar Borges	MDB	Léo Oliveira
Valdomiro Lopes	PSB	Caio França

Comissão de Infraestrutura

Reuniões Ordinárias: 4a feira às 13h

Presidente		Vice-Presidente
Luiz Fernando T. Ferreira		Rogério Santos
Efetivos		Substitutos
Dani Alonso	PL	Bruno Zambelli
Marcos Damasio	PL	Lucas Bove
Luiz Fernando T. Ferreira	Federação PT/PCdoB/PV	Rômulo Fernandes
Thainara Faria	Federação PT/PCdoB/PV	Simão Pedro
Carla Morando	Federação PSDB/CIDADANIA	Barros Munhoz
Edmir Chedid	UNIÃO	Milton Leite Filho
Danilo Campetti	REPUBLICANOS	Altair Moraes
Marta Costa	PSD	Helinho Zanatta
Rogério Santos	MDB	Léo Oliveira
Ricardo França	PODE	Dr. Eduardo Nóbrega
Letícia Aguiar	PP	Delegado Olim

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Reuniões Ordinárias: 3a feira às 15h30

Presidente		Vice-Presidente
Ricardo França		Rafael Saraiva
Efetivos		Substitutos
Bruno Zambelli	PL	André Bueno
Ricardo Madalena	PL	Lucas Bove
Maurici	Federação PT/PCdoB/PV	Beth Sahão
Rômulo Fernandes	Federação PT/PCdoB/PV	Donato
Dirceu Dalben	Federação PSDB/CIDADANIA	Bruna Furlan
Rafael Saraiva	UNIÃO	Milton Leite Filho
Sebastião Santos	REPUBLICANOS	Edna Macedo
Guilherme Cortez	Federação PSOL/REDE	Paula da Bancada Feminista
Rafael Silva	PSD	Oseias de Madureira
Léo Oliveira	MDB	Itamar Borges
Ricardo França	PODE	Clarice Ganem

Comissão de Relações Internacionais

Reuniões Ordinárias: 3a feira às 14h30

Presidente		Vice-Presidente
Maurici		Gil Diniz

Efetivos		Substitutos
Gil Diniz	PL	Carlos Cezar
Thiago Auricchio	PL	Lucas Bove
Maurici	Federação PT/PCdoB/PV	Luiz Claudio Marcolino
Paulo Fiorilo	Federação PT/PCdoB/PV	Thainara Faria
Barros Munhoz	Federação PSDB/CIDADANIA	Carla Morando
Maria Lúcia Amary	Federação PSDB/CIDADANIA	Mauro Bragato
Milton Leite Filho	UNIÃO	Solange Freitas
Daniilo Campetti	REPUBLICANOS	Sebastião Santos
Paulo Correa Jr	PSD	Oseias de Madureira
Itamar Borges	MDB	Jorge Caruso
Marcio Nakashima	PDT	---

Comissão de Saúde

Reuniões Ordinárias: 3a feira às 11h

Presidente		Vice-Presidente
Bruna Furlan		Oseias de Madureira
Efetivos		Substitutos
Alex Madureira	PL	Major Mecca
Dani Alonso	PL	Ricardo Madalena
Beth Sáhão	Federação PT/PCdoB/PV	Ana Perugini
Luiz Claudio Marcolino	Federação PT/PCdoB/PV	Enio Tatto
Bruna Furlan	Federação PSDB/CIDADANIA	Carla Morando
Dr. Elton	UNIÃO	Felipe Franco
Solange Freitas	UNIÃO	---
Edna Macedo	REPUBLICANOS	Vitão do Cachorrão
Oseias de Madureira	PSD	Helinho Zanatta
Itamar Borges	MDB	Léo Oliveira
Clarice Ganem	PODE	Ricardo França

Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários

Reuniões Ordinárias: 4a feira às 13h

Presidente		Vice-Presidente
Major Mecca		Delegado Olim
Efetivos		Substitutos
Agente Federal Danilo Balas	PL	Carlos Cezar
Conte Lopes	PL	Gil Diniz
Major Mecca	PL	Paulo Mansur
Eduardo Suplicy	Federação PT/PCdoB/PV	Luiz Fernando T. Ferreira
Reis	Federação PT/PCdoB/PV	Thainara Faria
Rafa Zimbaldi	Federação PSDB/CIDADANIA	Mauro Bragato
Rafael Saraiva	UNIÃO	Guto Zacarias
Altair Moraes	REPUBLICANOS	Daniilo Campetti
Ediane Maria	Federação PSOL/REDE	Monica Seixas do Movimento Pretas
Jorge Caruso	MDB	Itamar Borges
Delegado Olim	PP	Capitão Telhada

Comissão de Transportes e Comunicações

Reuniões Ordinárias: 4a feira às 14h

Presidente		Vice-Presidente
Ricardo Madalena		Milton Leite Filho
Efetivos		Substitutos
Paulo Mansur	PL	Alex Madureira
Ricardo Madalena	PL	Bruno Zambelli
Rodrigo Moraes	PL	Dani Alonso
Donato	Federação PT/PCdoB/PV	Luiz Fernando T. Ferreira
Emídio de Souza	Federação PT/PCdoB/PV	Maurici
Enio Tatto	Federação PT/PCdoB/PV	Rômulo Fernandes
Carlão Pignatari	Federação PSDB/CIDADANIA	Dirceu Dalben
Milton Leite Filho	UNIÃO	Edmir Chedid
Jorge Wilson Xerife do Consumidor	REPUBLICANOS	Edna Macedo
Oseias de Madureira	PSD	Paulo Correa Jr
Léo Oliveira	MDB	Rogério Santos
Valdomiro Lopes	PSB	Andréa Werner
---	---	---

Comissão de Turismo

Reuniões Ordinárias: 4a feira às 11h

Presidente		Vice-Presidente
Paulo Correa Jr		Sebastião Santos
Efetivos		Substitutos
Agente Federal Danilo Balas	PL	Dani Alonso
Gil Diniz	PL	Tenente Coimbra
Professora Bebel	Federação PT/PCdoB/PV	Enio Tatto
Rômulo Fernandes	Federação PT/PCdoB/PV	Reis
Maria Lúcia Amary	Federação PSDB/CIDADANIA	Ana Carolina Serra
Dr. Elton	UNIÃO	Solange Freitas
Edmir Chedid	UNIÃO	---
Sebastião Santos	REPUBLICANOS	Altair Moraes
Paulo Correa Jr	PSD	Oseias de Madureira
Itamar Borges	MDB	Jorge Caruso
Marcio Nakashima	PDT	---

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar

Reuniões Ordinárias: 3a feira às 10h

Presidente		Vice-Presidente
Barros Munhoz		Carlos Cezar

Efetivos		Substitutos
Carlos Cezar	PL	Agente Federal Danilo Balas
Emídio de Souza	Federação PT/PCdoB/PV	Enio Tatto
Barros Munhoz	Federação PSDB/CIDADANIA	Vinicius Camarinha
---	UNIÃO	Solange Freitas
Altair Moraes	REPUBLICANOS	---
Ediane Maria	Federação PSOL/REDE	Monica Seixas do Movimento Pretas
Marta Costa	PSD	Paulo Correa Jr
Dr. Eduardo Nóbrega	PODE	Gerson Pessoa
Delegado Olim	PP	Capitão Telhada

CPI Lojas Americanas

Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 40/2024, do Presidente da Assembleia, mediante requerimento nº 301 de 2023, com a finalidade de "investigar as situações e circunstâncias detectadas de inconsistências nas Lojas Americanas em lançamentos contábeis na ordem de R\$ 20 bilhões, redutores da conta fornecedores, realizadas em exercícios anteriores da companhia, incluindo o ano de 2022 que levaram a empresa a recuperação judicial".

Presidente		Vice-Presidente
---		---
Efetivos		Substitutos
André Bueno	PL	Conte Lopes
Thiago Auricchio	PL	Major Mecca
Donato	Federação PT/PCdoB/PV	Enio Tatto
Luiz Claudio Marcolino	Federação PT/PCdoB/PV	Paulo Fiorilo
Vinicius Camarinha	Federação PSDB/CIDADANIA	Ana Carolina Serra
Guto Zacarias	UNIÃO	Atila Jacomussi
Tomé Abduch	REPUBLICANOS	Altair Moraes
Itamar Borges	MDB	Léo Oliveira
Capitão Telhada	PP	Delegado Olim

Relator:---

CPI Crime de Pedofilia

Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 41, de 2024, do Presidente da Assembleia, mediante requerimento nº 302, de 2023, com a finalidade de "investigar o crime de Pedofilia no âmbito do Estado de São Paulo, e suas conexões com outros estados e países".

Presidente		Vice-Presidente
Paulo Mansur		Dani Alonso
Efetivos		Substitutos
Dani Alonso	PL	Alex Madureira
Paulo Mansur	PL	André Bueno
Beth Sáhão	Federação PT/PCdoB/PV	Enio Tatto
Professora Bebel	Federação PT/PCdoB/PV	Paulo Fiorilo
Analice Fernandes	Federação PSDB/CIDADANIA	Rafa Zimbaldi
Felipe Franco	UNIÃO	Dr. Elton
Oseias de Madureira	PSD	Paulo Correa Jr
Letícia Aguiar	PP	Delegado Olim
---	---	---

Relator: Oseias de Madureira

CPI Santas Casas

Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 42/2024, do Presidente da Assembleia, mediante requerimento nº 303, de 2023, com a finalidade de "investigar denúncias sobre a situação econômico-financeira das Santas Casas no Estado de São Paulo".

Presidente		Vice-Presidente
Bruno Zambelli		Guilherme Cortez
Efetivos		Substitutos
Bruno Zambelli	PL	Carlos Cezar
Tenente Coimbra	PL	Gil Diniz
Rômulo Fernandes	Federação PT/PCdoB/PV	Enio Tatto
Simão Pedro	Federação PT/PCdoB/PV	Paulo Fiorilo
Barros Munhoz	Federação PSDB/CIDADANIA	Ana Carolina Serra
Rafael Saraiva	UNIÃO	Dr. Elton
Guilherme Cortez	Federação PSOL/REDE	Paula da Bancada Feminista
Clarice Ganem	PODE	Dr. Eduardo Nóbrega
Delegado Olim	PP	Capitão Telhada

Relator: Delegado Olim

CPI Empresas de Telecomunicações

Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 43/2024, do Presidente da Assembleia, mediante requerimento nº 304, de 2023, com a finalidade de "investigar os serviços prestados pelas empresas de telecomunicações, envolvendo telefonia fixa, móvel, internet e televisão por assinatura no Estado de São Paulo".

Presidente		Vice-Presidente
Carla Morando		Oseias de Madureira
Efetivos		Substitutos
Ricardo Madalena	PL	Carlos Cezar
Thiago Auricchio	PL	Lucas Bove
Luiz Claudio Marcolino	Federação PT/PCdoB/PV	Donato
Luiz Fernando T. Ferreira	Federação PT/PCdoB/PV	Enio Tatto
Carla Morando	Federação PSDB/CIDADANIA	Mauro Bragato
Guto Zacarias	UNIÃO	Atila Jacomussi
Sebastião Santos	REPUBLICANOS	---
Oseias de Madureira	PSD	Paulo Correa Jr
Delegado Olim	PP	Capitão Telhada

Relator: Thiago Auricchio

CPI Tratamento dado aos Moradores de Rua

Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Ato nº 44/2024, do Presidente da Assembleia, mediante requerimento nº 305, de 2023, com a finalidade de "investigar possíveis irregularidades verificadas no tratamento dado aos moradores de rua e nas soluções adotadas a respeito do seu crescente número, especialmente do começo da pandemia de covid-19 em diante".

Presidente		Vice-Presidente
André Bueno		Dr. Elton
Efetivos		Substitutos
André Bueno	PL	Fabiana Bolsonaro
Lucas Bove	PL	Gil Diniz
Dr. Jorge do Carmo	Federação PT/PCdoB/PV	Márcia Lia
Eduardo Suplicy	Federação PT/PCdoB/PV	Paulo Fiorilo
Rafa Zimbaldi	Federação PSDB/CIDADANIA	Ana Carolina Serra
Dr. Elton	UNIÃO	Rafael Saraiva
Vitão do Cachorrão	REPUBLICANOS	Édna Macedo
Paula da Bancada Feminista	Federação PSOL/REDE	Guilherme Cortez
Oseias de Madureira	PSD	Paulo Correa Jr

Relator: Lucas Bove

Debates**Sessão Ordinária****SESSÃO ORDINÁRIA Nº 161, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2024**

Presidência: DANILO CAMPETTI e GILMACI SANTOS

RESUMO**PEQUENO EXPEDIENTE****1 - DANILO CAMPETTI**

Assume a Presidência e abre a sessão às 14h01min. Convoca sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos, ou dez minutos após o término da presente sessão. Convoca uma segunda sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término da primeira sessão extraordinária.

2 - REIS

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - EDIANE MARIA

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - SIMÃO PEDRO

Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - PAULO MANSUR

Para comunicação, faz pronunciamento.

7 - PRESIDENTE DANILO CAMPETTI

Solicita comportamento regimental ao público presente nas galerias.

8 - SIMÃO PEDRO

Para comunicação, faz pronunciamento.

9 - PRESIDENTE DANILO CAMPETTI

Cumprimenta alunos e professores do Colégio VIP, presentes nas galerias.

10 - GUILHERME CORTEZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, faz pronunciamento.

12 - PAULO MANSUR

Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - PRESIDENTE DANILO CAMPETTI

Solicita comportamento regimental ao público presente nas galerias.

14 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Por inscrição, faz pronunciamento.

15 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE**16 - REIS**

Por inscrição, faz pronunciamento.

17 - REIS

Para comunicação, faz pronunciamento.

18 - REIS

Solicita a suspensão da sessão, por acordo de lideranças, até as 16 horas e 30 minutos.

19 - PRESIDENTE DANILO CAMPETTI

Defere o pedido e suspende a sessão às 15h15min.

ORDEM DO DIA**20 - GILMACI SANTOS**

Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h31min. Coloca em votação e declara aprovado requerimento, da deputada Paula da Bancada Feminista, de criação de comissão de representação com a finalidade de representar a Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo na Assinatura no Seminário pela Prevenção e Enfrentamento da Violência Política de Gênero e Raça (VPGR), em Brasília-DF, a realizar-se no dia 27/11.

21 - ENIO TATTO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

22 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 21/11, à hora regimental, sem Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 16 horas e 43 minutos. Levanta a sessão às 16h33min.

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Danilo Campetti.

O SR. PRESIDENTE - DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Boa tarde a todos. Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Quero cumprimentar todos que nos acompanham pela Rede Alesp, cumprimentar aqueles que nos acompanham aqui nas galerias, cumprimentar as assessorias, servidores da Casa, policiais civis e militares.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 16 horas e 30 minutos ou dez minutos após o término da presente sessão, em cumprimento ao interstício mínimo previsto no § 3º, do Art. 100, do Regimento Interno, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- **NR - A Ordem do Dia para a 60ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 20/11/2024.**

Temos uma segunda convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira sessão extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- **NR - A Ordem do Dia para a 61ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 20/11/2024.**

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, passamos agora à lista de oradores do Pequeno Expediente. Convido para fazer uso da palavra o deputado Reis. Vossa Excelência tem a palavra pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. REIS - PT - Quero cumprimentar o público presente, o presidente deputado Danilo Campetti, os funcionários da Alesp, o deputado Carlos Giannazi, os integrantes da Polícia Civil, da Polícia Militar, da Polícia Penal, da Polícia Técnico-Científica e também todos aqueles que estão nos acompanhando pela Rede Alesp.

Presidente, ultimamente, vivemos a cada dia uma surpresa. Na semana passada, nós tivemos lá o homem-bomba, um ex-candidato a vereador do PL, "PLdoB", porque eu sempre digo que tem o "PLdoV" e o "PLdoB". O "PLdoB" é o partido do Bolsonaro e o "PLdoV" é o partido do Valdemar da Costa Neto. O "PLdoB" é esse agressivo, esse extremismo.

E o ex-candidato a vereador do PL se encheu de bombas e foi lá, em frente ao Supremo Tribunal Federal, explodir bombas, e se autoexplodir, o homem-bomba. E aí a gente vai vendo onde está chegando o extremismo desse setor. Não é o partido como um todo, mas esse setor do PL. E hoje nós ficamos sabendo, com surpresa, dos "black kids". A Polícia Federal prendendo general, coronéis.

O que são os "black kids"? Ou os "kids pretos", como são chamados. São integrantes das Forças Especiais do Exército presos, suspeitos de planejar matar o presidente Lula, o vice-presidente da República Geraldo Alckmin, e planejando matar até o Xandão, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal.

Isso após praticamente dois anos, quase dois anos, do 8 de janeiro, que a Polícia Federal vem fazendo a sua investigação e cada dia vai descobrindo coisas a partir dos celulares, porque mesmo que você apague os celulares, fica ali gravado no HD.

Então, a perícia da Polícia Federal, consegue identificar as mensagens que circularam por aquele equipamento eletrônico. "Militares queriam envenenar Lula, Alckmin e Moraes, e monitoram passos de autoridades", diz a Polícia Federal.

"Polícia Federal prendeu um policial e quatro 'kids pretos' do Exército nesta terça-feira. Começaram cedo hoje. Grupo teria tramado golpe de Estado e assassinato de autoridades para impedir a posse de Lula, em janeiro de 2023.

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, tornou pública, nesta terça-feira, a decisão que autorizou a operação da Polícia Federal, que prendeu quatro militares do Exército e um agente da Polícia Federal.

O grupo é suspeito de tramar um golpe de Estado em 2022 para prender e assassinar Lula. Então, o presidente eleito, seu vice Geraldo Alckmin e o ministro Moraes, que à época presidia o Tribunal Superior Eleitoral".

Olha onde chegamos. Olha a coragem dessas pessoas. "O documento cita, por exemplo, que os golpistas começaram a monitorar o deslocamento de autoridades ainda em novembro de 2022, após a eleição e antes da posse de Lula.

O monitoramento teve início após uma reunião na casa do ex-ministro da Defesa, Walter Souza Braga Netto, que foi candidato a vice de Jair Bolsonaro, derrotado nas eleições presidenciais". E essa articulação toda surgiu ali, na cozinha da Presidência da República, lá com o general golpista Braga Netto.

"As atividades anteriores ao evento do dia 15 de dezembro de 2022 indicam que esse monitoramento teve início temporalmente, logo após a reunião realizada na residência de Walter Braga Netto, no dia 12 de novembro de 2022. A Polícia Federal diz que entre as ideias cogitadas pelo grupo estava a de envenenar o ministro Alexandre Moraes".

Sr. Presidente, é um tema muito grave, o tempo é muito curto para a gente discutir sobre ele. Tem muitas informações que precisam ser colocadas aqui de público, trazidas

para ficarem registradas aqui na Assembleia Legislativa. Fatos gravíssimos que vêm acontecendo com relação a esse movimento golpista.

A gente espera que, muito em breve, o seu chefe, o seu líder vá para a cadeia. Porque, enquanto o líder não for para a cadeia, vão ficar pegando esses peixes pequenos, mas tem que pegar o peixe grande, tem que pegar aquele que realmente foi o mentor de toda essa operação que visou desestabilizar o processo político em nosso País.

Eu quero dar continuidade em outro momento, porque cinco minutos é insuficiente para discorrer sobre tudo o que está acontecendo, sobre as prisões que foram feitas na data de hoje, as prisões dos "black kids".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Muito obrigado, deputado Reis. Convido para fazer o uso da palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Donato. (Pausa.) Deputado Ricardo Madalena. (Pausa.) Deputada Marina Helou. (Pausa.) Deputado Rogério Santos. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Bruno Zambelli. (Pausa.)

Deputado Carlos Giannazi, V. Exa. tem a palavra pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público aqui presente. Sr. Presidente, hoje nós vamos... Nós não, não é? A base do governo vai tentar retomar a discussão da PEC nº 9, a PEC que eu considero criminosa, que representa um atentado criminoso contra a Educação do estado de São Paulo, contra a nossa escola pública, que carece de recursos, que está sucateada, degradada.

Nós temos escolas de lata no estado de São Paulo, nós temos escolas sem infraestrutura, escolas sem quadras para as aulas de educação física, escolas com salas superlotadas, e o governo vai tentar reduzir o orçamento da Educação, alterando a Constituição Estadual, reduzindo de 30 para 25 por cento. Isso, na prática, vai representar uma retirada anual de 11 bilhões e 300 milhões de reais do orçamento da Educação.

Eu quero dizer que nós, do PSOL, estamos em obstrução total a esse projeto. Nós estaremos aqui discutindo, pedindo verificação de presença, usando todos os recursos regimentais para que esse projeto nem entre em discussão no dia de hoje, muito menos que ele seja votado, porque eu repito: isso é um atentado criminoso contra a Educação do estado de São Paulo.

Mas eu quero, Sr. Presidente... Nós vamos voltar a esse tema hoje, à tarde, às 17 horas, depois à noite, novamente, porque V. Exa. chamou duas sessões extraordinárias, então nós vamos até as oito, nove horas da noite, aqui, fazendo esse debate. Mas nós - não só nós do PSOL, mas do PT, do PCdoB - estaremos todos em obstrução a esse projeto.

Mas eu queria, como eu vou voltar nesse tema depois, durante as outras sessões, eu quero aqui, Sr. Presidente, fazer uma gravíssima denúncia contra a direção da CPTM, que anunciou que vai tirar os mapas dos trens.

Tem aqui, inclusive, uma matéria do "Diário do Transporte" que eu quero colocar aqui, dizendo exatamente aqui, olha: "CPTM substitui Mapa do Transporte Metropolitano completo por QR Code".

Ou seja, aquele mapa que tem em cada trem, cada vagão, em cada porta - quando a pessoa pretende ver para onde ela vai, a conexão que ela vai fazer, a baldeação - não vai existir mais, já não está existindo mais nos vagões dos trens da CPTM. Olha só que absurdo. Ou seja, a pessoa vai ter que acessar pelo celular esse QR Code.

Mas e se a internet é ruim, se a pessoa não tem internet, se o trem está superlotado? Como que ela vai se equilibrar com o celular e vai segurar onde para colocar o celular no QR Code? É um absurdo.

E quem não tem celular? Muita gente não tem celular, não sabe como acessar esse mecanismo, e simplesmente a CPTM está retirando ou já retirou. Ela diz que só vai deixar o mapa no primeiro e no último vagão.

Isso vai prejudicar uma boa parte da população, dos usuários, das pessoas que estão nesses trens. É uma falta de sensibilidade, de consideração com o povo; povo pobre, que está lá, trabalhador, que tem dificuldade em ter acesso à internet. Mas é isso o que está acontecendo.

Nós vamos pedir explicações, vamos convocar o presidente da CPTM para ele depor aqui na Assembleia Legislativa e vamos fazer um apelo a ele para que ele cancele essa decisão, que os mapas continuem existindo.

Ele pode até deixar essa opção também do QR Code - é importante. Mas não retirando o mapa dos vagões. Isso vai prejudicar uma boa parte das pessoas que utilizam esse tipo de transporte público.

O mapa é importante, porque ele dá, ali, a noção para a pessoa, não só das linhas e estações dos trens da CPTM, mas do metrô, dos ônibus, dos ônibus intermunicipais, onde a pessoa consegue se localizar.

Então nós exigimos que a CPTM volte atrás em relação a essa nefasta decisão de retirar os mapas dos vagões dos trens, substituindo apenas pelo QR Code. Repito: não é todo mundo que tem internet boa, não é toda hora que a internet pega, os trens são superlotados, as pessoas às vezes nem conseguem ver. Então, posicionar o celular de tal forma que ela tenha acesso a esse mapa através do QR Code.

Então nós exigimos que a CPTM coloque os mapas em todos os vagões, não só no primeiro e no último. Essa foi a justificativa que a CPTM deu para imprensa, dizendo: "não, mas vai ter um mapa no primeiro vagão e no último vagão". E se a pessoa não estiver nem no último e nem no primeiro vagão? Como é que ela vai ter acesso ao mapa?

Então, é uma decisão infeliz que não leva em conta a real necessidade e o real interesse de quem anda nos trens da CPTM. Então, que essa decisão seja imediatamente cancelada, mas nós já estamos tomando providências aqui pela Assembleia Legislativa, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Carlos Giannazi. Seguindo a lista de oradores, convido o deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputada Leci Brandão. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.)

Agora passamos à Lista Suplementar, convido para fazer o uso da palavra o deputado Sebastião Santos. (Pausa.) Deputado Itamar Borges. (Pausa.) Deputado Jorge Wilson Xerife

do Consumidor. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputada Thainara Faria. (Pausa.)

Deputada Ediane Maria, a senhora vai fazer uso da palavra?

Vossa Excelência tem a palavra pelo tempo regimental de cinco minutos.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero saudar todo mundo que está na galeria, quero saudar os funcionários desta Casa os parlamentares aqui presentes.

Bom, subo aqui neste plenário para falar sobre a data de amanhã, o 20 de novembro, 20 de novembro esse que vai ter um gosto diferente, não é? O segundo ano que nós temos o direito de, de fato, parar no 20 de novembro. É um feriado. Não é mais só uma data no calendário, vamos parar.

Olha, deputado Reis, e falando em parar, nós vamos olhar para o retrocesso. Amanhã é o dia, deputado Reis, de a gente colocar nas ruas, na verdade, a indignação e a insatisfação de uma Segurança Pública que não funciona, de um transporte público com péssima qualidade.

Amanhã vai ser o dia de a gente pautar nas ruas também o retrocesso nas universidades - nas escolas públicas, nas escolas estaduais - onde, esse final de semana, aconteceu o absurdo do absurdo, não é?

Jovens da PUC se incomodaram, deputado Reis. Olha, um incômodo. Um incômodo que a gente tem que avaliar muito bem. Avaliar bem, porque você imagina que a política de cotas... Cortez, que vem da universidade, sabe disso.

A política de cotas surge para os filhos de fazendeiros, para aqueles que tinham direito a terra, a posses. A política de cotas, lá no início, quando se dá, não vem para colocar o filho do pedreiro, da empregada doméstica, da diarista, da babá, a população que foi por quase 400 anos explorada, escravizada, a acessar a universidade.

Não houve um processo de reparação de toda a violência, por mais que... Quem viveu escravizado não teve como reparar feridas que, até hoje, nós, população preta, carregamos. Mesmo quem não viveu aquele regime, mas que hoje tem que lidar com escolas caindo o teto na cabeça quando chove.

Nós temos que levar os nossos filhos para a escola sem ter uma garantia de que eles vão para a escola e vão voltar seguros. Nós temos que lidar com uma escola, até hoje, com péssima alimentação, desvalorização real dos professores.

Então, quando a gente vê esse incômodo que rolou nesse final de semana, chama a atenção de... Como diz Paulo Freire: "a educação precisa ser libertadora".

Quando não é libertadora, faz com que alguns se achem no direito de não aceitar um jovem negro e pobre ocupando a universidade da USP. Universidade da USP, essa que eu achava até então, faz pouco tempo que eu vim descobrir que ela não é uma escola privada, uma universidade privada. Eu vim descobrir faz pouco tempo, Cortez. Inclusive, que existe a prova.

Agora que eu estou descobrindo coisas. Eu sou igual àqueles jovens da periferia, que agora estão descobrindo alguns direitos que, historicamente... não chegou a comunicação na periferia.

Bom, quando eu vejo essas falas, que parece que é uma ofensa para nós, na verdade mostra o incômodo daqueles que não queriam que a gente chegasse lá. Que queriam nos ver em um lugar de, como que eu posso falar, de submissão, de um lugar de servidão.

Nossos filhos estão chegando lá, estão ocupando espaços. E eu quero saudar cada jovem que foi fazer o Enem. Eu quero saudar cada jovem que foi fazer a prova da USP. Eu quero saudar cada jovem que está conseguindo avançar.

Vocês são referências para nós. Só nós sabemos a luta que é ocupar esses espaços, e por isso é tão importante a gente continuar avançando. Porque se a gente não avançar, o dia 20 de novembro vai ser uma data marcada por lutas.

Porque parece que é uma grande festa pra nós. Mas no dia 14, quando a gente foi libertado... no dia 13, dia 13 de maio, quando a gente foi libertado, dia 14 veio a solidão. Bem, de fato, uma realidade do que aconteceu com a gente. Fomos largados, abandonados.

Daqui a pouco, a gente vai votar novamente a discussão, a segunda votação, a discussão da PEC 09, que reduz a Educação em mais de 11 bilhões. Ou seja, a gente está vendo que o Tarcísio, o programa do Tarcísio...

E é interessante, que é o mesmo governador que sancionou o dia 20 de novembro, mas é o mesmo governador que reproduz a morte de preto e pobre com a sua Segurança Pública. É o mesmo que coloca nessa casa, enche de policiais para assistir, e ainda bem. Policiais, sejam bem-vindos para assistir hoje o retrocesso da Educação.

Hoje continua a sabatina. Eles vão retirar novamente de nós, da nossa juventude, dos nossos filhos, o direito a ter um ensino de qualidade. É isso que vai ser novamente, volta novamente essa discussão da PEC do retrocesso, que é a PEC 09.

Então, viva a luta de todos que, de fato, a Zumbi, a Dandara, Lélia Gonzalez. Quero saudar a Carolina Maria de Jesus, eu quero saudar a Laudelina de Campos Melo. São essas mulheres, são essas pessoas negras que construíram, sim, um solo forte para que a gente conseguisse chegar até aqui.

Um lugar que ainda está em disputa. Está em disputa quando parlamentares não são reconhecidas como parlamentares; está em disputa quando muitas vezes esta Casa, e eu quero saudar esta Casa, porque foram muito generosos e solidários quando eu sofri racismo aqui dentro. Mas dizer que nossa luta é para que, de fato, essa consciência negra exista em todos os espaços, inclusive aqui nessa Casa de Lei.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Obrigado, deputada. Seguindo a lista de oradores, convido o deputado Simão Pedro. Vossa Excelência tem a palavra pelo tempo regulamentar de cinco minutos.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e público que nos acompanha.

Sr. Presidente, eu vim aqui à tribuna, fiz questão, para dizer que estou estarecido com as notícias que estão circulando nos grandes meios de comunicação hoje.

Notícias estarecedoras a respeito do planejamento do golpe contra a posse do presidente Lula e do vice-presidente Geraldo Alckmin, em 2022, planejado por membros do alto

escalão do governo anterior e das Forças Armadas, dentre eles o general Braga Netto, que foi candidato a vice-presidente na chapa do ex-presidente Bolsonaro na última eleição. Não só dar um golpe impedindo a posse, mas um planejamento para assassinar o presidente Lula, assassinar o vice-presidente Geraldo Alckmin, assassinar o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

Inclusive, membros de um setor das Forças Armadas chamado "kids pretos", um grupo treinado para intervenções em situações de guerra, decisões difíceis, que já tinham se posicionado na frente da casa do ministro Alexandre de Moraes para assassiná-lo. Isso é uma coisa que não é uma questão ideológica, político-partidária. Isso é um atentado à nossa democracia. Se a nossa democracia, se as nossas instituições não punirem esses golpistas, a democracia brasileira se acabou.

Precisamos exigir uma apuração rigorosa, uma punição exemplar para que esse tipo de situação não volte a acontecer. O Brasil estava no limite de um rompimento democrático, um golpe militar, um ataque direto à nossa democracia, às nossas instituições.

E não era só tirar o governo, era planejamento de assassinatos. E não é ao PT. O presidente Lula é do PT, o vice-presidente Geraldo Alckmin foi do PSDB, hoje está no PSB, o Alexandre de Moraes foi filiado ao PMDB, foi indicado pelo presidente Temer, do MDB.

Então, é um atentado muito pesado. Alguns desses golpistas que estavam planejando e se preparando para executar esse tipo de golpe foram identificados e presos já pela Polícia Federal de ontem para hoje, mas o que é importante destacar aqui, Sr. Presidente, é que esse tipo de crime não pode ficar impune. Se ficar impune, a democracia brasileira acabou. Então, não tem que ter anistia. Punição exemplar e viva a nossa democracia.

Aproveito, Sr. Presidente, os últimos minutos a que tenho direito para fazer uma saudação a todo povo negro, brasileiro e paulista, pelo dia de amanhã, que é feriado nacional e feriado estadual agora, lei do nosso companheiro 1º secretário Teonílio Barba: Dia de Zumbi dos Palmares, Dia da Consciência Negra.

Esta Casa, dias atrás, para celebrar essa data, fez uma linda e forte homenagem a lideranças do movimento negro, a entidades, personalidades, com o Troféu Zumbi dos Palmares.

Tive a honra de poder, como membro da Frente Parlamentar de Combate ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial, junto com outros colegas, sugerir a premiação de duas lideranças quilombolas do Vale do Ribeira que muito me lembram a figura de Zumbi dos Palmares; no caso, Ditão e Zé Rodrigues.

A data de amanhã, como todos sabem, Dia de Zumbi dos Palmares, Dia da Consciência Negra, é uma homenagem ao grande líder da resistência negra no Brasil, que formou o Quilombo dos Palmares lá nas Alagoas e foi um exemplo de luta, de resistência, contra uma das manchas mais fortes, não contra o povo brasileiro, não na história do Brasil, mas na história da humanidade: a escravidão negra da África, de que o Brasil, a colônia portuguesa brasileira foi uma das maiores beneficiárias, trazendo para cá seis milhões de pessoas escravizadas por serem negras. Zumbi é uma referência na luta da resistência dessa mancha que deixou uma marca e páginas muito tristes na história brasileira.

Viva o povo negro, viva a sua luta, viva Zumbi dos Palmares, viva o Dia da Consciência Negra.

Obrigado.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Uma breve comunicação, presidente?

O SR. PRESIDENTE - DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Simão Pedro. Para uma breve comunicação, o deputado Paulo Mansur.

O SR. PAULO MANSUR - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Olha, eu estava me preparando para dar o meu discurso, mas escutar o deputado Simão Pedro, do PT, falando que no dia oito de janeiro foi cometido um golpe no Brasil, realmente não dá para ficar sentado e ficar escutando essa baboseira que ele vem falando, até porque a gente...

Eu pergunto aqui e pergunto para vocês: morreu alguém no dia oito de janeiro? Teve alguma morte no dia oito de janeiro? Se não teve morte, não teve golpe, porque golpe é invasão, é com arma, é com metralhadora. Pessoas ali com a Bíblia, pessoas ali com camisa do Brasil e vêm falar de golpe.

Morreu gente, sim, passando mal na Papuda, porque estavam lá há muitos anos já, há muito tempo, e passaram mal, com ataque cardíaco, com falta de ar dentro da prisão. Então, pessoas inocentes, que estão com os filhos em casa, pais vivos com filhos abandonados pela Justiça.

E a gente sabe que a quebradeira que teve no dia 8 de janeiro vem da parte do MST. As pessoas que estavam aqui, esses adolescentes que não estudam, não fazem nada, que estavam aqui no dia da Sabesp, da privatização, que tentaram invadir esse Parlamento, aí eu pergunto se eles pegaram 16 anos de cadeia. Ninguém pegou cadeia.

Agora, as pessoas que estavam lá no dia 8 de janeiro, que acabaram invadindo, alguns ali e outras pessoas acabaram entrando junto, o que essas pessoas vão fazer? Ficar 16 anos na cadeia ou devem pagar com um serviço público, que seja de cesta básica? É isso que se deve pagar dentro de um ambiente saudável.

Agora, é isso aí.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - Sr. Presidente, para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Paulo Mansur.

Eu peço que o público aguarde os oradores para se manifestar, por favor.

Para uma comunicação, deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - O deputado Paulo Mansur primeiro, assim, comete uma agressão, dizendo que o meu discurso é uma baboseira, uma palavra assim desrespeitosa que eu nunca vi a gente usar aqui entre um e outro.

A gente pode ter divergência, podemos discordar, mas se referir ao discurso do outro colega nesse tom, acho lamentável. E também desrespeita o público que está aqui para acompanhar a sessão nesta Casa.

E ele falou isso diante de uma coisa que eu não disse. Eu não me lembro de ter discursado aqui que no dia 8 de janeiro houve um golpe. Eu disse que hoje está estampado em todos os jornais, todos os noticiários, notícias relacionadas a uma delação de membros do governo anterior que confessaram a tentativa de golpe.

Houve uma tentativa de golpe. Não houve golpe, porque as nossas instituições foram firmes, o governo brasileiro foi firme e debelou a tentativa de golpe, porque senão eu já estaria vivendo um momento assim, sem descrever, uma coisa triste no nosso País que seria uma ditadura militar bolsionista.

Infelizmente, uma pessoa que participa de uma instituição, da democracia defende esse tipo de coisa aqui dentro do Parlamento, que é um espaço próprio da democracia. Lamentável, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Seguindo a lista de oradores, eu convido o deputado Guilherme Cortez para fazer uso da palavra.

Enquanto o deputado se dirige à tribuna, eu gostaria de cumprimentar os alunos do Colégio VIP, zona norte, que estão aqui em uma visita monitorada, e os cumprimentos também em nome dos professores Erik e Anahit.

Obrigado aos professores por trazerem os alunos aqui para acompanhar a sessão no maior Parlamento da América Latina.

Muito obrigado.

Vossa Excelência tem a palavra, deputado Guilherme Cortez.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito obrigado, deputado Danilo, todos os colegas deputados presentes, servidores desta Casa e o público nas galerias, principalmente os estudantes que estão nos visitando hoje.

Eu, como um dos deputados mais jovens desta Casa, e comecei minha militância política no movimento estudantil, lutando pela educação, como os estudantes estão fazendo aqui, eu sei que esta Casa fica muito melhor quando os estudantes, quando a juventude ocupa e é respeitada aqui dentro. Então, sejam todos muito bem-vindos, vocês só tornam esta Casa melhor.

Também quero cumprimentar quem acompanha a gente através da Rede Alesp.

Presidente, assassinar o presidente da República, o vice-presidente e um ministro do Supremo Tribunal Federal, simplesmente foi isso que foi discutido na casa do candidato a vice, derrotado do Bolsonaro, que foi impresso um plano nas impressoras do Palácio do Planalto.

Presidente, só eu que vejo a gravidade disso? Deputado Paulo Mansur veio falar aqui de morte, no dia em que a Polícia Federal prende quatro pessoas que planejaram assassinar o presidente da República. Jura que vai falar de morte? Jura que vai falar que não houve tentativa de golpe no Brasil? O que mais precisa para se comprovar a tentativa de golpe?

Porque tentativa de assassinato da pessoa que foi eleita para governar o País já teve; tentativa de invadir os prédios, as instituições democráticas, republicanas, em 08 de janeiro, já teve; homem-bomba cometendo atentado no meio da Praça dos Três Poderes na semana passada, já teve.

O que mais é necessário para a gente cair na real, para que a gente entenda o quão próximo o Brasil esteve do limiar entre a democracia e a barbárie, o autoritarismo?

O que a Polícia Federal revela hoje é que a tentativa de golpe no Brasil foi muito mais do que uma conspiração de pessoas translocadas em grupo de WhatsApp, que nem o deputado fala, que estavam passando lá em Brasília e sem querer invadiram o prédio do Senado, Palácio do Planalto, Supremo Tribunal Federal.

Foi muito mais do que isso, foi uma tentativa premeditada, organizada, articulada, de dentro do Palácio do Planalto, pelas pessoas mais próximas do presidente da República derrotado nas eleições, incluindo setores da cúpula das Forças Armadas. Isso é muito grave, Sr. Presidente.

Certamente, desde a redemocratização do nosso País, a gente não tem uma ameaça tão explícita contra a democracia brasileira quanto a que a gente está vendo agora, presidente. Se a democracia brasileira ainda tem algum valor e quer se preservar, o mínimo, presidente, é que as pessoas envolvidas em todos os âmbitos dessa armação sejam julgadas, sejam responsabilizadas e sejam exemplarmente punidas.

Porque agora se fala em anistia para quem quebrou tudo, para quem tentou dar um golpe no 08 de janeiro. Anistia para esses terroristas, para esses criminosos, é você dar um cheque em branco para que outras pessoas cometam crimes contra a democracia brasileira, que nem o cara que se matou semana passada. Até onde isso vai, presidente, eu pergunto.

É preciso que a democracia, as instituições brasileiras deem uma resposta à altura, que tentativas de golpe, tentativas de macular o resultado da eleição, tentativas de assassinato, inclusive, não podem passar batidas, não podem ser escondidas para debaixo dos panos, sob pena de ter consequências para a democracia do nosso País, que a gente não vai conseguir retroceder nelas, presidente.

Acho que as notícias que saem hoje só confirmam o que nós já vínhamos alertando e denunciando há muito tempo, que Bolsonaro, o seu governo e os seus aliados mais próximos tramaram diretamente uma tentativa de golpe de Estado no País.

Mais grave ainda que se revela hoje é que tudo isso, além de tudo, envolvia tentativas de assassinato contra autoridades da República, contra o presidente e o vice-presidente eleitos, contra ministros do Supremo Tribunal Federal, o que só torna isso mais absurdo, o que só torna mais revoltante. Por isso, presidente, mais do que nunca, é hora de a gente dizer: sem anistia para ninguém que tentou profanar a democracia.

Bolsonaro, além de inegável, o lugar dele é na cadeia, pagando pelos crimes que ele cometeu contra a democracia brasileira, porque não é possível que o candidato a vice dele tenha emprestado a casa onde se discutiu uma tentativa de assassinato, e esse sujeito não vá para a cadeia.

As digitais do Bolsonaro, de seus ministros e de seus auxiliares estão em todos os lugares, seja como mentores ideológicos, seja como financiadores, seja como arquitetos dessa tentativa de golpe no nosso País. Por isso, presidente, mais do que nunca, Bolsonaro na cadeia, sem anistia para nenhum golpista no nosso País.

E o bolsionismo, já está muito bem comprovado que não é um grupo político. Não é uma facção ideológica. É uma organização criminosa. Porque, quem planeja assassinar, quem planeja sequestro, quem planeja atentado, não é político. É criminoso, é bandido e tem que ser condenado, com o rigor da lei, por todos os seus crimes.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Manifestação nas galerias.)

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, nós recebemos uma informação importante. Que alunos da Escola Estadual Dr. Antonio Ablas Filho, em Santos, fizeram agora uma ocupação política, uma ocupação pacífica da escola, contra a PEC 9, contra a redução do orçamento da Educação, contra a privatização da rede pública, das escolas, contra os leilões. E sobretudo para que a escola seja reformada. A escola está sucateada e degradada.

Então já há movimentação também nas próprias escolas contra a PEC 9. Hoje nós temos estudantes aqui no plenário. E nós já temos movimentação nas escolas. Mas eu queria, primeiro, manifestar o nosso total apoio a esses alunos da Escola Estadual Antonio Ablas Filho, em Santos, que estão exercendo a cidadania plena, a cidadania ativa e crítica, defendendo a escola que é deles.

Isso me lembra os movimentos de 2016, das ocupações das escolas, quando o governo estadual pretendia fechar escolas. Pretendia fechar mais de 100 escolas. Naquele momento houve uma reação. Os alunos ocuparam mais de 200 escolas, e o governo foi obrigado a recuar daquela decisão. E as escolas não foram fechadas.

Então nós estamos vendo aqui talvez o embrião de um grande movimento de resistência contra a PEC 9, contra as privatizações das escolas, contra a militarização da rede pública de ensino. Mas queria também destacar que houve uma repressão ali da tropa de choque. A polícia foi chamada e reprimiu a manifestação, a ocupação pacífica e política dos nossos alunos. Então é assim que esse governo trata a cidadania e a manifestação dos alunos que lutam por uma educação pública de qualidade: com repressão.

Então, todo o apoio a vocês, alunos, e a toda a comunidade escolar da Escola Dr. Antonio Ablas Filho, em Santos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Carlos Giannazi. Seguindo a lista de oradores, convido o deputado Paulo Mansur. Vossa Excelência tem a palavra pelo tempo regimental de cinco minutos.

O SR. PAULO MANSUR - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar você, presidente. Se você puder segurar o meu tempo, porque eu sei que o pessoal vai gritar.

O que é esperado do deputado Guilherme Cortez? Ele é um psolista radical, a gente sabe disso. Segundo o Art. 163, do Código Penal, destruir, vandalizar o estado, algo público, você tem uma pena de seis meses de cesta básica ou prestação de serviço. A gente tem visto o Supremo Tribunal Federal colocando pena de 17 anos de cadeia em pessoas que o histórico não é criminoso. São mães que têm filhos em casa.

Então realmente é algo que parte o nosso coração ver como foi conduzido, pela maior instância da Justiça do nosso País, todo esse processo que colocaram como golpe, para ter uma cortina de fumaça perante a eleição. Acabou de acabar a eleição, teve todo aquele descontentamento, e jogaram a cortina de fumaça da invasão como ato golpista.

Mas, voltando ao meu discurso, é importante falar que o Brasil está vivendo... Sabe quando a mulher vai querer fazer uma plástica no médico, ela gasta a maior grana para fazer a plástica, e ela sai feia, toda destruída a cara dela, e ela perdeu aquele dinheiro?

É isso que está acontecendo no Brasil. O Brasil foi pego, pelo presidente Lula, com dinheiro em caixa, e hoje a gente tem uma dívida, meu Deus do Céu, de sete trilhões de reais. O Brasil está devendo sete trilhões de reais.

Então, é isso que temos nos nosso País hoje. Mas vamos aos números, porque é importante a gente falar. Se a gente fizer uma comparação passo a passo do que vem acontecendo entre o governo Bolsonaro e o governo atual, agora falando por exemplo sobre o Fies, que é importante vocês falarem.

Teve juros retirados pelo governo Bolsonaro e agora devolvidos pelo governo Lula. Ou seja, não é a favor dos estudantes, o governo Lula? E ele está colocando juros, voltando para as pessoas que estão estudando no Fies.

Se a gente fizer a comparação passo a passo, por exemplo, se a gente for falar também das estatais, por exemplo, que davam lucro no governo Bolsonaro, agora está tendo um colapso no governo Lula. É uma dívida de sete bilhões de reais nas estatais, gente. Uma dívida de sete bilhões de reais. É o governo das dívidas, é o governo do "Taxad", que adora fazer taxas.

Se a gente falar da Saúde, que o governo Bolsonaro apanhou para caramba nas vacinas, na pandemia. Só apanhava na pandemia. Ele foi o terceiro país - o Brasil - que mais deu vacina nos brasileiros, e o governo Lula, depois que assumiu, deu um prejuízo de 1,7 bilhões de reais em vacina da Covid.

Vocês têm que escutar a verdade. Vocês são radicais do PT. É por isso que vocês não querem escutar, mas estão escutando aqui no microfone, sim, vão ter que escutar na orelhinha aí de vocês a verdade. Olha só, vamos continuando aqui, porque tem muita coisa para falar para vocês.

Meio Ambiente, que o governo Bolsonaro apanhou para caramba no Meio Ambiente. Era "Salve a Amazônia", era musiquinha de todos os artistas. A floresta não para de queimar. Ninguém fala nada, está todo mundo quieto.

Bando de vagabundo artista, esquerdista, quieto, que não fala nada. É isso que a gente tem no nosso Brasil. Tudo para ganhar o seu dinheirinho do "Janjapalooza". É isso que eles querem, é dinheiro no bolso. Da tal da "Janjapalooza".

Aí vamos falar também... vamos falar também da energia limpa. O Bolsonaro isentou a energia limpa no nosso Brasil. Hoje, se você quiser ter energia ali para dentro da sua empresa, é 25% de taxação. É isso que vocês querem? Taxar as pessoas?

Vamos falar da carne, da picanha que ele falava. Hoje não dá nem para comer essa carne aqui, acém. O acém está mais de 30 reais. Quem gosta de acém aí? Nem dá para comer essa carne mais, gente. Imagina filé mignon, imagina picanha. Não é? Vocês não estão nem conseguindo comer acém mais.

Está assim o Brasil hoje. E só para finalizar, só para finalizar aqui para todos vocês, a liberdade de expressão. É o País que quer acabar com a liberdade de expressão, é o governo Lula, e indo na contramão do governo Trump, que acabou de vencer as eleições, que está colocando no seu Ministério pessoas para combater a censura no mundo, e é claro que o Brasil vai estar nessa lista.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Muito obrigado, deputado Paulo Mansur. Eu peço silêncio. Silêncio aqui aos que nos acompanham, senão a gente não vai conseguir prosseguir com os oradores.

Obrigado.

Convido agora para fazer uso da palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino.

Vossa Excelência tem a palavra pelo tempo regimental.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, alunos e professores que nos acompanham aqui no Plenário. Primeiro, pedir desculpa para vocês pelo orador anterior, que esse não é e nem pode ser a síntese do Parlamento estadual.

Quero já aproveitar, no próximo dia 25 agora, às 15 horas, nós vamos realizar aqui uma audiência pública para discutir o futuro da pesca e da aquicultura no estado de São Paulo. Vai ser conduzida pela Frente Parlamentar para Desenvolvimento e Proteção da Pesca Artesanal e Aquicultura, sob a nossa coordenação. E nós estaremos debatendo aqui na Assembleia Legislativa que estamos debatendo junto ao Governo do Estado um Código da Pesca.

Nós tivemos aqui duas deputadas que ajudaram na construção desse Código da Pesca, tanto a Maria Lúcia Prandi, como a deputada Ana do Carmo, que foram duas deputadas que assumiram essa bandeira algumas décadas atrás e esse Código da Pesca ficou paralisado por muito tempo.

E nós temos hoje muitos pescadores, tanto no litoral como no continente, que acabam não tendo preservado o seu direito ao trabalho. Nós estamos falando, desde pescadores, estamos falando das marisqueiras, estamos falando de um grupo de pessoas hoje no estado de São Paulo, que muitas vezes não têm o seu direito respeitado.

Então, nós estamos trabalhando para que esse Código da Pesca seja regulamentado para que os pescadores possam ter o seu trabalho, o seu sustento garantido e que preserve, que nós temos aqui em todo o litoral, muitos trabalhadores e trabalhadoras que vêm da pesca, que hoje seus filhos, como os seus netos, não querem mais seguir a profissão dos pais, dos avós.

São comunidades tradicionais que sempre viveram da pesca e agora estão sendo expulsas das suas regiões. Então, essa frente parlamentar tem o intuito...

Hoje tivemos uma conversa no Ibama, estamos conversando com a Polícia Ambiental, temos conversado com as comunidades da pesca no estado de São Paulo, do governo federal, para criar a condição dos pescadores serem respeitados. Então, no próximo dia 25, às 15 horas, aqui na Assembleia Legislativa teremos esse debate.

Eu quero falar sobre outro tema e há muito tempo que nós não vimos o Brasil ser respeitado, como estamos vendo nesses últimos anos. Nós estivemos, nobre deputada Paula, hoje pela manhã, vendo os noticiários, e dá orgulho para a gente ver o Brasil sendo respeitado por diversos países do mundo, porque nós não tivemos isso nos governos anteriores.

Está acontecendo o G20, como aconteceu várias outras reuniões no mundo afora, onde a gente vê o Brasil sendo ouvido, onde a gente vê que as pessoas que antigamente deixaram de respeitar o País voltam a respeitar o Brasil novamente.

Há muito tempo nós não víamos o Brasil voltar a ter pleno emprego, e nós estamos voltando a ter pleno emprego, e sem atacar nenhuma instituição, e sem atacar nenhum setor econômico do nosso País, fazendo um processo de construção, como fizemos de 2003 até 2016. Então, nós voltamos agora a ter esperança no Brasil novamente.

Nós voltamos a mostrar que o Brasil é um país pujante, é um Brasil para todos e todas. Um Brasil que respeita as minorias, um Brasil que respeita a diversidade, um Brasil que respeita a democracia que outros governantes que por aqui passaram não respeitaram.

Tanto que nós teremos agora, no dia de amanhã, será pela primeira vez no nosso País que nós teremos o dia 20 de novembro como feriado nacional, que é o Dia da Consciência Negra.

Talvez muitos não entendam o que é esse dia para nós. E quando as pessoas falam: "Ah, não tem discriminação". Eu falo: "Quando nós vamos ao hospital, dê uma olhada quantos médicos negros nós temos nos hospitais, que atendem os nossos filhos, que atendem os nossos netos e que nos atendem".

Quando nós vamos, e muitas vezes nós vamos numa agência bancária - eu sou oriundo do movimento sindical bancário, fui presidente do Sindicato dos Bancários de Osasco e Região -, e você não encontra um gerente negro, é raro, e você não encontra, as pessoas que atendem a população na boca do caixa, quase que você não vê o negro.

Se você vai ao shopping hoje que a classe média ou mesmo a população utiliza de uma maneira geral, você não encontra a população negra atendendo a população nas lojas de departamento.

Quando você vai procurar, agora você encontra engenheiro, mas alguns anos atrás você não encontrava um engenheiro, um arquiteto, um advogado. Poucos nós encontrávamos e depois nós tivemos de 2003 a 2016 um projeto, tanto pelo Prouni como pelo FIES. Hoje nós temos alguns universitários negros, mas a discriminação está colocada; ela é estrutural no nosso País.

Então, o dia de amanhã é um dia de a gente fazer uma avaliação do racismo estrutural no nosso País. E quem promulgou essa lei foi o presidente Lula, por isso que eu falo, eu tenho orgulho de ter eleito o presidente do Brasil em 2022, que assumiu em 2023 e já faz diferença. E o nosso Brasil voltou a ter orgulho, não só aqui no Brasil, mas em todo o mundo.

Parabéns ao presidente Lula por ratificar, por aprovar uma lei no Brasil que garante, aqui em São Paulo o Barba foi o nosso deputado que aprovou a lei, em Brasília foi o deputado Vicentinho, mas o presidente Lula promulgou a lei federal que nós temos agora, o Dia da Consciência Negra, como um feriado para todo o Brasil. E nós podemos fazer uma reflexão do racismo estrutural que nós temos hoje no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Luiz Claudio Marcolino. Convido a deputada Paula da Bancada Feminista, V. Exa tem a palavra pelo tempo remanescente do Pequeno Expediente.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde aos deputados e deputadas aqui presentes, especialmente as pessoas que nos acompanham na galeria e também na Rede Alesp.

Sr. Presidente, eu quero fazer coro com outros deputados que subiram aqui para falar sobre o horror que nós vimos noticiado hoje, estampado em todos os jornais do País. O nosso país amanheceu com a prisão de cinco pessoas, dentre elas, quatro integrantes do alto comando do Exército, chamados "kids pretos", que são formados para operações especiais.

Por que essa prisão aconteceu? Porque uma investigação da Polícia Federal demonstrou um plano altamente planejado, arquitetado, com detalhes sórdidos para executar o presidente Lula, para executar o vice-presidente Alckmin e para executar o ministro do STF Alexandre de Moraes. Eu quero dizer que o que nós vimos hoje no noticiário do Brasil todo, não pode ser apagado da nossa história.

Eu vejo deputados subirem aqui, como acabou de acontecer, e tentar dizer que o que aconteceu no dia 8 de janeiro não foi uma tentativa de golpe. Que o que aconteceu no dia 8 de janeiro foi simplesmente um crime de dano.

E eu digo para esse deputado e para todos os outros que ousarem subir aqui para defender o horror que aconteceu no Brasil no dia 8 de janeiro, que vocês não sabem o que é crime de atentado contra a democracia, porque vocês têm horror à democracia.

Vocês têm ojeriza à democracia, porque a única coisa que vocês defendem é a liberdade de matar, é a liberdade de exterminar, é a liberdade de acabar com as pessoas que pensam de uma forma diferente nesse País. Isso é o que vocês defendem de verdade.

É por isso que é tão tranquilo subir aqui e dizer que houve apenas crime de dano. Dizer que na verdade o tio França, que se explodiu na frente do STF, que a esposa queimou a casa para acabar com o vestígio, na verdade é um lobo solitário. Lobo solitário não, crime de dano não.

O que vocês tentaram fazer aqui no Brasil foi tomar à força o poder por aqui. Tentaram fazer isso depois de perder as eleições. Tentaram fazer isso depois de arrasar com o nosso país, de rir da cara dos mortos pela Covid-19, de banalizar o que foi a ditadura militar no Brasil.

Nós, por outro lado, não deixaremos por um único segundo esquecer que vocês são os verdadeiros algozes da democracia. E eu digo mais. Tarcísio, veja bem, você é muito rápido para falar que não está nem aí, que pode a ONU te denunciar quando acontece algum tipo de crime, quando acontece execução. Muito rápido para falar do crime organizado. E o crime que é organizado pelos seus?

Porque quem sobe num palanque de golpista também é golpista. Eu quero ver, Tarcísio, quando é que você vai se manifestar por fatos que chegam cada vez mais perto do presidente Bolsonaro, que você sobe no palanque. E que esses, sim, atentam diretamente contra a democracia brasileira. Esses sim, riem da cara do povo brasileiro.

Nós tivemos, gente, muito perto de um buraco profundo no nosso País. Nós arrancamos da cadeira da presidência e tornamos inegável Bolsonaro. Nós tiramos a cadeira direita da cadeira da presidência do Brasil. Eles tentaram e tentam ainda, a todo custo, retornar.

Nós, que somos os verdadeiros defensores da democracia, subimos aqui hoje para dizer que as notícias que foram veiculadas hoje em todo o País precisam ser o suficiente para ver na cadeia o Braga Netto. Porque foi na casa dele que esse plano foi arquitetado. Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil, da Defesa e ex-candidato à vice-presidência com Bolsonaro nas eleições de 2022.

Braga Netto, nós te queremos na cadeia e nós queremos investigação até o fim, para entender quem são todos os golpistas. Para vê-los na cadeia, para vê-los inegáveis e para dizer que a defesa da democracia neste País será inabalável da nossa parte.

O SR. PRESIDENTE - DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Encerrada a lista de oradores do Pequeno Expediente, eu encerro o Pequeno Expediente e imediatamente abro o Grande Expediente.

- Passa-se ao

GRANDE EXPEDIENTE

O SR. PRESIDENTE - DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Passo a convidar as Sras. e Srs. Deputados, iniciando pelo deputado Paulo Mansur. (Pausa.) Deputado Rafael Saraiva. (Pausa.) Deputada Andréa Werner. (Pausa.) Deputado Vítão do Cachorrão. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Letícia Aguiar. (Pausa.)

Deputado Reis, em permuta com a deputada Thainara Faria. Vossa Excelência tem a palavra pelo tempo regimental de dez minutos.

O SR. REIS - PT - Sr. Presidente, deputado Danilo Campetti, Sr. Vice-Presidente da Assembleia Legislativa, o nosso "candidate designated", deputado Gilmarci Santos, retorno à tribuna para continuar falando dos fatos ocorridos na data de hoje.

Quero lamentar que o deputado Paulo Mansur falou e foi embora. Seria bom que ele ficasse aqui para ouvir. Quero dar os parabéns para ele, pela coragem dele de defender os golpistas, de se aliar aos golpistas, de defender os "kids pretos", de fazer a defesa do Bolsonaro, como ele faz.

Mas, quero dizer para ele que, daqueles que foram presos no dia 8 de janeiro, nem todos estão atrás das grades. Houve mais de 400 acordos. Está registrado, está noticiado. Mais de 400 pessoas converteram a sua pena em prestação de serviço, em 225 horas de prestação de serviço à comunidade.

Mas, tem aqueles que respondem por crimes mais graves. É lógico que esses têm penas de até 17 anos de prisão. Aqueles que foram indiciados por crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, associação criminosa armada - porque tinha pessoas lá com facão, tinha pessoas com pedras, com bolas de gude para derrubar os cavalos - crimes qualificados e deterioração do patrimônio tombado.

Então, esses não são crimes de dano comum, não é porque quebrou uma mesa. Eles cometeram crimes gravíssimos. Obviamente, a mão do Estado está lá para punir essas pessoas que fazem, que praticam crimes gravíssimos.

O que aconteceu hoje também: a prisão do general de brigada Mario Fernandes, a prisão do tenente-coronel Helio Ferreira Lima, a prisão do major Rodrigo Bezerra Azevedo, a

prisão do major Rafael Martins de Oliveira, os conhecidos, os chamados "kids pretos" e, também, de um policial federal que foi abduzido por esse bolsonarismo doentio, o agente de Polícia Federal Wladimir Matos Soares.

É grave que dois desses oficiais de Exército estavam lá fazendo parte da GLO no Rio de Janeiro, fazendo parte da Lei de Garantia da Ordem.

Gente, quando a gente começa a ler o que está escrito nas notícias, a gente vai lembrando daqueles filmes de conspirações, daqueles filmes que têm agentes infiltrados. Então, tínhamos pessoas do Estado, agentes do Estado infiltrados para dar golpe, para cometer crimes.

Isso é uma "ocrim", uma organização criminosa. Esses agentes de Estado que se demandaram para essa "ocrim" têm que ser duramente punidos. Duramente punidos!

Foram consideradas diversas condições de execução do ministro Alexandre de Moraes, inclusive com uso de artefato explosivo e por envenenamento em evento oficial público.

É como aqueles filmes que você vê, o cara está lá com um copo de água, eles vão lá e põem um pozinho, você não sabe o que é, mas na hora que a pessoa bebe, morre. Olha só a engenharia dessa "ocrim".

Há uma citação aos riscos da ação, considerando que os danos colaterais seriam muito altos, que a chance de captura seria alta e que a chance de baixa, termo relacionado à morte, no contexto militar, seria alto.

Mesmo dentro dessa operação, desse planejamento, eles já se colocavam ali com a possibilidade de alguns deles serem mortos nesse processo. Os envolvidos, admitiam inclusive a possibilidade de eles mesmos morrerem no andamento da suposta operação golpista.

O grupo cogitou também neutralizar, assassinar Lula e Geraldo Alckmin, e quando fala do Lula, eles começaram a observar, a ver todos os procedimentos, o dia a dia do presidente Lula, porque ele diz que foi levantado, segundo as investigações, para a execução do presidente Lula, a sua vulnerabilidade de saúde, a sua ida frequente a hospitais, a possibilidade de utilização de envenenamento ou uso de químicos.

Veja bem, está o Lula no hospital sendo atendido por médicos, de repente entra um médico falso, um pseudo médico, como nos filmes: vai lá e coloca um veneno no remédio, eles cogitaram essa forma para causar um colapso orgânico, descreve a Polícia Federal.

Ainda de acordo com os investigadores, para que a tentativa de golpe tivesse êxito, os suspeitos tratavam da necessidade também de assassinar o vice-presidente Geraldo Alckmin, porque eles queriam tomar o poder.

Então, tudo isso aconteceria antes da posse do presidente Lula, eles matariam o presidente Lula, matariam o vice-presidente da República, e aí eles criariam um gabinete de crise. Está tudo dentro daquilo que a Polícia Federal levantou, o que eles estavam planejando.

Criariam, então, um gabinete de crise. E esse gabinete de crise, então, é que iria estabelecer as regras para poder tomar o poder, uma operação inclusive para prender Moraes, caso eles não conseguissem matá-lo.

Mensagem obtida pela Polícia Federal em celulares dos militares investigados por articular um golpe de Estado, em 2022, indicam que naquele ano o grupo chegou a se posicionar nas ruas de Brasília, para uma ação clandestina que teria como alvo o ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes.

Pelo menos seis pessoas participaram do plano no dia 15 de dezembro daquele ano, segundo a Polícia Federal. E aí vêm as mensagens de WhatsApp. Lá no WhatsApp aparece: "estacionamento da troca da vez. Está na posição? Ok." Os criminosos se comunicando para saber a hora que eles iriam agir para interceptar o Alexandre de Moraes.

Aí ele fala: "aguarde, ok," e assim vai. E aí esse gabinete de crise pós-golpe seria constituído pelo general Augusto Heleno, então ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, e o general Braga Netto, ex-ministro da Defesa e da Casa Civil, e candidato a vice na chapa derrotada de Bolsonaro.

O documento também coloca a necessidade de constituir um gabinete de crise para restabelecer a legalidade e a estabilidade institucional, diz o trecho. Como o golpe em 15 de dezembro não foi bem-sucedido, a ideia também foi abortada naquele momento.

Aí as pessoas falam: não, o pensamento não é crime, a cogitação não é crime. Depende, depende. Ato preparatório podem, sim, constituir crime. Então, nós estamos falando da abolição, o que se propõe esse grupo, esse grupo intitulado Kids Pretos, a abolição do Estado Democrático de Direito.

Imaginem vocês que deputados que são eleitos democraticamente pelo voto do povo vêm aqui usar esse microfone para defender o golpe, para defender, então, que eles tomassem o poder sem que o povo os escolhesse. Isso não dá para aceitar.

O plano previa envenenar Lula e Moraes e, em seguida, instituir o gabinete de crise. E teria cinco núcleos, segundo a Polícia Federal. Um núcleo de ataques virtuais a opositores. Então, imaginem aqueles que fossem contra, que se colocassem contra esse grupo, ataques virtuais a eles.

Um grupo de ataques às instituições, STF, Tribunal Superior Eleitoral, ao sistema eletrônico de votação e à rigidez do processo eleitoral; um outro grupo cuidaria da tentativa de golpe de Estado e da abolição violenta do Estado Democrático de Direito; grupo de ataque às vacinas contra a Covid-19 e às medidas sanitárias na pandemia.

E o grupo de uso da estrutura do Estado para obtenção de vantagens, que é isso que eles queriam, tomar o poder para a obtenção de vantagens, o qual se subdividire em: grupo A - uso de suprimentos de fundos, cartões corporativos para pagamentos de despesas pessoais; grupo B - inserção de dados falsos de vacinação contra Covid-19 no sistema do Ministério da Saúde para falsificação de cartões; grupo C - desvio de bens de alto valor patrimonial entregues por autoridade estrangeira ao ex-presidente Jair Bolsonaro ou agentes públicos a seu serviço e posterior ocultação com o fim de enriquecimento ilícito.

Então, para terminar, Sr. Presidente, para deixar bem claro aqui que veio à tona essa história dessa organização criminosa que hoje foi debelada pela Polícia Federal, que nós temos que vir aqui falar, sim. Nós temos que falar e deixar registrado que nós não podemos, de forma alguma, aceitar que isso possa ocorrer em nosso País.

O SR. REIS - PT - Sr. Presidente, para continuar um outro assunto que eu tenho aqui, eu peço uma comunicação de dois minutos.

O SR. PRESIDENTE - **DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS** - Para uma comunicação, deputado Reis.

O SR. REIS - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, ontem eu estive na Câmara Municipal de São Paulo, eu participei de dois eventos na data de ontem. Um foi a entrega do Prêmio Hely Lopes Meirelles, um prêmio que eu criei na Câmara Municipal de São Paulo. Alguns projetos de eficiência na administração pública, porque esse prêmio visa premiar o gestor eficiente, alguns prêmios foram entregues lá ontem.

Eu fiquei muito grato pelo convite que me foi feito pela Câmara Municipal de São Paulo para entregar esses prêmios e reconhecer os projetos que tem a Prefeitura de São Paulo, projetos exitosos, dentre eles o Projeto "Smart Sampa", que já prendeu mais de mil pessoas sem dar um único tiro, através das câmeras que estão instaladas na cidade de São Paulo.

Por esse programa há o reconhecimento facial, e os criminosos - inclusive em postos de Saúde, Unidade Básica de Saúde, estão ali para um atendimento - são pegos, a câmera os detecta, faz o reconhecimento facial, e a Guarda Civil vai lá e efetua a prisão.

Então eu fiquei muito contente de ter participado desse evento e de ter sido o primeiro lugar, a "Smart Sampa" ganhou em primeiro lugar, como um projeto de eficácia na administração pública, de eficiência na administração pública. Eu dou os parabéns aos seus organizadores, aquelas pessoas que estão à frente desse projeto.

O outro evento de que eu participei foi a abertura da Semana da Consciência Negra. A Semana da Consciência Negra tem várias apresentações, vários acontecimentos. Amanhã nós teremos a Marcha da Consciência Negra, que vai sair do Masp e vai até o Theatro Municipal, a Praça Ramos de Azevedo.

A Marcha da Consciência Negra também é uma lei de minha autoria. Ela existia há mais de 20 anos, é a 21ª marcha que vai acontecer na data de amanhã, e eu fui um dos autores que criou a lei que instituiu, no calendário da cidade de São Paulo, a Marcha da Consciência Negra. Ela recebe o nome do Flávio Jorge, que foi um grande lutador contra o racismo estrutural, um grande lutador pelas políticas afirmativas.

Eu quero deixar registrado e convidar a todos para que amanhã vão até o Masp para participar da 21ª Marcha da Consciência Negra, a Marcha Flávio Jorge.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. REIS - PT - Requeiro de V. Exa. que os trabalhos sejam suspensos até as 16 e 30 horas.

O SR. PRESIDENTE - **DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS** - Muito obrigado, deputado Reis. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, havendo acordo de lideranças, os trabalhos estão suspensos até as 16 horas e 30 minutos.

- Suspensa às 15 horas e 15 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 31 minutos, sob a Presidência do Sr. Gilmaci Santos.

O SR. PRESIDENTE - **GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - **GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - Há sobre a mesa requerimento da nobre deputada Paula da Bancada Feminista, com número regimental de assinaturas, nos termos do Art. 35, do Regimento Interno, para constituição de uma comissão de representação, com a finalidade de participar do Seminário pela Prevenção e Enfrentamento da Violência Política de Gênero e Raça, a realizar-se no dia 27 de novembro do corrente ano, em Brasília, sem ônus para este poder.

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. ENIO TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Havendo acordo entre as lideranças presentes no plenário, peço o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - **GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS** - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Havendo acordo entre as lideranças, esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de quinta-feira, à hora regimental, sem Ordem do Dia, lembrando-os, ainda, da sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da presente sessão.

Está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 33 minutos.

Sessão Extraordinária

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 54, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2024

Presidência: **ANDRÉ DO PRADO**

Secretaria: **CARLOS CEZAR, MILTON LEITE FILHO, THIAGO AURICCHIO, CARLA MORANDO, TOMÉ ABDUCH e CAPITÃO TELHADA**

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Abre a sessão às 21h37min. Coloca em discussão a PEC 9/23, em 1º turno.

2 - PAULO FIORILO

Solicita verificação de presença.

3 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.

4 - SIMÃO PEDRO

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

5 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

6 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Acolhe a questão de ordem da deputada Paula da Bancada Feminista, para respondê-la oportunamente.

7 - DR. EDUARDO NÓBREGA

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

8 - DR. JORGE DO CARMO

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

9 - PAULO FIORILO

Para reclamação, faz pronunciamento.

10 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Reitera que a PEC 9/23 foi debatida ao longo de um ano, estando pronta para ser pautada na Ordem do Dia.

11 - CARLOS CEZAR

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

12 - GIL DINIZ

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

13 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Acolhe a questão de ordem do deputado Gil Diniz, para respondê-la oportunamente.

14 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Para comunicação, faz pronunciamento.

15 - PAULO FIORILO

Solicita verificação de presença.

16 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.

17 - ENIO TATTO

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

18 - PROFESSORA BEBEL

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

19 - GUILHERME CORTEZ

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

20 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Acolhe a questão de ordem do deputado Guilherme Cortez, para respondê-la oportunamente.

21 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

22 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Responde à questão de ordem do deputado Luiz Claudio Marcolino. Reitera que houve debate acerca do tema ao longo de um ano.

23 - PAULO FIORILO

Discute a PEC 9/23, em 1º turno (aparteado pelo deputado Barros Munhoz).

24 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

25 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Responde à questão de ordem do deputado Luiz Claudio Marcolino. Defende que o rito para convocação de sessão extraordinária, pela urgência, é prerrogativa da Presidência.

26 - REIS

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

27 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Solicita verificação de presença.

28 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.

29 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Para comunicação, faz pronunciamento.

30 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

31 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Acolhe a questão de ordem do deputado Luiz Claudio Marcolino, para respondê-la oportunamente.

32 - BARROS MUNHOZ

Discute a PEC 9/23, em 1º turno (aparteado pela deputada Monica Seixas do Movimento Pretas).

33 - PROFESSORA BEBEL

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

34 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Dá resposta à questão de ordem da deputada Professora Bebel. Encerra a sessão às 00h07min.

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - **ANDRÉ DO PRADO - PL** - Presente em número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - **ANDRÉ DO PRADO - PL** - Ordem do Dia, discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda nº 9, de 2023, de autoria do Sr. Governador. Dando sequência à lista de oradores inscritos que estavam na tribuna, com a palavra do deputado Simão Pedro.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Só para entender o comando, porque, assim, eu percebo que muita gente não entendeu. Como não entendeu, eu queria pedir uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Vamos fazer a verificação de presença. Convido o deputado Carlos Cezar com o deputado Milton Leite Filho para fazermos a verificação de presença.

- Verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Constatado o quórum regimental, devolvo a palavra ao deputado Simão Pedro.

O SR. SIMÃO PEDRO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, deputadas, público que aqui se faz presente. Quero cumprimentar os estudantes, os professores, aqueles que serão os mais prejudicados se essa PEC for aprovada.

Eu queria, Sr. Presidente, começar aqui com a lembrança de uma música, de um hino à nossa juventude, aos estudantes. Do nosso grande Milton Nascimento, chamado Coração de Estudante.

"Quero falar de uma coisa, adivinha onde ela anda, deve estar dentro do peito, ou caminho pelo ar. Pode estar aqui do lado, bem mais perto do que pensamos. A folha da juventude é o nome certo desse amor. Já podaram seus momentos, desviaram seu destino, seu sorriso de menino, tantas vezes se escondeu.

Mas renova-se a esperança, nova aurora a cada dia, e há que se cuidar do broto, para que a vida nos dê flor e fruto. Coração de Estudante, há que se cuidar da vida, há que se cuidar do mundo, tomar conta da amizade, alegria e muito sonho. Espalhados no caminho, verdes, plantas, sentimento, folhas, coração, juventude e fé."

Dedico essa música, essa poesia, aos estudantes que estão aqui, à nossa juventude, resistindo a essa violência que o governador Tarcísio quer fazer contra a nossa Educação pública, contra a nossa juventude, contra o nosso futuro.

Essa música, Sr. Presidente, deputados e deputadas, evoca sentimentos de esperança, renovação e importância do cuidado com a vida e com o mundo. Uma reflexão sobre a juventude e o seu papel vital na sociedade, simbolizada pela folha da juventude, que significa o amor puro e a capacidade de mudança que os jovens carregam dentro de si.

A canção do Milton Nascimento, Coração de Estudante, menciona os desafios enfrentados pelos jovens, como os momentos podados e os destinos desviados, que podem ser interpretados como as dificuldades e as adversidades, que muitas vezes obscurecem a inocência e a alegria da juventude.

Resiliência, otimismo, a música é um hino à vida, ao cuidado com o outro e ao compromisso com a construção de um mundo mais justo e cheio de possibilidades para todos, especialmente para os jovens. Coração pulsante das mudanças.

Sr. Presidente, fiz questão de citar essa música do Milton porque eu estava aqui refletindo sobre essa tentativa de calar a juventude a todo momento, estudantes que vieram para cá.

Eu queria exaltar a coragem e exaltar a presença dos nossos estudantes aqui, porque essa PEC, essa malfadada PEC, que vai retirar 5%, quase R\$ 10 bilhões da Educação pública, que faz o estado de São Paulo voltar atrás no tempo.

São Paulo, em 1989, os nossos constituintes fizeram uma coisa fantástica, que, diferente do que o Brasil inteiro estava fazendo com a nossa grande Constituição Federal, que determinou que 25% da arrecadação será destinada para investimentos na Educação, e não gasto, como sempre nos lembra o presidente Lula, aqui, os nossos constituintes resolveram dizer o seguinte, para o estado de São Paulo investir na Educação, na Educação Pública, desde a educação básica, do ensino técnico, às nossas universidades públicas, como a USP, a Unicamp e a Unesp.

É uma decisão do estado de São Paulo: vamos colocar 30% e, com isso, nós conseguimos construir uma rede de Educação gigante, nós conseguimos construir uma rede de educação técnica, tecnológica, muito importante, que é o Sistema Paula Souza, que infelizmente vem sendo sucateado pelo governo Tarcísio, por não aplicar corretamente...

Não só o Tarcísio, mas os anteriores também não aplicaram corretamente os recursos que a Constituição determina na Educação. Nós conseguimos construir três universidades que nos dão muito orgulho. A USP é um orgulho para todos nós, pela sua excelência, por estar nos melhores rankings do mundo, inclusive.

Agora, o que acontece? Parece que esse governo que está aí, com sua base de sustentação, tem ódio da Educação, tem bronca da Educação, e, para enganar a população, eles inventaram que vão tirar esse dinheiro para colocar na Saúde.

É lógico, nós entendemos que a Saúde sempre precisa também de melhores e mais investimentos. A nossa Constituição determinou que o governo federal e os governos estaduais investirão um mínimo de 12 por cento.

São Paulo sempre está batendo na trave, com 12, 12 e pouco, mas, como disse a nossa querida deputada Beth Sahnão - e eu queria também reforçar esse argumento dela -, o governo poderia muito bem tirar recursos de outras áreas onde ele tem investido, para não precisar tirar da Educação.

Por exemplo, como foi bem lembrado aqui, as isenções fiscais. Sessenta e cinco bilhões, provavelmente mais recursos do que a Educação recebe, de isenções fiscais para empresários que não precisam recolher impostos.

Seria uma política interessante se nós tivéssemos transparência, se nós soubéssemos quantos empregos essas empresas estão gerando, que desenvolvimento estão criando nas regiões, mas a gente não sabe. Fica a critério do governo, não existe transparência disso.

Podemos, sim, tirar dinheiro da publicidade; poderíamos tirar, mas vai tirar da Educação? Isso é uma violência contra o nosso estado, um ataque à Educação Pública e uma violência contra os atuais estudantes, contra a nossa juventude, as nossas crianças e o nosso futuro.

Eu fico aqui fazendo a seguinte reflexão: vai tirar dinheiro da USP? Provavelmente não, porque os nossos reitores, os professores das universidades não vão deixar. O Serra tentou fazer isso em 2007, deputado Enio Tatto. Vossa Excelência lembra, com aqueles famigerados decretos que nós, com muita mobilização - mobilização dos estudantes, dos professores, da sociedade -, fizemos ele retirar. O Doria tentou fazer isso. Então, assim, vai ser muito difícil tirar os 9,59 da manutenção das três universidades.

De onde ele vai tirar? Provavelmente vai sucatear mais ainda o Paula Souza. Provavelmente vai sucatear e retirar mais recursos da Educação Básica. Isso é um contrassenso. Por quê? Porque está mais do que provado...

Qualquer deputado desta Casa que passa em frente de uma escola ou que já entrou em uma escola estadual sabe que ali precisa de melhorias, sabe que ali precisa de recuperação. Cinquenta por cento das nossas escolas estaduais não têm acessibilidade. Precisam de investimento, precisam de melhoria. As entradas das escolas, é só a gente passar na maioria das escolas estaduais, deputada Ediane...

Muitas escolas que receberam inclusive o projeto da educação integral não têm refeitório para os estudantes, as quadras não têm cobertura, são ruins, não têm vestiário para os estudantes que ficam o dia inteiro na escola poderem tomar um banho depois de praticar educação física. Então, nós precisamos é de mais investimentos, principalmente na Educação básica.

Agora eu vejo, por exemplo, os diretores das Etecs e Fatecs desesperados atrás dos deputados aqui, pedindo emenda para poder fazer uma obrinha lá, para poder comprar um equipamento para melhorar as condições de ensino. E o governador Tarcísio alheio a isso, porque ele só olha para o mercado. Ele quer privatizar a Educação, já está começando por esses decretos. Nem passou por aqui, né?

Eu quero até me solidarizar com os estudantes que lá na Bolsa foram duramente reprimidos pela polícia nesta semana, por protestarem contra a privatização das escolas. (Manifestação nas galerias.) Ele só pensa em privatizar com aquele discurso ideológico.

Ele e o pessoal aqui da direita, da extrema-direita, não gostam, falam: "Não, vocês têm só um discurso ideológico". Mas o que é mais ideológico do que esse discurso, deputado Jorge, de dizer que o privado é melhor que o público?

Por isso que tem que privatizar, né? Então isso é ideológico, é uma ideia que eles colocam para que a sociedade pense que tem que ser assim. Às vezes eles sucateiam, sucateiam para justificar que é melhor privatizar, não é? É o que eles vêm fazendo eternamente nos serviços públicos. Então não dá para a gente aceitar esse nível de argumentação, essas ideias, esse debate.

Por isso, estamos aqui em obstrução, chamando a atenção da base do governo aqui na Casa, os seus vários partidos, lideranças, porque vai ser uma violência contra a Educação pública, vai ser uma violência contra os profissionais da Educação, vai ser uma violência contra os nossos jovens, estudantes, contra as nossas crianças que precisam, almejam e lutam por melhores condições de trabalho.

Olha a situação dos professores. Há quanto tempo não se investe na contratação de professores? Metade dos profissionais da Educação são contratos temporários, como a categoria "O".

Precisa de investimentos aí, e não dessa ameaça, dessa violência que o governo pretende fazer votando essa PEC aqui, tirando aquilo que os nossos constituintes lá atrás, que a nossa sociedade sempre defendeu.

Ninguém ousava mexer com isso. Agora esse governador acha que recebeu um cheque em branco na eleição e faz aprovar aqui leis inconstitucionais, como as escolas civico-militares, essa aberração que não tem amparo na Constituição federal, estadual, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Agora ele recuou, com medo de que o Supremo Tribunal Federal determine que é inconstitucional. Tem que voltar atrás para não passar vergonha. Recuou e suspendeu, né?

Mas eles querem, deputado Guilherme, esse secretário que está aí, o secretário da Educação, o Feder, quer transformar a Educação em um mercado, pegar o dinheiro público que nós sempre defendemos para fazer com que se gaste com quinquilharias de empresas que vendem produtos de tecnologia, supostos produtos de tecnologia, com a suposição de que isso vai melhorar a Educação, etc.. Então, assim, é um absurdo o que estão fazendo com a Educação.

Então esse governador acha que recebeu um cheque em branco para passar aqui leis incondicionais como foi a Lei das Terras Públicas, e às vezes ignorando este Parlamento, como agora faz com essa ideia de privatizar as escolas estaduais - nem passou por aqui, deputado Enio, nem passou por aqui, deputado Rômulo - por decretos vendidos na Bolsa de Valores. E tiveram deputados aqui que foram lá comemorar dizendo assim: "Nós vamos privatizar tudo", com se isso fosse um grande feito. É uma violência.

Então o meu protesto contra esse projeto absurdo. Essa PEC vai fazer o estado de São Paulo, ao invés de andar para a frente, no sentido de melhorar os índices de aprendizado, de investir na Educação, de melhorar o nosso ensino público, ele vai na contramão, no sentido de precarizar mais ainda, de sucatear mais ainda, quem sabe lá na frente para justificar uma privatização total dos nossos equipamentos, das nossas escolas.

Então o nosso protesto. Vamos continuar aqui em obstrução, porque esse projeto não pode prosperar. Vamos à luta. Parabéns à resistência dos professores, dos estudantes e das bancadas de oposição deste Parlamento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo, para falar contra. Desculpa. Com a palavra o deputado Dr. Eduardo Nóbrega para falar a favor.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. Tenho uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputada Dra. Paula.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente, com fundamento no Art. 260 e seguintes do Regimento Interno desta Casa de Leis e com fulcro no Art. 58, §3º, da Constituição Federal, no Art. 13, § 2º, da Constituição

Estadual, da Lei Federal nº 1.579, de 1952, e no Art. 34, "caput", § 2º, do Regimento Interno, formulo a V. Exa. a questão de ordem embasada nos seguintes termos.

A argumentação central do Projeto de Emenda Constitucional nº 9, de 2023, é de que a Constituição Federal, em consonância com seu Art. 212, estabelecia obrigação ao estado de São Paulo do investimento mínimo de arrecadação de impostos e outras transferências na monta de 25 por cento.

Enquanto a redação do atual Art. 255 da Constituição Estadual estabelece a obrigação do estado de São Paulo de investir 30% de sua arrecadação de impostos e outros recursos de transferências na rede de ensino e que, portanto, o atual investimento acima do patamar constitucional federal lhe confere justo motivo para alterar o texto constitucional estadual, invocando a possibilidade legal de flexibilizar a monta de investimento obrigatório.

Entretanto, o projeto de emenda à Constituição e todo o seu processo legislativo olvida-se do quanto disposto no Art. 5º da Constituição Federal de 1988, que diz que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada

Se o Constituinte Estadual estabeleceu o patamar de 30% de arrecadação de impostos e outras transferências à rede pública de ensino, não o fez de forma arbitrária ou sem fundamento, mas sim que, ao tempo de sua redação, o investimento obrigatório no patamar de 30% era para que pudesse se dar o devido sustentáculo à consecução do serviço público de Educação de qualidade, na forma que todo arcabouço jurídico-constitucional existe.

A benesse à população com o investimento obrigatório no patamar de 30%, que sequer parece ser suficiente ao devido atendimento da rede pública de ensino, indene de dúvidas, constitui direito adquirido da coletividade e, portanto, protegido pelo Art. 5º da Constituição Federal, que foi ignorado na redação da emenda na Comissão de Constituição e Justiça e em toda a discussão do processo legislativo.

Ante o exposto, Sr. Presidente, tem a presente questão de ordem o fito de requerer de V. Exa. a intervenção na presente discussão do projeto de emenda à Constituição do Estado nº 9, de 2023, a explicação do trâmite regimental que ignorou o disposto no Art. 5º da Constituição Federal de 88, que versa que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, com as razões legais amparadas nas fundamentações arguidas na presente peça regimental.

Sala das sessões, 5 de novembro de 2024.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigado, Dra. Paula. Recebo a sua questão de ordem, respondendo-a oportunamente.

Com a palavra o deputado Dr. Eduardo Nóbrega.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, venho a esta tribuna como líder do Podemos para buscar contribuir com esta discussão da PEC 09 proposta pelo governador Tarcísio de Freitas.

Temos acompanhado a discussão sem nenhum viés ideológico, mas buscando compreender o tema e as razões apresentadas por todos aqui que utilizaram esta tribuna, em respeito aos estudantes e aos profissionais da Educação do estado de São Paulo e do Brasil.

A vinculação de 25%, Sr. Presidente, é estabelecida na Constituição Federal e aplicada para os estados e municípios. No estado de São Paulo, em algum momento, o legislador entendeu a necessidade de se vincular 30% dos recursos do Orçamento para investimento na Educação.

Além das razões que eu acompanhei aqui por aqueles que defenderam a PEC, no sentido de que, se necessários, esses recursos serão encaminhados ou aplicados na Saúde, eu trago aqui uma discussão.

Estava conversando com o nobre deputado Enio Tatto que, no meu entendimento, dos 30% que compõem o investimento na Educação, as despesas com inativos estão dentro desses 30 por cento.

E, salvo engano, se eu não estiver equivocado, em torno de 5% é a despesa com inativo, que, por determinação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, foi remetida para outra dotação, de modo que o que fica para aplicação para o investimento em Educação são os mesmos 25%, que permanecerão sendo aplicados na Educação do estado de São Paulo.

E as despesas com inativos vão onerar outra parte do Orçamento. Eu trago essa discussão aqui, porque nós estamos fazendo um grande debate, fazendo com que os estudantes tenham se manifestado livremente nesta Casa de Leis. Parabenizo os estudantes, parabenizo o presidente pela condução.

Mas quero fazer essa discussão aqui de maneira pública, porque se eu estiver correto naquilo que eu estou interpretando, querido deputado Ricardo, nós estamos discutindo e fazendo um alvoroço em cima de algo que não vai tirar um real de investimento na Educação.

E aí é preciso fazer esse debate e essa contribuição que eu quero dar aqui, como membro do Podemos, líder do Podemos. E peço ajuda de todos os deputados, pois, se estiver correto, nós poderemos encaminhar de maneira muito mais tranquila, Sr. Presidente.

Terminar essa votação da PEC, permitindo que os investimentos em Educação continuem sendo aplicados e que a Saúde também receba os investimentos devidos, porque todos nós somos a favor de investimentos na Educação e investimentos na Saúde.

Percebe-se aqui que há uma concordância, de todos os nobres deputados, de que tanto a Educação quanto a Saúde precisam de investimentos. Sabemos que nas escolas - e falo isso com experiência do município - chove mais dentro das salas de aula do que fora da escola. Falta eficiência na aplicação do investimento.

Mais do que recurso, presidente, eficiência na aplicação dos investimentos feitos na Educação e na Saúde. E esse governo, ao meu ver, tem buscado aplicar de maneira correta os recursos do Orçamento Público do Estado de São Paulo.

Por isso, trouxe essa contribuição aqui. Peço para que todos os deputados se debrucem sobre esses números apresentados, para que a gente possa ter o encerramento dessa... Nessa linha, o Podemos se coloca, Sr. Presidente, favorável à PEC 09 do governador do estado de São Paulo. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência aos oradores inscritos, com a palavra o deputado Dr. Jorge do Carmo.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Boa noite, Sr. Presidente, boa noite, deputadas, deputados, colegas, público da TV Alesp, assessores, policiais, público da galeria, que incansavelmente está aqui na luta e na trincheira, em defesa de uma educação melhor.

Muito bom, parabéns a vocês pela resistência, pela luta, sempre em defesa do nosso Estado. (Manifestação nas galerias.) E é por isso que esses deputados e deputadas estão também aqui, especialmente aqueles que estão defendendo a Educação.

Vamos ficar aqui o tempo que for necessário para a gente defender o que é tão precioso no nosso País, na nossa vida e no desenvolvimento do nosso Estado, que é a Educação.

Ouvindo aqui atentamente o deputado que me antecedeu, Dr. Eduardo Nóbrega, eu não tenho esses números que V. Exa. falou aqui na cabeça, mas poderíamos pensar o seguinte: se é fato o que V. Exa. falou aqui, se não vai ter corte nenhum e se está tudo certo, nós estamos perdendo o maior tempo aqui, de ficar discutindo uma PEC que, se não vai tirar dinheiro de nada, deixa como está.

Por que a gente vai mudar então? (Manifestação nas galerias.) Por que a gente está discutindo aqui? Ninguém está assim gastando o nosso tempo precioso de cada um aqui se não vai mexer em nada, se não vai tirar recurso nenhum. Não é, deputado Paulo Fiorilo?

Vamos encerrar a discussão, deputado presidente. Vamos encerrar essa discussão, e retira essa PEC. E está resolvido. Ou não é verdade isso aí? (Manifestação nas galerias.) Não tem mais problema, não tem mais o que a gente ficar discutindo aqui se não vai ter prejuízo, se não vai ter problema. Então por que a gente está discutindo essa PEC?

Nós ficamos um ano discutindo-a na CCJ, deputado Rômulo Fernandes. Eu, V. Exa., deputada Bebel, deputado Reis. Ficamos lá insistentemente, porque nós não queremos prejuízo, deputado Alex Madureira. Ninguém quer prejuízo para a Educação, inclusive o governo, pelo que eu entendi. Mas penso diferente. E acho que vai ter, sim, prejuízo. E é por isso que nós vamos ficar aqui na luta e na trincheira.

Por isso eu queria pedir, para o assessor nosso, colocar. Eu quero esboçar um pouco as más condições e os resultados insatisfatórios da oferta e o funcionamento da política educacional no estado de São Paulo. Vejamos.

De acordo com o Saresp, logo, um dado importante, a avaliação estadual do rendimento educacional é a seguinte: ano 2021, 96,6% dos alunos da rede paulista terminaram a escola sem ter aprendido sequer como resolver uma equação de primeiro grau. Tudo o que estou falando aqui é com base nos dados do Saresp. E também daqui a pouco vou falar sobre o Tribunal de Contas do Estado.

Vamos lá. Caos na infraestrutura das escolas, que já foi mencionado aqui pelos colegas deputados e deputadas que me antecederam, exatamente dos problemas que nós temos na estrutura da nossa Educação. Logo, precisa de mais recursos, e não de retirar recursos, pelo que podemos concluir posteriormente aqui.

Então vamos lá. Relatório do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2023. Próxima lâmina, por favor. Vamos lá: 38,5% das escolas vistoriadas não dispõem de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência e ou mobilidade reduzida, como também já foi mencionado aqui por colegas que me antecederam.

Em 47,9% das escolas, não dispõem de corrimão e guarda-corpos. Em 47,1%, estão sem rampas de acesso, que sigam, lógico, as normas estabelecidas pela legislação. E vai lá, vamos ao relatório, continuando.

Em 82,6% das escolas, não têm sinalização tátil nos pisos e paredes. Em 52,28% das salas de aula, não têm a adaptação necessária para pessoas com deficiência. Em 48,73% das escolas, estão com as entradas em inadequações aparentes.

Por aí vai a fartura que é o dinheiro que está sobrando, e o governo quer retirar. Ainda o relatório do TCE 2023. Em 23,97%, muros com paredes com buracos ou aberturas que permitem o acesso de estranho. A gente já viu um monte de muros quebrados.

É um desastre as escolas, infelizmente, a estrutura das escolas estaduais. A deputada Professora Bebel, que é uma exímia militante, sabe disso. Em 9,59%, as portarias estão danificadas ou vandalizadas. Em 8,22%, problemas de controle na portaria ou nas portarias.

Vamos lá. Orçamento executado em 2024, esse ano corrente. O governador deixará de aplicar quase 15 bilhões em Educação. Então nós estamos falando de cortes, sendo que está deixando de investir naquilo que já tem aprovado por esta Casa. Deixará de aplicar quase 6 bilhões também na Saúde.

Agora vamos ao que diz a nossa legislação, a legislação do nosso Estado. O Art. 241 da Constituição do Estado diz que tem que ter um Plano Estadual de Educação. E nós exaustivamente debatemos isso na CCJR.

No Plano Estadual de Educação, que é o atual plano em vigor, tem 21 metas. Vamos lá. "Meta 20 do Plano Estadual de Educação: ampliar o investimento público em Educação pública, de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto, o PIB do País no quinto ano de vigência do Plano Nacional de Educação e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB final do decênio".

Isso é o que diz Meta 20 do nosso Plano Estadual de Educação. Com base nessas informações do Tribunal de Contas do Estado e do Orçamento, pergunta que não quer calar. Como é que a gente está falando de tantos desmandos... a estrutura das escolas sucateada e, talvez, acho que é por isso que quer vender, quer entregar para a iniciativa privada, para virar negócio, como já foi também mencionado aqui.

Então, como é que nós vamos atingir a Meta 20 do Plano Estadual de Educação com essa triste realidade para nossa Educação? E aí vêm colegas deputados aqui falar: "nosso governador não está querendo tirar recurso da Educação, ele quer flexibilizar". Palavra bonita, "flexibilizar".

Agora, cortar recurso da Educação, cortar na carne dez bilhões, ou seja, 5%, ganhou uma palavra mágica, segundo o deputado Lucas Bove e o deputado Capitão Telhada, "flexibilização".

Na verdade, a PEC vai retirar dez bilhões e vai deixar de fazer aquilo que estávamos aqui todos mencionando. E agora eu quero pedir licença para a deputada Professora Bebel, que com muita maestria leu aqui o seu brilhante relatório. Aqui não, lá na CCJR. Vou lembrar aqui, deputada Professora Bebel, palavras que no seu brilhante relatório constaram, e eu acompanhei a par e passo.

"Por que os profissionais da Educação recebem tão baixos salários e não têm uma carreira que os valorize, do ingresso até a aposentadoria? Pergunta para o governador e para a base aliada. Por que não se realizam recursos públicos para que 100 mil profissionais na ativa temporários possam se efetivar? Por quê?". Talvez o próximo deputado da base possa responder.

"Por que faltam funcionários nas escolas, e grande parte das funções está terceirizada e precarizada? Por que não se realiza concurso para funcionário da Educação? Por que nas universidades estaduais faltam professores em tantas disciplinas, ocasionando o fechamento de cursos na USP? Atualmente faltam mais de mil docentes para completar o quadro.

Por que não se devolvem os valores confiscados dos aposentados e profissionais? Por que as escolas técnicas e faculdades de tecnologia estão abandonadas, colocando em risco o excelente padrão de qualidade desenvolvido pelo Centro Paula Souza ao longo de décadas?".

E por aí vai. Dá para ler a noite inteira aqui. Pena que são 15 minutos.

"Por que os estudantes, professores, funcionários que frequentam e trabalham por 15 escolas de lata na Capital e na Grande São Paulo. Por que à situação de emergência climática não há qualquer tipo de climatização nas escolas? Por que alimentação escolar é insuficiente e por vezes de má qualidade, e os profissionais não podem se alimentar nas escolas?

Deputada professora Bebel, V. Exa. perguntou isso por diversas, por repetidas vezes lá. Por que o estado promove sistemático fechamento de turmas noturnas, frequentadas por alunos que trabalham? Por que tantas deficiências na Educação básica e superior no estado de São Paulo? Vamos lá, para ir concluindo aqui.

Por que a taxa de escolaridade do estado de São Paulo, de escolarização no estado de São Paulo, evidencia os desafios em relação aos anos finais de educação básica, quando os jovens estão na faixa etária de 15 a 17 anos de idade?

No Estado, o percentual de jovens nessa faixa etária matriculados nas escolas é de 93,7%, ou seja, há um grupo de quase 6% de jovens fora dessa faixa etária. O Brasil tinha 9,5 milhões de jovens de 14 a 29 anos nessa situação, sendo 58,8 homens e 41,2 mulheres.

Por cor ou raça, 29 desses jovens eram brancos, 70 pretos e pardos. Quando perguntados sobre o principal motivo de terem abandonado ou nunca frequentar as escolas, 40,2% dos jovens apontaram a necessidade de trabalhar como fator prioritário."

Por isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, por que escola cívico-militar, se na verdade isso não deu certo em lugar nenhum, se na verdade se gastou mais de 100 milhões, e ainda bem que a Justiça acertadamente determinou a suspensão, e o governador retirou.

E é por essas e outras tantas razões que foram aqui colocadas por deputados e deputadas, que nós somos contrários a essa PEC nº 9, é que nós achamos que ela é um desastre para a Educação. E nós, que acreditamos neste Brasil e neste Estado, queremos mais e mais recursos para a Educação.

Por isso, Sr. Presidente, nós somos contrários à PEC nº 9.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Para discutir a favor, tem a palavra o deputado Carlos Cezar.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para uma reclamação.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Tem o pedido de Vossa Excelência. Dois minutos.

O SR. PAULO FIORILO - PT - PARA RECLAMAÇÃO - Nos termos do Art. 264, parágrafo 1º, do Regimento Interno, formulo a presente reclamação, tendo em vista a inobservância do Art. 170, inciso 7º, do Regimento Interno desta Casa, que tem a seguinte redação. Artigo 170. Será escrito, dependerá de deliberação do plenário e sofrerá discussão o requerimento que solicite. Sete. A audiência da comissão sobre proposição na Ordem do Dia.

Com efeito, houve apresentação de requerimento escrito, firmado por diversos parlamentares e, ao contrário do que preconiza a disposição acima, não houve a determinação de que a matéria fosse submetida ao plenário, violando a disposição expressa no Regimento Interno.

Nesses termos, solicito que seja restabelecida a ordem jurídica e submetida a matéria à imediata deliberação colegiada, como determina a norma regimental. Gostaria que o senhor pudesse então se manifestar sobre o pedido feito anteriormente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Está registrada a reclamação de V. Exa., deputado Paulo Fiorilo, que insiste nesse assunto. Esta Presidência já disse a V. Exa. que a nossa decisão foi de pautar esta PEC diante do grande debate que existiu nesta Casa.

Então, por isso, essa Presidência está muito tranquila com o debate que está sendo feito nesta Casa, dentro de um ano na CCJ e agora neste plenário. Então, está registrada a reclamação de Vossa Excelência. Com a palavra o deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectador da TV Assembleia, público presente na galeria, funcionários desta Casa, eu fui relator dessa matéria, dessa PEC nº 9, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

E nesse período, apresentei meu relatório, li o meu relatório, o relatório apresentado de forma separada pela deputada Professora Bebel. Nós ouvimos atentamente o relatório apresentado por eles, também dos deputados Paulo, Reis, ouvimos atentamente, debatemos na comissão.

O SR. GIL DINIZ - PL - Questão de ordem, presidente. Presidente, ou o deputado discursar ou o militante ali da tropa do PT discursar. Não tem condição disso aqui acontecer a esta hora, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Uma questão de ordem. Está preservado o tempo do deputado Carlos Cezar.

O SR. GIL DINIZ - PL - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Não é "o que é isso?". Não sei o que os deputados estão me cobrando. Falta de coerência, falta de respeito dos deputados aqui, presidente, que incentivam esse tipo de comportamento. Eles incentivam a todo momento esse tipo de comportamento aqui. Inadmissível, presidente.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Carlos Cezar.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputada. Primeiro, só o silêncio esperar.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Na verdade, não me incomoda, não. Eu só queria dizer que, infelizmente, acho que o deputado Gil, como ele chegou agora, ele perdeu uma parte do nosso debate.

Na verdade, isso já foi amplamente discutido aqui, as pessoas estão anunciando - só prestar um pouquinho de atenção... eles estavam anunciando que eles estão se retirando, que eles estão indo embora. Eu acho que não tem nenhum problema fazer isso, eu vou terminar minha fala, certo, Gil? É o tempo que eu tenho de comunicação.

O SR. GIL DINIZ - PL - Use como você quiser.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - Agora você me interrompeu, por exemplo, eu gostaria de ter o meu tempo. Então, assim, acredito que não tem nenhum problema, a gente já debateu amplamente não só a importância da manifestação.

Como o deputado Gil não estava aqui, eu faço questão de dizer a ele que os deputados da oposição foram lá, conversaram com as pessoas que estavam acompanhando o debate. Inclusive, parte do nosso acordo aqui foi de que eles continuariam ali na galeria, enquanto a gente continuaria aqui o nosso debate.

Então eu acho que as coisas por aqui estão bem tranquilas, não entendo muito bem esse tom um pouco destoante do restante do plenário. Eu espero que a gente possa seguir aqui o nosso debate, a gente fazendo oposição da melhor forma possível.

Obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com a palavra o deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Sr. Presidente, então nós debatemos essa PEC amplamente na CCJ, discutimos, lemos relatórios, e eu estou extremamente convencido de que ela vai ao encontro daquilo que é a paixão do governador Tarcísio. Uma paixão que, quando nós o ouvimos falar sobre Educação, seus olhos brilham, deputado Dr. Eduardo Nóbrega, porque é um apaixonado pela Educação.

Como alguém disse, a educação é a arma mais poderosa que se pode usar para mudar o mundo. E o governador Tarcísio e esta casa são convertidos a essa causa, mas são convertidos também à questão da Saúde, têm enfrentado esse problema com ações inovadoras.

O deputado Eduardo Nóbrega foi muito feliz aqui ao colocar que se é verdade que a nossa Constituição previa que fosse investido 30% em Educação, em todos os governos, até bem próximo, mais de 5% eram gastos com inativos. E isso depois de apontado pelo Tribunal de Contas vai ter que ser colocado em outra rubrica.

Então, não está se falando aqui em diminuir recursos para a Educação, muito pelo contrário. O governador Tarcísio tem buscado ações inovadoras, como, por exemplo, o SUS Paulista, que permitiu que aportasse mais de 2,9 bilhões de reais na Saúde para a Santa Casa, o programa da Santa Casa, para ajudar as Santas Casas, e isso possibilitou a abertura de mais de três mil novos leitos.

E se nós entendermos isso, três mil novos leitos, deputado Maurici, correspondem a cerca de 300 hospitais, ou 30 hospitais, cada hospital com 300 leitos, 30 hospitais com 100 leitos.

Então, o governador Tarcísio tem feito uma ação inovadora aqui, e a gente precisa aqui restabelecer essa verdade. Não está se falando em tirar recursos da Educação, mas sim possibilitar, se há uma previsão constitucional de 30% hoje para Educação, 12% para a Saúde, isso pode ser flexibilizado. Pode ser.

Pode ser que em determinado ano se gaste os mesmos 30% em Educação efetivamente, e aí nós vamos olhar os números que o governador já apresentou nesse período, que nós vivemos aí de pouco mais perto de dois anos de mandato, quantas ações inovadoras, seja o Prontos pro Mundo, seja o aumento de creches, sejam mais de duas mil escolas reformadas, ampliação de vagas, alguns cursos com crescimento de mais de 700 por cento. Ou seja, o governador tem investido em Educação, acredita na Educação.

Agora, a verdade precisa ser estabelecida. Eu vi aqui muita gente falando, mas vamos lembrar que o governo federal, nos anos de 2023, 2024, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva implementou cortes ao orçamento de mais de 4 bilhões de reais nas áreas de Educação e Ciência e Tecnologia.

Só no ano de 2023, foram 332 milhões, em julho de 23, que o Ministério da Educação sofreu de bloqueio no orçamento. As áreas mais afetadas foram a educação básica, 201 milhões; a educação superior, 119 milhões. Programas de alfabetização, transporte escolar, bolsas de estudos também foram impactadas. Isso está noticiado na imprensa.

Em outubro de 23, ainda, o governo federal bloqueou 116 milhões do orçamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, a Capes. Esse contingenciamento afetou programas de bolsas, a formação de professores do ensino básico.

Em abril deste ano de 2024, o governo anunciou um corte de 280 milhões no orçamento do Ministério da Educação. As áreas de pesquisa, assistência estudantil e universidades, ensino básico, foram as mais impactadas.

Tivemos greves nos institutos federais. Em 2023, os servidores dos institutos federais entraram em greve, principalmente devido à falta de reajuste salarial e à necessidade de reestruturação das carreiras.

A greve foi motivada pela insatisfação com as condições de trabalho e a falta de diálogo com o governo sobre as demandas da categoria, Deputado Rômulo.

Em 2024, o governo, então do PT, do Luiz Inácio Lula da Silva, fez esse corte de mais de quatro bilhões. Então é preciso que a gente possa restabelecer essas verdades para que nós tenhamos a convicção aqui, de que os nossos números que estão sendo apresentados pelo governador Tarcísio são números que estão impactando a vida de milhares de jovens, de pessoas que hoje têm matérias como educação financeira, como robótica, pessoas que hoje estão... nós temos um aumento de 12,3% de alunos matriculados, isso representa mais de 115 mil matriculas no ensino de tempo integral.

O aumento de 240 escolas de tempo integral, são nove horas de ensino e mais de 700% na educação profissional, saindo de 19.800 alunos para 158 mil alunos em 2025.

Realização de concurso público para 15 mil professores, autorização para a promoção dos professores que estavam paradas desde 2017.

Esse é o governador Tarcísio, que olha para a Educação, que olha para a Saúde e que quer cuidar das pessoas que estão nas filas querendo cirurgia. Hoje já está anunciada a construção que vai inaugurar em breve o Hospital de Barueri, Hospital de Birigui, novos hospitais sendo construídos, fora aquilo que já se conquistou na Saúde.

Ou seja, são áreas extremamente importantes e que precisam desse olhar severo, desse olhar sensível, de alguém de uma área tão importante como é a área da Educação. Nós estamos aqui, essa Casa é feita por parlamentares extremamente comprometidos. E todos nós estamos comprometidos com a causa da Educação.

Em São Paulo, aqui, o governador já inaugurou 53 creches em 52 municípios, com a criação de 6.800 vagas, um investimento de mais de 120 milhões em obras. Em 2023, foram assinados 61 termos de creches que vão viabilizar 3.623 vagas.

O investimento é de mais de 92 milhões de reais. Já em junho de 2024, foram assinados 101 termos de compromisso para a construção de creches, para a criação de mais de seis mil vagas; o investimento é de perto de 100 milhões de reais.

E ainda o que falar desse programa, deputada Professora Bebel, o programa "Prontos para o Mundo"? Um programa que enche a gente de orgulho, em que vamos ter mil estudantes selecionados para um programa de intercâmbio, podendo estudar na Inglaterra, podendo estudar na Austrália, podendo estudar nos maiores casos de sucesso da Educação.

Então, são 15 mil vagas nas universidades públicas paulistas, em virtude do "Provão Paulista"; formação dos professores com mais de 75 mil professores em formação continuada; aumento na frequência dos alunos em cinco por cento. Isso representa 150 mil alunos a mais em sala de aula. Ou seja, esse governo é um governo preocupado com a Educação.

Não se pode falar que se está retirando recursos da Educação. Essa não é uma fala justa, essa não é uma fala verdadeira. Está se dando a possibilidade de ora se gastar 30% na Educação; se for preciso, vai gastar os 30%; se não, vai gastar 25% na Educação e vai gastar 17% na Saúde; ou vai gastar 27% na Educação e vai gastar 15% na Saúde. Não está se falando em tirar recursos para usar em marketing, para usar em publicidade. Está se falando aqui em usar aquilo que é necessário e não em se criar despesas.

Nós não podemos nos fazer aqui de desentendidos. Há bem pouco tempo, esses cinco por cento eram usados, sim, para pagar inativos. Não eram usados... Agora aqui estamos vendo de forma efetiva: só com as PPPs que foram feitas agora, são bilhões de reais investidos.

Olha, um investimento de mais de 1,1 bilhão de reais contratados para construir e gerenciar 33 escolas em tempo integral, aumentando assim em 35 mil vagas a oferta no ensino integral a partir de 2026.

E o que falar dos avanços em tecnologia? São mais de 604 mil dispositivos eletrônicos entregues nessa gestão. Noventa e sete por cento das escolas já contam com wi-fi.

São mais de 316 mil notebooks entregues, cerca de 680 milhões em investimentos, mais de 21 mil smartphones, celulares, entregues; 8.500 plataformas de recargas móveis entregues. Ou seja, a Secretaria da Educação, hoje, possui uma conectividade, ela está se atualizando, é um governo que está atualizando.

Então, estamos falando aqui de dar uma flexibilidade, de poder movimentar em um tempo de superávit, e não de estarmos enganando as pessoas, imaginando que esse governo quer tirar dinheiro da Educação. Isso não é uma verdade. Pelo contrário, esse é um governo vocacionado à Educação, apaixonado pela Educação.

Nós vamos ter aqui... Nós já temos as melhores universidades do país e vamos ter aqui jovens que vão, em breve, estar cursando nas melhores universidades do mundo, seja na MIT, seja em Oxford, seja em Harvard, seja onde for, estarão esses jovens podendo se imaginar em um lugar melhor, tendo a Educação como uma arma poderosa.

Hoje, a Secretaria da Educação aumentou a verba destinada para a alimentação escolar para 2024. Para os alunos da educação integral, o aumento foi de quase 40%, passando de 3,93 para 5,50 reais.

No ensino regular, o reajuste foi de 19,40%, sendo que o total por aluno passou de 1,34. Vamos lembrar, o orçamento da Secretaria de Educação é um orçamento crescente. O orçamento previsto para o próximo ano é de quase 35 bilhões, perto de 35 bilhões, ou seja, isso está aumentando ano a ano, não vai diminuir.

Então aqui, Sr. Presidente, nós precisamos restabelecer essa verdade. Eu gostaria muito que a bancada do PT, nós estamos vendo se há greves de servidores do governo federal, esses dias o ministro Haddad não pôde nem dar uma palestra em uma faculdade, porque as pessoas estavam agredindo-o ali.

Então vamos ser justos, aqui é um governo que está valorizando professores, que está contratando professores, é um governo que está investindo em tecnologia, é um governo que está olhando para a Saúde. Se nós já temos mais de três mil leitos abertos, novos leitos abertos, são cerca de 30 hospitais com 100 leitos, é um aumento significativo, isso além dos novos hospitais que estão sendo construídos nas outras cidades que eu já mencionei aqui.

Então, assim, é preciso que todos nós aqui nos posicionemos. Eu tenho a convicção plena de que essa PEC que nós relatamos, que eu tive a alegria de relatar e ter o relatório aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, ela vai se tornar lei no nosso Estado e isso fará com que nós tenhamos mais eficiência.

Vamos cumprir aquilo que é legal e vamos dar eficiência, seja eficiência na Educação e eficiência, também, na Saúde, que se hoje também, vamos falar a verdade, graças a Deus, deputado Enio Tatto, a população está vivendo mais. Eu estou com 54 anos de idade, mas quero viver bem mais.

Mas infelizmente, deputado Rômulo - gostaria DE que V. Exa. ficasse aqui, porque eu tenho mais a falar -, infelizmente o meu tempo está acabando... (Vozes fora do microfone.) Por favor, deputado Rômulo, permaneça aqui.

Infelizmente, deputado, as famílias estão diminuindo. A família do deputado Enio Tatto é uma família grande, com muitos irmãos, mas eu tenho certeza de que os seus netos já são menores, já são menos, porque as famílias estão diminuindo nos dias de hoje.

Então é preciso que nós tenhamos um olhar para o futuro. Se nós queremos ter resultados diferentes, nós não podemos fazer sempre as mesmas coisas. Nós precisamos fazer coisas diferentes para ter resultados diferentes.

É apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Para continuar o debate, eu solicito uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Solicito ao deputado Thiago Auricchio e à deputada Carla Morando que façam a verificação de presença.

- Verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Constatado o quórum regimental, convido o deputado Emídio de Souza para discutir contra. Ausente. Dando sequência aos oradores inscritos, com a palavra o deputado Enio Tatto.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos assiste pela TV Alesp, pelas redes sociais. Cumprimento a todos os funcionários. Estamos aqui discutindo a PEC 09, que tira 5% da Educação. E o Governo diz que vai colocar na Saúde.

Em primeiro lugar, deputada Bebel, começa a colocar categoria contra categoria. Parece que fica uma briga entre Saúde e Educação. A Saúde precisa de dinheiro; vamos tirar da Educação. Como se a Educação não precisasse de dinheiro. É tão simples assim para o Governo do Estado de São Paulo.

Primeiro, fazer um relato de que essa PEC tramitou na Comissão de Constituição e Justiça, deputado Reis, que fez parte, pelo menos durante um ano. E vocês, deputada Bebel, deputado Reis, deputado Marcolino, deputado Rômulo, seguraram lá durante um ano. E vocês pediam para que fosse feita uma audiência pública.

E passou um ano na CCJ, e não foi feita a audiência pública. Os jovens estudantes, os bravos estudantes, que estavam aqui, se manifestando, protestando contra essa PEC, eles pediram para que fosse feito um acordo, de ter uma audiência pública.

E nem isso eles tiveram a garantia, que houvesse essa audiência pública, para eles poderem se pronunciar, para eles poderem discutir essa PEC que trata de recursos da Educação. Isso é lamentável. Porque não querem a discussão, não querem envolver a sociedade, os professores, os diretores de escola, os alunos, os pais das crianças, para discutir uma PEC tão importante?

Então não dá para a gente aceitar que vai fazer essa discussão, depois vai ser tratorado, convoca-se todo mundo aqui, e aprova uma PEC onde se vai tirar 5% da Educação. Chamam de flexibilização. Nada de flexibilização: é tirar dinheiro da Educação. Ai a gente tem alguns dados, que o Eduardo Nóbrega colocou aqui. E é verdade uma parte do que ele falou.

Hoje, dos 30% que são gastos, 5% são de inativos e aposentados. Cai para 25%. Está dentro ainda da lei, que é no mínimo 25%. Se você mexe, tira 5% a mais, vai cair para 20%. É totalmente inconstitucional. Você não vai gastar o mínimo de 25% por cento. Então o primeiro erro está aí, que a gente não pode admitir, que a gente não pode aceitar.

O outro detalhe. Eu fico imaginando a fala do deputado Carlos Cezar, de outros deputados, deputado Telhada, que falou aqui, a população do estado de São Paulo ouvindo eles falarem, a maravilha que está a Educação paulista.

Eu fico imaginando o pessoal que estuda, os alunos, os pais, do Colégio Homero, onde eu moro, lá no Jardim Kioto, que eu fui visitar. Fui falar com o diretor, e ele veio pedir emendas para fazer a manutenção da escola. Eu fico imaginando o pessoal que estuda no Adhemar de Barros, lá no Campo Limpo, ouvir os deputados da situação falando mil maravilhas, que tudo está funcionando bem.

O pessoal lá do Pontal do Paranapanema, que a gente vai fazer audiências públicas, deputado Marcolino, e a gente ouve a reclamação do estado físico das escolas estaduais daquela região. Além do problema de merenda, problema de falta de pagamento, os baixos salários para o pessoal de apoio, os professores e os diretores.

O pessoal lá do Vale do Ribeira, que a gente vai fazer audiência pública, e fizemos lá, Ilha Comprida, e que levantavam os mesmos problemas. Só para vocês terem uma ideia. O pedido que eles fizeram, para a Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento da Assembleia, era dinheiro para reformas, para investir na escola estadual daquele local.

Isso se espalha no estado de São Paulo todo. E a gente fica ouvindo o pessoal da base aqui, falando que tem dinheiro demais na Educação, que tem que tirar para colocar na Saúde. Então não dá para admitir um discurso desse. É você menosprezar a inteligência da população. E principalmente daqueles que sofrem no dia a dia.

É escola com problema de vazamento, é escola com torneira quebrada, é escola que tem problema de iluminação, escolas que não têm ar condicionado. E o governo propõe uma PEC aqui para tirar 5% dessas escolas.

Não dá para a gente aceitar esse tipo de coisa. Por isso que nós estamos lutando tanto na CCJ, durante um ano, e a gente vai lutar aqui, junto com estudantes, para não deixar aprovar essa PEC de tirar dinheiro da Educação.

Na Saúde, a gente ouviu, eu estava prestando atenção aqui no que o Carlos Cezar colocou. Também não dá para entender, e eu fico imaginando as pessoas que estão nos assistindo, de todo o estado de São Paulo, quando eles vêm falar de maravilhas da Saúde, do SUS São Paulo, como se isso resolvesse o problema da Saúde no estado de São Paulo.

A pessoa que está numa fila enorme para marcar uma consulta, a pessoa que está um ano, dois anos, três anos, quatro anos, que é normal, esperando para uma cirurgia, a pessoa morre e não acontece a cirurgia. Ouvir um deputado da base elogiando a Saúde aqui no estado de São Paulo, não dá para a gente admitir.

E a gente rodando o estado de São Paulo, percebe que muitas vezes não é nem falta de dinheiro, é falta de gestão. É comum você pegar um hospital, um equipamento de Saúde, e a metade do prédio está desocupado, e o governo, para fazer média, muitas vezes eleitoralmente, vai construir um hospital aonde poderia equipar e colocar em funcionamento aquilo que já existe. Essa é uma reclamação que a gente ouve em todo o estado de São Paulo.

Então está muito longe, muitas vezes, de faltar dinheiro, mas sim falta gestão, e aqui no estado de São Paulo, ninguém tocou no assunto, Professora Bebel, tem um grande problema.

Foi o governo tirar a parte que cabia a ele de colocar no lamspe. Quando a gente fala de Saúde, a gente tem que falar do lamspe aqui no estado de São Paulo, que é descontado o dinheiro do funcionário público e o governo tinha que colocar a mesma parte.

O que vem acontecendo desde o governo Doria, o governo Rodrigo, e agora com o Tarcísio? Tiraram 80% do repassado governo para o lamspe. Ai sucateou o lamspe, e aí todo o funcionalismo público do estado de São Paulo, com as suas famílias, não pode mais usar o hospital do servidor público, e os hospitais conveniados com o lamspe. Porque as Santas Casas pediram descredenciamento, os Hospitais Filantrópicos pediram descredenciamento, porque o governo não coloca a sua parte no lamspe.

Falta dinheiro, vai tirar da Educação, que já está com problema, como eu coloquei aqui, em todo o estado de São Paulo? Por que não mexe nas desonerações? O deputado Marcolino em todas as audiências públicas falava sobre isso. São mais de 60 bilhões em 2024 de desoneração.

Em alguns momentos, em alguns setores da economia, é importante a desoneração, mas essa desoneração está na cesta básica, nos alimentos? Não, essa desoneração está em muitas empresas, em muitos setores que não dão a contrapartida que comprometeram a dar para o governo, para a sociedade, reduzindo o preço, aumentando o número de empregos e não fazem isso.

Desoneração para a compra de jatinhos, desoneração para combustível de jet ski, de avião particular, de helicóptero particular. Esse dinheiro poderia muito bem estar sendo colocado na Saúde e estar sendo colocado na Educação. Isso o governo não faz.

Então, são mais de 60 bilhões por ano que o governo abre mão, e agora vem querer tirar dinheiro de um setor tão importante e tão precário no estado de São Paulo, como no país como um todo, que é da área da Educação.

Então, de forma alguma nós temos que concordar, e a gente tem que lutar junto com os estudantes, junto com a sociedade, primeiro para abrir esse debate, democratizar esse debate, fazer audiência pública, que é o mínimo que a gente precisa, e a gente não concorda com essa PEC que você mexe na Educação, setor mais importante que tem para uma sociedade, em todos os níveis, para a gente não deixar aprovar essa PEC.

Deputada Bebel, V. Exa. usou a palavra no início, e eu gostaria, e tenho certeza de que muita gente que está em casa gostaria de ouvi-la mais uma vez no dia de hoje. Então eu queria passar meus últimos cinco minutos para V. Exa. falar, porque V. Exa. é presidente da Apeesp, e tem dados importantíssimos que pode passar para toda a população do estado de São Paulo.

Não à tirada de dinheiro da Educação, de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com a palavra, deputada Professora Bebel, pelo tempo remanescente de quatro minutos e três segundos.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Bem, eu volto a esta tribuna, agradeço a oportunidade que me fora dada pelo deputado Enio Tatto. Dizer para o deputado Carlos Cezar, com quem também tive a honra de estar na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que nós temos concepções diferenciadas.

Isso é um ponto: não se trata de verdade ou de mentira. Não é uma questão de ser verdadeiro ou falso, é uma questão de concepção de educação, que, na prática, se mostra de uma forma que não dá conta de responder a tudo o que eu lhe disse aqui.

Falar que o governador Tarcísio brilha os olhos pela Educação no estado de São Paulo: me poupe. Os olhos dele brilham, na verdade, por conta de que... eu não tenho nenhum problema - a opção dele é polícia, não é para nós.

Nós não temos reajuste. Nós não temos uma carreira decente, por exemplo, que nos dê dignidade e, ao mesmo tempo, nos dê condições para poder ter um único emprego.

Ninguém sabe a vida de um professor, porque a vida de um professor é levar a marmitinha dentro da sacola e comprar, porque nem isso nos dão, comprar um micro-ondas, rateado entre os professores, e esquentar e comer na sala dos professores. Nós não somos tratados como profissionais. Somos tratados como alguém que vai lá e cumpre como horista.

Nós não temos jornada de trabalho. Quando se falou na reforma trabalhista que tem o trabalho intermitente, a jornada intermitente, era o caso dos professores. Para compor a jornada, você tem que pegar pedacinhos de horas e compor a tua jornada.

Essa é a realidade. Isso não é verdade ou mentira, é concepção. É como você lê a mais importante... como é que você trata a mais importante categoria para garantir a qualidade de ensino.

Então, os olhinhos do governador Tarcísio, com todo o respeito, não brilham para o nosso lado. Porque, se não, não tinha gradil ontem lá; não, seria aberto para todo mundo que quisesse assistir a um leilão, até na concepção contrária.

Mas eles nos tratam como irracionais. Mas temos que mostrar o serviço a cada final de bimestre, e por aí vai. E ele quer ainda que a gente mostre os altos índices de Ideb, sem nos dar condições de formação continuada, o que é lamentável, porque a gente defende uma formação continuada no próprio local de trabalho, com jornada, para que a gente possa, de fato, avançar na Educação.

É lamentável e é dolorido para a gente ouvir o governador. Os olhinhos dele brilham. Eu vou dizer que o meu presidente, que é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não teve oportunidade de ter escola, eu digo que os olhos dele brilham para a Educação, porque foi no governo Lula que o professor deixou de ganhar menos de um salário mínimo, passou a ter o Piso Salarial Profissional Nacional, que vergonhosamente o estado de São Paulo não cumpre.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Para concluir, deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Foi no governo Lula que se criou o Fundeb. Foi no governo Lula que nós avançamos muito. Então, se falar em olho que brilha, é o do presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, com a palavra do deputado Carlos Giannazi. Ausente. Com a palavra do deputado Paulo Fiorilo, para discutir contra.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Questão de ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Questão de ordem, deputado Guilherme Cortez.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e do direito à transparência e ao ordenamento das atividades legislativas, apresento esta questão de ordem para esclarecer como será organizada a fila de protocolo presencial no processo de votação, eis a exposição.

A Constituição e o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo garantem a necessidade de ordem e clareza no desenvolvimento dos processos legislativos, incluindo aí o direito dos parlamentares de protocolarem suas intenções de voto de forma organizada e acessível.

Para que todos os parlamentares tenham igual acesso ao protocolo e que a ordem de chegada seja respeitada, é fundamental estabelecer critérios claros para o atendimento presencial durante a fase de protocolo, precedentes de organização para evitar conflitos.

A experiência com filas de protocolo e votação sugere a importância de se prevenir desentendimentos ou desigualdades, adotando métodos claros para a fila, como o uso de senhas ou para o registro de chamadas.

Portanto, questões a serem esclarecidas. Primeira: no contexto do método de votação a ser utilizado, como será organizada a fila de protocolo presencial para garantir a ordem de chegada e a equidade de acesso a todos os parlamentares?

Haverá distribuição de senhas ou algum tipo de marcação de horário para evitar tumultos? Segunda questão a ser esclarecida: como será feita a conferência da ordem de chegada?

Será possível confirmar de maneira objetiva e transparente a ordem de chegada e o atendimento para que não haja questionamentos quanto à precedência de protocolo de nenhuma forma?

Terceira questão a ser esclarecida: caso o número de parlamentares seja elevado, haverá algum sistema de controle para evitar aglomerações? Em caso positivo, qual será a organização ou logística adotada para assegurar a segurança de todos e a fluidez do processo?

Quarta questão: haverá um prazo específico para a chegada ao protocolo presencial ou será permitida a entrada conforme a ordem que cada parlamentar se apresentar? Esse critério será comunicado previamente?

Quinta questão: quais as medidas adotadas para preservar os direitos dos servidores e a dignidade da pessoa humana para evitar que assessores sejam submetidos a situações de trabalho degradantes para garantir a hegemonia da base do governo?

Sexta e última pergunta: em caso de problemas técnicos ou operacionais que atrasem o andamento da fila, haverá uma equipe de suporte para resolver de forma imediata qualquer incidente que possa prejudicar o fluxo?

Essas são as questões que eu apresento nessa questão de ordem que vou entregar.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Eu as recebo e vamos responder oportunamente, deputado Guilherme Cortez. Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Questão de ordem do deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Então, requerimento de informação quanto à Ordem do Dia. Sr. Presidente, requeiro nos termos do Art. 164, inciso VII, do Regimento Interno, a seguinte informação quanto à Ordem do Dia nesta sessão extraordinária convocada especificamente para debater a PEC 9, de 2023.

Inicialmente deve ser registrado que o Art. 164 determina que o presente requerimento de informação deverá ser despachado imediatamente por Vossa Excelência. É certo que a formação da Ordem do Dia depende, nos termos do Art. 18 do Regimento Interno da Assembleia, de decisão do presidente da Casa, adotada após ouvido o Colégio de Líderes, que deverá ser anunciada ao término dos trabalhos no final da sessão anterior.

Há nesta Casa projetos de lei que são submetidos ao regime de urgência constitucional em atendimento à solicitação do Sr. Governador, que, conforme o entendimento adotado por V. Exa., é a verdadeira ordem, a qual deve ser simplesmente acatada por esta Casa, sem qualquer questionamento.

Então temos tanto em relação ao governador, como temos urgência também em relação aos vetos dos deputados. Exemplo desse tipo é a situação, como eu afirmei aqui, dos vetos às proposições de autoria parlamentar e do próprio governador que estão pendentes para apreciação.

O governador de plantão tem sido extremamente pródigo em vetar as propostas integralmente constituídas pelo Legislativo ou mesmo que tenham sido incluídas nos projetos de autoria governamental por emendas aprovadas nesta Casa.

Matérias relevantes, como a inclusão, por iniciativa consensual desta Assembleia, de mecanismos de democracia participativa na lei de regência das agências reguladoras, que, por exemplo, foram vetadas pelo governador.

Neste termo com o Art. 140 do Regimento Interno, é necessário que sejam analisadas, em primeiro lugar, as matérias acima mencionadas que tramitam em regime de urgência.

Não é possível, nesse caminho, compreender o critério de V. Exa para determinar a formação da pauta, quando convocou duas sessões para debater projetos sem a devida urgência, enquanto matérias submetidas à urgência constitucional não recebem a mesma atenção.

Nesse sentido, Sr. Presidente, solicito o presente esclarecimento de forma imediata e que seja respondido de forma imediata, por determinação do Regimento Interno, ora lido, no início desse requerimento de informação.

Então, nós temos urgências, tanto em relação à questão de urgências do Executivo, urgências de vetos dos deputados estaduais e temos urgência de projetos do Executivo que foram feitas em emendas por esse Parlamento, e também foram vetadas, têm urgência em relação aos demais projetos.

Então, eu queria que você pudesse esclarecer imediatamente a urgência de colocar esses dois projetos, essa PEC, em dois projetos de hoje, sem habilitar efetivamente a questão da urgência dos projetos ora apresentados.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Luiz Claudio Marcolino, o artigo 255 também dá a esse presidente a prerrogativa de pautar, também, emendas à Constituição, que é a discussão do plenário sobre o encerramento de documentos, meter-se a prazo de propositura em regime de urgência.

Então, diante disso, como já disse anteriormente, essa propositura não está tramitando nesta Casa de forma feita. Ao contrário, ela foi durante um ano debatida na CCJ, com todas as objeções assim feitas e num acordo com o Colégio de Líderes, com todos os deputados.

Por conta do período eleitoral, nós não pautamos essa PEC, que poderia ser pautada seis meses atrás, para realmente manter - seis meses não, mas três meses atrás -, para que nós pudéssemos ter um amplo debate, os deputados estarem na Casa, diante da importância desse projeto.

Então, diante disso, logo no retorno do segundo turno, nós estabelecemos que nós colocaremos em pauta a PEC 09 e assim o fizemos, ouvindo o Colégio de Líderes, ouvindo todos os senhores líderes e a prerrogativa desse presidente de estar colocando-a nas duas sessões extraordinárias.

Com a palavra o deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, aqueles que nos acompanham aqui pelas galerias, pela TV Alesp até essa hora, eu primeiro quero fazer aqui um registro que me deixa muito feliz. Vários deputados da base vieram a esse microfone para defender a retirada de 10 bilhões de reais da Educação. Impressionante. Até me lembra aqui a votação da Sabesp, porque na Sabesp, assim, o governo conseguiu ali colocar os 62 votos. Todo mundo animado, votaram até com um gás lacrimogêneo nessa sala.

Depois a gente fica sabendo que a cada voto uma emenda, vai uma, duas, três, quatro, cinco, vinte, impressionante. Eu acho até que deve ser um método que o governador descobriu para ajudar a avançar aqui a sua base. E me surpreende, 23 horas e 13 minutos, a gente tem aqui 23, 24 deputados e deputadas da base.

Eu estou surpreso, acho que o deputado líder do Governo deve estar muito feliz hoje, porque conseguiu trazer a base do governo para ficar aqui nesse debate. Isso é importante, porque a gente ouve aqui uma série de questões que precisam ser esclarecidas, deputado Rômulo. Eu fico impressionado.

Primeiro, vamos aos números, né, deputado Carlos Cezar? Outros deputados aqui, deputado Eduardo Nóbrega. Assim, eu vou na linha do Dr. Jorge. Esse governo deve estar fazendo mágica. Porque assim, a gente tem 30, vai para 25, não mexeu no valor, não, não, não reduziu, é só flexibilizar.

É impressionante. Eu estou aqui, eu acho que nem os filósofos sofistas tiveram a capacidade que tem o governador de ludibriar vocês, é impressionante. Porque olha só, vamos aos números do governador, não os meus. Anexo seis, demonstrativo da aplicação de recursos da manutenção e desenvolvimento do ensino. Isso não é meu, é do governador.

Sabe qual é o percentual para a educação? 26,1. Sabe onde é que está o resto? Pagamento de inativos para o ano que vem. Sabe o que o tribunal já disse, deputado Luiz Claudio Marcolino? Está errado, o governo não pode pagar, com esse recurso, os inativos. Mas o governo continua insistindo.

Então, quem veio aqui e usou deste microfone para dizer que não tinha pagamento, está aqui. E sabe o que significa isso? Menos dinheiro para a Educação, deputado Maurici, que é professor, junto com a deputada Bebel, que é professora. Sabe qual é o grande problema? É que números a gente não muda. E quem escreveu não fui eu. Quem assinou foi o governador.

Então, vamos recolocar aqui a verdade. Ele está tirando dinheiro da Educação, e sabe qual é o problema? Ele cria aqui a contradição: "Vou tirar da Educação para colocar na Saúde, porque sabe qual é o problema? Diminuí o número de alunos, aumenta o número de idosos, mais gente precisa de atendimento na Saúde".

Vou falar com você que nos assiste ou que vai nos assistir: quantos parentes você tem que estão na fila esperando uma consulta, um exame, ou ser atendido porque está com câncer? Quantos? Pensem nisso, porque quem veio aqui criar a "Tarcisiolândia" não tem coragem de reconhecer o problema da Saúde.

Deputados aqui sabem do que estou falando. Deputado Alex Madureira, que conhece de trás para frente, da frente para trás, o problema da Saúde deste estado: sabe quantas pessoas estão na fila esperando um atendimento? Ai eu vejo deputados aqui dizendo: "Não, está tudo bem, maravilhoso, não tem problema, o governador resolveu a Saúde, o SUS Paulista..."

Ora, ponha a mão na consciência. Você que vai nos acompanhar depois ou que está nos acompanhando agora, entre em contato com seu deputado e diga: "Deputado, eu tenho um parente que está precisando fazer exame; deputado, eu tenho um parente que está com câncer e não é atendido". É inadmissível isso, e a gente aqui tem que ouvir deputado defender a Saúde. Desculpe.

Terceira questão: para além da Saúde, o governador traz aqui uma contradição, que a gente deveria discutir de onde tirar o dinheiro para poder resolver o problema da Saúde. É possível, o problema é que ninguém aqui quer tocar o dedo na ferida. Eu acho que os deputados liberais deveriam colocar o dedo na ferida.

Se não me engano, um deputado do PT que veio a esta tribuna, não sei se foi o Luiz Claudio ou algum outro... Não, o Luiz Claudio não foi, porque ele ainda não falou. Foi o Simão. Falou da questão da desoneração de ICMS, ITCMD e IPVA. Este ano, são 65,6 bilhões de desoneração.

Vamos lá: alguém aqui neste plenário sabe quais são as empresas que estão sendo beneficiadas? Deputado Barros Munhoz, o senhor sabe quais são as empresas que estão recebendo benefício fiscal? Se o senhor souber, eu peço que o senhor decline.

O senhor sabe quais são os produtos que estão sendo produzidos? Se o senhor souber, eu quero que o senhor decline. O senhor sabe quanto essas empresas estão retornando para

o estado? Se o senhor souber, eu quero que o senhor decline. Sabe por quê? Porque se o senhor souber, o senhor será processado, porque o estado lacrou a informação.

Lacrou e disse que não vai informar ninguém. Aliás, a gente ganhou em primeira instância, eu e o deputado Teonilio Barba, que está aqui sentadinho. O juiz permitiu acesso à lista, lista que foi construída ao longo dos governos, inclusive deste que está dando desoneração. Aliás, aqui aprova por decurso de prazo, é como na ditadura. Se a gente vota, se não vota, está aprovada a desoneração.

Agora quero saber o seguinte: a empresa cumpriu com aquilo que acordou? A empresa contratou quem tinha que contratar, devolveu para o estado o que tinha que devolver? Porque estamos falando, deputado Barros Munhoz, neste ano, em 65,6 bilhões. Sabe quanto é no ano que vem? Setenta e seis bilhões, se os meus cálculos não estiverem errados.

São 66,5 bilhões. Deputado Barros, será que os empresários não poderiam dar uma "contribuiçãozinha" de dez bilhões? Por que tem que ser da Educação? Aliás, deputado Barros...

Eu vou lhe permitir um aparte, o senhor não pediu ainda, mas eu sou um deputado democrático. Não, só para o deputado Barros, porque para os outros eu não sou democrático. Nem adianta. Deputado Barros, vou dizer aqui uma coisa para o senhor: 70,6 bilhões...

O SR. GIL DINIZ - PL - O senhor me permite um aparte?

O SR. PAULO FIORILO - PT - Não. O senhor não acha que os empresários aqui do agronegócio...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - O senhor me permite um aparte?

O SR. PAULO FIORILO - PT - Sr. Presidente, ou a chacota termina agora, ou nós vamos ter problema. Eu já disse que não vou permitir aparte. Eu já disse, eu disse. Se o senhor não ouviu, eu vou dizer de novo: não permitirei aparte. (Vozes sobrepostas.) Eu disse ao deputado Barros que, se ele quisesse, eu daria. Como ele não quer, também não vou dar.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Em solidariedade aos colegas, eu abro mão do meu aparte.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Muito obrigado, eu fico muito feliz e vou continuar. (Vozes fora do microfone.) Até porque ele aproveitou para recuar, para recuar do sigilo.

O SR. GIL DINIZ - PL - Companheiro Barros Munhoz.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Leva o Barros para o PL.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Então eu volto ao meu aparte. Pode ser?

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pode ser, mas eu queria só concluir aqui o raciocínio, porque o senhor já aproveita para declinar aqui do sigilo fiscal das empresas. Quanto elas devolveram para o Estado? O senhor foi secretário.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Fui, fui.

O SR. PAULO FIORILO - PT - De Agricultura.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Ótimo secretário, por sinal.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Aliás, eu tenho certeza de que o senhor não foi ótimo. O senhor deve ter sido excelente. Sabe por quê? Porque possivelmente na gestão do senhor a gente não tinha esse caixa hermeticamente fechado, em que a gente não sabe quanto é que está saindo e para quem está indo. (Voz fora do microfone.)

Então eu vou permitir, mas eu queria terminar. O senhor sabe qual é o problema? O governo achou o caminho mais fácil: vamos tirar da Educação e vamos dar para a Saúde, porque a Saúde está precisando, e a Educação não está precisando mais.

Agora queria saber: por que as escolas estão com o teto caindo, por que a gente tem vazamento, por que a gente tem escola sem corrimento? E não sou eu que estou falando isso, é o Tribunal de Contas que fez uma inspeção nas escolas. É impressionante.

E, assim, o pior argumento é ouvir aqui deputado dizer assim: "Ah, o governo federal...". Desculpa, eu fui eleito deputado estadual, sou da oposição, fiscalizo este governo.

Quem quiser fiscalizar o governo Lula, eleja-se deputado federal, vá a Brasília e faça o debate. Agora, aqui eu quero discutir o Governo do Estado. Sabe por quê? Porque o Governo do Estado é responsável pelo Orçamento, que é muito maior do que o de todos os outros estados.

E aí a gente vem aqui para deputado falar assim: "Porque o governo federal, o governo federal...". Eleja-se deputado federal, vá debater, vá fazer a discussão política. Agora eu quero saber da defesa do seu governo, que o senhor vem aqui defender, que está dando martelada para poder entregar o Estado. Cada martelada, uma capivara.

Vamos lá: martelada da Sabesp. A capivara é uma empresa que não tem expertise. Eu não vou falar do deputado que defende os pets, porque não está na pauta. Capivara da Sabesp: bateu, saiu uma empresa que não tem expertise nem conhecimento, não tem uma cidade no nordeste.

Assim, é impressionante. Sabe qual é o risco? É que a risada de hoje vire o choro de amanhã, tendo a Sabesp sendo transformada em uma Enel. Ai a gente vai vir aqui para dar a listinha daqueles que sorriram nos 20 milhões das emendas, para poder lembrar, porque é preciso lembrar, nós não podemos esquecer.

Segundo, segundo. (Voz fora do microfone.) Não, não vou permitir. Segundo. Calma, tem tempo, tenho quatro minutos. Eu vou dar um aparte. Segundo: o governador deu mais uma martelada.

Acertou a empresa que é responsável pela funerária aqui no estado, na cidade de São Paulo, que está cobrando de forma abusiva, que tem reclamação o tempo todo. É mais uma capivara. Três dias para enterrar porque não tem dinheiro para pagar.

Vamos para a terceira martelada. Terceira martelada: descobriram o amigo do governador que trabalhou com o Paulo Guedes. Então, assim, nós estamos em uma situação calamitosa, né?

Porque cada martelada, uma capivara. Vai estudar que você vai descobrir. Cada martelada, uma capivara. Eu acho isso inadmissível. E aí o governo, com a cara de pau, dizendo que se preocupa com a Educação. Escola cívico-militar, PPPs... Assim, é inadmissível isso.

E aí eu vou permitir o aparte ao deputado Barros Munhoz, que vai dar a lista das empresas que têm desoneração do ICMS neste Estado.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Obrigado, deputado Paulo Fiorilo. Eu gostaria de dizer que obviamente eu não tenho essa relação, como V. Exa. também não tem e como não é papel do deputado estadual de São Paulo.

Nós podemos conhecer perfeitamente aquilo que cabe ao deputado fazer, que cabe ao deputado conhecer. Agora, o que eu gostaria de colocar, para não fugir da realidade, é o seguinte, o PSDB se afundou, está em uma situação crítica, desesperadora, mas não chegou ao ponto a que chegou o PT. O PT se acabou, o PT se destruiu.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Deputado Barros...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Dá licença, só um minutinho.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Não, o aparte foi eu que dei. Se o senhor for entrar nesse debate, o debate aqui é sobre a Educação e os dez milhões. É sobre isso? Se for sobre isso, eu vou dar um aparte, senão eu vou retomar a palavra, porque eu estou com a palavra. Não, relativa não. O debate é sobre a Educação. Aqui eu não vou permitir esse tipo de coisa, a palavra é minha.

Se o senhor quiser discutir Educação, eu vou discutir. Se o senhor quiser discutir o PT, vamos propor um debate sobre o PT, sobre o PSDB, sobre o PL, sobre quem o senhor quiser, agora, na minha fala, não. Muito obrigado.

Eu vou terminar o aparte do senhor, porque eu vou voltar para o meu discurso dizendo o seguinte, o senhor perdeu a oportunidade de responder à minha pergunta. Eu perguntei: o senhor tem a lista? Não. O senhor sabe as empresas? Não. Obrigado. Terminou o aparte, agora é meu.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Mas que maravilha, isso é que é democracia.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Mas é esse o meu discurso, não é do senhor. (Falas sobrepostas.) Então eu queria encerrar o aparte do senhor... (Falas sobrepostas.) Sr. Presidente, o aparte está encerrado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Está encerrado. Devolvo a palavra ao deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Eu preciso dar aula de matemática para o deputado Barros, não é possível. Três não é quatro. Agora, eu não vou discutir com o senhor, eu vou discutir a questão da retirada do dinheiro.

Sabe por que, deputado Barros? Porque os deputados desta Casa deveriam ter o direito de saber quais são as empresas, porque é dinheiro público. Aliás, o Governo do Estado sabe disso, sabe as decisões do Supremo. Infelizmente, não dá transparência. Esse é o governo que vocês estão defendendo para tirar dez bilhões da Educação. Dez!

E eu vou terminar aqui, Sr. Presidente, dizendo o seguinte, a Coreia mudou de qualidade, de patamar, porque investiu na Educação, e o governador faz a opção contrária, ao contrário de investir na Educação, que é acabar com a Educação do estado. Pode ficar tranquilo que meu coração está perfeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência aos oradores inscritos, com a palavra o deputado Reis. Pela ordem, deputado. Questão de ordem? O que...

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - QUESTÃO DE ORDEM - É pela ordem. É que eu fiz uma questão de ordem na minha fala anterior e V. Exa. utilizou aqui do Art. 255 para responder a minha questão de ordem. Eu queria perguntar a V. Exa., porque pelo Art. 255 não cabe a resposta que V. Exa. me deu, então eu queria que...

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Luiz Claudio Marcolino, a resposta que eu dei a V. Exa. é a seguinte, a ordem do dia tem um rito dentro do nosso Regimento, as urgências têm um rito, porém, as sessões extraordinárias são prerrogativas desta Presidência, quando ela entende que, no caso dessa PEC, é uma urgência, sim, porque ela ficou um ano sendo discutida na CCJ e, logo, posterior, nós debatemos no Colégio de Líderes, com os líderes, e eu pautei em uma extraordinária, fazendo a minha prerrogativa valer diante do que foi discutido. É simples.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Só estou dizendo do artigo que V. Exa. utilizou.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Entendo que V. Exa. queira fazer obstrução, mas já estava respondido o pedido de Vossa Excelência.

Com a palavra o deputado Reis.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Só usar, Sr. Presidente, o artigo que Vossa Excelência...

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Eu já entendi e respondi a V. Exa. anteriormente.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Estou dentro do meu tempo ainda. "A discussão em plenário e o seu encerramento submeter-se-ão aos prazos das proposições em regime de urgência". Aos prazos, não em relação ao regime. Então V. Exa. está errada em relação ao artigo que V. Exa. acabou de responder, ao meu questionamento.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Essa extraordinária é prerrogativa da Presidência e assim ela foi pautada.

Com a palavra o deputado Reis.

O SR. REIS - PT - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, eu quero dizer que essa PEC, a PEC 9, nós passamos discutindo-a praticamente um ano na CCJ, a deputada Professora Bebel, o deputado Rômulo, o deputado Jorge do Carmo, que faz parte da CCJ, e o deputado Carlos Cezar, que parece que foi o relator, se não me engano.

E nós passamos, inclusive, soletrando-a, letra a letra. Foram feitos alguns votos em separado e foi discutida durante todo esse período. Era de se esperar que esta Casa não apreciasse essa PEC, que esta Casa não seguisse a lógica do imperador, Dom Tharcísio de Freitas I, que age como se fosse um imperador, não como uma república, como se nós fizéssemos parte de uma república, mas, como se ele fizesse parte de um império. E nós temos que dizer que ele não é o imperador, ele é o governador.

Ele tem que ouvir o povo. Aqui, V. Exa. sabe que esta Casa, que representa a população de São Paulo, representa o povo de São Paulo, mas muitas vezes seguindo a lógica do imperador. Ele não ouve o povo. Quando deveria ouvir a população, quando os projetos deveriam ser precedidos de audiências públicas, de chamar o povo aqui para debater, para discutir, para participar do processo. E somente após ouvir toda a sociedade, tomar

as decisões. Somente após ouvir o que o povo pensa e o que o povo acha de uma proposta dessa.

O deputado Paulo Fiorilo falou em 10 bi, mas não são mais os 10 bi, porque nós temos que atualizar o Orçamento. Nós estamos falando, de mais de 11 bilhões de reais, de acordo com o Orçamento do ano que vem. Orçamento que não traz nenhum real de reajuste para os servidores públicos.

Não sei se V. Exas. sabem: nesse ano, os servidores públicos não tiveram reajuste, e para o ano que vem também não há previsão de reajuste para os servidores. E aquela promessa de valorização dos servidores da Segurança Pública também não está na Peça Orçamentária.

Os tickets de 12 reais, eu acho que esta Casa poderia dar um exemplo e aprovar um decreto, impondo que fosse pelo menos uma unidade fiscal, porque com 12 reais não está dando para comprar uma coxinha, sequer um cachorro quente lá no Vitão do Cachorrão.

Mas, Sr. Presidente...

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Pela ordem, deputado.

O SR. REIS - PT - Pela ordem.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Pela ordem, presidente. Uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Solicito aos deputados Tomé Abduch e Capitão Telhada que façam a verificação de presença.

- Verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Constatado quórum regimental, devolvo a palavra ao deputado Reis.

O SR. REIS - PT - Então, o governador traz essa PEC aqui para, segundo ele, segundo os oradores que me antecederam, flexibilizar em 5% da receita de impostos, incluindo recursos provenientes de transferências a que se refere o caput do Art. 255 da Constituição Paulista, a fim de que possa ser utilizado tanto em gastos com Educação quanto também para o financiamento adicional das ações e serviços de Saúde.

Tal remanejamento, de 5% do orçamento destinado à Educação para a área da Saúde, em números reais, totaliza uma quantia superior a 11 bilhões de reais. É claro que a Saúde precisa, sim, de recursos.

Mas a Educação, e aqui sem que a gente tenha visitado escolas, em que pese que sempre visito algumas escolas na zona sul, na zona leste, escolas do Estado, escolas da Prefeitura, mas, uma pequena volta que nós demos, para falar com aqueles estudantes que estavam ali, eles falaram de escolas caindo aos pedaços. Falaram de escolas que não têm quadra coberta. De escola que, quando chove, está caindo água dentro de sala de aula.

Bom, talvez o governador não tenha uma equipe adequada, uma equipe que realmente vá a campo para verificar essas deficiências que existem nas escolas. Porque escola é pagar bem para o professor, valorizar bem os profissionais da Educação, mas também é a questão estrutural. Ter o computador, ter o laptop, ter o tablet, e não ter a banda larga, aquele objeto não serve para muita coisa.

Então, uma voltinha que nós demos para conversar com eles, para ouvi-los, e só me manifestar após a fala dos Srs. Deputados e das Sras. Deputadas, vários deles começaram a falar da situação caótica das escolas do estado de São Paulo.

Então, tirar o dinheiro da Educação para socorrer a Saúde é também deixar a Educação na UTI. A Saúde está na UTI. A Educação também está na UTI. Então, ao que me parece, falta um pouco de visão e de competência para esse governo. E que o governador que gosta do martelo, até chamei ele de Tharcísio, porque ele pega aquele martelo e fica batendo. Então, é a mistura de Tharcísio com Thor, que dá o Tharcísio

O Tharcísio deveria sair a campo, pedir ao seu secretário que saísse a campo, e visse "in loco" o que é a situação das escolas de São Paulo, o que realmente aqueles alunos, que estavam ali, falaram para a gente, sobre a situação caótica das escolas.

Para ele é muito simples. Ele gosta de negócios. A gente percebe que é um cara cujo o mundo são os negócios. É vender, é privatizar. Eu já o chamei inclusive de Tharcísio Privatizador. Porque é o Tharcísio, é o Privatizador. A própria Polícia Penal botou nele o título de "Tarcinóquio", mistura de Tharcísio com Pinóquio, e assim vai.

Nós gostaríamos que o governador realmente olhasse de perto o que é essa questão da Educação, e que o seu secretário e a sua equipe vissem todos esses problemas. Que, ao querer tirar dinheiro da Educação, ele visse primeiro o que é e como está a situação da Educação.

O que não se pode permitir, e que viola frontalmente o interesse público do estado, é retirar justamente do setor da Educação. Ou seja, pode sim remanejar dinheiro de outros lugares. Pode mexer no Orçamento tirando de outros lugares. Eu acho que não deve tirar dinheiro da Educação, não deve tirar dinheiro da Saúde, não deve tirar dinheiro da Segurança Pública.

São setores sensíveis. São setores com os serviços que a população mais precisa e que estão ligadas a essa questão de estado propriamente dito: Educação, Saúde e Segurança Pública.

Mas, tem outros lugares que dá para mexer. Eu acho que tem outros lugares, principalmente, como publicidade, que é desnecessário, o dinheiro que se gasta em publicidade. Nesse sentido, mostra-se necessário realizar uma análise acerca da Educação em nosso estado e, em seguida, os impactos da pretensa retirada financeira.

A Lei Estadual nº 16.279, de 8 de julho de 2016, aprovou o Plano Estadual de Educação de São Paulo. À época sancionada pelo então governador e, hoje, vice-presidente da República, Dr. Geraldo Alckmin, que traçou 21 metas essenciais ao Estado, e hoje, mais de sete anos após a aprovação do Plano Estadual de Educação, estudos apontam que o alcance das 21 metas está muito longe de se tornar uma realidade.

É importante mencionar também que o ano passado foi marcado por uma série de ataques e ameaças a escolas públicas. Professoras e professores sendo assassinados, estudantes sendo mortos, servidores com medo de ir às escolas. O cenário está caótico.

Isso somente reafirma a necessidade de mais investimento na Educação e não a supressão financeira. A Educação precisa de mais recursos, e não da retirada de recursos. Desde o envio da presente PEC a esta Casa de Leis, diversos setores da sociedade têm se manifestado contrariamente ao absurdo da retirada de recursos financeiros da Educação. A título de exemplo, a Câmara Municipal de Presidente Epitácio aprovou uma moção de apelo à Assembleia Legislativa para que se rejeitasse a presente PEC, pois totalmente contrária ao interesse público do povo paulista.

O Núcleo Especializado da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado de São Paulo exarou um parecer com mais de 20 laudas acerca da PEC, que ora estamos analisando.

Dentre os diversos pontos trazidos pela Defensoria Pública, o mesmo problema foi constatado. Reduzir o investimento e o Orçamento da área da Educação é verdadeiro retrocesso social. Portanto, eivada de inconstitucionalidade por violação ao princípio da dignidade da pessoa humana, tanto dos professores quanto dos estudantes.

Outro ponto de extrema relevância e que não pode ser esquecido é que a presente PEC não é acompanhada de qualquer estudo de impacto financeiro orçamentário.

Nos termos do Art. 113 dos atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, a proposição legislativa que cria ou altera despesa obrigatória ou renúncia de receita, deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário financeiro. Trata-se de disposição constitucional que não pode ser burlada pelo Sr. Governador.

Só por esse motivo, e se desprezarmos todos os demais, a proposta já não poderia seguir a sua tramitação. Por motivos muito inferiores e muitas vezes infundados, o Sr. Governador veta as proposições aprovadas pelos senhores deputados e senhoras deputadas. Isso aí deu um título para ele de vetador-geral do estado.

Inclusive, praticamente foram 145 vetos, projeto do deputado Conte Lopes foi vetado, do deputado Gil Diniz foi vetado, do deputado Lucas Bove. Ou seja, todos os deputados tiveram seus projetos vetados aqui nesta Casa.

Inclusive, eu apresentei um projeto que estabelece o dia 28 de setembro como o Dia do Veto, que eu espero que esse projeto seja aprovado, porque só falta passar por uma comissão, que é a Comissão de Direitos Humanos, que não tem se reunido.

Eu peço que eles se reúnam para apreciar esse projeto e aprovar o parecer, se eu não me engano, da deputada Beth Sáhão, que é favorável à aprovação do dia 28 de setembro como o Dia do Veto, chamarmos o 28 de setembro como o Dia do Veto.

Porque foi o dia que ele vetou um projeto importantíssimo para a Polícia Civil. Porque o policial, quando se aposenta, se ele não tiver cinco anos na classe ou nível, ele é despromovido, e isso é inconstitucional, porque a Constituição falou de cargo, não falou de classe e de nível.

Nós apresentamos um projeto para regulamentar isso, para acabar com esse abuso que o estado de São Paulo pratica contra os policiais civis. Enquanto a Polícia Militar tem um posto imediato, ela é promovida, o policial civil é despromovido. Por isso eu apresentei o projeto, e a categoria ficou com esperança de que esse projeto fosse sancionado, e o governador o vetou.

Por isso, eu peguei essa data simbólica, dia 28 de setembro, e fiz o projeto, estabelecendo o Dia do Veto. Só na atual legislatura são 145 vetos totais e 50 vetos parciais impostos pelo Sr. Governador. Percebe-se que as aprovações de proposições oriundas do Poder Legislativo são ínfimas.

Sancionam-se somente aquelas matérias enviadas pelo próprio Poder Executivo e sem que se permita apresentar qualquer emenda, visto que todas são rechaçadas. É um verdadeiro descaso com a população do estado de São Paulo, o que explica, e muito, o envio da presente PEC a esta Casa de Leis.

Não podemos permitir a redução e o sucateamento da Educação do nosso estado de São Paulo. Por esses e outros motivos é que os deputados e deputadas da Bancada do PT na Comissão de Constituição e Justiça apresentaram - nós apresentamos - votos em separado, a fim de estabelecer a discussão e cravar o nosso posicionamento contrário a essa PEC.

Eu mesmo apresentei um voto com mais de trezentas páginas. Fiquei até um dia lá muito preocupado com o deputado Conte Lopes e o deputado Mauro Bragato, porque o presidente da comissão não queria dar horário de almoço, e eles já estavam ficando da cor do algodão.

Eu falei: "olha, se não der hora de almoço, o Mauro Bragato vai cair duro aqui, e o Conte Lopes também. E aí eu vou dar voz de prisão para V. Exa., porque eu não posso prevaricar, e vou determinar que a Polícia Militar o algeme e conduza até a autoridade policial para que seja lavrado o flagrante". Aí, nesse momento, ele já determinou que os deputados fossem almoçar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência à lista dos oradores inscritos, com a palavra o deputado Maurício.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Pela ordem, Sr. Presidente. Posso fazer uma comunicação?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Tem dois minutos Vossa Excelência.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigada, presidente. Estou acompanhando a noite inteira o debate, muito atentamente ouvindo o que os colegas têm a dizer, e o debate está acontecendo como se não houvesse a materialidade do Orçamento sobre nossas mesas. O resultado da peça não pode ser filosófico; ele é material e está no Orçamento.

O debate hoje está acontecendo como se não houvesse a materialidade do Orçamento sobre a nossa mesa, como se já não houvesse ali um padrão estabelecido. Inclusive, está inconstitucional hoje.

Caso a PEC não seja aprovada, o Tarcísio já não pretende cumprir um investimento na Educação, tem a redução no Orçamento da Educação na previsão orçamentária do ano que vem; tem de fato um aumento na Saúde que não corresponde ao corte da Educação, tem um aumento de seis bi na Saúde, mas sabe onde cresce? Sabe onde cresce o Orçamento do Tarcísio?

Não é na Saúde, como tentam pôr, eu vou dar exemplos aqui. Sabe o Tribunal de Justiça, que, quando vocês defenderam o aumento das custas judiciais, vocês disseram que era para diminuir o Orçamento do TJ? Tem mais 1,7 bi para o TJ ano que vem em relação a esse ano.

Sabe onde cresce? Na Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Meio Ambiente não, porque cortou, da prevenção do incêndio, alagamento e etc. Tem mais três bi ali. Sabe onde cresce absurdamente? Na secretaria de parcerias e privatizações.

Sabe essa galera que está vendendo patrimônio do estado de São Paulo a preço de banana para gente que não tem "know-how" e que é o pior no serviço que desempenha? Eles vão ter mais 4,5 bi. Isso é material, está no Orçamento.

Eu vou terminar esta noite perguntando: os senhores estão tranquilos de cortar o Orçamento da Educação, que tem escola com teto caindo, para investir no pessoal da secretaria de privatizações, que está vendendo mal o patrimônio do estado de São Paulo? Termina aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Só para corrigir aqui, estava inscrito para discutir a favor o deputado Barros Munhoz. Pode se encaminhar à tribuna. Com a palavra o deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Estamos finalizando a nossa sessão.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Apresento à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo requerimento de oitiva da Comissão de Administração Pública e de Relações de Trabalho a respeito da PEC nº 9, de 2023.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 23, tem por objeto, entre outras matérias, a alteração de competência para a condução de processos administrativos disciplinares.

Com efeito, a alteração que aparentemente é apenas burocrática e sem maiores reflexos na Organização dos Serviços Públicos é algo que esconde assuntos jurídicos da mais complexa e relevante estatura.

Assim é porque a adequada responsabilização funcional é instrumento de garantia de qualidade no atendimento aos interesses públicos primários e a punição que não observa as garantias constitucionais se convertem em meio de perseguição e podem, em última instância, comprometer a própria autonomia dos servidores, em princípio, do concurso público em função de eventuais demissões irregulares, por exemplo.

As informações prestadas não dão conta dos efeitos pretendidos com a medida, assim como não asseguram que a medida em questão será adotada sem que exista comprometimento dos valores mencionados acima e que são, em última instância, determinações constitucionais estruturantes de todo o serviço público.

Nessa ordem, é imprescindível que a medida seja adotada após a oitiva de autoridades e colheita de elementos que não estão adequadamente reunidos na mensagem encaminhada pelo Sr. Governador e que podem ser melhor realizadas sob a condição de comissão permanente, aparelhada para garantir não apenas a profundidade da discussão, mas, além disso, a reunião de subsídios que permitam a todas as Sras. Deputadas e Srs. Deputados o adequado esclarecimento a respeito da matéria.

Além disso, é certo que não há, atualmente, servidores concursados e estáveis que possam, no modelo proposto, serem responsabilizados pela realização das atividades em comento, enquanto a PGE, instituição de Estado há mais de 70 anos, cumpre a contento essa atribuição.

Essa alteração implica, inexoravelmente, assim, em impacto orçamentário que não está adequadamente exposto e não pode, portanto, ser avaliado, visto que isso ocorre na medida introduzida pela norma que se aprova no presente momento, e não pela norma futura incerta que organizará a outra carreira responsável pela matéria.

Assim, nos termos do Art. 170 do Regimento Interno, requiro que a proposta seja remetida à Comissão de Administração Pública e Relações de Trabalho, para que seja objeto de debate técnico e aprofundamento, como demanda da alteração proposta em seu texto.

Assinado aqui pelo nosso líder da Federação PT/PCdoB/PV, deputado Paulo Fiorilo, e vou entregar aqui para ser...

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Eu recebo o pedido de V. Exa. e será respondido oportunamente. Com a palavra o deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que, por ventura, ainda nos assistam até este momento, com um pouco menos de voz do que o normal eu gostaria de fazer alguns comentários não apenas sobre o que o deputado Paulo Fiorilo falou e me provocou para dizer quais as empresas que são beneficiadas pelas deduções.

Eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, o seguinte, a maioria das empresas que são beneficiadas não são individualizadas, elas pertencem a um grupamento industrial ou agrícola, um agrupamento de empresas. Então, por exemplo, a indústria de automóvel, o agronegócio de tal tipo de produto e assim por diante.

Mas, o que eu gostaria de dizer com bastante clareza é que o nosso partido, o meu partido, o PSDB, está em declínio acentuado, trágico, bastante lamentável, vaidade de alguns dos seres que quiseram ser donos do partido e o transformaram no pequeno partido que hoje ele é. Mas o PT está em uma situação pior ainda.

Eu não estou fazendo um cotejo do PSDB e do PT, campeão de perdedor ninguém gosta de fazer e nem deve fazer, mas eu estou dizendo que, pelo menos aqui em São Paulo, o PT se esfarelou, e no restante do Brasil também.

O presidente Lula disse isso na televisão, que o PT tem que se reconstruir, que nem em Araraquara o PT venceu a eleição. E quando eu disse 13 cidades apenas, é porque eu quis fazer uma divisão, ou três, melhor dizendo.

São só três mesmo. Em Lucianópolis, o PT teve 1.156 votos; Santa Lúcia, 3.347; e Matão, 27.431. Subtotal das três cidades em que no primeiro turno o PT elegeu o prefeito, 31.934 votos. E aí ganhou no segundo turno em Mauá, única cidade. Perdeu nas outras duas, inclusive Diadema, berço de nascimento do PT.

Não vou falar do ABC, porque o ABC não tem mais nada de PT, nada, nada, nada. E com os 102 mil votos de Mauá, eu pulei o M. Eu só falei do ABCD. Mauá, 102 mil votos. Total geral

de votos do PT no estado de São Paulo, 134 mil votos.
 Eu vou falar do PSDB, 363 e 256. Posso falar até de boca cheia, perto do PT. Perto do PT, eu posso falar de boca cheia. Então, minha gente, é triste, é triste, é triste.
 No Brasil, que eu saiba, um estado apenas. E o presidente do Brasil é aquele que está lamentando, que ontem já fez uma reunião com sete ministros para cortar gastos do governo.
 E hoje tinha mais uma outra reunião, que talvez não tenha sido realizada por causa da eleição dos Estados Unidos. E o Lula deve estar muito preocupado com a vitória do Trump e não com os assuntos de interesse do Brasil.
 O fato, minha gente, é o seguinte. Sabe quanto significa o eleitorado do PT nesta eleição no estado de São Paulo? Foi 0,39 por cento. O PT devia estar preocupado era com isso, minha gente. Não é ficar pegando picuinha, correndo atrás de um governador que merece respeito.
 Que coisa gozada, que coisa gozada. O PT não teve condição de lançar um candidato, valeu-se do candidato do PSOL, que levou uma lavada de 60 a quarenta.
A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - O senhor me permite um aparte?
O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Se for bem breve, por favor.
A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - É uma pergunta.
O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Pois não, com prazer.
A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - COM ASSENTAMENTO DO ORADOR - Porque provavelmente eu tenho menos tempo de vida do que o senhor de Parlamento. Mas eu não sei como é que foi Itapira.
O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu vou contar, eu vou contar. Itapira foi o seguinte. Na eleição passada, o candidato Antônio Bellini comprou, entre aspas, o apoio do PSOL e do PT.
 Como foi feito? O PSOL não lançou candidato. E o dono do PSOL Itapira, o dono. (Vozes fora do microfone.)
 Não, o Leandro não, o Leandro não foi. O dono do PSOL, você sabe quem foi. Foi aquele que, para fazer isso e não lançar candidato, recebeu simplesmente o setor que faz compras. Só o setor de licitações.
 É o Cristiano Flores, dono do PSOL. E o PT também não lançou candidato. Agora, nessa eleição, o PT e o PSOL lançaram candidato, porque estava muito vergonhoso o que eles fizeram. E a situação do município, caótica. (Vozes fora do microfone.)
 Bom, a senhora fez uma pergunta, eu estou respondendo. Muito bem.
A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Questão de ordem, Sr. Presidente.
O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, eu... Eu...
A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Questão de ordem.
O SR. PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO - PL - Questão de ordem, Professora Bebel.
A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - E questão de ordem precede. O senhor é mais conhecedor de Regimento que eu.
O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, não, não, nós somos iguais.
A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - É isso. Então, mas o tema qual é mesmo?
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - O tema é a PEC 09.
A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pronto. E por que o PT entra nessa discussão de quantos votos?
O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Porque ele é o partido com assento nessa Casa.
A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Mas o senhor tem que se ater ao tema.
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - O deputado Barros vai se ater agora, nesse resto, faltam sete minutinhos, para falar sobre a PEC da Educação, não é, Barros?
O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vamos, tem bastante tempo para falar sobre. Eu só quero dizer o seguinte, para concluir. Então, como é que aconteceu agora? O PT e o PSOL tiveram candidato, só que mandaram toda a votação para o nosso adversário. Eles tiveram simplesmente 1.900 votos somados. O Lula teve 15 mil votos lá. Mas eu não vou me limitar a isso. Eu vou dizer o seguinte, que teve o PT, como eu disse, 0,39% dos votos.
 E quero dizer o seguinte... Eu vou chegar lá. Sabe o que acontece, minha gente? O que acontece é que esse pessoal só sabe ver aquilo que dá resultado e só sabe [Expressão suprimida.], só sabe atacar, só sabe tentar destruir aquilo que se constrói. Qual foi o grande vencedor das eleições no estado de São Paulo este ano? Foi o governador Tarcísio, minha gente.
O SR. PAULO FIORILO - PT - Sr. Presidente?
O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Quem é que ignora isso? Os mais veementes adversários do Tarcísio reconhecem isso. Ou não? Ou foi quem?
O SR. PAULO FIORILO - PT - (Inaudível.), Sr. Presidente.
O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, não vou dar aparte, vocês já falaram à vontade.
O SR. PAULO FIORILO - PT - Eu não pedi aparte. Eu não pedi, nem quero.
O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Vocês já falaram à vontade. Então, quero dizer o seguinte: essa PEC é mais uma coisa... Eu estava aqui. A Professora Bebel, eu tive respeito tanto e admiro tanto, disse aqui quais os... O Conte estava também, eu estava também e o Bragato também, quando foi passado para 30 por cento. Mas nem tudo na vida é fixo, é imutável, absolutamente. E foi necessário fazer o que o Tarcísio está fazendo.
 Aliás, quero dar uma resposta: o Tarcísio vai cortar os benefícios de não cobrança de tributos das empresas que devem ser cortadas. Podem se preparar. Isso vai acontecer. Então, não adianta ficar simplesmente querendo [Expressão suprimida.] e destruir, ou destruir e [Expressão suprimida.]. A verdade é essa, minha gente. O Tarcísio está ofuscando a velha política. Vamos andar para frente, vamos fazer o que tem que ser feito. São Paulo está estagnado, está parado. Vão dizer: "Bom, mas isso é responsabilidade do PSDB..."
O SR. TEONILIO BARBA - PT - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Questão de ordem, deputado Teonílio Barba.
O SR. TEONILIO BARBA - PT - Só solicitar ao presidente André do Prado, com anuência do deputado Barros Munhoz, para retirar dos Anais desta Casa a palavra "denegrir", porque ela tem uma tendência de questão racial.
 Só isso.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Questão de ordem, presidente.
O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Não, dá licença, só quero...
O SR. LUCAS BOVE - PL - Solicitar que não seja retirada, porque a palavra "denegrir" vem do latim "denigrare", que significa "manchar". Não tem absolutamente nada a ver. (Fala fora do microfone.) É manchar, eu posso manchar de vermelho, como, por exemplo, o Brasil está manchado.
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pessoal, faltam cinco minutos para terminar a sessão. Está registrado o pedido do deputado Barba. Com a palavra o deputado...
O SR. LUCAS BOVE - PL - Vamos preservar a língua portuguesa.
O SR. TEONILIO BARBA - PT - Estou solicitando ao presidente e ao deputado na tribuna.
O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Comandante, sem nenhum problema. Eu retiro. Sem nenhum problema, eu retiro.
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - O deputado Barros Munhoz retirou, então agora vamos dar sequência para finalizar, à meia-noite e sete, finalizar a nossa segunda sessão extraordinária.
O SR. TEONILIO BARBA - PT - Agradeço a compreensão, deputado Barros Munhoz. O senhor sabe do respeito que tenho pelo senhor. Agradeço a compreensão.
O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Muito obrigado. Bom, pessoal, o que eu quero concluir é o seguinte... (Fala fora do microfone.) Não, estou pedindo ao Lucas. Lucas, vamos continuar aqui para terminar antes de encerrar a sessão. Por favor, por favor.
 O que eu quero dizer, finalmente, é o seguinte, minha gente: nós temos que fazer um esforço gigantesco, porque está difícil para nós, brasileiros, acreditarmos em um amanhã melhor. A perspectiva nossa é de algumas dezenas de anos piores do que os anteriores. Está aí o tráfico, está aí a realidade nua e crua do Brasil de hoje.
 Então, não é com picuinhas, questiúnculas, que a gente vai construir o São Paulo dos nossos sonhos. Eu passei por 13 governadores, minha gente. Fui líder de Governo três vezes aqui, de dois governadores, do Serra e do Alckmin.
 Convivi com o PT e com todos os partidos, inclusive com o PSOL também. Eu não posso me conformar com essa ladainha de choro, choro, choro e acusação e acusação e acusação, sem nada de objetivo que construa.
 O governador Tarcísio não é do nosso partido, nós não somos da base o governador Tarcísio, mas inquestionavelmente ele está fazendo um bom governo. Como negar a realidade?
 Esse homem correu o estado de São Paulo e ganhou a eleição para governador. Agora correu diversas cidades e foi vencedor na grande maioria delas. Aqui em São Paulo foi o grande vencedor.
 Qualquer órgão de imprensa, qualquer criança que saiba o que é uma eleição sabe que o grande vencedor foi o governador Tarcísio. Então vamos reconhecer a verdade, vamos trabalhar construtivamente.
 Esta PEC é correta, não vai acontecer nada do que se está apregoando. Não é verdade isso, até porque é muito fácil, quem tem a coragem e a ousadia, porque para ser bom governante tem que ter coragem e ousadia realmente, como o Tarcísio tem. Ele vai ser reconhecido, que realmente estava certo isso.
 Tem um exemplo aqui, o deputado, presidente, me permitir, o André, que aconteceu agora com o fundo que tem lá na Fapesp. O governador teve a coragem de dizer, não é possível, 15 bilhões, ou 1,5 bilhão, não sei exatamente quanto, eu sei que é uma quantia desproporcional, ficar no cofre da instituição, gerando renda, e a pesquisando precisando de dinheiro.
 O Tarcísio meteu o dedo nisso, como está metendo agora também na tevê. São Paulo, a tevê paulista nossa. Quer dizer, não é possível custar o que custa e ter o número de trabalhadores que tem.
 Então chegamos ao final.
 Eu não poderia deixar de fazer esta minha manifestação.
 Agradeço a todos que me ouviram.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Barros, tenho que encerrar V. Exa., que o nosso tempo da segunda sessão...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Estou encerrando.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Não, tenho que encerrar, e vou preservar o tempo de V. Exa., de um minuto e dezoito, tempo remanescente para a próxima sessão. Muito obrigado, fique com Deus.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão a zero hora e sete minutos.

* * *

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 55, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2024

Presidência: ANDRÉ DO PRADO e GILMACI SANTOS

Secretaria: CARLOS CEZAR, CARLÃO PIGNATARI e LUCAS BOVE

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Abre a sessão às 19h. Coloca em discussão a PEC 9/23, em 1º turno. Solicita comportamento regimental ao público presente nas galerias.

2 - MÁRCIA LIA

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

3 - PAULO FIORILO

Solicita verificação de presença.

4 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.

5 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência.

6 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Assume a Presidência. Solicita comportamento regimental ao público presente nas galerias.

7 - GUILHERME CORTEZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

8 - DR. EDUARDO NÓBREGA

Para comunicação, faz pronunciamento.

9 - PROFESSORA BEBEL

Para comunicação, faz pronunciamento.

10 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Dá resposta à deputada Professora Bebel. Informa que será realizada audiência pública para a discussão da PEC 9/23.

11 - TOMÉ ABDUCH

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

12 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Solicita à plateia comportamento regimental.

13 - PROFESSORA BEBEL

Para comunicação, faz pronunciamento.

14 - MAURICI

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

15 - TOMÉ ABDUCH

Para comunicação, faz pronunciamento.

16 - MAURICI

Para comunicação, faz pronunciamento.

17 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Solicita comportamento regimental ao público presente nas galerias.

18 - PROFESSORA BEBEL

Para comunicação, faz pronunciamento.

19 - GIL DINIZ

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

20 - PAULO FIORILO

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

21 - DR. EDUARDO NÓBREGA

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

22 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

23 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Para reclamação, faz pronunciamento.

24 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Responde às questões de ordem do deputado Paulo Fiorilo, do deputado Dr. Eduardo Nóbrega e da deputada Monica Seixas do Movimento Pretas. Solicita que os deputados se atenham ao tema da PEC 9/23.

25 - PROFESSORA BEBEL

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

26 - PROFESSORA BEBEL

Para comunicação, faz pronunciamento.

27 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Responde à questão de ordem da deputada Professora Bebel. Solicita comportamento regimental ao público presente nas galerias.

28 - GIL DINIZ

Para comunicação, faz pronunciamento.

29 - EMÍDIO DE SOUZA

Para comunicação, faz pronunciamento.

30 - RÔMULO FERNANDES

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

31 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência.

32 - PAULO FIORILO

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

33 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Registra a manifestação, para resposta oportuna.

34 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

35 - PAULO FIORILO

Solicita verificação de presença.

36 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.

37 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

38 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Lembra segunda sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 21 horas e 40 minutos. Encerra a sessão às 21h30min.

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior.

Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de emenda à Constituição nº 9, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

Dando sequência à lista de oradores inscritos pelo tempo remanescente, para discutir a favor, com a palavra o deputado Barros Munhoz. Dois minutos. Deputado Barros Munhoz. Ausente. Para discutir contra, com a palavra a deputada Márcia Lia. (Manifestação nas galerias.)

Um minutinho só. Por favor, silêncio. Temos uma oradora na tribuna, deputada Márcia Lia com a palavra.

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Muito boa noite aos estudantes que aqui se encontram, lutando dignamente, lutando em defesa da Educação pública de qualidade. (Manifestação nas galerias.) Porque, no Estado de São Paulo, infelizmente, a Educação pública poderia ser muito melhor, e não o é. Não o é porque os governos têm preferido prestar isenções fiscais para empresas, sob sigilo.

E a gente vê que a nossa Educação, quer seja na questão estrutural, quer seja na questão da qualidade do ensino, da remuneração dos professores, da qualidade da merenda escolar, tudo aquilo que poderia melhorar a vida dos nossos estudantes, a gente percebe que o Governo do Estado... E não é de agora. Isso já vem de longa data.

A gente percebe que o Governo do Estado está pouco se incomodando com os estudantes que precisam estudar no ensino gratuito. Mas eu quero dizer que esse projeto de emenda constitucional veio do Sr. Governador Tarcísio de Freitas para a redução, de 30% para 25%, a redução para aplicação do percentual de recursos vinculados às ações de Educação, para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Então, o que hoje é 30%, reduziria para 25 por cento.

Isso significa menos 10 bilhões de reais. Eu vou repetir: menos 10 bilhões de reais para a Educação. E aí eu quero fazer um comparativo com alguns dados que nós temos aqui, da questão das isenções que são feitas pelo governo de São Paulo. E aqui eu tenho a isenção, só para vocês terem uma ideia.

Em 2024, portanto, nesse ano, o governador vai dar 65 bilhões 625 milhões em isenções fiscais. Se ele tirar 10 bilhões daqui, sobram 55 bilhões para ele dar para os queridinhos dele. Isso é isenção que é feita para empresas, que nem nós temos o controle do que efetivamente significam essas isenções.

No ano de 2025, o ano que vem, ele tem, na proposta orçamentária, 69 bilhões 649 milhões de reais em isenções para os empresários amigos dele.

Significa que, se ele tirar dez bilhões que ele está propondo tirar da Educação, se ele tirar da isenção fiscal, ainda sobram 59 bilhões para ele fazer benesses para os amigos dele, e no ano de 2026 ele vai conceder quase 75 bilhões de reais de isenções fiscais.

A gente não sabe quais são as empresas que recebem, quais são as usinas, quais são... Quem é que recebe esse recurso? É uma caixa preta, uma caixa onde tudo cabe, mas ninguém pode saber aonde esse recurso está. Se nós tirarmos dos 74 bilhões do ano de 2026, ainda vão sobrar 64 bilhões de reais para o Sr. Governador distribuir em isenções fiscais.

Portanto, não há necessidade. Eu repito. Não há necessidade de tirar recursos da Educação. Não há necessidade de esfoliar o Ensino Público do estado de São Paulo. Não há necessidade, porque, se ele quer tirar recursos para pôr na Saúde, o que eu acho que é justo.

Eu acho que a Saúde também precisa de recursos, mas então que tire de outras rubricas, que tire da isenção, que tire da Comunicação, que tire do que ele quiser tirar, mas não da Educação.

Educação é investimento, Educação é prioridade. Os nossos alunos precisam ter Educação de qualidade. E aí eu quero apontar para vocês algumas informações que nós levantamos a respeito da qualidade do ensino no estado de São Paulo.

Antes disso, tem um detalhe, que eu quero conversar com os nossos telespectadores, conversar com os jovens que aqui estão. Desse valor que ele investe na Educação, tem uma continha que não bate, e eu vou ser muito didática.

Aqueles professores, aqueles funcionários públicos, aquelas pessoas que se aposentaram e que deveriam estar vinculadas, talvez, à Secretaria de Administração, à Secretaria de Orçamento e Fazenda, elas estão nas contas da Educação.

Então, para pagar servidores inativos, e tem uma emenda constitucional, a Emenda nº 108, de 2020, que foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal que é proibido colocar a conta dos inativos nas costas da Educação, e os governadores anteriores faziam, desde que eu estou nesta Casa, há dez anos.

Há dez anos que eu estou nesta Casa, e eu escuto o Tribunal de Contas dizer: "Não pode colocar na conta da Educação o valor do pagamento das aposentadorias e pensões".

Mas os Srs. Governadores insistem, e os Srs. Governadores põem, e o que me causa mais estranheza é que o Tribunal de Contas sabe da irregularidade, aponta a irregularidade, e não penaliza o governo de São Paulo.

Não penaliza, porque ele comete uma inconstitucionalidade. Ele está contra uma determinação legal, que é retirar dos recursos da Educação o valor para pagar pensão, para pagar aposentadoria. Está errado. Está errado. Está errado. E isso é muito dinheiro. Vocês querem ver quanto que é? Vou falar para vocês quanto que é. Quase onze bilhões de reais em 2022. Deveriam ter sido gastos 59 bilhões com Educação. Só gastou 48, porque onze bilhões eles usaram daquilo que era para pagar professor, daquilo que era para melhorar a merenda, daquilo que é para melhorar a condição da estrutura das escolas.

Ele pagou pensão e aposentadoria com o dinheiro de vocês.

Portanto, o que vocês estão dizendo aí está certo: não pode tirar dinheiro da Educação. Não pode.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Questão de Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - É uma Questão de Ordem. Sr. Presidente, a gente iniciou... (Manifestação nas galerias.) Deixa eu só esperar a manifestação do público. (Pausa.)

A gente iniciou o debate com a deputada Márcia Lia, e ainda tem sete ou oito minutos para... Não sei se são sete ou oito, mais dois ou três. Mas eu não vejo a base do governo aqui, então eu quero pedir uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Solicito ao deputado Carlos Cezar e ao deputado Carlão Pignatari para fazermos uma

verificação de presença.

- Verificação de presença.

- Assume a Presidência o Sr. Gilmaci Santos.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Esta Presidência agradece aqui a colaboração dos nobres deputados e, constatado quórum, devolvemos a palavra a nobre deputada Márcia Lia.

A SRA. MÁRCIA LIA - PT - Retomando a minha fala, me faltam ainda seis minutos, eu ia explicar e vou agora explicar alguns aspectos que demonstram as más condições e os resultados insatisfatórios na qualidade de ensino da Educação pública no estado de São Paulo.

Isso ocorre por falta de investimentos, isso ocorre por falta de salários dignos para os professores. Isso acontece porque muitas vezes, em várias situações, os alunos não têm merenda de qualidade, isso acontece porque não se tem o olhar de que a Educação é investimento, que a Educação não é despesa, não é gasto.

A Educação é a gente investir no desenvolvimento do País, na melhoria da qualidade da vida das pessoas, porque quando os nossos alunos têm possibilidade de ter uma qualidade boa no ensino, com certeza nós teremos grandes profissionais e nós precisamos que o Governo do Estado de São Paulo olhe para o que eu vou dizer agora.

Foi feita uma matéria no jornal "Folha de S. Paulo", em 2019, segundo avaliações do Saeb, que atestou que tão somente 7% dos alunos do Ensino Médio do estado de São Paulo terminaram a etapa do Ensino Médio com aprendizado considerado adequado em Matemática.

Esse percentual é vergonhoso para o estado de São Paulo, que é o estado mais rico da Federação brasileira. Nós temos o estado que tem mais condições de dar educação de qualidade do ponto de vista financeiro, mas a gente não tem a educação que nós merecemos.

Quando a gente olha o que saiu na avaliação estadual do Saresp, a gente tem que no ano de 2021, 97% dos alunos da rede paulista terminaram a escola sem ter aprendido sequer como resolver uma equação de primeiro grau, porque a qualidade do ensino é muito ruim.

E aí, quando os nossos alunos do ensino público vão concorrer, Barros Munhoz, a uma vaga, a um concurso público, quando vão concorrer a uma vaga numa universidade pública, porque o filho do pobre não tem dinheiro para pagar universidade cara, universidade privada; ele precisa acessar a universidade pública.

E aí, quando ele chega lá, 97%, segundo o Saresp - não é a Márcia Lia que está falando, não; é o Saresp -, 96,6% dos alunos da rede paulista não conseguem resolver uma equação de primeiro grau.

- Assume a Presidência o Sr. André do Prado.

Acreditem, esse dado é um dado real, porque não há investimento adequado na Educação pública do estado de São Paulo. E aí, quando a gente olha a quantidade de recurso que é desviado para pagar inativo, e o Tribunal de Contas aponta todo ano, só que o Tribunal de Contas não faz nada, só aponta.

Ele aponta que está errado, ele fala que tem uma emenda constitucional, a Emenda Constitucional nº 108, de 2020, ele fala que está errado, ele aponta, ninguém faz nada, ninguém corrige.

Continua tirando quase 11 bilhões para pagamento de inativos, e aí a gente vê que, de fato, nós temos aí um Estado que é muito protegido pelo Judiciário, pelo Ministério Público, pelo Tribunal de Contas.

Porque eu acho que já deveria ter sido infligida uma multa. Já deveria ter sido infligida uma punição para aqueles que não atentam, que não atendem as determinações do Tribunal de Contas do Estado.

E também, fora isso, o governador poderia reduzir, como eu já disse aqui, o recurso que ele faz, que ele encaminha para as isenções fiscais. Aí, quando a gente olha na situação das escolas, na situação fática das escolas, a gente tem escolas que não têm acessibilidade para as pessoas com deficiência, escolas com portões quebrados, escolas com buracos nas paredes e nos muros, onde as pessoas podem adentrar e praticar alguma coisa contra os nossos estudantes, portarias danificadas.

A gente tem infraestrutura básica e falta de conservação de equipamentos. Tanto do equipamento físico, quanto dos materiais que são disponibilizados para os alunos. Então, o que nós temos que falar? Sr. Governador, o senhor não pode tirar dinheiro da Educação. Sr. Governador, o senhor não pode tirar dinheiro da Educação.

Sr. Governador, é justo que o senhor coloque mais dinheiro na Saúde. Mas tire da isenção, tire dos benefícios, tire daquilo que, de fato, não faz com que os nossos alunos tenham educação de qualidade.

Portanto, nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, vamos resistir e vamos lutar contra esse projeto de lei. Nós não vamos nos submeter a essa PEC 09, porque essa PEC é nefasta.

Essa PEC tira dinheiro de quem não deveria tirar. É preciso pôr dinheiro na Saúde, sim. Mas arrume outro lugar para tirar o dinheiro. E tem mais, há uma disposição de que, em função de um princípio constitucional, que é esse princípio aqui ó, essa PEC viola o princípio da proibição de retrocesso social, que é um dos corolários do princípio da dignidade humana.

Portanto, dignidade humana já.

Dignidade humana já.

Não ao corte da Educação. Não.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigado, deputada Márcia Lia. Dando sequência aos oradores inscritos, para discutir a favor, o deputado Tomé Abduch.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Guilherme Cortez. (Manifestação nas galerias.)

Por favor, temos o orador Guilherme Cortez. Precisa fazer um pronunciamento. Com a palavra do deputado Guilherme Cortez.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Eu não me importo, presidente. No meio dessa discussão tão importante, para barrar esse que eu considero um enorme retrocesso contra a Educação do estado de São Paulo, eu só não podia deixar de registrar a presença dos vereadores recém-eleitos pelo mandato coletivo Cardume de Jundiá, do PSOL. Henrique, Patrícia, Carol, Henrique Pai, presentes aqui na nossa tribuna de honra. Um mandato que foi recém-eleito agora, na cidade de Jundiá, nesse processo eleitoral, e que hoje está visitando a nossa Assembleia Legislativa e espero que o mandato de vocês seja muito bem-sucedido.

A gente sabe de todo o desafio que a gente tem para enfrentar, contra o conservadorismo, contra a extrema direita, sobretudo nas cidades do interior de São Paulo.

Então, cada mandato que a gente conquista, ainda mais um mandato coletivo, cidadão, diverso e de tanta qualidade, como o mandato Cardume de Jundiá, merece ser saudado e merece contar com todo o nosso apoio.

Por isso sintam-se sempre bem-vindos, bem-vindas, e que vocês encontrem, aqui na Assembleia Legislativa, todo o apoio dos nossos mandatos, do PSOL, das bancadas de oposição, para o mandato que vocês vão começar no ano que vem.

Então, é uma alegria para o PSOL, é uma alegria para todos nós aqui recebê-los e falar que a partir de agora, as lutas pela Educação, pela Saúde, pelos Direitos Humanos, pelo Meio Ambiente, nesta tão importante cidade de Jundiá, vão se fortalecer com a presença desse mandato coletivo, desse mandato cidadão, desse mandato com compromisso com a população, com os trabalhadores de Jundiá.

Sejam sempre muito bem-vindos e que vocês encontrem aqui todo o apoio para a gente trazer melhorias para a população de Jundiá.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigado, deputado Guilherme Cortez. Srs. Vereadores de Jundiá, sejam sempre bem-vindos a esta Casa. (Palmas.)

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Eduardo Nóbrega.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - PARA COMUNICAÇÃO - Só para fazer uma saudação especial ao vereador Anderson Nóbrega, meu irmão, de Taboão da Serra, que acabou de ser reeleito e que também encontra todo o apoio aqui nesta augusta Casa. Obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigado, vereador Anderson, sempre bem-vindo a esta Casa. Parabéns pela reeleição.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Questão de ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Questão de ordem, deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria de... Eu não sei se é bem uma questão de ordem. O senhor me desculpe, deputado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Uma comunicação.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - À vontade, deputada.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Uma comunicação. É sobre a audiência pública. Ontem nós levamos a reivindicação dos estudantes - e nossa também - para o senhor. Tem alguma devolutiva, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputada Professora Bebel, como eu disse, esse debate é importantíssimo nesta Casa, o debate aqui neste plenário, como fizemos durante quase um ano na Comissão de Constituição, Justiça e Redação, agora viemos para este plenário, temos seis horas de debate em primeiro turno e seis horas de debate em segundo turno.

Diante do pedido de V. Exa., do pedido dos nossos convidados que estão aqui presentes, ontem, diante desse pedido, mesmo não ficando 100% de respeito, como é necessário neste plenário, aos oradores, mas, diante da necessidade e da importância desse tema, eu me reuni com o líder do Governo, deputado Gilmaci, e com mais alguns líderes, e nós tomamos a decisão, sim, de atender ao pedido para debater ainda mais, atendendo ao pedido da plateia, dos alunos, da Educação, dos nossos deputados, e fazer, sim, a audiência pública para que a situação e a oposição possam ter pelo menos mais algumas horas de debate de audiência pública. (Manifestação nas galerias.)

Eu acho que, quanto mais a gente debater, desde que seja com respeito, mais a gente vai enobrecer, mais a gente vai entender e cada um vai colocar seus pensamentos com relação a esse tema tão importante que é a PEC 09.

Então, estamos estabelecendo em conversas para organizar melhor essa data, mas, de repente, em uma data na quarta-feira, a gente se organiza para fazer esse debate antes da votação, inclusive, com o compromisso desta Presidência de não colocar em votação enquanto não tiver a audiência pública, que está com uma previsão de fazermos na quarta-feira. Ok? (Manifestação nas galerias.)

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Bom, eu agradeço, Sr. Presidente, por ter atendido a reivindicação. Essa reivindicação foi de vocês. Valorizem. (Manifestação nas galerias.) Significa que a luta e o bom debate, a boa conversa garantem... Pode não ser a coisa dos nossos sonhos, mas mediou.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigado, deputada Professora Bebel.

Por isso, peço a compreensão... (Manifestação nas galerias.) Por isso eu peço a todos que estão presentes aqui na galeria: nós cedemos realmente à reivindicação para ampliar o debate, para ficar muito mais clara a importância desse projeto. Ser aprovado ou não, quem vai deliberar depois é uma votação no plenário pelos Srs. Deputados e Sras. Deputadas, mas a discussão, o encaminhamento, o debate, nós vamos abrir para que se possa ainda aprimorar e ambas as partes colocarem seus pensamentos e aquilo que é necessário para a aprovação ou não desse projeto.

Então, com a palavra o deputado Tomé Abduch. Porém, peço a compreensão da galeria para que possamos continuar esse debate. Ainda faltam três horas em primeiro turno. Com a palavra, o deputado Tomé Abduch.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite, presidente. Boa noite aos meus colegas deputados, boa noite a todos na tribuna.

Eu queria primeiro parabenizar o senhor, presidente, por ter aceito essa audiência pública. Eu creio que, para que a gente possa ter democracia, precisamos ter a compreensão de nos ouvir. Quando a gente se escuta, mesmo que a gente possa divergir, a gente realmente dá valor à democracia.

Então eu agradeço muito aos senhores por me darem oportunidade de colocar o meu ponto de vista, mesmo que ele possa divergir do ponto de vista dos senhores. Essa é a verdadeira democracia, se faz democracia com essa audiência pública. Parabenizar por vocês terem insistido para que isso aconteça.

Vamos lá. A Educação no estado de São Paulo está abandonada há mais de 30 anos. Eu não tenho dúvida disso, eu concordo com grande parte do que foi colocado aqui. Como recebemos as escolas? É importante que a gente tenha compreensão de como nós recebemos, neste novo governo, as nossas escolas.

Cinco mil e trezentas escolas, mais ou menos, duas mil em estado crítico, quatrocentas em estado de urgência. Urgência mesmo: escolas com teto caindo, com banheiros quebrados, sem a menor condição para que os alunos pudessem aprender. E é importante também a gente colocar que as equipes de Educação estavam desmotivadas e se sentindo desvalorizadas.

Aqui eu coloco uma reflexão que diz: a Educação tem o poder de transformar vidas, não podemos ter falsas narrativas contra o futuro de nossas gerações. E eu queria poder passar para vocês, balizado em números, o que eu entendi do que acontece hoje dentro do nosso Estado.

O que está sendo feito hoje? Neste momento, nós já temos 2.090 obras de reformas, revitalizações, ampliações e acessibilidade em 1.859 unidades escolares, em 445 municípios.

É um investimento de 1,5 bilhão aproximadamente, isso já está acontecendo. É um total de 1 milhão e 50 alunos beneficiados e 16 mil empregos gerados. (Manifestação nas galerias.)

Aqui eu queria passar para vocês, foram feitas 1.784 reformas; obras novas, 9; 54 creches entregues; 112 coberturas de quadras; 45 ampliações; 94 obras de acessibilidade, em um total de 2.098 obras entregues, repetindo, investimento de 1,5 bilhões de reais. (Manifestação nas galerias.)

Quais são as ações que nós temos em andamento? Primeiro, currículo modernizado. Esse currículo está trazendo tecnologia, robótica... (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Por favor, preserve o tempo do orador. Pessoal, assim vai ficar difícil a gente fazer uma audiência na quarta-feira. O respeito tem que existir, tem que ser cumprido o Regimento Interno, que é direito do deputado que está na tribuna.

Cansei de falar isso para todos vocês. Se a gente está abrindo para um grande debate, para fazer uma audiência, para debater as ideias, nós temos que respeitar. Não é a ideia de vocês, mas é a ideia dele, do deputado, o que ele pensa. E é assim que tem que ser feito em uma democracia.

Então devolvo a palavra ao deputado Tomé Abduch. Se a gente continuar de maneira ordeira, em que todos possam fazer a discussão, nós vamos acatar, debater e poder fazer uma discussão de alto nível.

Agora, se a gente for para esse nível, em que o deputado não consegue falar, vai ficar difícil cumprir os compromissos. Então, deputado Tomé Abduch, tem a palavra Vossa Excelência.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Currículo modernizado está sendo implantado. (Manifestação nas galerias.) Qual é a democracia que nós temos quando não podemos conversar, gente? (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Por favor. Deputado Tomé.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Eu só estou pedindo que vocês possam ter a compreensão de eu colocar o meu ponto de vista, isso é democracia. Quando só um lado se coloca, não há democracia.

Vamos lá, currículo modernizado, está sendo investido em tecnologia, robótica, redação, leitura, filosofia, empreendedorismo, química aplicada, educação financeira, muitas mudanças importantes estão sendo feitas no currículo.

Um outro projeto importante é o "Alfabetiza Juntos São Paulo". Aqui nós estamos tentando atingir a alfabetização até os sete anos de idade. E a gente sabe que, infelizmente, muitas crianças ainda não estão alfabetizadas na idade correta.

Educação profissional: 90 mil matrículas em nove cursos técnicos. Foram distribuídos em 1.206 escolas.

Nós temos o "Provão Paulista". Foram abertas 15.390 vagas em universidades e faculdades paulistas. Alunos aprovados no "Provão Paulista" podem receber uma bolsa de até 800 reais.

Temos também a "Bolsa Estágio", do ensino médio. São estágios remunerados de até 1.000 reais na área de formação para alunos do ensino médio.

Houve também algo muito importante, que é o aumento dos repasses, de 39,95%, às prefeituras, para a parte da alimentação escolar. Nós sabemos que muitos dos nossos alunos acabam passando uma situação delicada, por falta de alimentos, por uma dieta equilibrada. E muitas vezes ficaram sem ter o que comer nas nossas escolas.

Um outro programa muito importante: programa "Multiplica São Paulo". Investimentos em cursos para desenvolver habilidades de docentes - professores, diretores e quem trabalha nas escolas. Foram 55 mil pessoas inscritas e 30.999 pessoas aprovadas.

Investimento em creche: 120,9 milhões. Em 20 meses, foram entregues 53 creches.

"Prontos Para o Mundo": esse programa é muito interessante, que tem a oportunidade de quem quiser estar estudando inglês de maneira gratuita estar apresentando, sendo selecionado para que faça o intercâmbio fora do País, podendo elevar muito a capacitação e a condição de um futuro promissor.

Além disso, foi investido mais de um bilhão de reais para a aquisição de 604 mil dispositivos, como notebooks, tablets, smartphones e plataformas recarregáveis.

Além disso, o programa "Dinheiro nas Escolas": mais de 1.1 bilhão para obras e melhorias de infraestrutura.

Eu coloco isso para quem diz que nada está sendo feito pela Educação. (Manifestação nas galerias.) Por favor.

"Estão terceirizando nossas escolas". Eu tenho ouvido falar muito disso. E é importante que a gente possa explicar com clareza o que é essa tal da terceirização. (Manifestação nas galerias.)

Vamos lá. O que já é terceirizado em nossas escolas hoje? Já são terceirizados projetos, construção, fiscalização de obras, manutenção, limpeza, segurança, merenda e equipamentos de TI.

Quando a gente quer trazer eficiência, nós temos que juntar pacotes importantes com valores mais representativos, para que empresas maiores e mais seguras possam estar participando das concorrências. E aí sim a gente consegue ter um preço menor nessas concorrências e uma garantia de uma melhor prestação de serviço.

Isso é muito importante para que a gente compreenda que, quando a gente fica picando os serviços... Vou dar um exemplo para vocês: nós temos ali a contratação de um serviço de limpeza numa escola.

Você tem um pequeno contrato, em que você vai ter meia dúzia de pessoas para fazer a limpeza. Uma empresa grande não se interessa por isso. A gente fica sujeito a uma empresa pequena, descapitalizada, e com uma possibilidade grande de quebrar, como aconteceu há pouco tempo, e nós recebemos a informação aqui de que professores e diretores estavam tendo que limpar banheiro.

"Além disso, estão fechando salas de aula". Essa é uma outra narrativa absurda que foi colocada. E eu vou explicar para vocês por que ela é absurda. (Manifestação nas galerias.) As escolas são preparadas para receber, dentro das salas de aula, um determinado número de alunos.

Existiam escolas que tinham, nas suas salas de aula, em torno de 12 alunos. E dentro dessa mesma escola algumas salas de aula com menos alunos do que era necessário. (Manifestação nas galerias.)

O que foi feito? Juntaram essas salas de aula e, com isso, a gente conseguiu economizar muito com a parte de pagamento aos professores, que tinham que fazer hora-extra para cobrir professores que eventualmente faltavam.

Sabe o que aconteceu com tudo isso? Eu vou colocar para vocês. Nós conseguimos até agora economizar algo na casa de 800 milhões de reais, que estão sendo reinvestidos na parte de infraestrutura.

Essa é a grande verdade. E as narrativas que muitos dos senhores não querem que as pessoas acreditem. São narrativas que são contadas aqui. São inverdades. É um direcionamento para os senhores, que estão sendo direcionados, e estão compreendendo de maneira totalmente errônea a realidade do nosso governador. Aqui eu tenho uma outra coisa importante para colocar para vocês, que é a parte de gestão.

A gestão é algo que traz para nós a oportunidade de tomada de decisão para que a gente possa entender quais são os nossos problemas. Somente aqui, por conta da implantação desse sistema de gestão... Aliás, eu aconselho a todos os senhores que compreendam o que está sendo feito, o que é o "BI" que está sendo feito dentro do Governo do Estado de São Paulo.

Nós temos, por exemplo, as nossas crianças, a evasão escolar. Hoje, em dois dias, nós conseguimos saber qual é o aluno que não está indo para a escola. E aí sim, tomar uma ação efetiva.

Esse aluno que pode estar sendo abusado. Esse aluno que está fora da escola porque apanha. Esse aluno que está tendo que trabalhar para ajudar a sustentar a família. E a gente pode ter uma ação do Estado para que esse aluno volte para a escola.

Por favor. Aqui entra a parte que eu quero falar para vocês, que é o assunto que nós estamos debatendo hoje. Eu trouxe números que estão disponíveis, na Secretaria da Educação, para quem quiser validá-los. E me coloco à disposição, inclusive, para sentar com cada um dos senhores, para que a gente possa compreender isso aqui, e essa clareza que é importante ser passada.

Realidade versus narrativa sobre o Orçamento da Educação. Nós sabemos que as universidades têm um orçamento vinculado de 9,57% sobre a arrecadação do ICMS. Aqui nós temos então 9,57% das arrecadações dos respectivos anos. Mais uma vez, orçamento vinculado. Não tem como diminuir isso, não tem como haver corte.

Vamos seguir. Receita de impostos. Sobre a receita líquida de impostos, nós temos: governo federal, 25 por cento. Uma lei de sobreposição ao governo de São Paulo dizia lá atrás que esse valor poderia ser de até 30 por cento. Sobre a arrecadação de 2024, nós temos, sobre federal, 50 bilhões. Sobre a lei estadual, 60 bilhões.

Aí que entra a parte importante para que a gente compreenda. O Fundeb tem um orçamento que é o orçamento da própria secretaria. Vejam que ele se mantém praticamente constante ao longo dos anos.

Mas as universidades, que é um orçamento, como eu já coloquei, vinculado, já cabe a nós 57 bilhões para que a gente pague as contas do Estado. Já levando isso, sem discutir aqui, se nós vamos ter redução ou não, a 28 por cento. Sendo claro: 28 por cento.

Fora isso, nós temos ainda, sendo pago, pela própria secretaria, os inativos, que são os aposentados mais os pensionistas. Algo, pelo levantamento que fizemos, entre 8 bilhões e meio e 10 bilhões de reais ao longo desse ano. Esse valor vai deixar de ser pago dentro da secretaria e vai passar a ser pago pelo Governo do Estado, senhores.

Logo, a hora que a gente olha o total líquido que vai ficar direcionado para a secretaria, ele continua exatamente o mesmo. É uma falácia e uma mentira os senhores dizerem que está tendo corte na Educação.

É uma vergonha, é um desrespeito com cada um de nós. Sabe o que é o pior? Vocês orientam esses jovens, que são o futuro da nossa nação, para não terem a compreensão clara do que acontece no nosso Estado. (Manifestação nas galerias.)

Por favor. Vamos lá. Vejam aqui a tabela do antes e depois. Nós temos o antes aqui. Um valor muito claro, para que vocês possam compreender a somatória de tudo isso aqui, e o

depois, que é o que realmente vai ficar direcionado para a Educação. Para qualquer pessoa que entende o mínimo de uma planilha, pode compreender que não há corte na Educação. Isso é uma falácia. (Manifestação nas galerias.)

Por favor. Eu digo para vocês: a essência da democracia é uma convivência harmoniosa. É uma convivência respeitosa. É uma convivência com a verdade. Verdade que muitos dos senhores omitem para esses jovens que aqui estão.

Vocês têm a liberdade de colocar o que pensam, de falar o que querem. Mas, de colocar falsas narrativas para a sociedade, de direcionar jovens para algo que não é verdadeiro, é um desrespeito com o nosso Estado.

É o que mais se faz aqui. É por isso que eu digo para vocês: vocês estão perdendo local em todos os lugares do Estado, em todos os lugares do mundo.

A esquerda perdeu o respeito da Nação, perdeu o respeito à Nação, porque vocês levam as pessoas direcionadas às pautas que vocês têm como ideologia, para que vocês se mantenham no poder, e eu convido qualquer um de vocês que queiram ir ao meu gabinete para poder entender esses números, para que estejam lá presentes.

Vocês que se dizem defensores da democracia, mas que não conseguem ouvir os outros falarem. Vocês que se dizem defensores da democracia, mas que vêm aqui causar baderna e desrespeito quando o deputado eleito pelo povo fala.

Vocês, que se dizem defensores da democracia, que elegeram no governo federal uma pessoa que foi presa, que desrespeitou a nossa Nação. É por isso que vocês estão perdendo em todo o mundo. E aí eu digo para vocês aqui... (Manifestação nas galerias.)

Quem reduz a Educação é o governo federal. São vocês que estão cortando a Educação.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigado, deputado Tomé Abduch. Com a palavra agora o deputado Maurício.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - E o Tarcísio... (Manifestação nas galerias.)

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Tomé, seu tempo encerrou.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputada Professora Bebel. (Manifestação nas galerias.)

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Eu quero uma comunicação e vou pedir para vocês me ouvirem, por favor. Pessoal. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Tomé. Nobre deputado Tomé. Deputado Maurício... Pela ordem, nobre deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Eu quero uma comunicação, por favor. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Muito obrigada, Sr. Presidente. Eu vou pedir um pouquinho a atenção do plenário, como também vou pedir também para que o deputado Tomé Abduch... Eu estou fazendo na forma de comunicação porque, enfim, não permite debate. Assim, então, de boa, deputado.

O senhor clamou por expressar diferenças; clamou, e é direito. Nós lutamos pela pluralidade de ideias e de pensamento, mas quando o senhor termina, o senhor termina acusando, o que é pior. Acusando, e com o rabo preso também, no que diz respeito ao seu presidente, que tem muito o que explicar para a Justiça. (Manifestação nas galerias.)

Que está lá de joelhos, inclusive, pedindo para o ex-presidiário que não leve a fim - está certo? - aquela questão. Então, deputado, vamos fazer uma questão aqui, de igual para igual. O senhor quer respeito? Nós também queremos. O senhor não quer que a gente baixe o nível, também não baixe o nível do jeito que o senhor fez.

Porque, veja bem, o senhor estava direitinho lá apresentando, ok. Eu posso acreditar ou não. É uma questão de concepção, deputado. E se é concepção, cada um, dependendo do ponto de vista, enxerga. O senhor enxerga assim. Mas nós vimos, nós sentimos na base, de outra forma.

Então, quando o senhor pedir o direito à pluralidade, seja também.... Aliás, permita também ser plural, porque me parece que o senhor também é sectário, no que diz respeito à posição. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com a palavra Deputado Maurício.

O SR. MAURÍCI - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público presente... (Manifestação nas galerias.)

Eu queria começar a minha fala primeiro me solidarizando com os jornalistas, Sr. Presidente, porque ontem foi constrangido pela Polícia Militar aqui o jornalista do "Pravda", que estava cumprindo o seu papel, assim como os deputados, deputadas, cidadãos e cidadãs que estão acompanhando.

O jornalista estava cumprindo o seu papel, fez uma foto dos policiais em serviço, e foi constrangido pelo comando. Então, lembrando da fala da democracia e do respeito, cada um no seu papel.

Então eu quero me solidarizar com o jornalista, eu, que sou jornalista, e pedir ao nobre presidente que converse com o comando do policiamento para avaliar como é que é esse comportamento que tem que ter com os manifestantes, com a imprensa e com todas as pessoas. É evidente que ninguém quer desordem, mas todo mundo quer respeito.

E por falar em respeito, eu nunca vi tanta arrogância aqui nesta tribuna, como eu acabei de ver agora. E aí, deputada Bebel, conhece a fábula do sapo e do escorpião? Então, o escorpião estava se afogando na beira d'água; aí vem o sapo, olha, vê o escorpião se afogando e fala assim: "Será que eu dou uma carona para esse cara, para ele não se afogar? Mas ele tem aquele ferrão dele lá, o danado vai querer me ferir se eu fizer isso." Mas ele considera e chega lá e fala: "Escorpião, vou ajudar você a atravessar, tudo bem? Mas não toca o ferrão em mim." Ele falou: "Não, pode deixar. O que é isso, poxa, você está me salvando."

Aí o sapo levou o escorpião do outro lado. Quando chegou do outro lado, o escorpião tacou-lhe o ferrão. Aí o sapo falou assim: "Poxa, mas você não disse que não ia fazer?" Ele falou: "Desculpa, essa é a minha natureza".

Então, a natureza do deputado que me antecedeu é essa, muito arrogante. Ele traz aqui números cuja fonte ele sequer cita. Portanto, é impossível de a gente checar e saber que

número é aquele.

Provavelmente ele pediu lá pra Secretaria de Educação os números, mandou alguém do gabinete montar e veio aqui expor. Aí ele fala lá não sei quantas mil, quase duas mil escolas sendo reformadas.

Eu fiquei preocupado, Sr. Presidente, porque a minha região, onde o senhor tem muita convivência, não tem uma única escola, uma única entre essas 1.800; estão todas caindo, sendo derrubadas. O governo tem um absoluto descaso em relação a essas escolas.

Então eu queria saber, honestamente, quais são essas 1.800. Aí falam: "Não, otimizamos, ganhamos 800 milhões, porque fechamos algumas escolas que tinham 12 alunos. Muito bem.

O problema é que só vê número na frente. Não perguntou para esses 12 alunos que foram transferidos daquela escola para outra escola se tem ônibus da casa dele para aquela outra escola. Não perguntou que interferência aquilo causa na vida dele antes de fazer a mudança, porque a mudança é feita de cima para baixo. Agora, sabe, eu não sei quanto tempo faz que o deputado não vai a uma escola pública.

Mas sabe, deputado, hoje em dia não se encontra mais professor de química, por exemplo, para lecionar em escola pública. Sabe por quê? Porque ninguém quer ser professor. É muito maltratado, recebe mal, condições de trabalho das piores e não tem uma perspectiva de carreira.

Então a juventude de hoje em dia está querendo deixar a Educação de lado e não quer mais lecionar, porque não compensa. Só aqueles que amam mesmo a missão de educar é que querem ser professores.

E aí eu me refiro a uma fala do deputado Barros Munhoz ontem, não no microfone. O deputado Barros aqui embaixo dizia: "Eu nunca vi uma coisa dessa. São meninos e meninas de 18 a 20 anos que estão aqui".

Eu queria dizer que esses meninos e meninas que estão aqui são a nossa melhor juventude, são a juventude que vai construir o nosso futuro, porque é a juventude que sai de casa, em aqui se arriscando a levar borrachada, para fazer um debate defendendo as ideias que eles consideram que são as ideias corretas.

E aí, no respeito a cada um, se nós queremos o respeito deles, nós temos que nos dar o respeito aqui também. Não é possível um deputado chegar aqui, como chegou ontem, e falar: "Não, o seu governo roubou 800 bilhões lá no mensalão".

Para com isso. Para com essa narrativa. Para com essa conversa fiada. Vamos falar em dinheiro? Então vamos falar em dinheiro. Sabe por que cada vez menos, sabe por que cada vez menos, na minha opinião, porque eu não sou o dono da verdade, cada vez menos o parlamento é respeitado pelas pessoas?

Olha o que está acontecendo: o governador quer mudar a obrigação constitucional de aplicar 30% em Educação do Orçamento do Estado para 25, e nós estamos falando aqui que ele vai tirar dez bilhões da Educação, e vocês aí estão dizendo que ele vai pegar dez bilhões e vai colocar na Saúde. Muito bem.

Isso é uma mentira. O governo nunca, nunca, aplicou 30% em Educação. Nunca. O deputado Barros Munhoz, como eu, já foi prefeito, e sabe, porque foi prefeito antes da Constituição, não foi? E foi depois.

E se sabe que quando veio a Constituição e obrigou as prefeituras a colocar 25% do seu Orçamento de Educação, foi um drama para as prefeituras. Foi um drama porque você criava uma situação que você não sabia como lidar com elas. "O que eu vou fazer com esse dinheiro da Educação? Vou pagar mais o professor?

Mas se eu aumentar o salário do professor, os outros funcionários vão querer aumento também. Então vou colocar merenda aqui". Aí vem a Justiça e fala: "Não, merenda não é Educação. Merenda é comida, não pode pôr aí". Não foi assim, deputado Barros? Foi.

E os prefeitos e os governadores tentando colocar outras coisas ali. Agora, em 2020, o STF disse o seguinte: "Governador, não pode colocar o salário dos aposentados da Educação nesse percentual obrigatório de 30 por cento".

E esse valor dos inativos era mais ou menos cinco por cento. O que o governador faz? Ele manda uma PEC para cá, baixando de 30% para 25 por cento não é para tirar o dinheiro que ele aplicava na Educação, porque ele nunca aplicou.

Não é para pôr um dinheiro na Saúde, porque esse dinheiro não existe. É para tirar o dele da reta, para evitar que ele possa ser processado, porque acabou a farrá. O STF determinou que tem que ser cumprida a lei, a Constituição. Então, o que nós estamos fazendo aqui?

O deputado, não lembro qual deles, mas ontem ele estava falando aqui: "Não, mas vai significar mais três mil novos leitos na Educação, porque tem 300 hospitais com 30 leitos, não, ou 100 hospitais com 100 leitos", não sei. Mas, concretamente, não é verdade, não é verdade.

E aí, como é que nós queremos respeito do público, se a gente não é capaz de fazer um debate sério, colocando as informações, se expondo ao controverso? E aí, presidente, parabéns ao senhor, que topou fazer uma audiência pública. Parabéns a vocês, meninos, meninas, juventude, que conseguiram essa audiência pública.

Parabéns a esta Casa, porque sempre devia ser feito assim. A gente devia se expor ao controverso, para que a gente possa entender efetivamente o que está acontecendo.

E não achar que eu, ou o deputado Abduch, ou qualquer deputado ou deputada, é o dono da verdade e vem aqui ensinar a vocês, e a vocês, porque não ficou claro para mim quando ele falava "vocês", se ele estava falando para lá ou se ele estava falando para cá.

Mas ensinar para vocês como é que é. Querem ir lá no meu gabinete? Eu ensino para vocês, eu mostro. É o dono da verdade? Precisa ter respeito pela opinião dos outros. Precisa saber ouvir como o próprio deputado falou aqui. E aí, deputado Barros Munhoz, não é picuinha, não é picuinha.

É sério. Aqui está em jogo a Educação, aqui estão em jogo os recursos públicos do Estado. Aqui está em jogo a credibilidade de cada um dos deputados e deputadas desta Casa diante do público que está aqui. Então, isso não é uma picuinha. Isso é sério.

Isso é um dos debates mais sérios que nós já fizemos nessa Casa. E precisamos fazer. Então, quero dizer, não é picuinha. Agora, o deputado falou uma coisa ontem, deputado Paulo Fiorilo, e nós, do PT, deputado Barba, temos que prestar atenção. O deputado

Barros falou ontem que o PT está morrendo, que o Partido dos Trabalhadores está morrendo, porque elegeram só três prefeituras no Estado - quatro.

É verdade, tem Mauá, que foi eleita no segundo turno. O deputado Barros Munhoz já está na vida pública, foi prefeito várias vezes, deputado, secretário de Estado. Aliás, o deputado ontem falou que foi um ótimo secretário.

Eu tenho boas notícias, boas referências. É claro que há um ditado tão longo quanto eu, o senhor, que diz que "elogio em boca própria é vitupério". Mas eu ouvi esse mesmo elogio de outras pessoas.

Mas eu fico preocupado quando o deputado fala do nosso partido, porque o deputado já passou por uns dez partidos nessa vida dele. Eu acho que ele tem um faro sobre o momento em que ele tem que sair daquele partido. Hoje o deputado está no PSDB, não é isso? Está no PSDB.

Não sei se ainda nesse mandato nós vamos ter a felicidade de ver o deputado mudar de partido novamente. Então, deputado Paulo Fiorilo, tomar cuidado. Se o deputado Barros Munhoz falou a respeito do problema do partido, nós temos que ficar atentos, temos que aprofundar o nosso debate interno, entender o que está acontecendo.

Porque quando eu vejo notícia no jornal, deputado Barros, não me assusto, mas quando ouço um homem da sua estatura e com a sua experiência falar nisso, eu, de fato, me preocupo. Bem, eu queria também falar um pouco, ainda nessa linha da nossa relação com o público, é que não é sempre que esta Casa está tão cheia assim.

Na verdade, é raro que em sessões como estas, em debates como este, a gente tenha público aqui. E eu fico muito feliz quando eles estão aqui, quando as pessoas estão aqui. Fico muito feliz porque é a oportunidade da gente mostrar, de alguma forma, a relevância que esse Parlamento tem.

Nós estamos no jogo da democracia e esse jogo tem regras. E a gente tem que procurar trabalhar dentro dessas regras. Ontem, nós subimos ali no plenário. Eu subi acompanhando a deputada Bebel e outros deputados, para conversar com a plateia e dizer, olha, o presidente garante a sessão, garante o direito de manifestação de vocês, mas ele pede que vocês não interrompam as falas dos deputados e deputadas, porque eles têm o direito de falar e de debater. Aliás, mais do que o direito, eles têm o dever.

Aí os meninos retrucaram dizendo, mas e nós, não podemos falar? Podem, vocês podem falar. Mas não na hora que ele estiver falando. E, aliás, até falaram, olha, veja só, o presidente falou que são 12 horas de discussão.

Cada sessão demora, no máximo, duas horas e meia. O que nós temos que fazer aqui? Nós temos que fazer o debate inteiro, usar o tempo que cada deputado e deputada tem.

As manifestações que vocês fizerem, não no momento que o deputado ou deputada está falando, contam no tempo e, se não der tempo de esgotar esse tema, se essas 12 horas não forem esgotadas em uma, duas, três, quatro, cinco sessões, nós vamos esticando o prazo desse debate e vamos criando condições para que mais pessoas na sociedade, para que a opinião pública se aproprie dessa discussão e nos ajude a pressionar o governador, deputados e deputadas, para que tome a melhor decisão possível.

Mas aí uma menina vira e fala assim, mas nós vamos ganhar? Aí eu, daqui da minha quase insignificância, pensei comigo, acho que não. Aí a menina fala assim, mas então o que nós estamos fazendo aqui?

Mais uma vez, parabéns a vocês que estão aqui, mesmo duvidando da importância da pressão na democracia. Mesmo entendendo que seja outro o modelo de democracia que nós devemos construir no nosso País.

Eu não tenho um modelo. Eu não sei qual é o modelo, mas eu tenho certeza de que nós temos que evoluir desse momento e permitir que a sociedade participe mais diretamente das nossas decisões.

Mais uma vez, Sr. Presidente, parabéns pela sua estatura de homem público, parabéns pelo seu zelo pela democracia, parabéns por ter ouvido as pessoas que querem debater o tema.

E o senhor sabe, como todos nós aqui sabemos, que eles têm o direito de debater. Mais do que isso, têm o dever de debater. De colocar a verdade que eles estão construindo nas mentes deles, com as verdades que nós defendemos aqui.

Muito obrigado.

Até mais.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência aos oradores inscritos, com a palavra o deputado Gil Diniz, para discutir a favor.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - Um breve comunicado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Tem dois minutos, V. Exa.

O SR. TOMÉ ABDUCH - REPUBLICANOS - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, como eu fui citado, eu gostaria só de poder me colocar aqui, ao deputado Maurici.

Eu acho que o deputado deveria estudar um pouquinho o que foi o que eu falei, porque ele apresentou não ter menor compreensão do que eu disse. Os alunos não foram mudados de escolas, eles foram somente juntados em salas para que a gente pudesse otimizar. Então, eu queria primeiro passar essa resposta.

Depois, eu queria dizer o seguinte. Houve uma acusação aqui, que alunos vêm aqui para tomar "borrachada". Aluno que bate em policial tem que tomar "borrachada" e ir para a cadeia. Isso é muito claro para mim. Bateu em policial, as polícias devem, sim, reagir. Isso deve ser feito. Com respeito, eu duvido que algum policial vá desrespeitar algum aluno.

E só para finalizar, presidente, todos os dados que foram colocados por mim foram dados que eu tirei da própria Secretaria da Educação, que está disposta no site. E isso não se chama arrogância, isso se chama determinação, vontade de compreender os números e a gente ter a boa vontade de poder se dedicar para que algum assunto seja esclarecido.

Muito obrigado, presidente.

Eu queria aproveitar para finalizar meu tempo, dar parabéns para o presidente Donald Trump, que foi eleito para poder trazer a democracia de volta para o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. MAURICI - PT - Para uma comunicação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dois minutos, V. Exa. (Manifestação nas galerias.) Por favor, silêncio. Com a palavra o deputado Maurici.

O SR. MAURICI - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Em primeiro lugar, quero agradecer ao deputado Tomé por ter vindo ao microfone confirmar a minha impressão, porque a arrogância de novo se manifestou aqui: "O senhor deveria estudar!"

O senhor quer trocar diploma, nós podemos trocar, mas não é por aí que a gente entende a compreensão das pessoas. (Manifestação nas galerias.)

O segundo dado é o seguinte: se eu preciso estudar, talvez alguém precise de um cotonete. Eu posso fornecer, porque ninguém fez acusação aqui, que veio aqui para levar borrachada.

A propósito, se o aluno que vem aqui, o estudante que vem aqui, a pessoa que vem aqui fazer o que o senhor considera uma baderna merece mesmo tomar borrachada, eu pergunto: e quem invade o Palácio do Planalto, como fizeram em oito de janeiro? Merece borrachada? (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com a palavra o deputado Gil Diniz. Por favor, silêncio. (Manifestação nas galerias.) Por favor, silêncio, senão vai ficar difícil.

Vai ficar difícil de, na quarta-feira, a gente fazer uma audiência. (Manifestação nas galerias.) Professora Bebel, todos vocês estão entendendo, infelizmente o acordo não está sendo feito, o desrespeito está existindo ao orador na tribuna. Aí vai ficar difícil a gente ter audiência pública nos próximos dias.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - O senhor me permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pois não, Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Pessoal, só no diálogo agora. Pessoal, vamos fazer o seguinte: nós demos o recado, agora eles vão dar o recado, depois vocês dão o recado aí e a gente vai equilibrando, está bem assim? Vamos ter esse acordo? Beleza.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com a palavra, o deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigado, nobre deputado, presidente da Assembleia Legislativa, André do Prado. Cumprimentar a todos os deputados presentes aqui na figura do meu amigo Danilo Campetti. Esse sim sabe. Um policial, policial federal, que sabe o que é conduzir um ex-presidente da República para a cadeia. Parabéns, deputado Danilo Campetti, pela sua história.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Questão de ordem.

O SR. PAULO FIORILO - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente, se o orador na tribuna...

O SR. GIL DINIZ - PL - Qual é a questão de ordem, presidente? Não tem questão de ordem, presidente.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Agora o senhor virou presidente? Estou perguntando, porque estou me dirigindo ao presidente.

Se o orador na tribuna for utilizar da palavra para não tratar da PEC, eu queria sugerir ao senhor que utilizasse da autoridade para impedir isso. Por quê? Porque nós fizemos aqui um acordo para fazer o debate político. (Manifestação nas galerias.) Agora, se é para provocar, então que o deputado o faça de uma vez.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Presidente. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Tem a palavra.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Para contrargumentar a questão de ordem do Paulo Fiorilo. Se V. Exa. for definir que nenhum deputado possa fugir do tema, que valha para todos os deputados, porque todos que foram à tribuna até agora falaram livremente. Vossa Excelência democraticamente tem aceitado isso. Então, se for para um lado, que valha para os dois lados.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigado.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputada Monica Seixas.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Não é uma questão de escolha, é uma questão regimental.

O SR. GIL DINIZ - PL - É questão de ordem, presidente?

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - É uma questão de ordem, Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PL - Pelo amor de Deus, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Comunicação, deputada Monica.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Não, eu peço uma questão de ordem, então.

O SR. GIL DINIZ - PL - Já tinha começado o meu discurso, presidente. Pelo amor de Deus.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Uma questão de ordem acompanhada de uma reclamação.

O SR. GIL DINIZ - PL - Isso não existe.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - É que agora eu quero quatro minutos e não dois.

O SR. GIL DINIZ - PL - Está querendo demais.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Você não é o presidente.

O SR. GIL DINIZ - PL - Você quer demais.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Você não é o presidente.

Questão de ordem, presidente, primeiro.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputada Monica Seixas. Deputado Gil, daqui a pouco retorno a palavra a Vossa Excelência.

O SR. GIL DINIZ - PL - Não, presidente, eu estou na tribuna.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Uma questão de ordem a Vossa Excelência. Logo em seguida, não darei mais questão de ordem, não darei comunicação e o deputado Gil Diniz vai ter a palavra.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - PARA QUESTÃO DE ORDEM - É uma questão regimental. No nosso Regimento está dizendo que, durante o debate de matérias, o orador na tribuna precisa necessariamente falar sobre o tema em debate, senão a palavra deve ser cassada pelo presidente.

Palavra em tema livre é garantida no Pequeno Expediente, que fica à tarde. É uma questão regimental. Senão, vamos rasgar o Regimento aqui.

Então, a minha questão de ordem é: presidente, por favor, lembrando o Regimento, peça ao orador na tribuna que discorde sobre o tema em votação.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - PARA RECLAMAÇÃO - E uma reclamação. Eu estou falando, Gil. Não interrompi o senhor. Eu pedi uma questão de ordem, então não me interrompa.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com relação a isso, a esse tema, deputada Monica e demais deputados, realmente o Regimento fala e é explícito que todo orador tem que falar sobre o tema que está em pauta, que está na Ordem do Dia, que está em sessão.

Porém, infelizmente, e a gente tem um bom senso aqui muitas vezes e usa para ambos os lados, situação e oposição, para que, muitas vezes, o orador que está na tribuna possa discorrer sobre um tema que naquele momento não é pertinente ao assunto, mas é um tema importante e necessário para o mandato dele.

Então, existe uma questão de bom senso aqui, e eu tenho, assim, sido muito parceiro. Tenho sido muito, eu diria, nem parceiro... É deixar que situação e oposição possam assim fazer.

Porém, se nós formos levar o Regimento ao pé da letra, como tem que ser feito mesmo nesta Casa, que eu, como presidente, tenho que cumprir, eu teria já pedido para esvaziar esta galeria, porque infelizmente muitos oradores não estão conseguindo aqui fazer uso da palavra. (Manifestação nas galerias.)

Então nós temos que ter nesta Casa bom senso. Como nós temos o Regimento para os deputados, temos o Regimento para os visitantes, de como se comportar, seja na tribuna, seja no plenário, seja na galeria. Então eu peço ao deputado Gil Diniz que possa se ater ao tema realmente, que é um tema importantíssimo, não é?

Nós sabemos que o bom senso, muitas vezes, o diálogo, na Casa, é importante, porque engrandece os nossos mandatos, mas eu peço, como o tema é muito importante, temos 12 horas de debates aqui, temos construções favoráveis e contrárias a esse tema. Então eu peço que os oradores que estão inscritos possam se ater ao tema para nós fazermos um grande debate sobre a PEC 09.

O SR. GIL DINIZ - PL - Presidente, continuo aqui na tribuna e gostaria de me atentar então ao tema Educação, deputado Barros Munhoz. Gostaria de falar desses gestores públicos que sucatearam, que sucateiam a atividade, Professora Bebel, da Educação.

Um governador que não investe na Educação, que acabou com o sonho de muitos alunos, deputado Lucas Bove, como eu, vindos da escola pública, ao remunerar mal os professores, deputado Major Mecca, ao pegar parte do valor que é destinado à Educação, como os deputados à esquerda, que encham a boca para falar, que pegava parte desse valor para desviar e fazer, deputado Milton Leite, aquele jeitinho.

Gestores públicos, aqui em São Paulo, odiados pelos professores. Geraldo Alckmin, o seu vice-presidente da República... Ou vocês vão aplaudir agora Geraldo Alckmin, que sucateou o ensino básico em São Paulo? Pelo jeito vão. Geraldo Alckmin.

Olhem só, senhores, aqui nós temos alguns ex-prefeitos. Nós temos o prefeito de Osasco, o Emídio, e o prefeito de Franco da Rocha, o Maurici. Eu gostaria que algum aluno da rede pública municipal dessas cidades pudesse aqui nos relatar o dia a dia nessas cidades. (Manifestação nas galerias.)

Provavelmente são escolas banhadas a ouro, professores muito bem remunerados. (Manifestação nas galerias.) Talvez, Bebel, aqueles professores... (Manifestação nas galerias.)

Presidente, parta garantir a minha fala, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Silêncio, por favor.

O SR. GIL DINIZ - PL - A dificuldade cognitiva deve ser muito complicada para entender uma simples frase. (Manifestação nas galerias.) Presidente, são gestores aqui, poderiam falar das suas gestões, o que fizeram na Educação das suas cidades, deputado Nóbrega, e não fazem.

Pelo contrário, dizem aqui: "Olha o Tarcísio, porque o Tarcísio faz, fez, não fez, etc. e tal". O Tarcísio está há dois anos aí, há menos de dois anos, Presidente.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Um aparte, deputado?

O SR. GIL DINIZ - PL - Não.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - O senhor perguntou para mim e não vai conceder aparte?

O SR. GIL DINIZ - PL - Não, não concedo.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Você é arrogante. Você fala e não quer ouvir. (Manifestação nas galerias.)

O SR. GIL DINIZ - PL - Presidente.

SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com a palavra o deputado Gil Diniz.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Pela ordem, presidente.

O SR. GIL DINIZ - PL - Tem que parar o meu tempo, presidente. Está rolando o tempo aqui. O Emídio está me interrompendo.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem. Tem um orador na tribuna.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Então me conceda uma comunicação. Ele me cita, me pergunta alguma coisa, mente e não quer ouvir. (Vozes sobrepostas.)

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Logo após a fala dele, V. Exa. terá a comunicação, deputado Emídio, dois minutos depois. Pela ordem, deputado Gil Diniz.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Questão de ordem, presidente. Questão de ordem, presidente. O deputado não pode vir à tribuna, vir ao microfone interromper o outro...

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Já falei, deputado Lucas Bove. Já falei para o deputado Emídio, após a fala do deputado Gil Diniz vou conceder dois minutos para uma comunicação dele.

O SR. LUCAS BOVE - PL - Gostaria que retirassem das notas taquigráficas a palavra "arrogante", porque ele chamou o deputado Gil Diniz de arrogante. Isso é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Gil Diniz com a palavra. (Manifestação nas galerias.) Por favor, silêncio. Por favor. Deputado Gil Diniz, está preservado o seu tempo.

O SR. GIL DINIZ - PL - Presidente, talvez, e com toda a vênua aos deputados, a resposta, deputado Guto Zacarias, seja a resposta das urnas. Esses perderam a eleição agora, no pleito de 24, e seus aliados perderam também em suas cidades.

Ou esses deputados perderam a eleição, disputaram diretamente, porque, deputado André do Prado, presidente... (Manifestação nas galerias.) Não consigo, presidente... (Manifestação nas galerias.)

Isso é absurdo, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Gil, por favor, se atenha ao tema da PEC 09.

O SR. GIL DINIZ - PL - Estou me atendo à Educação. (Manifestação nas galerias.) Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Preservado o tempo de V. Exa., fique tranquilo. Por favor, silêncio. Silêncio. Pela última vez eu estou falando silêncio, peço com maior educação a todos vocês.

Você que está gritando também, silêncio, senão eu vou ser obrigado a pedir para retirar vocês da galeria, e não quero fazer e não vou fazer. Eu suspendo a sessão, encerro esta sessão e depois marco-a em outro dia.

Mas vocês vão ter que respeitar o orador na tribuna, é direito do deputado Gil Diniz. Por favor.

O SR. GIL DINIZ - PL - Presidente, gostaria de falar de cortes da Educação. Talvez muitos destes que estão aqui na galeria não tivessem nem nascido em 2001, quando a prefeita de São Paulo naquela época, Marta Suplicy, candidata à vice também na chapa de Guilherme Boulos, fez uma proposta, os mais velhos aqui devem saber, de um corte de 5% na Educação. Era 30%, deputado Nóbrega, na Educação municipal que teria que ser investido, e ela levou uma proposta de redução desse investimento.

Há uma matéria aqui da "Folha de S. Paulo", de 9 de outubro de 2001, me permitam ler breves parágrafos. "A prefeita de São Paulo, Marta Suplicy, foi vaiada ontem por um grupo de professores durante discurso que abria, evento promovido pela Secretaria Municipal da Educação. O protesto aconteceu uma semana depois de ela ter apresentado projeto para alterar a lei que obriga o município a gastar 30% de sua arrecadação com Educação".

A proposta dela, obviamente, era reduzir para 25 por cento. Já relatei desta tribuna aqui, houve um deputado, hoje no PSOL, então ele estava no PT, que votou contrariamente, deputado Telhada, a essa proposta da prefeita do Partido dos Trabalhadores. Esse deputado se chama Carlos Giannazi, do PSOL, e vejam só o que aconteceu com ele. "Folha de S. Paulo", 17 de abril de 2002: "PT expulsa vereador que votou contra Marta".

Ou seja, é de uma incoerência sem fim deputados do PT, do PSOL, subirem à tribuna para acusar os seus adversários políticos daquilo que eles são, daquilo que eles fazem quando estão na gestão pública.

Eu sei que a experiência desses gestores do Partido dos Trabalhadores é mínima, do PSOL, então, praticamente não existe, então é muito difícil. É difícil governar, eu sei disso, agora, quando estão à frente, deputado Major Mecca, do Executivo Municipal, eles fazem o corte, eles não aumentam salários.

Vejam aí no governo federal, uma greve, deputado Nóbrega, de professores, vejam o que eles fazem com os pares que ousam votar contra: expulsam do partido. Vejam o que eles fazem quando perdem aqui neste plenário: judicializam. (Manifestação nas galerias.)

Olha só a questão... Deputada Beth Sáhão se apresentou para as urnas em Catanduva, perdeu. Deputada Bebel se apresentou para as urnas em Piracicaba, perdeu. Ou seja, a proposta educacional do PSOL, do PT é rechaçada pela população onde eles disputam. (Manifestação nas galerias.)

A população não quer. Aí o que eles fazem? Eles têm que trazer aqui crianças, adolescentes de 12, 13 anos, para defender essa pauta, que, para eles, é uma pauta ideológica.

Presidente, esses deputados tinham que ter vergonha de ter os seus cabelos brancos, aqui, sendo defendidos por crianças. Tiraram criança de sala de aula. (Manifestação nas galerias.) Será que os pais dessas crianças aqui sabem que elas estão neste plenário neste momento? É simplesmente absurdo.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. GIL DINIZ - PL - Com a questão de ordem, Bebel.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - (Inaudível.) questão de ordem, Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - A questão de ordem é a seguinte: cadê a PEC 09? Cadê o conteúdo? (Manifestação nas galerias.) Que conteúdo o senhor tem? O senhor só sabe xingar...

O SR. GIL DINIZ - PL - Qual xingamento?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputada Professora Bebel, não pode ter debate aqui. (Vozes sobrepostas.)

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - ... apontou nomes.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Devolvo a palavra ao deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - PL - Vamos lá. Bebel, eu sou favorável à PEC 09. Eu vou votar favoravelmente, no momento oportuno. Assim como votei a maioria ou todas as medidas que o governador colocou aqui neste plenário. E lhe digo que voto tranquilamente. Por quê? Porque na eleição eu avisei os meus eleitores que assim o faria. E assim o faço, os representando.

O que eu disse aqui não tem ofensa nenhuma a ninguém. Falei fatos aqui. Não quis ofender nenhum deputado, nenhuma deputada. O governador tem a sua base política neste plenário, e nós temos a oposição.

Agora, preciso, deputado Marcolino, ser testemunha da verdade: nunca, pelo menos nesses seis anos em que eu estou aqui na Assembleia Legislativa, a oposição foi tão frágil assim a algum governador. É a realidade.

Quando falta voto para o Tarcísio, quem dá voto é o PT. Vocês já viram, deputados, acontecer isso. Se a situação não tem voto, o PT vota junto. Quer reclamar do quê? (Manifestação nas galerias.) Aí usam esses alunos aqui como massa de manobra para as suas pautas. (Manifestação nas galerias.)

Estão gritando alto, presidente, estão bem alimentados aqui na liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Por favor, silêncio.

O SR. GIL DINIZ - PL - Hoje o senhor autorizou o pão com mortadela a entrar aqui na Assembleia Legislativa, infelizmente. Por mim, ninguém aqui comeria absolutamente

nada, iam fazer jejum hoje, para aprender a gritar com fome, deputado Olim. Retorno aqui a falar sobre a PEC 09, novamente defendendo-a, me expondo aqui, falando para você, meu eleitor, você, paulista, você que me deu esse voto para te representar. Não é muito difícil saber como votar neste Parlamento aqui. Se o PSOL vota "sim", vote "não", que você vai acertar. Se o PT vota "não", vote "sim", que você vai acertar. Não é muito difícil dar o encaminhamento necessário aqui, deputado Lucas Bove. (Manifestação nas galerias.)

Agora, os 5% - que eles criaram a narrativa de destruição da Educação, de tirar da Educação - nada mais são do que flexibilizar o Orçamento para as questões, deputados, deputado Conte Lopes, da Saúde no estado.

Ou seja, Saúde não é prioridade? Para eles, aqui, nada é prioridade. Para o Partido dos Trabalhadores, nada é prioridade. Pauta da Educação aqui também, presidente, que a oposição aqui, essa oposição frágil perdeu, foi atropelada neste plenário: escolas cívico-militares, deputado Lucas Bove, aprovamos aqui.

Foi judicializado. Onde o PT governa, no Brasil, há escola cívico-militar. Onde tem PT, tem escola cívico-militar. Mas o que eles fazem, Srs. Deputados? Eles querem inviabilizar um governo que foi eleito na urna.

Pelo visto, essa oposição fraca, frágil, aqui, não só nos argumentos, mas nos votos também, querem reeleger o governador, ou querem eleger o governador em voos mais altos.

Porque não é possível! Na última vez, creio que foi na Sabesp, uma briga generalizada. Militantes aqui, presos por quebrar a galeria, por agredir policiais. Militantes político-partidários que servem de massa de manobra a esses senhores de cabelos brancos que, ao disputar suas eleições nos municípios, perderam, foram rechaçados nas urnas. O seu plano de governo para a Educação, falido.

Quem não viu uma fila gigantesca, aqui na porta de um dos sindicatos, aqui na Capital, com os professores querendo retirar a contribuição sindical? Uma fila gigante, centenas, milhares de professores não querendo contribuir com o sindicato. Porque estes não o representam. Porque estes dizem fazer "a", mas no final fazem "b", porque só pensam na disputa eleitoral, na disputa eleitoreira.

Chegamos agora à véspera de uma audiência pública, onde V. Exa. concedeu mais uma concessão que, a meu ver, é indevida, a estes. Ontem o deputado Reis disse nesta tribuna: nós já estamos discutindo há mais de um ano esta PEC nas comissões. O que tinha para ser discutido, já foi discutido. Já foi passado nas comissões.

Presidente, V. Exa., como democrata, trouxe para o plenário, sem sequer colocar um relator especial, sem atropelar o trâmite nas comissões. Mas não adianta, presidente. O que eles querem é usar essa energia juvenil, dessa meninada, para dizer que lutam, que brigam, que fizeram resistência. (Manifestação nas galerias.)

Mas eu digo, para esses estudantes....

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Por favor, mantenham o tempo do deputado Gil. Deputado Gil, está mantido o seu tempo.

O SR. GIL DINIZ - PL - Se faltar voto nessa PEC, o PT é capaz de votar novamente com o governador.

Se faltar voto nessa PEC, o PT e o PSOL votam junto com o governador. Porque é o que sempre fizeram quando o PSDB governava. E é o que fazem agora, no turno do governador Tarcísio. Eu aposto o meu salário que, se faltar voto para a PEC, o PT vota junto. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, com a palavra, deputado Rômulo Fernandes. Pela ordem, deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - PARA COMUNICAÇÃO - A comunicação que eu quero fazer é a seguinte. Eu quero dizer, deputado Gil.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Professora Bebel, um minutinho. Sem condições. Então ninguém está ouvindo o que a senhora está falando. Por favor!

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Pessoal, por favor. Sr. Presidente, eu quero dizer para o senhor o seguinte. Eu quero dizer para o senhor, deputado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Eles estão se divertindo, mas vai ter mais quatro horas de audiência. Calma, gasta toda a energia hoje não.

Professora Bebel com a palavra. (Voz fora do microfone.) Não é. A gente tem que falar, Professora Bebel, porque senão vai ficar difícil. Eu não quero fazer isso. Mas, infelizmente, eles têm que entender que palavra dada tem que ser cumprida. O que está acordado tem que ser cumprido.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - O meu tempo está correndo.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - E a aqui a gente não está brincando. Aqui é o maior parlamento estadual da América Latina, discutindo um tema importantíssimo, que é a Educação. Vocês são convidados a estarem aqui e têm que respeitar o orador.

O deputado Maurici colocou a importância da participação do jovem, estar ativo. Mas a primeira coisa é respeito, aprendam isso. Aprendam que têm que cumprir regras. Na casa de vocês, vocês devem ter regras a serem seguidas.

E aqui, como o deputado tem que seguir regra neste Parlamento, dentro deste plenário, quem está na galeria também tem que ter regras, porque senão não vai ter participação. É simples assim.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Obrigada, Sr. Presidente. Eu preciso, só que o senhor restabeleça o meu tempo, porque o senhor falou no meu tempo.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Está restabelecido, Sra. Bebel. Pode continuar.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Então, o que eu quero dizer, deputado, e aí quero, de uma forma até tranquila, porque eu não tenho problema de ganhar ou perder. Agora, bota seu nominho na urna e veja quantos votos você vai ter, para prefeito, e eu não tenho mala de dinheiro para comprar voto.

O SR. GIL DINIZ - PL - A senhora está me acusando? É acusação? A senhora está me acusando? Está insinuando alguma coisa?

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Não, não estou falando do senhor, o senhor está falando em quem ganhou e quem perdeu. Aqui, ganhou quem tinha poder econômico. Se não tem poder econômico, como certo partido tem, então perde a eleição.

Vai lá enfrentar o usineiro, vai lá enfrentar quem tem igreja na mão, e aí o senhor vê se ganha uma eleição. Eu fui mulher, a única mulher a disputar uma cadeira na Prefeitura, e tenho honra, honra. Me sinto honrada, deputado Gil. Eu não tenho vergonha. Me faltaram votos, é verdade, e isso é natural. Uma hora você ganha, outra hora você perde. Em uma luta e em uma disputa há um ganhador e um perdedor.

Eu fui perdedora, eu fui derrotada, e daí? Mas será que eu fui derrotada na vida? O senhor falou de um sindicato que tem fila, o senhor me mostre a fila. Me mostre a fila de pessoas que querem desfilial. Porque este é o maior sindicato da América Latina. Eu mostro para o senhor, tem 184 mil sócios, quase que a totalidade.

E eu estou aqui, não me derruba, não derruba a diretoria. Então faz o quê? Quer dizer que a base é burra, ela não sabe votar? Só vocês são sábios? O senhor disse que ia nas assembleias e me vaiar, e vaiava lá, e eu não me importava. Eu sou vaiada até hoje, e eu não me importo. Sabe por quê? Porque eu entendo que é democrático. Não é bom, mas basta ser democrático, faz parte do jogo.

Muito obrigada.

O SR. GIL DINIZ - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Gil Diniz. Os microfones de aparte (Inaudível.). Agora, eu não vou ficar abrindo os microfones de aparte para comunicação. Depois eu vou abrir para o deputado Emídio, que já tinha sido citado, depois finalizo, e depois com a palavra o deputado Rômulo.

O SR. GIL DINIZ - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, só para repudiar essa acusação, essa insinuação da deputada Bebel, de que deputados aqui são eleitos com mala de dinheiro.

Deputado, presidente André do Prado, a deputada Bebel, que é presidente de um sindicato, ela tem uma organização que pode ajudá-la, que trabalha para ela ser eleita aqui, teve menos votos do que eu para deputado, nas duas eleições tive mais votos que ela.

Nunca disputei um cargo Executivo, mas eu tenho certeza que não passaria a vergonha ou vexame que muitas candidaturas do PT e do PSOL tiveram aqui no estado de São Paulo, vide o candidato a prefeito na Capital paulistana.

Então, presidente, não aceito a insinuação da deputada Bebel. Por quê? Porque nós trabalhamos para estar aqui. O que nós gastamos, presidente, está no Portal da Transparência, e não foi o que o PT tem.

Eu e nenhum candidato da minha chapa aqui, do partido do PL jamais foram colocados em esquema de corrupção como o outro lado. Então, presidente, lavem a boca para falar deste deputado aqui, porque eu tenho honra, eu tenho voto, eu tenho pessoas que confiam no meu trabalho e no meu mandato.

Eu não sou pelego de sindicato, de correios ou de professor, que é bate-pau, que traz criança para fazer baderna em Plenário aqui. É, no mínimo, irresponsabilidade o que a deputada Bebel fez aqui neste momento, presidente. Mas o que esperar de um partido que se saiu derrotado onde disputou as suas eleições, presidente?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Última comunicação, deputado Emídio, e já aviso de antemão que, sendo nesse nível, eu não vou mais dar comunicação para as Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Última comunicação, deputado Emídio.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Presidente, eu pedi a comunicação porque o deputado Gil Diniz me negou o aparte e falou que eu não entendia, que ele queria saber o que foi feito na Educação de Osasco. Eu te digo, deputado. Se tiver paciência para ouvir, é bom o senhor ouvir.

É bom o senhor ouvir que foi sob a minha gestão que Osasco construiu 18 novas escolas, dois CEUs, o primeiro plano de carreira de professores na nossa cidade, que deu formação de nível superior em Pedagogia na mudança de Educação. Deputado Gil, por favor. É um provocador, presidente. É um provocador.

Eu dizia o seguinte: então a primeira coisa é essa. A segunda é o seguinte: eu aceito o desafio e a aposta que você fez. Se tiver um voto, o meu salário contra o seu, como V. Exa. falou aqui. Eu aceito a disputa se algum deputado do PT votar a favor da PEC. Você não está com a palavra.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Gil. Corta o microfone de aparte.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - E a terceira coisa que eu quero dizer a você é o seguinte: aqui deputado Alex Madureira foi candidato a prefeito de Piracicaba, perdeu. Não foi o PT só. O deputado Atila Jacomussi foi candidato a prefeito de São José dos Campos, perdeu.

O deputado Dr. Elton foi candidato, perdeu. O deputado Itamar Borges foi candidato, perdeu. O deputado Valdomiro Lopes foi candidato a prefeito, perdeu. Muitos outros. Deputado, meu amigo, Nóbrega foi candidato a vice-prefeito em Taboão, perdeu. Eu pergunto a V. Exa. o seguinte: isso tira a dignidade de algum deputado, perder a eleição? Quem aqui nunca perdeu? Quem aqui nunca perdeu eleição? Você está fugindo da discussão porque você não tem explicação e quer convencer as pessoas de que 30% é igual a 25 por cento.

Você quer dizer que isso não tem diferença nenhuma. Você quer fazer, mexer com a matemática, você vai ganhar um Prêmio Nobel de Matemática, ou de Física, ou de qualquer coisa, se provar que 30% é igual a 25%, porque é impressionante.

Aqui não há respeito. Vossa Excelência cobra respeito? Não há respeito. E a Bebel tem razão. A compra de votos nessa eleição foi de cima embaixo. Sabe, em tudo quanto é cidade. Tudo quanto é cidade.

E aqui, os projetos de lei são votados sabe como? Ou a aprovação da privatização da Sabesp não foi 20 milhões em emendas para cada deputado que votou a favor? Foi ou não foi, deputado? Então, vamos parar com a hipocrisia, vamos parar de encontrar culpado nos outros quando a culpa está em quem não tem responsabilidade com a Educação.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com a palavra o deputado Rômulo. Não darei mais comunicação, porque nós temos um tema importantíssimo a ser debatido, que é a PEC n.º 9. Com a palavra do deputado Rômulo.

O SR. RÔMULO FERNANDES - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Obrigada, presidente. Boa noite a todos os deputados. Queria primeiro cumprimentar a galeria, que bravamente tem lutado, e principalmente as pessoas de Mauá, que eu sei que estão aqui.

Eu queria dizer uma coisa para vocês: o outro deputado não está aqui, eu quero ver ele se posicionar sobre esse projeto. Eu quero que ele se posicione aqui na tribuna sobre qual posição que ele vai tomar, porque nós, do Partido dos Trabalhadores, temos uma posição simples: somos contra. Simples assim.

Eu queria fazer um elogio a duas pessoas. Primeiro pelo presidente, que teve a sensibilidade de entender a questão da audiência pública, mas também tenho que elogiar, porque se vocês não tivessem vindo ontem aqui, a gente não teria ganhado essa possibilidade da audiência pública. Então, uma salva de palmas pra vocês, guerreiros dessa pauta. (Palmas.) E vou dizer mais uma coisinha.

Tem um deputado federal chamado Luiz Eduardo Greenhalgh, talvez algumas pessoas aqui conheçam. Ele dizia uma frase que a gente nunca pode esquecer. Ele dizia o seguinte, que a luta faz a lei. A luta faz a lei.

É o que vocês estão fazendo aqui. E todos nós, com senso de responsabilidade, estamos fazendo. Por isso, parabenizar a conquista que foi de vocês aqui, e teve a sensibilidade do nosso presidente, que acatou isso.

Eu queria começar dizendo o seguinte. Ontem, a minha querida amiga Beth Sahnê falou uma coisa aqui, Beth, me desculpe, eu vou começar pelo seu raciocínio. E ela falou assim, que ela não acreditava que o governador tivesse a capacidade ou a insensibilidade de mandar um projeto tão absurdo quanto esse. Eu fiquei pensando muito nisso - viu, Beth? -, muito, e eu fiquei pensando, aí eu como raciocínio comecei a lembrar.

Eu vou mais além, ele teve a insensibilidade de colocar a anistia das máscaras, logo no começo do mandato. Vocês lembram disso? Ele teve a insensibilidade da questão das terras devolutas, dando 90% de desconto; foi insensível.

Ele teve a capacidade de fazer a privatização da Sabesp, uma empresa com mais de 50 anos, com três bilhões de lucro, e vocês estavam aqui nessa luta. A gente pode não ter conseguido, mas ninguém duvida que a gente nunca vai desistir do que é justo. Nós sempre vamos estar aqui, e vocês também.

Então esta parceria é fundamental para a sociedade andar. Ele teve essa insensibilidade e continua tendo essa insensibilidade. Olha a PPP das escolas que a gente está tentando barrar, a Bebel, que tem lutado, que é uma incansável com relação a isso.

E eu ouvi algumas frases, gente, eu fico impressionado com algumas falas aqui. Eu vou repetir algumas frases que a situação disse ontem. Eu anotei, chego a não acreditar. Eu escutei o seguinte: "A educação é transformadora". Não tire dez bilhões da Educação.

Se essa frase é verdadeira, retire. Não é verdade isso, gente, da situação dizendo essa frase. Aí eu ouvi outra frase: "A educação é um sonho". Não tire dez bilhões da Educação; é simples assim.

"A Educação é uma esperança". Não tire dez bilhões da Educação. Aí a última que eu vi ontem, eu achei impressionante: "A educação é a possibilidade de uma vida melhor". Não tire dez bilhões da Educação, é simples assim.

É simples assim. Eu fico danado, porque tem algumas pessoas aqui que acham que não são Deus, não é? São professores de Deus, é diferente. Vêm com uma arrogância aqui que é impressionante.

E tem algumas coisas, os nossos questionamentos são de duas formas aqui. Primeiro, a constitucionalidade desse projeto. E aí alguém já leu aqui, mas é sempre bom ler.

O que a Constituição fala? Artigo 235: "O Estado aplicará anualmente na manutenção e no desenvolvimento do ensino público, no mínimo, 30% da receita resultante de impostos, incluindo recursos provenientes de transferência". Essa é a parte constitucional. Mas eu queria trazer esse debate para a vida real.

O que vocês sentem? Que é a questão do mérito. Por favor, eu queria que as pessoas colocassem ali uma foto. É isso aqui que eu estou falando. É disso aqui que eu estou falando. Eles estão tirando dez bilhões. É disso que eu estou falando.

Passa outra foto, por favor. É disso que eu estou falando. Tem gente que precisa ir às escolas estaduais e ver o que está acontecendo. E eles estão tirando dez bilhões do Orçamento. Parece que é outro planeta. A vida real é assim.

Eu não estou entrando no mérito da metodologia, Bebel, do currículo, da alteração. Muda a foto, por favor. Muda a outra, por favor. Eu estou falando de uma porta de um banheiro. De uma porta de um banheiro. Eu estou trazendo a discussão para a vida real, para o que nós sentimos, que eu acho que tem muita gente que não conhece.

Não é possível. Eu vi. Esta semana teve as votações nas escolas municipais, nas escolas estaduais e eu fui votar. A escola onde eu voto... eu estava conversando com a diretora, e ela falou assim: "a gente está revezando um pouco aqui, porque as portas do meu banheiro, elas não têm nem do masculino, nem do feminino.

Então eu tenho que colocar uma pessoa na porta para poder ter uma certa privacidade". Ou estou mentindo? É disso que eu estou falando. É da vida real, a vida como ela é.

E o governador está cortando 10 bilhões do orçamento. Aí eu vou fazer um pedido a todos os deputados aqui, porque a rigor, a rigor gente, quem vota não é o governador. Quem vota somos nós.

Todos nós votamos. E o voto do Barba vale um voto, como vale o meu, como vale de toda a situação aqui. Eu estou pedindo, nós estamos pedindo, não deixem esse absurdo acontecer no estado de São Paulo.

Outro dia eu ouvi o governador dizendo da Enel. No dia da audiência pública aqui, eu lembro da Enel, a luz acabou. Vai acontecer a mesma coisa com a Sabesp, e o governador vai falar, ah, vamos agora tirar essa possibilidade dessa concessão. Nós podemos mudar isso agora. O voto de todos aqui vale um voto.

A bancada do PT, a bancada do PSOL, a bancada de oposição vai votar contra. Eu estou pedindo aqui sensibilidade política para esse sujeito que vai na escola e não tem a porta do banheiro. Não retirem 10 bilhões do orçamento.

E vou mais além. Tem um parecer, algumas pessoas falaram aqui, um parecer do Núcleo de Infância e da Juventude sobre a Proposta de Emenda Constitucional nº 09, da Defensoria Pública. É um documento tá gente? É um documento.

Aliás, esses dados, essas fotos que eu peguei, são do Tribunal de Contas, tá? Não inventei não. Isso é o Tribunal de Contas que aparece. E o parecer da Defensoria Pública, eu queria ler algumas partes aqui, que eu acho que vale a pena. Que ele dá um parecer contra isso.

O parecer diz o seguinte: "trata-se de um parecer que visa analisar a PEC que altera o art. 255 da Constituição Estadual, reduzindo-o de 30 para 25% da aplicação mínima das receitas resultantes do imposto". E aí vai.

Eu vou ler alguns trechos pra vocês terem uma noção do que a Defensoria Pública fala no parecer. Ele diz: "e para além dos novos desafios que se evidenciam em 2023, há de se considerar que o orçamento da Educação de São Paulo não foi suficiente, mesmo com a reserva de 30% da receita anual". Já teve um deputado que falou isso aqui. Isso tá no relatório da Defensoria Pública.

Aí a gente vai um pouquinho mais adiante, se não, não vai dar tempo. Ele diz o seguinte. Especificamente sobre a Educação, o Comitê da ONU para os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais explica no comentário geral a obrigação de garantir da forma mais rápida e eficaz sua plena implantação, devendo ser considerado, abre aspas, "impossível a adoção de medidas regressivas".

Aqui me parece que a Márcia Lia tocou nesse assunto. Vou repetir, impossível a adoção de medidas regressivas. É andar pra trás, não dá pra gente admitir isso.

Mais um trechinho: "desta forma, a redução do financiamento da Educação, por parte do Estado de São Paulo, especialmente sem qualquer estudo sério sobre os impactos da medida na qualidade de ensino, e sem apresentar análise sobre a inviabilidade de outras medidas, como a diminuição do orçamento". E ontem aqui, todos nós falamos, 62 bilhões de isenção.

Será que tem tanta insensibilidade do governador e dos deputados pra permitir esse absurdo de 10 bilhões do corte? Não dá pra gente admitir um negócio desse. Eu fico imaginando que a consciência vai doer demais.

Porque a do governador eu acho que...eu não tenho esperança mais. Eu tenho esperança da capacidade dos deputados de terem essa sensibilidade e não deixarem isso acontecer.

- Assuma a Presidência o Sr. Gilmaci Santos.

Durante um ano, a gente discutiu esse projeto aqui. Eu queria fazer uma referência a três companheiros, além de todos que ajudaram, mas três companheiros: primeiro, a Bebel, que é uma lutadora da Educação, que comandou todos os nossos trabalhos; o nosso querido companheiro Reis, que não está aqui, mas está na Casa, que incansavelmente suportou e leu pausadamente - vocês acompanharam todos os nossos relatórios -; ao nosso companheiro Dr. Jorge e a mim que coube isso.

No final, eu não consegui ler o relatório, o meu, mas eu queria ler o final dele aqui. Ainda me restam dois minutos. Vou tentar ler dois itens aqui do meu parecer que a gente não conseguiu ler.

Era o seguinte: "A diminuição dos recursos públicos destinados à Educação representa uma violação ao princípio da proibição do retrocesso social, do princípio da dignidade da pessoa humana, dignidade essa inscrita na Constituição, assim como a garantia dos direitos sociais, tal qual a Educação, sendo, portanto, inconstitucional".

Para finalizar, gente, eu queria fazer um apelo aqui aos deputados. Não deixem essa barbaridade acontecer. São dez bilhões que a gente está cortando da Educação. Se é verdade que a Educação é transformadora, se é verdade que a Educação possibilita um sonho, se é verdade que a Educação é a possibilidade de uma vida melhor, não cabe esse absurdo de a gente aprovar aqui essa PEC 09.

Por isso, eu queria deixar muito clara a posição minha e do Partido dos Trabalhadores e de toda a oposição: não! Contra a PEC 09. (Manifestação nas galerias.)

O SR. PAULO FIORILO - PT - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Ok. Antes, só chamar o próximo orador inscrito. Para falar contra, o nobre deputado Luiz Claudio Marcolino. Questão de ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente, rapidamente aqui, requeiro, nos termos do Art. 164, inciso VII, do Regimento Interno, a seguinte informação quanto à Ordem do Dia nesta sessão extraordinária convocada especificamente para debater a PEC 09, de 2023.

Inicialmente, deve ser registrado que o Art. 164, caput, determina que o presente requerimento de informação deverá ser despachado imediatamente por Vossa Excelência. Foi observado que houve a vedação de que alguns visitantes adentrassem ao Palácio 9 de Julho com objetos de uso pessoal, dentre os quais é possível mencionar guarda-chuvas, objeto de uso corrente e bastante necessário em dias chuvosos como hoje.

Considerando, além da frequência com que se utiliza esse tipo de objeto, que já há procedimentos específicos para recolher objetos em áreas especiais, como a galeria no plenário, não se conhecem os fundamentos ou justificativas específicas para uma orientação específica quanto a esse tema.

Assim, à vista dos elementos mencionados acima, solicito informar se essa Presidência determinou a adoção de procedimentos específicos em relação a esse tipo de objeto de uso pessoal.

Muito obrigado, presidente.

Não vou protocolar, porque esse é um requerimento verbal que precisa ser despachado imediatamente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Nobre deputado, nós devolvemos a palavra ao orador inscrito e vamos nos informar sobre o assunto. Ainda hoje o presidente vai responder a Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Você quer aguardar? Eu fico aguardando ali.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Não, não, para V. Exa. o tempo está contando já. O tempo está contando para Vossa Excelência.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite a todos, boa noite a todas. Queria, nobre deputado Rômulo, iniciar a minha fala a partir da finalização de todo o trabalho que você, que a deputada Bebel, que o deputado Reis e que o deputado Jorge do Carmo fizeram na CCJ.

Ali foi um ano praticamente incansável para tentar construir uma saída, ou, pelo menos, tentar alertar o governador para o grande erro que ele está cometendo ao encaminhar um projeto a esta Casa que retira dinheiro da Educação.

Se o problema do governador do estado de São Paulo é um problema orçamentário, problema de recursos, nobre deputada Ediane... Nós estamos falando do Orçamento para 2025, de 370 bilhões de reais - trezentos e setenta bilhões de reais é o Orçamento do estado de São Paulo para o ano de 2025 -, e nós estamos falando agora nessa PEC 09, de um montante de dez bilhões de reais.

Então o problema que nós avaliamos não é um problema financeiro, é um problema ideológico. Não é um problema financeiro, porque se fosse um problema financeiro de 370 bilhões de reais era muito fácil encontrar dez bilhões de reais no orçamento para fazer um investimento na Saúde, como os deputados da base, de situação, acabam colocando.

O SR. PAULO FIORILO - PT - O deputado Luiz Claudio Marcolino traz informações importantes. Infelizmente, eu não vejo a base do Governo aqui, então solicito uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Vamos, então, realizar a verificação de presença. Convido aqui o deputado Carlos Cezar e o deputado Lucas Bove, que está aqui pronto para servir, como sempre.

- Verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Constatado o quórum regimental, desenvolvemos a palavra aqui ao nobre deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Então, dando continuidade, Sr. Presidente, em relação à questão do recurso. O mesmo processo que, no ano passado, quando nós começamos a debater aqui o projeto da Segurança Pública no estado de São Paulo, o governador apresentou um projeto de cinco bilhões de reais, de impacto anual.

Só que mandou um projeto sem conversar com a Polícia Militar, sem conversar com a Polícia Civil, sem conversar com a Polícia Penal. E nós tivemos que, depois, ir trabalhando nesta Casa para fazer uma melhoria no projeto ora apresentado.

E esse projeto tem o mesmo formato que o projeto que o Tarcísio mandou no ano passado; ele não respeita este Parlamento. Simplesmente define um projeto de lei, encaminha para a Assembleia Legislativa e obriga sua base de sustentação a defender o projeto ora apresentado. E muitas vezes, muitos deputados são contrários aos projetos apresentados pelo governador, mas acabam indo lá e cumprindo a decisão.

O que será importante, nobre deputada Beth Sáhão? Vossa Excelência foi candidata a prefeita agora, nessa última eleição. E esse debate que nós estamos fazendo aqui, durante esses dois anos de mandato, que completa em março do ano que vem, demonstra qual tem sido a linha de atuação do governador Tarcísio.

Nós temos quem vota a favor e temos quem vota contra. E com certeza, ao longo desses próximos dois anos, mais gente da sociedade civil começa a acompanhar o debate na Assembleia Legislativa.

Antigamente, esta Casa aqui era uma Casa que era feita de escândalos, não era feita de debates. E o debate que está sendo feito desde 2023 é um debate ideológico, e está ficando carimbado, projeto por projeto, quem vota a favor e quem vota contra. Quem vota a favor e quem vota contra.

Então esse debate não some mais, como sumia em anos anteriores, em décadas anteriores. Esse projeto, seja na cidade, seja na região, seja no segmento em que cada deputado e deputada, hoje, atua, está ficando registrado. E o tempo é o senhor da razão.

Eu quero trazer aqui alguns elementos, porque ontem foi dito muito aqui em relação aos 65 bilhões, e agora os 72 bilhões da desoneração tributária.

E aqui nós temos, nobre deputado Rômulo, o levantamento do próprio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em que ele faz aqui uma relação em relação a esses 72 bilhões para 2025, que o governador podia estar retirando esses dez bilhões do debate da Saúde e da Educação, para não ter que mexer, não apresentar essa PEC.

Porque nós ouvimos todos os candidatos a prefeitos no estado de São Paulo, e a maioria dos candidatos a vereadores, falando que a Educação era prioridade e falando que a Educação era prioridade. Saúde era prioridade, Educação era prioridade durante toda a campanha eleitoral de 2024.

Acabou a eleição, primeira coisa que o governador Tarcísio encaminha para a Assembleia Legislativa, para aprovação de forma urgente, é tirar recursos da Educação do estado de São Paulo. E na sequência coloca para vender, ou para começar o processo de privatização das escolas estaduais no estado de São Paulo.

Então quando nós falamos que os deputados, os prefeitos, os vereadores vão na cidade para defender a Saúde e a Educação, teriam que estar defendendo neste momento agora, também, não retirar recurso da Educação, mas aumentar no Orçamento do estado de São Paulo, que é de 370 bilhões de reais, mais recursos para a Saúde e mais recursos para a Educação. Esse deveria ser o papel que os deputados deveriam estar debatendo neste momento.

E olha o que tribunal fala. Ele fala que já tentou, em alguns momentos, os prefeitos utilizarem para a merenda escolar, pelo percentual de 25% ou de 30% do Orçamento. Isso aí já está pacificado, está fora.

O Tribunal de Contas coloca que o Governo do Estado de São Paulo está usando o Art. 60 da LDO para tentar sustentar a validade desses 72 bilhões que ele vai passar para os empresários durante o ano de 2025.

Olha o que o tribunal fala: "Uma vez mais, mostra-se impróprio dispor, em sede de parecer, sobre a legalidade de tais atos. A tarefa peculiar de julgador incumbe, no caso, à Assembleia Legislativa".

Olha o que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo fala. Quem tem o poder de aprovar ou não uma isenção tributária do estado de São Paulo é a Assembleia Legislativa. E não o governador, como ele está fazendo.

Então, ano passado, nas contas do governador, o tribunal fez vários apontamentos. Nesse ano, o tribunal continua fazendo o mesmo debate do ano passado em relação... como foi dito ontem, na Assembleia Legislativa, não tem transparência.

Hoje, esses 72 bilhões, que nós vamos deixar de arrecadar no estado de São Paulo, que vão para a mão o setor empresarial do estado de São Paulo, nós não sabemos quem são

as empresas que são beneficiadas.

O próprio tribunal fala que quem deveria avaliar, está no último ponto aqui, é a Assembleia Legislativa. Hoje o Parlamento estadual abre mão de fazer o debate sobre 72 bilhões do Orçamento de 370 bilhões. Queria que passasse a próxima.

Aqui são os valores. O ano passado, foi de 64,7 bilhões. Para o ano que vem será de 72,9 bilhões de reais que o Governo do Estado de São Paulo vai abrir mão do ICMS, vai abrir mão do IPVA, vai abrir mão de receitas do estado de São Paulo, que poderia ter investimento na Educação, investimento na Saúde, na mobilidade, na Segurança Pública, na Cultura.

E o governador simplesmente vai liberar 72 bilhões de reais para o setor produtivo do estado de São Paulo. Aí nós levantamos, nessa última transparência, porque... qual é a diferença da isenção tributária do Governo do Estado de São Paulo, para o governo federal?

No governo federal, nós sabemos; e é transparente, empresa por empresa, estado por estado, quanto ele tem de isenção tributária. Aqui no estado de São Paulo, o que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo levantou?

É o setor de comércio e atacado, fabricação de produtos, alimentos e fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e óticos. Depois tem setor de comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, de agricultura, pecuária, e serviços relacionados.

Só que, nesses setores, que são beneficiados pelo Governo do Estado de São Paulo, nós não sabemos quais são as empresas. Completamente diferente do que é o governo federal.

O que o Tribunal de Contas aponta - apontou o ano passado, apontou em 2022 e está apontando esse ano? Indica que o governador tem que tirar essa questão da transparência, e passar, para a Assembleia Legislativa, a avaliação de quais setores têm o direito a essa isenção tributária ou não.

Pode seguir mais uma. Aqui continua os demais pontos também. Mas eu queria entrar agora... Pode passar. Nesses itens aqui. Aqui é o pulo do gato, porque o governador do Estado de São Paulo, pela PEC que ele apresenta aqui na Assembleia Legislativa, fala que vai retirar dinheiro da Educação para colocar na Saúde.

Eu trouxe para vocês um dado, um elemento. Esse é o balanço das despesas operacionais dos hospitais do estado de São Paulo. E é recente, segundo trimestre de 2024. Um dos itens fala em relação às OSSs no estado de São Paulo.

Porque, hoje, o que o governador do Estado de São Paulo tem feito? Ele tem tirado dinheiro do Orçamento e tem repassado recursos do Orçamento para a OSSs do estado de São Paulo, para hospitais e para AMEs.

Então eu trouxe aqui algumas cidades. Eu vou pegar o Alto Tietê. Entra para o oeste do Alto Tietê, 19 bilhões de reais no trimestre. Para o hospital aqui da cidade de Sorocaba, 56 milhões de reais no primeiro trimestre. Para o hospital Emílio Ribas, na Baixada Santista - os deputados aqui da Baixada Santista - seis milhões e 100 mil reais.

Para Guarulhos - os deputados são de Guarulhos - 58 milhões de reais. Para Itanhaém, 32 milhões de reais. Itaquaquecetuba, 46 milhões de reais. Para Jundiá, 21 milhões de reais. Para o litoral norte, 47 milhões de reais. Para a região de Presidente Prudente, 59 milhões de reais. Para Santo André, 74 milhões de reais. São José dos Campos, 31 milhões de reais. Sorocaba, 36 milhões de reais.

Esses valores são só para um trimestre. Um trimestre. E todos nós ouvimos, durante essa campanha eleitoral, falando que a Saúde está em frangalhos. Todo mundo com dificuldade para ser atendido nessas OSSs do estado de São Paulo.

As OSSs teriam que gastar, com esse recurso que eu acabei de ler, cidade por cidade, até 80% desse valor com servidor CLT em cada uma dessas cidades. E a gente olha para essas cidades, 80% OSS. Poderia gastar com médico, com enfermeiro, com atendente em cada cidade.

No Alto Tietê, gasta 42%, metade do que poderia. Na cidade, aqui na Baixada Santista, 68%; em Guarulhos, 46%; em Itanhaém, 40%; em Jundiá, 29%, menos de 30%; no litoral norte, 30%; na cidade de Sorocaba, 44%; São José dos Campos, 39 por cento.

Pode passar a próxima. Isto são os hospitais. Esse outro aqui, que eu tenho em mãos, são as AMEs. Na AME de Atibaia, apenas 30%; na AME de Campinas, apenas 27%; na AME de Franca, apenas 26%; na AME de Mauá, apenas 45%; na AME de Ribeirão Preto, apenas 25 por cento.

Então ontem nós falamos muito aqui da questão da gestão da Saúde. Esse dinheiro está saindo dos cofres públicos estaduais, está indo para as AMEs, está indo para os hospitais que são OSSs hoje no estado de São Paulo, e o governador quer tirar dez bilhões da Educação, para falar que vai colocar na Saúde. É para cá, nobre deputada Mônica, que o governador vai continuar drenando o recurso da Saúde do estado de São Paulo.

Eu não podia terminar, nobre deputado Barros Munhoz. Ontem V. Exa. comentou da questão de que o PT está acabando no estado de São Paulo. No primeiro turno das eleições - nós temos o levantamento - o PT teve 1.667.000 votos, Federação PT/PCDoB, enquanto o PSDB teve apenas 624 mil votos no estado de São Paulo como um todo.

O PT tinha apenas quatro prefeituras em 2020. Nós elegemos 18 deputados estaduais. Nós tínhamos apenas quatro prefeitos no estado de São Paulo, e tivemos 1.667.000 votos no estado de São Paulo.

Então, isso demonstra que o PT não está acabando. O partido que mais cresceu no estado de São Paulo nesse último período foi o PSD do Kassab. E olha o agraciamento que o governador do estado de São Paulo fez agora para o Kassab. No Orçamento que nós vamos discutir nos próximos dias, sai um Orçamento de 328 milhões para a Secretaria do Kassab, para...

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Para conclusão, deputado.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Sai de 328 milhões, para 2,2 bilhões. É o Orçamento que o Kassab, que o PSD vai ter para 2025. Um crescimento de 577 por cento. Esse dinheiro poderia ser simples para garantir mais recursos para a Educação e mais recursos para a Saúde, e está indo 2,2 bilhões para a Secretaria do Kassab, que foi o partido que mais cresceu no estado de São Paulo, e esse é o presente que o governador Tarcísio está passando para o Kassab agora.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Vamos chamar para fazer uso da palavra a nobre deputada Monica Seixas do Movimento Pretas, para falar contra.

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Olá, boa noite. Hoje eu quero começar me solidarizando às famílias de crianças, sobretudo bebês, estudantes de duas creches, uma em Barueri, outra em Osasco, que estão, neste momento, debaixo d'água, e que tem imagens na internet de bebês chorando e professores correndo, desesperados, para socorrer essas crianças das chuvas que caíram hoje à tarde. Isso para começar a falar da grave situação da Educação no estado, que enfrenta, além dos problemas ordinários, um problema extraordinário, que é a crise climática.

Depois eu quero saudar os estudantes que estão aqui lutando, incansavelmente, para dizer o óbvio. Eu não conto muito essa história aqui, mas eu nasci na zona rural, quer dizer, eu nasci em Itaquaquecetuba, mas minha família vivia na zona rural de Itu; lá que eu criei a minha identidade e me formei como filha de pequenos agricultores rurais que não viviam da mandioca e da alface que plantavam, tampouco do dinheiro da venda, porque é pouquinho.

A miséria é a fome fazem com que você não saiba que você é sujeito, não se reconheça como gente. Uma criança miserável tem vergonha de existir, porque ela sente o olhar de repulsa das pessoas. Eu só fui compreender que eu era gente quando, aos 13 anos, na escola onde eu estudava, o movimento estudantil quis pautar a cor do uniforme.

Pode parecer pequeno, mas dizer que cor de uniforme a gente queria para a escola fez eu entender que eu era gente, que eu era uma pessoa, que eu podia exercer os meus direitos democráticos, que eu era tão cidadã quanto qualquer outra pessoa, apesar da minha miséria.

E eu fui da Upes. Eu fui organizada no movimento estudantil, fui organizada no movimento de juventude, até deixar de ser jovem, e estou aqui hoje. Hoje a gente está falando de uma peça-chave, daquela que vai dividir a história deste estado: se a gente terá um estado preparado para o futuro, mas se a gente terá pessoas preparadas para o futuro. A educação é emancipadora e pode mudar vidas.

Hoje o estado de São Paulo está roubando o futuro do jovem preto periférico. Tarcísio é ladrão de futuro. Fiquei escutando aqui muita filosofia acerca do que se trata a PEC, de alteração da Constituição, que flexibiliza o Orçamento da Educação. Falei ontem o que eu vou repetir.

Até parece que a gente não tem a materialidade do Orçamento sobre nossas mesas. Até parece que vocês não viram tanto quanto eu o quanto ele reservou para a Educação e para a Saúde.

Não estamos falando de projeção: há uma materialidade, uma carta de intenções, o Orçamento. Há outra materialidade: a situação da própria Educação e da Saúde. Infelizmente, o Tomé não está aqui, eu queria que ele estivesse, espero que ele esteja me assistindo do gabinete, gostaria.

Ele convidou os estudantes a visitarem o gabinete dele, para ele explicar os números. Eu gostaria de convidar o Tomé a visitar comigo as escolas para ele conhecer a realidade.

Infelizmente, nos últimos anos a Secretaria de Educação baixou uma portaria, pela qual deputado não pode entrar na escola, porque o MBL, que também não conhece a realidade, estava lá falando de baixarias, tipo banheiro unissex enquanto a gente está lutando para ter banheiro nas escolas, mas eu tenho certeza de que como parte do governo estadual, se ele pedir ao Tarcísio, o Tarcísio não vai negar que a gente exerça a nossa função de conhecer a realidade das escolas públicas estaduais.

Um estado que ainda tem creche, um estado que ainda tem Educação Fundamental, um estado que tem ensino técnico, um estado que tem universidades e um estado que ainda tem um pouquinho, mas está quase encerrando, infelizmente, EJA. Toda essa diversidade em prédios caindo aos pedaços.

Aí o Tomé vai me dizer: "O governador do Estado modernizou o currículo". Desafio o Tomé a vir aqui ou ir em alguma escola comigo e mostrar algum professor de robótica. Me mostra. Se ele não sabe, os nomes esquizofrênicos que estão no currículo dos estudantes da rede estadual não receberam professores. Se ele não sabe, o Estado não contratou professores especialistas, nem os professores ordinários.

Aí a gente tem professor de Português dando aula de Robótica, a gente tem professor de Matemática dando aula de Yoga. A gente tem cursos e clubes dos estudantes em centenas de aulas vagas na escola de período integral.

A gente não tem talher, a gente não tem merenda, a gente não tem bebedouro, a gente não tem torneira, a gente não tem privada, a gente não tem papel higiênico nas escolas. Tarcísio, defensor da Educação, começou a sua relação com a Educação aplicando 76 milhões na empresa que o seu secretário foi sócio.

Foi um escândalo, parece que os senhores se esqueceram. Naquela época, eu não vi ninguém reclamar que não tinha dinheiro. E a plataforma das escolas é excludente. O Tomé, de novo, veio aqui: "Tinham salas de aula que tinham 12 estudantes".

Ele desconhece uma lei estadual do meu colega, Carlos Giannazi, que prevê que as salas que têm pessoas com deficiência têm que ter 20 estudantes por sala de aula, mas a gente tem PCD estudando em salas com 42, 45 estudantes sem professores especialistas, aliados do seu direito à alfabetização, escanteados e esquecidos em fundos de sala. Crianças neurodivergentes, e o Gil Diniz fez uma piadinha aqui. Há estudantes neurodivergentes com dificuldade de entender o conteúdo, porque as telas são incompatíveis com o método apropriado para incluir neurodivergentes na Educação.

Agora eu quero falar do Orçamento e do dinheiro reservado pelo Tarcísio para o ano que vem e o significado dessa PEC. Vou pedir os slides, por favor, técnica. Bom, vai representar proporcionalmente ao valor da arrecadação para o próximo exercício de 2025, menos 11 bi investidos na Educação.

A gente está falando de um recurso superior a todo o orçamento da USP. Aí de novo para o Tomé. Tomé, eu com o Prouni fui à universidade. Brinco um pouquinho de números, sei, mas, Tomé, o senhor disse que o valor das universidades está garantido porque é uma porcentagem do ICMS. Preciso te dizer que a arrecadação de ICMS no estado de São Paulo vai bater recordes de benefícios ano que vem.

O Governo do Estado vai deixar de receber e pode comprometer, sim, o recurso das universidades. Próximo. O texto trata a Educação de forma generalista. O que é para o Tarcísio mesmo, porque ele acha que a administradora de cemitério e de rodovia pode administrar a Educação. Mas a gente precisa dizer aqui qual é o tamanho da responsabilidade de formar pessoas. Próximo.

Entrando no Orçamento, é preciso dizer que na Educação Especial há cortes. Ele sequer cita EJA, educação indígena, quilombolas, ribeirinhas.

Tomé, de novo. Tomé, vamos nas escolas comigo? Vamos dar uma visitada na rede da educação do Estado? O governador está fechando as EJAs, todas elas. Está acabando a educação de jovens e adultos, portanto ela não está nem citada no Orçamento. Não há recurso para a educação de jovens e adultos no orçamento do ano que vem, que a gente vai votar na próxima peça. Vai, a próxima por favor.

Ah, mas se cortar os 11, vai para a Saúde? Eu vou começar a responder. Bom, vou dizer onde é que cresce. Sabe no começo do ano, quando vocês ficaram me enchendo os pacovás, dizendo que tinha que aumentar as custas judiciais para diminuir o dinheiro que o Estado tinha que dar para a Justiça? Olha o TJ lá, com 1,7 bi a mais.

Vocês aumentaram o valor que mulher tem que pagar para a Justiça para processar os seus agressores e vão repassar mais para o TJ. Olha, dos 11, 1,7 bi indo para o TJ. Ainda vem com fervor aqui garantir que sabem o que estão falando sobre o governo Tarcísio.

Meio Ambiente e Infraestrutura. Eu risquei Meio Ambiente porque a pasta chama Meio Ambiente e Infraestrutura, mas se você for olhar o orçamento, não tem recurso para combate a incêndio, não tem recurso para combate a alagamento, não tem o Meio Ambiente, não tem preservação ambiental. Só tem infraestrutura, mais 3 bi. Vai para lá.

A secretaria do orçamento secreto, opa, desculpa, de Governo, a Secretaria de Governo, ela cresce 570% e vai abocanhar ali, olha, mais 2 bi. Está no orçamento. Vocês leram o orçamento? A gente vai votar. Está no orçamento. Próxima.

Ah, sabe a nova secretaria, a que está vendendo o patrimônio do estado de São Paulo a preço de banana? Sabe? Não dá uma dentro. Não tem nenhuma venda que o estado de São Paulo faça que a gente fala assim, cara, vendeu bem, arrecadou o valor do mercado, foram competentes, tiveram pessoas com know-how participando dos processos.

Tipo vender uma das maiores e melhores empresas de saneamento para a segunda pior empresa de energia elétrica do país? Essa Secretaria vai ficar com 4,5 bi a mais. A mais.

Diz para mim o que que justifica a competência desses senhores que estão nessa Secretaria e o que é que eles vão fazer com esse dinheiro, 4,5 bi. É o quê? Festa depois do leilão ou é o preço do martelo do Tarcísio?

Aí eu coloquei alguns exemplos do orçamento, assim, do Tarcísio. Está muito legal, 40 reais, 40 reais não é nem milhão, nem bilhão, nem trilhão, que às vezes confunde. São 40 reais mesmo, tá? São 40 reais para o Fundo de Prevenção à Poluição, 40 reais para investimento em áreas contaminadas, 10 reais para educação ambiental, 10 reais. Próxima.

E aí, vai para a Saúde? Eu vou dizer. Olha gente, teve uma suplementação em Saúde sim, tiveram, 6 bi, dos 11 que foram cortados da Educação, tiveram, mas né? Perto das outras aí não vamos dizer que a gente está tirando de criança para salvar a vida de idoso, porque tinha ali outras escolhas a serem feitas. Próxima.

Agora o dinheiro mesmo. Vou explicar uma coisa para vocês. Na gestão passada, quando o Dória bateu 20 bi em desoneração em benefício fiscal, eu fiquei chocada. Foi capa de jornal, foi recorde, todo mundo ficou chocado.

Gente, renúncia fiscal é quando o governo fala assim, não quero receber imposto, não precisa me pagar, tá bom? Não é para você que paga o seu imposto no arroz e feijão, o pobre. Não é para você que paga o IPVA do seu Celtnha. Não é.

A gente está falando aqui do agronegócio e de picape de "agro boy", filho de latifundiário, com terras de 50 quilômetros quadrados. Esses caras vão ter de benefícios fiscais de 70 bi. O Estado vai deixar de receber 70 bi, sem nenhuma transparência. Nenhum de vocês sabem aqui para quem o Tarcísio está dando benefício fiscal.

Não passa por aqui, não tem transparência, a gente não tem nenhum acesso. Ele só decide não receber. Sabe quanto é o orçamento total da Educação para o ano que vem? Trinta e dois bi.

E o da Saúde? Total, total? Trinta e cinco bi. Os dois juntos é o dinheiro que vocês vão dar para o agronegócio. Os dois juntos. Aí vocês vêm me dizer que tem que cortar da Educação para salvar a vida das pessoas que, no Vale do Ribeira, não têm ginecologista?

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Deputada Monica, infelizmente a sessão está encerrada pelo tempo regimental.

Está encerrada a sessão, lembrando a todos que a nossa próxima sessão extraordinária é daqui a dez minutos.

- Encerra-se a sessão às 21 horas e 30 minutos.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 56, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2024

Presidência: ANDRÉ DO PRADO

Secretaria: DANILO CAMPETTI e DR. EDUARDO NÓBREGA

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Abre a sessão às 21h40min. Coloca em discussão a PEC 9/23, em 1º turno.

2 - PAULO FIORILO

Solicita verificação de presença.

3 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.

4 - GUILHERME CORTEZ

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

5 - ANA PERUGINI

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

6 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

7 - DR. EDUARDO NÓBREGA

Para comunicação, faz pronunciamento.

8 - PAULO FIORILO

Para comunicação, faz pronunciamento.

9 - ANDRÉA WERNER

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

10 - TEONILIO BARBA

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

11 - EDIANE MARIA

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

12 - CARLOS CEZAR

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

13 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Levanta a sessão às 23h27min.

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2023, de autoria do Sr. Governador.

Dando sequência à lista de oradores inscritos para discussão, com a palavra o deputado Guilherme Cortez.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Sr. Presidente, nós vamos iniciar a segunda extra, o deputado Guilherme vai fazer uso da palavra, mas eu gostaria que a base pudesse estar aqui, por isso peço uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Peço ao Danilo Campetti, juntamente com o deputado Eduardo Nóbrega - o deputado Gilmaci trabalhou muito já hoje -, para fazerem a verificação de presença.

- Verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Constatado quórum regimental, agradeço ao Danilo Campetti e o Dr. Eduardo Nóbrega, e passo a palavra para o deputado Guilherme Cortez, para discutir contra.

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite Sr. Presidente, meus colegas deputados e deputadas, os servidores desta Casa, quem acompanha a gente através da Rede Alesp. Mas, sobretudo, os estudantes que estão aqui até quase 10 horas da noite, se manifestando democraticamente. (Manifestação nas galerias.)

Porque, apesar de todo o desrespeito que a gente ouve aqui, de quem tenta provocar e desrespeitar quem vem aqui se manifestar, 10 anos atrás eu estava daquele lado do plenário, no movimento estudantil.

E no movimento estudantil eu aprendi que não tem coisa que político tem mais medo do que quando estudante vem falar, pressionar, cobrar. Porque eles podem fingir que não ligam, que não se importam, arrogância. Mas eu digo para vocês. Eles morrem de medo de ver esta galeria cheia. (Manifestação nas galerias.)

Eles morrem de medo de ouvir grito, de ouvir vaia. Porque eles acham que eles vão afundar a Educação do Estado de São Paulo, e não vão ouvir nenhuma vaia da população. É isso que eles queriam.

Nove anos atrás, quando eu estava no terceiro ano do ensino médio, eu era estudante secundarista. E o Governo do Estado de São Paulo, naquela época, apresentou um projeto horroroso, tão ruim quanto esse corte na Educação, que era para bagunçar com a rede estadual de ensino.

Eu tenho o maior orgulho de ocupar escola. (Manifestação nas galerias.) Em 2015, quando a gente ocupou mais de 200 escolas estaduais, em todo o estado de São Paulo, e estudantes de 14, 15, 16 anos, fizeram o Governo do Estado de São Paulo voltar atrás, porque dá muito medo no Governo quando os estudantes começam a protestar.

Tentão vocês são mais do que bem-vindos aqui. Se esta aqui é a Casa do povo, ninguém tem que ter medo quando o povo, quando a juventude se manifesta. Porque, como os deputados mais jovens desta Casa, eu estou cansado de ouvir as pessoas falarem: "os jovens são o futuro"; "Os jovens têm que participar mais"; "Não fazem mais jovens como antigamente".

Aí, quando a molecada vem para cá lutar pelo seu direito à Educação, aí falam que os estudantes não têm capacidade, que são muito... Sabe? E tentam deslegitimar o movimento estudantil brasileiro.

Vocês são muito bem-vindos e, junto com vocês, a gente vai derrotar essa PEC horrorosa para Educação do estado de São Paulo. Eu quero aproveitar para ler algumas manchetes aqui, para ilustrar o que está sendo discutido.

"Falta de água, banheiros trancados e sujeira - Estudantes denunciam condições precárias em escola do interior de São Paulo". Matéria do "G1" sobre a Escola Estadual José Polli, de Itupeva.

"No estado mais rico do País, milhares de crianças ainda frequentam escolas de lata". Matéria da "Carta Capital" sobre o estado de São Paulo.

"Professores foram vítimas de 20 agressões por dia em São Paulo, só no ano passado".

Matéria da "Folha de S. Paulo" sobre a Etec Santa Efigênia: "Refeitório de escola técnica fica alagado por esgoto após chuvas em São Paulo".

Matéria do "G1": "Após quatro meses, escolas estaduais apontadas pelo Tribunal de Contas com problemas na estrutura continuam sem reforma".

Matéria da "Agência Brasil": "Pesquisa mostra turma cheias e falta de motivação nas escolas de São Paulo".

Para os deputados da Baixada Santista, matéria da "Tribuna de Santos": "Escola com estrutura precária traz dor de cabeça para alunos no litoral de São Paulo", matéria sobre a Escola Estadual William Aureli, de Bertogoa.

Matéria do "Metrópoles": "Escolas de São Paulo ficam sem limpeza, e até diretor faz faxina no banheiro".

Matéria do "G1" de São José do Rio Preto e Araçatuba: "Aluno encontra escorpião em merenda de escola pública no interior de São Paulo", em uma escola estadual da cidade General Salgado.

Eu trago essas manchetes aqui, Presidente, porque diante dessas notícias, que não são isoladas, o que a população espera da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo é discutir como fortalecer, como investir mais na Rede Estadual de Ensino, para dar mais dignidade para os nossos professores e para os nossos estudantes.

Mas, na contramão dessa realidade, o que a gente está pautando? O que que está sendo discutido aqui? Tirar investimento público da Educação. Reduzir o Orçamento da rede estadual de ensino para menos do que o piso constitucional. Menos do que o piso. Menos do que o mínimo. E, aí, meus colegas, é engraçado, porque na época da campanha eleitoral ninguém fala que vai cortar dinheiro de Educação, não é?

Vários de vocês foram candidatos nessa última eleição a prefeitos da sua cidade. Alguém foi no horário eleitoral falar: "Como deputado, eu vou votar para tirar 5% da Educação pública"? Ninguém vai, porque perde voto, porque sabe que é errado.

Na hora de pedir voto, todo mundo vai pagar melhor os professores, vai construir sei lá quantas escolas. Na hora de votar, vem aqui votar para reduzir investimento na Educação pública. Que contradição.

É por isso que a política está tão desacreditada, porque o que se fala para ganhar o voto do povo não é a mesma coisa que se coloca em prática quando a campanha acaba, e quando os senhores se sentem à vontade aqui, longe da pressão dos seus eleitores.

Isso é lastimável. Eu não me elegei deputado estadual - espero que nenhum de vocês -, para votar tirar 10 bilhões de reais da Educação, pelo amor de Deus. São 10 bilhões de reais que vão fazer falta para pagar melhor os nossos professores, que vão fazer falta para abrir novos concursos públicos, para acabar com a sobrecarga na rede estadual.

São 10 bilhões de reais que vão fazer falta para comprar livro, material didático, para as nossas escolas. São 10 bilhões de reais que vão fazer falta na merenda, que vão fazer falta na manutenção das escolas.

Eu não sei se os senhores, a última escola pública que vocês entraram; eu entro mensalmente em escolas e o que eu vejo é telhado com goteira, é banheiro que não funciona, é escola que não tem trinco na porta, que é assaltada cotidianamente. São os nossos professores adoecendo, se afastando. É violência nas nossas escolas. E a resposta que vocês vão dar é tirar dinheiro público da Educação. Façam um favor.

Essa PEC é a cara do governo Tarcísio, porque, na última semana, o Tarcísio entregou 33 escolas para serem administradas pela iniciativa privada. A gente vive tempos tão malucos que agora até escola pública é leiloada, vira negócio na mão desse governador. Esse é o projeto do Tarcísio. Você tira 10 bilhões de reais da rede estadual para você piorar as nossas escolas. Com a escola sucateada, precária, você justifica que tem que ser entregue para a iniciativa privada.

E agora a gente já tem a Enel, que mostra o serviço porco da privatização, quando chove um pouquinho mais aqui em São Paulo e milhões de pessoas ficam sem acesso à energia elétrica.

Agora o Tarcísio quer fazer a gente ter a Enel da água com a privatização da Sabesp, colocando a perder a qualidade de 50 anos de serviços oferecidos pela Sabesp, a maior empresa de saneamento básico da América Latina, que foi entregue para uma empresa inexperiente.

A gente já tem a Enel sobre trilhos, que é a Via Mobilidade, e quem depende das linhas 8 e 9 para voltar para casa passa perrengue todo dia naquele trem. E agora o Tarcísio quer fazer a Enel da Educação, quer privatizar, quer leiloar, quer comercializar todos os serviços públicos do estado de São Paulo.

E daí eu vou dizer, é o pior governador da história do estado de São Paulo, porque uma pessoa que se elege para administrar o estado de São Paulo e a única coisa que ele sabe fazer é vender, é terceirizar, é lavar as mãos, é entregar para a iniciativa privada tudo o que ele deveria administrar. É um atestado de incompetência, não de qualidade.

Tarcísio é um governador incompetente e, por isso, quer transferir todos os serviços públicos do nosso estado para a iniciativa privada. E daí, Sr. Presidente, os deputados da extrema direita, para montar o circo, o pânico moral deles, vêm aqui falar que eles estão preocupados com o que o professor ensina na sala de aula. A extrema-direita não está nem aí para a Educação do estado de São Paulo. Se estivesse, não estaria aqui votando pra tirar dinheiro de Educação.

Aí eles vêm falar que a escola vai ter banheiro "X", vai ter banheiro "Y". A extrema-direita não está nem aí para as escolas que não têm banheiro funcionando na rede estadual de ensino de São Paulo por falta de manutenção adequada.

Isso é fábria para enganar a população, para espalhar o pânico moral e para tentar fazer uma cortina de fumaça para esconder o que eles estão fazendo, porque esses que se dizem defensores das crianças são aqueles que querem tirar dinheiro da escola dos nossos estudantes, dinheiro que vai fazer falta na merenda, no livro, para o salário do professor, para a gente ter escolas mais dignas.

E vêm fazer um malabarismo aqui para dizer que reduzir o piso da Educação não vai tirar dinheiro da educação. Ah, pelo amor de Deus. Por isso que os estudantes aqui secundaristas, adolescente, estão dando aula para os deputados aqui, porque eles acham

que a população é idiota, é só o que pode ser. O piso de 30% da Educação foi uma conquista da Assembleia Constituinte de 1989.

O deputado Mauro Bragato está aqui ainda hoje, foi vice-presidente da Constituinte. E foi uma conquista do movimento estudantil, do movimento dos professores, da sociedade civil, que conquistou um piso constitucional para a Educação no estado de São Paulo superior ao piso da Constituição Federal.

E é isso que eles querem retroceder, tirar o estado de São Paulo da vanguarda e deteriorar e sucatear a Educação do nosso estado. Isso só não me surpreende, porque vem do governo que, em um ano e meio, tentou substituir os professores pelo chatGPT, pela inteligência artificial. Isso só não me surpreende, porque vem do governo que tentou tirar o livro didático de dentro da rede estadual.

Isso só não me surpreende, porque vem do governador que vetou o projeto de lei que nós aprovamos nesta Casa para instituir educação sobre a mudança climática nas nossas escolas. É um governo negacionista. É um governo que tem medo que o estudante pobre da escola pública, ele pense, ele reflita.

Porque sabe que quando o estudante pensa por conta própria, ele questiona. E quando ele questiona, ele abala o governo que quer deixar tudo como está. Ele intimida o governo que quer poder fazer o que quiser sem ser questionado.

Porque é um governo autoritário. É um governo que tem medo da ciência, que tem medo da verdade, que tem medo de estudante, de adolescente questionando. Não é esse o estado de São Paulo que nós fomos eleitos para defender e para representar.

Se perguntem, olhem para vocês mesmos. Daqui a dois anos, na propaganda eleitoral, vocês vão lá falar que votaram nesse projeto ou vão esconder? Se a resposta for “é melhor não falar”, então é melhor não votar.

Porque votar a favor desse projeto é colocar as digitais dos senhores na precarização, no sucateamento da nossa rede estadual de ensino. E não pense que o povo do Estado de São Paulo é bobo, se esquece ou vai perdoar quem fez isso, assim como quem privatizou a Sabesp. PEC 9, não!

O estado de São Paulo precisa de mais investimento público na rede estadual e não menos.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência aos oradores inscritos, com a palavra a deputada Ana Perugini, para discutir contra. Por favor, com a palavra a deputada Ana Perugini. Reserve o tempo da deputada, por favor. Com a palavra a deputada Ana Perugini

A SRA. ANA PERUGINI - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estudantes que estão nas galerias, famílias que estão acompanhando esse processo de discussão, de modificação da nossa Constituição aqui no estado de São Paulo.

Nós estamos aqui num processo de retrocesso. Até tem uma rima boa aqui, infelizmente. O deputado Simão Pedro, ontem, quando mencionou a canção que nós escutamos ainda na voz de Milton Nascimento, ele fez uma referência aos estudantes. Infelizmente, no meu período de estudante, eu ainda fui para lutar pelas Diretas Já.

Então foi a grande lembrança que eu tenho, que me trouxe a formação, foi a luta pelas Diretas Já. Mas o fato é que este momento é um momento de muita formação, porque a política tem passado por descrédito. Tem passado por descrédito, porque nem em nosso País nós nos sentimos seguros em relação à legislação que nos ampara.

Eu venho falar isso, porque nós, da tribuna, enquanto lideranças, muitas vezes ouvimos do lado de lá palavras que não deveriam ser proferidas pela boca de ninguém em relação a alguém que tenha ocupado um cargo máximo de liderança em nosso País, como presidente da República. Nós somos obrigados a ouvir esse tipo de conversa ainda sentados neste local.

O governo Luiz Inácio Lula da Silva, o governo do Partido dos Trabalhadores e de partidos aliados, porque ninguém faz nada sozinho, construiu 18 novas universidades do ano de 2003 ao ano de 2014. Foram 173 campi universitários novos neste nosso País; 191 institutos federais e já foram anunciados 122 institutos federais.

Sabe como se aprende história em um instituto federal? Com música. É uma coisa que traz uma alegria contagiante, ver os alunos e as alunas conseguindo desenvolver todo seu potencial de análise da situação que nós vivemos hoje, porque têm a liberdade de decidir qual vai ser o método, qual vai ser a metodologia, de que forma vão aprender.

Isso é educação, uma troca de saberes, porque o nosso povo tem a condição de fazê-lo. É muito difícil para quem não convive com esse tipo de ideia aceitar que isso esteja acontecendo em nosso País e acontecendo de maneira muito rápida.

Eu ouvia de pessoas que eram da oposição, muitas vezes, que nós deveríamos falar mais de como nós avançamos na Educação. A Educação é o ponto estratégico onde nós precisamos e devemos mexer o tempo todo para alavancar o nosso País, mais do que nunca, hoje. Há muita coisa para se fazer.

É de causar... Não estranheza, porque em nenhum momento o governador Tarcísio mentiu durante a campanha eleitoral. Ele disse que iria privatizar a Sabesp. Nós sabíamos que ele vinha de outro estado para fazer a administração aqui e democraticamente o nosso povo o elegeu.

Mas ele disse também, assim que privatizou a Sabesp... Ele disse o tempo todo que não haveria aumento da tarifa e, logo em seguida à privatização, ao leilão, nós tivemos um aumento no dia 1º de outubro.

Recentemente, data do dia 28 de setembro, nós entramos com uma notícia de fato aqui no grupo, no Geduc, no Ministério Público em São Paulo. A notícia de fato ocorreu, porque nós recebemos em nosso gabinete estudantes que vieram - olha, pasmem! - denunciar a situação que eles estão vivendo ainda hoje na educação, nas suas escolas.

Nós apontamos uma saída, e eles falaram com toda a clareza: “nós temos sofrido diversas intercorrências em frontal prejuízo das atividades educacionais devido à falta de fornecimentos de serviços, bem como de sucateamento das estruturas de fundamental importância para a prestação de qualidade do ensino”.

Eles mencionaram a situação dos professores da categoria “O”, que são os professores mais precarizados hoje em nosso sistema. Eu abro um parêntese aqui para dizer que

tenho, em especial, uma amiga que mora no interior que desenvolveu gagueira em função do estresse que sofre constantemente enquanto categoria “O”.

Muitos de nós escutamos o tempo todo que o professor exerce uma missão de amor, mas o fato que está acontecendo é uma subvalorização do professor e uma grande massa precisando de trabalho, porque ninguém consegue ser professor nas condições, hoje, que são dadas ao professor na rede pública do estado.

Pontualmente, nós temos uma escola ou outra escola em período integral, que é uma referência, onde de fato o professor consegue exercer o seu trabalho enquanto profissional.

Nós apresentamos essa notícia de fato e nós esperamos que isso reverbere no Ministério Público aqui responsável pela Educação. Mas, para falar dessa peça que está sendo discutida, agora quero falar para quem está em casa, nos assistindo, porque nós falamos em PEC, mas muitas vezes a mamãe e o papai que estão em casa, que têm muitas vezes o aluno, o filho aqui, neste manifesto acontecendo, essa PEC vai mudar a nossa Constituição Estadual.

Mas ela traz um negocinho aqui, que nós aprendemos que o nome é jabuti, porque traz também uma outra matéria que não tem nada a ver com o que nós estamos discutindo, que é a retirada da competência da Procuradoria Geral do Estado.

Nós já tivemos aqui um projeto de lei ordinária passando essa competência para uma controladoria geral. Tem se tornado uma praxe, nesse governo, enviar projetos de lei à Casa negligenciando o saber, a inteligência de cada deputado e cada deputada que está aqui.

É negligenciar a inteligência, porque em relação a essa mudança na retirada da competência, primeiro vem o projeto de lei ordinária. Opa, tem que fazer uma mudança na Constituição. Para lá, vamos fazer a mudança, coloca o jabuti aqui e nós passamos por cima sem fazer a discussão também dessa questão.

Depois vem o ponto nevrálgico e fundamental, que é a retirada, que fere um princípio do nosso Direito, que é do retrocesso, que é retroceder naquilo que foi avanço em termos de Constituição, em termos do Plano Estadual de Educação.

Porque depois eu vou discorrer aqui sobre aquilo que foi ferido no Plano Estadual de Educação, mas vem retirar dez bilhões sob a argumentação de que nós estamos envelhecendo, que é preciso aplicar mais recursos na Saúde.

A Constituição do estado de São Paulo fala, sim, desse mínimo que precisa ser aplicado, de 30%, quando constitucionalmente deveria ser 25%, poderia ser 25 por cento. Mas, diante de toda a argumentação, aí eu falo da negligência em relação à nossa inteligência aqui, se fala que esse recurso deve ser aplicado na Saúde.

Foi aplicado mais que o constitucional exigido em relação à obrigação do Estado, pouco mais de 12%, mas o fato é que quando nós batemos os olhos em relação aos mais de nove bilhões, há um aumento substancial em relação àquilo que seria aplicado então, quase 40 por cento.

Agora, se minimamente houver essa preocupação em relação à Saúde, que precisa de mais investimento porque nós estamos envelhecendo - e é preciso mais investimento -, por que não aumenta o mínimo constitucional do estado de São Paulo para manter minimamente a dignidade aparente deste estado? Por que permanecem os 12%, e fala que vai investir ali?

Aí você pega que o grande problema é a Lei de Responsabilidade, o grande problema é o discurso que foi feito no Tribunal de Contas do Estado, em que se fala que precisa retirar dali, porque daqui a pouco estará se investindo mais e mais na Educação. Essa é a questão.

Mas por que não coloca com o número aqui? Olha, eu nunca tive a felicidade de ficar por muito tempo em uma situação. Eu cheguei em Brasília, e logo depois houve o golpe e a presidenta Dilma foi deposta.

Eu nunca vi um governo sem a capacidade de um líder para ser um estadista, como estou testemunhando aqui no estado de São Paulo, a ponto de esse estadista - deveria ser um estadista - ter trabalhado no governo Lula, não trabalhado no governo Dilma, chegar à cidade de Sumaré e fazer uma apologia, uma incitação ao ódio, pedindo que as pessoas, dizendo que as pessoas que apoiam o Partido dos Trabalhadores deveriam ser desprezadas.

Gente, olha o cúmulo do absurdo que nós estamos vivendo hoje no nosso País e aqui principalmente, no estado de São Paulo. Não é a primeira vez que uma justificativa vem desse jeito para nós. Não é. E você sabe o que está acontecendo?

Na região de Campinas teve um encontro de diretores estaduais, de diretoras estaduais, lá no Palm, um hotel chique que tem ali, em Campinas. Em um dos momentos houve um ensinar de como buscar emendas parlamentares.

Eu acredito que os deputados e as deputadas que estão aqui têm recebido secretarias do Estado pedindo emendas parlamentares para desenvolverem programas. Mas, Professora Bebel, ensinar os diretores e as diretoras a como buscar emendas parlamentares para diminuir o déficit que se tem hoje na Educação é, no mínimo, vergonhoso.

Tem muito trabalho dentro das escolas, os professores e os diretores estão com problemas. Como é que se faz esse tipo de coisa hoje? E se passa pela normalidade. Daqui a pouco vai ser o quê? Vai ser o que, gente?

Então eu acredito que o “não” em relação a isso já ficou muito claro o porquê. E eu não faço parte do coro que vem fazer uma cobrança de alguém que chegou há dois anos aqui, num estado bastante complexo, extenso, com uma diversidade. Não, não faço parte desse coro. Não faço parte.

Mas eu acredito que quando se chega aqui, dessa tribuna, se atacam pessoas, sabendo a responsabilidade do cargo dessas pessoas, sejam elas quem quer sejam; quando se faz apologia, incitação ao apartheid a partidos que são regularmente constituídos, nós não podemos aceitar, no espaço democrático, que isso aconteça, vindo de quem quer que seja, tampouco de alguém que ocupe o cargo de governador neste estado de São Paulo.

E vou dizer mais em relação ao que está acontecendo: São Paulo, agora, ficou atrás do Ceará, ficou atrás do Piauí, ficou atrás do Paraná e ficou atrás de Goiás no Idep. O governador veio e falou que, para resolver esse problema - ele já havia detectado, e eu acredito que já tinha detectado -, ele iria apoiar a alfabetização.

Ele disse que iria investir mais nos professores, ele disse que iria melhorar os itinerários, ele disse que faria isso para resolver o problema. Mas hoje nós estamos tirando 5% do mínimo constitucional que deve ser aplicado à Educação.

Isso significa dizer assim, para uma empreiteira, para um administrador: "eu vou tirar 17% do seu orçamento". A conta que se faz é essa. "Vou tirar 17% do seu orçamento; se vire aí para você continuar". E diz que tem que melhorar. Diz que tem que ter uma outra forma de fazer.

Agora, eu sou cobrada na minha cidade, pela situação das escolas estaduais. E nos municípios é uma confusão, porque tudo é responsabilidade do prefeito. Tudo é o prefeito que tem que fazer, inclusive nas escolas estaduais. É assim que a coisa funciona.

Então é importante que a gente tenha, no mínimo, a responsabilidade, aqui nesta Casa, de dizer "não" a esta PEC, de não aceitar esta PEC, com a maior tranquilidade de que nós estamos fazendo a coisa certa.

Nós estamos envelhecendo? É fato. Mas se esse é o argumento, modifique o mínimo constitucional nesta Constituição aqui em São Paulo, para que nós tenhamos a condição de, de fato, repassarmos os recursos aos municípios que têm crédito em relação ao estado naquilo que o estado lhes deve.

Mas de maneira nenhuma subestime a inteligência de cada deputado, de cada deputada que está aqui nesta Casa, que sabe fazer conta, que conhece a história, sabe como está a Educação estadual nos municípios e tem sofrido barbaramente com isso.

Porque ninguém, em sã consciência, nenhuma pessoa, por mais egoísta que seja, que não tenha chegado à psicopatia, consegue olhar hoje para um professor e não se compadecer da situação que ele está vivendo, com as salas superlotadas e com toda a pressão que ele recebe.

Inclusive os cargos de direção, para manter pelo menos 85% dos alunos ativos nas plataformas, com uma vigilância total, sem a condição de exercer o seu mister, conhecendo toda a sua turma de alunos, para produzir com os seus alunos uma transferência de saberes a ponto de dar condição de nós termos cidadãos e cidadãs críticos, capazes de desenvolver qualquer atividade no nosso Estado, no nosso País.

É isso que está acontecendo, infelizmente. Eu tenho essa compreensão. Eu só quero trazer aqui a leitura da minha filha de 16 anos. Eu falei: "é a lousa digital?". Ela falou: "mãe, pelo amor de Deus, não dá para enxergar nada naquela lousa digital.

A gente tem que ficar mudando a posição para poder enxergar". Está aqui, olha: a Suécia voltando atrás, porque viu que só tem diminuído a qualidade do ensino com toda a digitalização, sem levar em consideração aquilo que o livro pode fazer de fato na vida das pessoas.

Muito obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com a palavra, a deputada Dra. Paula, para discutir contra.

A SRA. PAULA DA BANCADA FEMINISTA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite presidente, boa noite aos deputados e deputadas aqui presentes, aos funcionários desta Casa, às pessoas que nos acompanham na galeria, e também na Rede Alesp.

Quero saudar especialmente, como outros deputados fizeram antes de mim, os estudantes, os profissionais da Educação, bravos guerreiros que nos mostram que a única luta que se perde é a luta que se abandona. Então é muito importante que nós estejamos sempre unidos, reunidos, pautando assuntos que são tão importantes para o interesse da nossa sociedade. Esta PEC não é diferente.

Na verdade, eu sempre, assim como o deputado Guilherme Cortez veio aqui e falou, a deputada Monica também, eu sempre me emociono quando vejo o movimento estudantil organizado.

Porque, muito antes de eu estar sentada em uma cadeira do parlamento, eu fui parte das pessoas que, por meio da luta do movimento estudantil, conheceram a política, perceberam a importância de lutar, de reivindicar os seus direitos, conheceram partidos políticos.

Foi assim que, por meio dessa luta, no movimento estudantil, que hoje eu ocupo uma cadeira no Parlamento paulista. Isso, para mim, é motivo de muito orgulho. Cada vez que vejo estudantes organizados ocupando a galeria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, eu lembro que a nossa luta, sempre, sempre, sempre se renova. Lembro inclusive que, assim como o deputado Guilherme mencionou, eu também já estive do lado de lá.

No ano de 2013, durante as jornadas de junho de 2013, em que nós lutávamos pela redução do aumento da passagem, a famosa luta dos 20 centavos, com outros estudantes, eu ocupei a Câmara Municipal de São Paulo.

Inclusive, reivindicando os nossos direitos. Então sei a importância dessa luta democrática que se faz, que se fez ontem e que se faz hoje também na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Quero dizer que o tema desta PEC é de suma importância. Muitos deputados que passaram por aqui também falaram contrariamente a esta PEC. Não é à toa. Na verdade, o que está em debate aqui atualmente é a alteração nas regras de destinação dos recursos para a Educação no Estado de São Paulo. Alguns deputados da base do Governo vêm até aqui e falam:

"Vejam bem. Na verdade, o que os deputados da oposição estão dizendo é uma grande falácia, uma grande mentira. Na verdade, estão tentando vender um problema que não existe. Porque, em primeiro lugar, o que nós queremos fazer, é meramente adaptar a nossa legislação do estado de São Paulo à legislação federal."

Esse é o primeiro argumento que a base do Governo coloca. A segunda é: "Nós não estamos retirando os recursos. Nós estamos retirando a obrigatoriedade."

Eu quero falar um pouco sobre quais são os impactos reais desta PEC, e por que nós devemos ser contrários e contrárias a ela. Em primeiro lugar, porque a gente precisa entender qual é a situação da Educação básica no estado de São Paulo.

Eu não tenho dúvidas de que a diminuição do orçamento da Educação não só pode, como vai resultar no corte de programas, de projetos educativos, no desenvolvimento das nossas crianças, dos nossos adolescentes e dos nossos jovens.

Aí a consequência direta vai ser a mais diversa possível. Em primeiro lugar, no tema da infraestrutura escolar. Muitos deputados que me antecederam mostraram fotos com a realidade das escolas atualmente no estado de São Paulo. É escola com goteira, com o teto caindo, com infestação de pestes, que não tem porta no banheiro, que não tem papel higiênico no banheiro.

Essa, infelizmente, é a realidade da infraestrutura escolar no estado de São Paulo. Menos investimentos nas escolas, menos professores, menos apoio para os estudantes. Aí eu fico pensando muito - deputada Andréa Werner ainda vai falar neste plenário - qual é a situação hoje dos estudantes atípicos nas escolas do estado de São Paulo. A Andréa tem um filho autista que estuda em uma escola estadual.

Como deputada, muitas pessoas poderiam dizer: "Vejam bem, a Andréa poderia colocar o seu filho em outra escola." A Andréa escolheu colocar o seu filho na escola estadual porque sabe qual é a importância da luta, também, pela Educação pública, gratuita, de qualidade, para todas as pessoas, integralmente.

E infelizmente... Infelizmente, porque a Andréa não precisaria ser parte dessa luta, ela, ao lado de outras mães, é parte de uma luta incansável para que os estudantes atípicos nas escolas públicas do estado de São Paulo tenham, sim, todo o atendimento necessário, todo o acompanhamento necessário para o seu desenvolvimento.

A Andréa já mencionou aqui, várias vezes, que ela teve que judicializar o estado de São Paulo para garantir o acompanhamento adequado do filho dela na escola.

Vejam, gente, é uma deputada, gritando em alto e bom som que, infelizmente, a escola pública do estado de São Paulo não tem o acompanhamento necessário para os estudantes atípicos. Isso para falar de um exemplo que nós temos a honra, a alegria de compartilhar, e de tanto nos ensinar aqui neste plenário.

Mas eu posso falar também sobre a qualidade de ensino que, com certeza, será deficitária com a aprovação desta PEC. Menos recursos significa que as escolas vão ter mais dificuldade de oferecer um ensino de qualidade, o que, sem dúvida, vai gerar um grande retrocesso educacional no estado de São Paulo.

E não posso deixar de falar de um terceiro ponto, que é a precarização dos trabalhadores da Educação. São Paulo, hoje, tem a maior rede educacional do Brasil. São 162 mil professores, sendo que 50,7% desses profissionais estão em contratos temporários, que nós chamamos de contratos de categoria "O".

É urgente a compreensão de que uma Educação pública de qualidade só é possível com a valorização dos profissionais da Educação, das profissionais da Educação, o que passa pela abertura de concursos públicos, o que passa pela estabilidade no emprego, o que passa pela garantia de direitos e, para isso, é necessário o investimento.

E por que essa PEC está sendo discutida? Muita gente pode subir aqui e dizer: "não, mas a Saúde do estado de São Paulo está em crise. Vocês não conseguem ver que a Saúde do estado de São Paulo está em crise, que desde a Covid-19 nós temos uma crise na Saúde no estado de São Paulo?".

E é óbvio que nós consideramos que o investimento em Saúde é fundamental. Mas quem foi que disse que para investir em Saúde é necessário reduzir e flexibilizar o investimento, o Orçamento do estado na Educação? Quem foi que disse que o nosso problema na Educação está resolvido?

Vejam, nós estamos desde ontem aqui debatendo exaustivamente esse projeto. Fotos foram apresentadas, dados foram apresentados. Gente, a Educação do estado de São Paulo está em situação de calamidade.

Isso não é responsabilidade dos seus profissionais, isso é responsabilidade do Governo do Estado de São Paulo, que não sabe olhar para o Orçamento, que não sabe aplicar como deve o Orçamento, que não sabe fazer o que deveria sim fazer, que é ampliar os recursos na Educação.

Tem uma coisa que me chocou muito, analisando o Orçamento, e a gente vai falar sobre isso mais tarde, que o estado de São Paulo aparentemente acha que é banco. Porque quem guarda dinheiro é banco. E nós aprovamos um Orçamento que em várias áreas não foi totalmente executado. E por que o estado de São Paulo precisa fazer caixa? O estado de São Paulo é banco?

O estado de São Paulo precisa investir em política pública, investir em programas sociais, investir no Orçamento que foi efetivamente votado nesta Casa Legislativa, e não fez isso no ano passado.

E agora vem aqui dizer que é preciso tirar o dinheiro da Educação? A gente não vai aceitar isso, não, calados. Na verdade, estão tentando mais uma vez nos vender uma falsa solução, que para melhorar a situação da Saúde no estado de São Paulo é necessário reduzir o Orçamento da Educação, e isso não é uma verdade.

As áreas, tanto da Educação quanto da Saúde, são muito importantes, mas muita gente sobe aqui e fala: "Vejam bem, os adolescentes, os jovens, as crianças são o futuro do estado de São Paulo".

É verdade que são o futuro deste estado de São Paulo, porque a gente não pode olhar para a enorme desigualdade social que existe, e que a Educação, se for cada vez mais deficitária, se for cada vez mais prejudicada, só vai ampliar...

Os estudantes da escola pública, com as enormes reformas educacionais que acontecem, somadas à falta de investimentos, infelizmente, têm uma grande lacuna educacional, se comparados com muitos outros estudantes das escolas privadas.

Eu acho engraçado, porque, à exceção da deputada Andréa Werner e da minha filha, que está em escola municipal, eu não sei quantos filhos de parlamentares aqui efetivamente estudam na escola pública. É obrigatório? Não, não é. Mas, na verdade, quando a gente olha para a realidade da Educação que nós estamos votando aqui, que nós estamos escolhendo tirar dinheiro aqui, não é dos filhos e dos netos dos senhores e das senhoras, com todo o respeito.

Cada vez que um deputado assoma aqui para esbravejar, fala contra a educação paulofreiriana, eu digo que nas escolas de elite do estado de São Paulo, vejam bem, a Educação segue o modelo do Paulo Freire.

Então, não querem educação crítica e de qualidade para os seus filhos; para os deles, eles querem. Eu acho que a gente tem uma grande questão na mão. Essa votação, essa discussão dessa PEC, não acontece em qualquer momento.

Ela acontece na sequência de dois leilões de lotes de escola em todo o estado de São Paulo. Leilões que entregam a gestão e a construção de novas escolas no estado de São Paulo para a iniciativa privada. E é aí que mora toda a chave da discussão.

O Governo do Estado de São Paulo não está retirando o dinheiro da Educação à toa, como fez com o Transporte, por exemplo. O Governo do Estado de São Paulo está retirando porque ele tem um projeto político para a crise da Educação no estado, que é a privatização, que é entregar o seu dinheiro, o dinheiro dos nossos impostos, o dinheiro da nossa contribuição, para a iniciativa privada e dizer: "Você empresa, que já faz besteira em cemitério, que já faz besteira em rodovia, que já faz besteira no transporte público, por que não administrar a escola? Por que não administrar a escola do filho do pobre, do filho do trabalhador?" Não do filho do parlamentar. O Governo do Estado de São Paulo tem um projeto político de privatização.

A precarização da escola pública no estado de São Paulo é um negócio para o governador Tarcísio. E é por isso que nós estamos aqui, de forma incansável, às 10 horas 37 minutos da noite, fazendo oposição a esse projeto e lutando para que essa PEC não seja aprovada. Nós, concluo com isso, estamos passando por tempos difíceis para quem acredita em uma sociedade transformada em uma sociedade justa, em uma sociedade igualitária. Mas nós também sabemos, como eu mencionei no começo da minha fala, que a única luta que se perde é a luta que se abandona.

Nesta Casa legislativa, virou uma prática a oposição ser esmagada: as nossas ideias, os nossos projetos. Na verdade, esta Casa legislativa virou, infelizmente, uma Casa para chancelar os projetos trazidos pelo governador do estado de São Paulo. Da nossa parte, eu posso dizer que, assim como nós somos nas ruas, da porta para fora desta Casa legislativa, nós também seremos aqui dentro resistência, porque a única luta que se perde é a luta que se abandona.

E nós lutaremos até o fim, todos os minutos que nós tivermos, para que o orçamento da Educação do estado de São Paulo não seja retirado e que nós tenhamos por aqui uma Educação pública, gratuita e de qualidade para todas as pessoas.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência à lista de oradores inscritos, com a palavra a deputada Andréa Werner.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - Sr. Presidente, pela ordem. Só para uma comunicação.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, Dr. Eduardo Nóbrega.

O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE - PARA COMUNICAÇÃO - Só para parabenizá-lo. Hoje eu invoquei o parágrafo IV do Art. 260 do Regimento Interno e usei para argumentar o nosso mestre Paulo Fiorilo, mas foi porque entendi que naquele momento a Questão de Ordem iria contra uma prática da Casa que é democrática, que favorece o falar nesta Casa de Leis.

Por isso fiz aquela contra-argumentação, mas com muito respeito a Vossa Excelência. Também dizer, presidente, que ouvi neste plenário que o orçamento da Secretaria de Parcerias e Investimentos teria sido majorado. E ainda bem que foi, porque esse recurso vai viabilizar a extensão da Linha 4-Amarela do Metrô até a cidade de Taboão da Serra.

Então, quero aqui parabenizar o secretário Rafael Benini por essa luta e por garantir transporte digno ao povo da nossa região.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Primeiro, agradecer as palavras do deputado Eduardo Nóbrega, que muito me lisonjeia pela deferência.

Na realidade, deputado, o que eu fiz naquele momento foi apenas observar o Regimento Interno, que num debate de projeto, disse que nós precisamos nos ater ao tema. Exatamente isso. E o que acontece naquele momento não era isso. Por isso eu observei ao presidente que pudesse manter a ordem e o Regimento Interno.

Aliás, o Regimento Interno tem sido utilizado sempre, e hoje mesmo a gente fez um debate sobre isso. O deputado Barros, por quem eu tenho o maior respeito, ele iniciou, como presidente, uma reunião depois do prazo regimental, o que é inadmissível.

E o presidente, de forma correta, observou isso ao deputado e sugeriu que ele faça uma nova reunião. Isso serve para o deputado Barros, mas serve para todos que presidem comissões. Estou vendo aqui o deputado Thiago, que preside comissão, o deputado Gilmaci, e assim por diante.

Então, acho que isso é o que importa para que a gente possa funcionar de forma correta e adequada.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com a palavra, a deputada Andréa Werner.

A SRA. ANDRÉA WERNER - PSB - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite a todos os colegas. Boa noite a quem ainda nos acompanha aí na galeria. Está tarde mesmo, é cansativo, mas é bom que tem pessoas acompanhando até agora.

Eu vou tentar não ser repetitiva, porque muitas coisas já foram faladas aqui a respeito dessa PEC. É que eu tenho um ponto de vista peculiar. A deputada Paula já falou aqui que eu tenho um filho que estuda na escola estadual.

Então, acho que mais do que o normal, eu entendo um pouquinho do cenário que está acontecendo. Eu vi algumas pessoas discutindo aqui, falando que é desonestidade intelectual você falar que vai tirar dez bilhões da Educação, que não é bem assim, mas a verdade é que a gente tem uma PEC aí que quer diminuir esse mínimo de investimento de 30% para 25 por cento. Quer dizer, de alguma forma, esse valor vai acabar não sendo investido.

Também vi um deputado questionando se de fato o Estado tem investido os 30% na Educação. Eu acho que é um questionamento legítimo pelo estado que a gente vê as escolas estaduais atualmente.

A deputada Paula já falou aqui que eu, que tenho um filho na escola estadual, tive que processar o Estado, porque o meu filho é um autista grau 3, quer dizer, o grau que precisa de mais suporte, que não fala, que tem deficiência intelectual, ele tem 16 anos.

E eu cheguei na escola estadual para matricular o meu filho, e eu descobri que ele não ia ter um acompanhante na sala de aula. E ele não vai nem no banheiro sozinho. E aí chegaram a me propor que ele frequentasse a escola por um mês sozinho, para que pudesse analisar se de fato ele precisava, sendo que na escola municipal ele já tinha todo esse suporte.

E aí é que está. Eu vi na rede municipal de Vinhedo, onde eu moro, a inclusão acontecendo de verdade. O meu filho tendo acompanhamento, tendo professora de educação especial, tendo seu material adaptado, indo nas festinhas dos colegas.

Então, eu sei que é possível. Qual que é a diferença? Na rede municipal tinha investimento. E, gente, não tem milagre. Não existe milagre. Para a gente conseguir fazer educação inclusiva de verdade, precisa botar dinheiro.

E eu preciso ser justa aqui, sabe, presidente? Eu tenho tido conversas muito boas com a Seduc, com o Vinícius, com a Ana Paula, que cuida especificamente da parte de educação inclusiva.

Temos conseguido avanços. Eu fiquei sabendo, inclusive, que vão contratar, de tanto que eu encho o saco lá, acompanhantes especializados para os alunos com deficiência. Vão começar essa contratação.

Mas não adianta o Vinícius, não adianta a Ana Paula terem a boa vontade, estarem atentos às necessidades desses alunos, desse público, se não tiver dinheiro suficiente para fazer o que é preciso fazer. Porque a gente sabe que a intenção é essa, é justamente se investir menos na Educação.

A deputada Paula já falou aqui da questão da categoria "O". O dado da Seduc, depois do Censo, é que 48% dos professores da rede estadual são da categoria "O". São profissionais que não têm acesso ao lamspe, têm remuneração pior, têm menos benefícios, a distribuição de aulas é mais incerta.

Alguns dão aulas em DREs, que são distantes. A qualquer momento, essa distribuição de aulas pode mudar. Um salário bruto pode passar sem aviso de cinco mil para três mil reais bruto.

E essa categoria "O", na verdade, foi criada para ser uma coisa meio temporária. Só que o que a gente vê é que está virando uma coisa permanente. Como que a gente explica metade dos profissionais de São Paulo, dos professores, serem da categoria "O"? E o que não é um cenário que a gente está aí abundando professores.

Eu já visitei escolas em que tem um professor dando aula ao mesmo tempo em três classes, por falta de profissionais. Eu visitei uma escola em que o diretor me contou que 50% do seu quadro está de licença por motivos psiquiátricos. Então, que ele, diretor, tem que substituir professor todo dia dando aula.

E aí, eu acho que foi a deputada Mônica que falou aqui da questão do professor de Robótica. Esse diretor tem que dar aula de tudo, gente. Porque ele está substituindo, muitas vezes, algum outro professor que nem é da área dele. E esse é o cenário que a gente está vendo. Eu visitei, eu visito escolas quase toda semana, gente.

Porque o nosso gabinete tem um funcionamento meio diferente, né? A gente tem um time de acolhimento que fica ali só para receber denúncias de violações de direitos. São seis pessoas que recebem cerca de 70 denúncias por dia.

Mais ou menos metade disso é referente à Educação. Metade. O meu filho com deficiência, eu tive que ir buscar ele uma hora depois que começou a aula. Não tem o AVE, não está tendo adaptação na escola, não tem sala de AE, e por aí vai.

Então a gente vai visitar. E aí eu queria contar um pouquinho para vocês do que eu tenho visto. Porque eu visitei escolas não só aqui na Grande São Paulo, mas também no interior.

Uma escola estadual que eu visitei no interior tinha uma menina autista que parecia ter ali, uns 13 anos de idade. Eu perguntei, era uma menina, batendo o olho você percebia que era uma menina que precisava de muito suporte, e eu perguntei: ela tem um acompanhante especializado?

Tem alguém que faça esse auxílio pedagógico na sala? Não, ela só tem uma cuidadora que fica ali para limpar a baba dela. É isso que me foi falado. E é uma cuidadora andando atrás da menina e limpando a baba.

Que tipo de aprendizado essa aluna está tendo? Sendo que o que foi dado para ela de recurso foi uma pessoa para limpar a baba. Gente, isso é muito triste.

Tem uma escola que eu visitei numa região de muita vulnerabilidade aqui de São Paulo, que a média de alunos por sala é de 44 alunos. A média de alunos por sala, e é uma escola que tem três turnos.

Em geral, essas salas contam com pelo menos quatro alunos autistas, e eu não estou falando de outras deficiências. Fora aqueles alunos que o professor muitas vezes bate o olho, sabe que tem ali alguma coisa, mas o aluno não tem o laudo ainda.

Por que isso acontece? Porque as escolas particulares, sutilmente ou não, dão um jeito de se livrar desses alunos com deficiência. Porque consideram eles um gasto, e acabam mandando todos para a escola pública.

Como que seria para você, se você fosse um professor, sem formação continuada que te ensine a lidar com esses alunos, e você tivesse numa sala 45 a 50 alunos, sendo que pelo menos cinco desses têm deficiência? Mais ou menos uns quatro autistas. O que você faria como professor?

Então a gente teve, por exemplo, uma denúncia de uma escola em que tinha um menino autista com TOD, que é o transtorno opoissor desafiante. Um menino de 13 anos, que entrava em crise, fazia muito barulho, se jogava no chão. E aí sabe o que a escola fez?

A escola chamou a GCM. Porque ninguém naquela escola sabia o que fazer quando esse aluno entrava em crise. Os outros coleguinhas ficavam com medo, os professores saíam correndo, então chamaram a GCM para um aluno autista em crise.

Isso seria necessário se os professores tivessem uma formação continuada decente, baseada em ciência, que desse, de fato, ferramentas para que eles pudessem ensinar esses alunos e também entender o comportamento daquele aluno? O que é que gerou, para poder prevenir esse tipo de crise?

A GCM tem muita coisa para fazer, gente. O lugar de GCM não é na escola. A gente tem que ter profissionais capacitados nas escolas e tem que ter profissionais que não entrem em burnout por causa das suas condições de trabalho, que é o que mais tem acontecido também.

A gente teve aí, nesse ano, um problema com as AVEs, que são as cuidadoras que levam no banheiro, ajudam com a locomoção. Teve um problema com a empresa que fornecia AVEs.

Então vários alunos, centenas de alunos, principalmente na Grande São Paulo, ficaram meses sem ir para a escola. Meses, por causa desse problema com a falta das cuidadoras. Curiosamente, justo hoje, neste dia em que eu estou aqui falando sobre esse assunto, a gente recebeu uma denúncia no gabinete de uma mãe, que a escola que a filha dela vai, que é estadual aqui em São Paulo, ainda está sem cuidadora.

E é uma menina com deficiência, adolescente, que ainda usa fralda. E a escola ofereceu para ela: olha, a senhora, para ela voltar para a escola, a senhora pode vir trocar a fralda dela, a gente paga o ônibus. Ofereceram para uma mãe.

Aí eu lembro sempre daquele ditado maldito que eu escutava quando o meu filho era pequeno. Que era assim, "quem teve Mateus, que o carregue". Sabe, Paula, você já ouviu isso? É algo assim, né? A responsabilidade sempre cai em cima da mãe.

O Estado não cumpre com a sua responsabilidade, não contrata o cuidador, e aí é a mãe, porque a mãe não tem mais nada para fazer. Ela não foi abandonada pelo marido em 80% dos casos, né, quando tem um filho com deficiência. Não tem que se virar nos 30 para botar dinheiro em casa, trabalhar. Ela tem que parar tudo e ir na escola trocar a fralda da filha, uma responsabilidade que não é dela, é do Estado.

A gente tem aí tantos casos de escolas que foram visitadas. Com base nessas 70 denúncias por dia, que eu poderia ficar aqui a noite inteira falando, mas não vou fazer isso, é óbvio. Está todo mundo cansado e o meu tempo também daqui a pouco está acabando.

Eu entendo as argumentações, entendo da questão da idade, da população que está envelhecendo, e sim, a Saúde também está um caos. Eu recebo muitos hospitais no meu gabinete pedindo emendas, hospitais que estão com empréstimos. Mas, também, foi mostrado aqui como existem possibilidades para o governo tirar esse dinheiro de outros lugares, gerenciar melhor esse orçamento para que não penalize a Educação.

Porque, de novo, se a Educação do estado estivesse uma maravilha - "Nossa, estamos aplicando os 30%, está lindo" -, eu seria a primeira a falar: "gente, meu filho está lá na escola estadual". Tudo bem, mas não é o caso.

Tem uma escola que eu visitei em que até os azulejos da parede eram arrancados. Não tinha extintor de incêndio. A gente tem falta de programas que deem orientações para os alunos. Sabe que às vezes a gente chega à escola, Paula, e a gente vai bravo, porque a gente recebeu denúncia e a gente vai em cima, querendo conversar com o diretor, mas achando "esse diretor tem alguma culpa nisso, vamos conversar com o diretor". E a gente quase sai da escola abraçados, chorando com o diretor.

O diretor simplesmente me mostrou um saco deste tamanho de "vape", que ele pegou só de uma turma de sexta série. Os alunos estão viciados em "vape". Os alunos estão viciados em "Tigrinho", em bets. Tem aluno de 13 anos com sífilis, aluna com 12 anos grávida. É isso que a gente escuta quando vai às escolas públicas, principalmente de regiões de mais vulnerabilidade.

Não existem programas de orientação no ambiente escolar, de acolhimento das famílias. Existe criminalidade em algumas regiões. Teve uma escola que teve sequestro no estacionamento, assalto no estacionamento. Essa é a situação da rede estadual de São Paulo em geral.

De novo, gente, o meu filho está lá. Meu filho está lá. Eu consegui um acompanhamento para ele, mas ainda não é o ideal e, na própria escola dele, quando eu estive lá, a diretora falou comigo assim: "Será que você pode conversar lá na secretaria para mim?".

Ela sabe que eu sou deputada, é cidade pequena, né? "Porque aqui temos uma aluna com deficiência que usa fraldas e a gente precisa trocar a fralda dela, mas não tem um banheiro adaptado, então a gente tem que esperar todo mundo sair do banheiro para botar uma maquina ali, trancar a porta do banheiro e aí trocar essa aluna".

Quer dizer, nem acessibilidade não tem, que é o básico, que está na Lei Brasileira de Inclusão e que já deveria estar sendo cumprido há muito tempo. A gente ainda não tem o básico.

Está faltando porta dentro de banheiro, que é o que a gente viu aqui. A gente recebeu denúncia de escolas que ficaram sem merenda também por muito tempo. Gente, são tantas coisas para discutir.

E de novo: eu fico feliz com as conversas que tenho tido com a Secretaria da Educação sobre projetos que eles têm de ampliar o atendimento inclusive para esses alunos que têm doenças crônicas, que são alunos com deficiência, de pensar em como a gente pode fazer alguma parceria com a Saúde para poder atender na escola também. Mas, de novo, a gente precisa de dinheiro. Não dá para cortar investimento na Educação sendo que a Educação não está às mil maravilhas, muito antes pelo contrário.

Daqui a pouco vai começar a faltar professor em um nível crônico e a gente vai ter um problema ainda maior do que está tendo agora. Ninguém quer essa profissão, ninguém quer esse nível de estresse.

Ninguém quer chegar a uma sala, ter 45 alunos, com cinco autistas, todos entrando em crise ao mesmo tempo. O professor não sabe o que fazer, aí a diretora quer chamar a GCM, porque também não sabe o que fazer. Gente, esse é o cenário.

Eu, como uma pessoa que tem um filho autista... Eu estava até pensando. O Guilherme Cortez falou que, olhando os estudantes, que ele também estava aí nessa época em que ele era adolescente. Não, gente, adolescente eu era totalmente despolitizada. A minha politização veio depois dos 30 anos porque tive um filho autista.

A primeira negativa de matrícula que ele teve na vida, ele tinha dois anos de idade, ele era um bebê. Foi quando eu vi como a sociedade trata as pessoas com deficiência, porque alguém bateu a porta da escola na cara do meu bebê de dois anos porque eu falei que ele era autista. A minha politização veio daí.

Então, agora estou aqui tentando ajudar um pouco nesse sentido da inclusão. Tenho tido conversas boas com a Secretaria da Educação, mas a gente precisa de investimento.

A gente não decidiu que as crianças com deficiência, os adolescentes, têm que estar na escola regular? Então a gente precisa dar formas para que eles estejam bem incluídos na

escola regular, porque senão, gente, não é inclusão, é matrícula e matrícula não é mais do que a obrigação.

Então, passou da hora de a gente entender que não existe milagre; que, se o meu filho estava matriculado, sendo bem incluído e aprendendo na escola municipal é porque lá estava tendo investimento. Aliás, muito obrigado ao Dr. Dario Pacheco, de Vinhedo, que fez essa rede de Vinhedo ser tão inclusiva.

A gente também pode fazer isso no estado, mas a gente precisa de vontade política e de dinheiro. Uma coisa sem a outra também não funciona. É por isso que não acredito que seja hora de a gente tirar a obrigatoriedade de 30%, que eu tenho lá minhas dúvidas se está sendo cumprida, e passar para 25.

Então, vou votar "não" e espero que, de fato, a gente possa olhar para a Educação com a seriedade que esse assunto merece, para que todo mundo tenha boas oportunidades, para que a escola pública esteja formando pessoas que possam escolher o seu futuro e que não vão para aquele futuro que é o que sobrou, não é? É isso que a gente mais quer, que a escola pública forme pessoas que tenham oportunidades iguais às de todo mundo. Conto com os deputados para pensar um pouquinho a esse respeito, para que a gente possa finalmente ver o estado de São Paulo à frente na questão da Educação pública também, e não como aconteceu nos últimos índices, em que a gente ficou para trás. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Dando sequência à lista dos oradores inscritos, com a palavra o deputado Teonílio Barba.

O SR. TEONILIO BARBA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente André do Prado, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, trabalhadores, trabalhadoras desta Casa, público que nos acompanha ainda aqui na galeria, primeiro eu quero iniciar este debate aqui, presidente, agradecendo a você e também agradecendo a compreensão do deputado Barros Munhoz ontem.

Nós estamos no mês do enfrentamento da questão do combate ao racismo, da igualdade racial, e nós, nesta Casa, através da Mesa Diretora, por conta de um problema que teve aqui, elaboramos uma cartilha comportamental para que esta Casa, somados todos os deputados e deputadas, possa combater qualquer tipo de ação que leve a qualquer tipo de preconceito, seja ele religioso, racista, machista, qualquer tipo de preconceito.

Então, eu quero agradecer ao deputado Barros Munhoz pela compreensão de ontem para poder retirar das notas taquigráficas da Casa a palavra "denegrir", que pode vir do latim, não tem problema, mas, para o mundo do movimento negro, é uma palavra que ataca o movimento negro, que ataca os pretos e as pretas deste País.

Quero mais uma vez ainda pedir licença e me dirigir aqui, deixa eu olhar direitinho aqui, a três deputados. Eu, deputado Barba, tenho 66 anos; o deputado Valdmiro Lopes tem mais também; o deputado Barros Munhoz, meu grande amigo deputado Conte Lopes, nós, que temos acima dos 65 anos... Gostaria que os estudantes estivessem aqui.

Para quem não acompanhou a história do movimento estudantil, muita gente acha... Começa a história do movimento estudantil lá na década de 1960. A luta do movimento estudantil era por duas coisas.

Começa no começo da década de 1960 primeiro a luta para ter universidades públicas no estado de São Paulo e no Brasil. Essa era a luta do movimento estudantil. E aí depois vem o golpe de 64, e aí é um ato atrás do outro até chegar ao Ato Institucional nº 5, que aí é uma radicalização dos militares que governavam naquele momento.

O movimento estudantil, mesmo com os anos de chumbo da ditadura militar, não afinou, continua na luta. Vários estudantes foram presos, vários desapareceram, vários foram sumidos e até hoje não apareceram. E por que era aquela luta? Vou dar aqui alguns dados para vocês, porque precisam entender por que essa meninada de hoje vai continuar lutando.

O Brasil, lá em 1950, deputado Barros Munhoz, tinha de 10 a 15 universidades públicas em todo o Brasil. Na década de 1960, tinha de 20 a 30 universidades; na década de 1970, 40 universidades; na década de 1980, de 50 a 60 universidades públicas.

O que que aconteceu nesse período da luta do movimento estudantil com a ditadura militar instalada no País? Não dava para resolver o problema. As universidades que existiam eram quase um consulado para o movimento estudantil.

O senhor já era um estudante na época, pode ser que se lembre disso ou não, se participou dessa luta, não sei se o Conte participou ou não dessa luta. O Valdmiro Lopes com certeza já era dessa época.

Então, se entrava em uma universidade, você não podia, a polícia não prendia. No "status quo" do Estado da ditadura militar não podia prender. Então, a luta do movimento estudantil era um desses motivos. O outro motivo da luta foi pela a redemocratização do País, pela queda da ditadura militar, que durou vários anos, os anos de chumbo, que eu chamo, do período do governo militar nessa história.

Então, quando eu ouço a deputada Paula, a deputada Monica Seixas, o deputado Cortez falando da luta atual, e alguns deputados aqui ofendendo os estudantes, dizendo que a polícia tem que baixar a borracha, e não teve um estudante ali, que estivesse ali hoje, que tentasse depredar qualquer coisa, quebrar qualquer coisa.

Estavam aqui, o máximo que eles exerceram foi o direito de poder vaiar ou aplaudir um deputado, a que eu não sou contrário. Sou contrário que faça isso durante a fala do deputado, mas se encerrou a fala e gostou da fala, aplaude; encerrou a fala, vai contra o direito deles, vocês têm que vaiar, não tem problema, faz parte.

Eu já fui vaiado aqui. Fui vaiado aqui pelo agronegócio, que eu os chamei de herdeiros da chibata, herdeiros de um processo escravocrata. E tenho respeito pelo agronegócio do País e sei da importância que tem a indústria do agronegócio, porque vim da indústria, tomei muita porrada nas costas, borrachadas da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Tem um certo camarada aqui que esteve lá em alguns momentos. Toda vez que eu falo isso ele dá um sorriso. Nunca nos impediu, da liturgia do nosso cargo aqui, um falar com respeito com o outro.

Então esse é um debate que eu julgo extremamente importante, o respeito aos estudantes. Daqui a pouco eu vou falar do projeto, mas ainda o Brasil hoje tem 313 instituições de ensino superior públicos.

Ele tem 204 universidades públicas, ele tem 2.574 instituições de ensino superior. Mas, veja bem, a quantidade de universidades estaduais públicas, sejam estaduais ou federais, é apenas 313, de 2.574 universidades. A primeira que vai sofrer a porrada da redução dos 5% se chama Fundação Paula Souza.

Deputado Barros Munhoz, Valdomiro Lopes, coronel Conte Lopes também vão se lembrar. A saída que a ditadura encontrou na luta do movimento estudantil lá nas décadas de 60 e 70, já que não conseguia atender à demanda da construção de universidades, foi a construção de escolas técnicas e industriais.

Depois negociou com os empresários do País e montou o Sistema S, formado pelo Senai e pelas escolas técnicas e industriais. Para se entrar em uma ETI em São Bernardo do Campo, a nota de corte era 7,4; era uma nota extremamente alta. Por que era 7,4? Era para achar os inteligentes? Não, é porque se baixasse a nota não caberia o número de alunos que poderia comportar naquela escola.

Aliás, fez 60 anos agora, no mês de outubro, ela era a ETI, hoje é uma Etec. Então o sistema Etec e as Fatecs estão vinculados ao Centro Paula Souza. A USP não vai sofrer, a Unesp não, a Unicamp não, mas essa vai sofrer, porque ali vem porrada e é desse jeito que a coisa funciona, tirando 5% da Educação.

Então, a saída que a ditadura encontrou, deputado Luiz Claudio Marcolino, foi exatamente essa, porque um electricista de manutenção, um electricista eletrônico que entrava numa fábrica de peças, uma fábrica de uma prensa, numa montadora, ele era quase um engenheiro, porque a formação é boa, tanto das ETs, como do Senai.

Falo isso com conhecimento, porque eu trabalhei, deputado Paulo Mansur, 41 anos na indústria: 11 anos na indústria de móveis, cinco de Volkswagen e 25 de Ford.

Então acho que era importante a gente fazer esse debate. Mas ainda quero continuar aqui dialogando com meu amigo Barros Munhoz. Eu estou aqui no meu terceiro mandato, o Conte Lopes está agora no segundo, mas teve uns cinco, seis, antes. Oito - está me apontando ali. Com mais dois agora, dez.

Então eu aqui enfrentei muito o PSDB, aqui desta tribuna. E o PSDB era um partido acanhado; ele nunca gostou de fazer a disputa. E o deputado Barros Munhoz seguiu o acanhamento do PSDB. Estou tomando cuidado com as palavras, porque meu líder estava muito preocupado, o Paulo Fiorilo: "pô, não vai fazer sair sangue da tribuna, porque é ruim, nós não vamos fazer isso, nós vamos dialogar aqui, no enfrentamento da política".

Mas depois de algum tempo, o Barros veio tirando a roupa de cordeiro, a roupa do bom decano. E está chegando com umas posições que às vezes impressionam. Não é o Barros que eu conheci em dois mandatos passados.

As posturas do Barros hoje são a postura de um deputado bolsionista, de extrema direita. O Barros sempre foi, desta tribuna, uma pessoa muito equilibrada no debate. Eu não sei se foi contagiado e contaminado pelos bolsionistas.

Então ele está atacando o PT. E disse ontem, aqui desta tribuna, que o PT acabou, ou vai se acabar, como aconteceu com o PSDB, e eu lamento muito o que ocorreu com o PSDB. O PSDB hoje tem 13 deputados federais na Câmara dos Deputados. O PSDB que governou este Estado por mais de 30 anos, que presidiu a Presidência da República, que é um racha do MDB.

Lá em 1988, divergiram, rachou, fundou um partido que era para ser a social democracia, mas lá dentro tinha gente de centro à esquerda, de centro à direita, gente de direita e gente do centro. E aqui ficavam acanhados de discutir isso.

E eu lamento muito, deputado Barros, sabe por quê? O PSDB é um partido importante. Para mim, todos os partidos são importantes, porque a democracia é construída com partidos. As pessoas dentro dos partidos - isso é que garante a democracia, isso é que garante o Estado Democrático de Direito.

E eu lamento profundamente, porque eles ficavam disputando. Tinha nós, do PT, com os nossos aliados; tinha o PSDB, o nosso grande adversário; tinha uma parte do centrão, ali, que era a confusão toda. E hoje não, hoje virou nós contra eles: nós da bancada de esquerda, nós do PT, com os nossos aliados, contra os bolsionistas.

As eleições municipais deram um outro tom: foram eleitas pessoas do centro, tal. O Bolsonaro teve lá as suas vitórias; nós tivemos as nossas. Mas nós somos, deputado Barros Munhoz, um partido que governa quatro estados: Ceará, Piauí, Bahia, Rio Grande do Norte.

Nós somos um partido que ainda tem a Presidência da República, pela terceira vez. E já governamos e elegemos cinco vezes a Presidência deste País. Nós ainda somos um partido que tem 69 deputados e deputadas federais. Só o PT; quando junta a Federação PT/PCdoB/Partido Verde, nós somos 85 deputados federais.

Nós ainda somos um partido que tem nove senadores. E nós somos um partido que, aqui nesta Casa, tem, como federação, a bancada do tamanho da bancada do PL.

Somados a isso, os dados do deputado Luiz Claudio Marcolino... Isso me deixa feliz com a situação do PSDB? Não me deixa feliz. Não me deixa. É um partido que diz aplicar... E agora eu volto para a pauta, e venho na pauta agora, que é a nossa PEC. Está acabando o meu tempo. Nem vi que passou tão rápido assim. Ela tem um problema gravíssimo.

A grande realização do Tarcísio: está fechando 14 salas de aula na Escola Nelson Monteiro, em São Bernardo do Campo. Ensino médio, 40 alunos por sala de aula. Está fechando, à noite o ensino médio, e distribuindo durante o dia.

Nós, os cabeças brancas, de barba branca, nós sabemos. Se não vem de uma família abastada, você começa a trabalhar aos 16 anos de idade para poder ajudar a família.

Hoje é 16 por conta da conquista do ECA. No passado, era muito antes dos 16. Eu, que vim de família pobre, terminou o primário, porque na época era assim, o pai falou: "Já estudou demais. Vai trabalhar." Com 12 anos de idade, para poder ajudar no sustento da família.

Então o crime que o Tarcísio está cometendo, além de fraudar, de tirar dinheiro da Educação, é de botar esses jovens, que trabalham de dia e estudam à noite, vão abandonar, vão evadir do estudo durante o dia, para as escolas para onde foram transferidos, porque eles precisam trabalhar para o sustento da família.

E você vem falar que os olhos do Tarcísio estão brilhando? Está brilhando os olhos e a boca dos empresários, do tanto de benesses que estão recebendo deste governo, que é um governo entreguista e negacionista, tanto quanto Bolsonaro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Com a palavra, deputada Ediane Maria, para discutir contra.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa noite, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, funcionários desta Casa. Inclusive, eu queria muito chamar a atenção, Sr. Presidente. Você imagina que tem policiais, que tem servidores, vários que estão em pé aqui, com os seus pés cansados? Muito cansados, porque o trabalho é árduo.

Estava circulando aqui, porque desde ontem foi colocada uma força policial muito grande nesta Casa, para tentar segurar, ou amenizar, não sei bem qual é o intuito, as movimentações, ou que a juventude participasse da discussão deste projeto que, inclusive, é um grande retrocesso para o estado de São Paulo.

E é muito simbólico, inclusive, estar fechando, hoje, essa discussão. Porque, no cenário político e na história deste estado e deste País... Deputados, eu gostaria muito de poder fazer a minha fala.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Por favor, Srs. Deputados. A deputada Ediane Maria, na tribuna, está fazendo um debate. Peço silêncio.

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - É que existe uma falta de respeito. E é importante, porque eu ouvi aqui várias falas acaloradas, falas de desinformação. E eu fiquei aqui, ouvindo todos, por mais estarecida, mas ouvindo.

Então estar hoje fazendo essa fala, e sendo a última a fechar essa discussão, é muito importante. Porque, ao longo da história, as trabalhadoras domésticas foram as últimas a encerrar ou a serem vistas em algum lugar da sociedade.

Então estar aqui hoje é para dizer que é uma vergonha, mais uma vez, para o Estado de São Paulo, ver esse retrocesso. E houve falas de deputados aqui, de que o governo Lula, de que há 40 anos, de que há 30 anos que as escolas não têm investimento, de que não mudam nada, que é precarizada. É importante trazer um olhar para o Estado de São Paulo.

A esquerda nunca governou o Estado de São Paulo. Se existe algum erro, se existe algum retrocesso, se existem hoje mães, que assim como eu, assim como a deputada Andréa Werner, que também tem filhos que são da escola estadual, e que lutam arduamente, eu não falo de uma pessoa que não conhece a realidade.

Eu sou aquela mãe que, assim como várias, milhares, milhões de mães, que estão hoje com os seus filhos nas escolas públicas, nós rezamos.

Rezamos quando conseguimos uma escola que é referência. Rezamos quando tem, de fato, uma merenda, uma alimentação de qualidade, porque sofremos e perdemos muito quando vem aquela alimentação seca.

Porque, para várias de nós, que têm que lidar com a faxina, com o trabalho doméstico, a alimentação na escola para nós é fundamental. Uma escola de qualidade é fundamental.

Eu luto, Srs. Deputados, e para quem está assistindo, para que a única saída para o ensino técnico para os nossos filhos não seja, assim como eu que descobri, lavando a privada da minha patroa.

E ali eu escuto, naquele momento, onde algumas pessoas da classe média viram que não era tão classe média assim, e que estavam tirando seus filhos das escolas particulares, e que ali houve essa grande movimentação, e que foi ali também que eu descobri a Etec.

Foi ali que a minha filha conseguiu entrar na Etec, uma entrada muito injusta e muito desigual. Foi ali que eu vi que o ensino público insiste às duras penas, Professora Bebel. Professores sufocados, escolas sucateadas, uma educação violenta. Muitas vezes sem papel higiênico, sem alimentação para os nossos filhos, e nós temos que lidar com esse retrocesso dessa Etec. É uma violência, mais uma vez.

Mais uma vez, nossos filhos perdem. Mais uma vez, a periferia perde. É uma vergonha, inclusive, um prejuízo que foi reeleito, que falou no seu discurso de reeleição que a periferia venceu.

A periferia continua no mesmo lugar. A periferia continua colocando os nossos filhos em cima de uma bicicleta, largando o seu emprego e indo para o farol, porque vários de nós não conseguimos manter seus filhos na escola.

A escola continua uma escola muito longe para vários de nós. Continua. O navio negroiro continua neste País. Aboliram a escravidão, mas o processo de escravidão continua.

Continua quando não tem um ensino de qualidade. Continua quando os nossos filhos não podem competir igual. Continuam quando a única saída é o sistema penitenciário. Continua quando a única saída é o subemprego. A violência do Estado, ela continua na Educação.

Então, não iremos tolerar aqui neste plenário que deputados desinformados - não sei se porque não estudaram, ou não tem filho ou neto na escola pública... Porque se tivessem estudado, ou tivessem alguém lá, com certeza a fala neste plenário e a defesa seria diferente.

Estarmos aqui fazendo esse debate é fundamental, porque mais uma vez... E eu fico muito feliz de estar aqui dentro. Triste por ver o retrocesso que é organizado e orquestrado todos os dias contra a classe trabalhadora.

Ontem eu fui perguntada se eu tinha organizado, trazido pessoas, os jovens para estarem aqui. Inclusive, graças à movimentação desses jovens que estavam aqui enfrentando, muitas vezes vaiando, porque é tanta barbaridade que não tem como você não se indignar.

Mas foi graças a eles que conseguimos sim. Conseguimos uma audiência, para que, de fato, esse projeto seja debatido com a sociedade. Porque senão, mais uma vez, assim como houve ontem...

Para quem sempre acompanhou a TV Alesp pelos bastidores, nós sempre vimos grandes coisas. A impressão que dava, Srs. Deputados que estão aqui há mais tempo, é de que os projetos, eles passavam sempre na madrugada, na calada da noite, quando nós não estávamos podendo assistir.

E eu falei. Falei: "Olha, quem eu represento aqui dentro, quem eu luto, está neste momento, às sete horas, às oito horas, umas oito e meia, nove horas, às dez horas, provavelmente está no transporte público, provavelmente está voltando para a sua casa".

Se chegou na sua casa, ela não consegue acompanhar a TV Alesp, ela não consegue chegar até aqui. É difícil chegar até aqui, é um lugar inacessível. Mas quem estava aqui neste plenário ontem e hoje, com certeza, são os nossos filhos.

São os nossos filhos porque, assim como eu, milhões de brasileiros viram seus pais semianalfabetos, que olharam para o Ensino Público e lutaram bravamente. Meu pai, eu tenho muita honra de falar de Seu José, que ele sempre falou: "Eu quero que vocês não vão para o subemprego, não saiam da escola, continuem na escola".

Mas eu enxerguei aqui, deputado Barros Munhoz, eu enxerguei aqui no estado de São Paulo, eu com 18 anos de idade, eu enxerguei sabe o quê? Eu enxerguei a mudança, eu vi que São Paulo poderia ser o lugar do direito, da oportunidade.

Cheguei aqui com 18 anos de idade, cursando o último ano de magistério, vindo pra cá em uma realidade que a maioria dos nordestinos que vêm construir essa cidade, vêm, que é para nós a entrada, deputado Marcolino, a maioria é para o trabalho doméstico. A gente vem para este lugar.

Mas várias de nós, adolescentes ainda, a gente vem sonhando com um futuro melhor, mesmo que as condições não sejam de igualdade. E eu vejo nitidamente que o enfrentamento é muito mais amplo, é muito mais profundo.

A reconstrução é profunda, é lenta. Mas que bom que estamos aqui fazendo este enfrentamento, este debate. Que bom que hoje a classe trabalhadora pode ser representada em vários partidos.

Enxergar hoje falas muito ruins de que o Partido dos Trabalhadores está se afundando, de que o PSOL está se afundando. Olha, eu tenho muito orgulho de dizer que sou do PSOL. Eu tenho muito orgulho de dizer que foi na figura do nosso presidente Lula, que é o único da história deste País e que vai se reeleger em 2026, que se fez história, porque é o homem que chegou falando que não fez universidade, mas que o diploma que ele pegou foi o diploma de presidente da República. E dizer que não teve universidade, mas que fez muita universidade.

É lastimável: nós recebemos várias reclamações de falta de política de permanência, inclusive nas universidades. Qual é a igualdade, de fato, pela qual estamos lutando? Qual é a igualdade se um jovem não consegue nem sequer, é difícil, chegar no ensino técnico?

É difícil chegar à universidade porque não existe uma política de permanência. Olhar para as creches é lastimável. Olhar para o mercado de trabalho é vergonhoso. Nossos filhos sofrem. Minha filha terminou ano passado o ensino médio. Sabe para onde ela vai, presidente? Não sei. Se alguém souber, oriente-nos.

Se o governador Tarcísio souber para onde a juventude vai depois que termina o ensino médio, se ela vai conseguir acessar o ensino técnico, se ela vai conseguir chegar à universidade, se ele vai conseguir permanecer lá, se de lá vai ter um mercado de trabalho que de fato nos acolha, se de fato eles podem sonhar com um futuro melhor. É esse o debate que está colocado aqui hoje nesta Casa.

Terminei meu ensino fundamental pelo EJA. EJA! O EJA que teve um investimento bem simbólico ano passado: cem reais. Cem reais é o investimento para o EJA. Estão querendo acabar.

Estão querendo acabar com a única oportunidade, a possibilidade, de um jovem adulto de fato terminar seu ensino fundamental, ingressar na universidade e sonhar com um futuro melhor, porque esse jovem teve que parar em algum momento da vida para trabalhar, para ajudar seus pais, para sustentar a casa, fazer a função, muitas vezes, assim como eu, que lutei bravamente e vou lutar arduamente para que meus filhos terminem o ensino fundamental, para que eles consigam, sim, acessar a universidade e terminar.

Esse ano minha filha termina engenharia em pesca na Federal do Pernambuco. Mas ela precisou ir para o Pernambuco para conseguir uma garantia de que ela não iria ter que trabalhar, porque senão para ela não seria de igual.

E não foi de igual no ensino à distância, quando ela pega uma universidade no meio de uma pandemia e ela não tinha internet, não tinha um computador. Como vai disputar de igual assim? Qual é a igualdade que existe? Não existe uma igualdade.

Essa igualdade vai se arrancar daqui. É aqui, nesta Casa de Leis, é nessas casas de leis que nós seremos o contraponto. Somos a minoria, sim. Nós somos a minoria. É importante reconhecer.

Somos a minoria. Mas falamos por uma maioria, que não teve voz e que nós emprestamos nossas vozes, nosso corpo, a nossa luta, os enfrentamentos diários nesta Casa. Então, tenho muito orgulho de dizer, gente, que bom que nós estamos aqui, que bom que podemos ver. O futuro vai ser determinante.

Esses jovens que estavam aqui, eles estarão logo mais aqui fazendo essa política. Logo mais estarão no governo federal, logo mais estarão nas Câmaras de Vereadores. Serão o futuro. Então, não tenhamos medo do futuro. Hoje, o retrocesso está dado no estado de São Paulo e que cada um pegue a sua culpa.

Cada um tem que olhar para a sua culpa e falar: "Não é a culpa do governo federal". É culpa do governo estadual. É culpa, muitas vezes, das prefeituras, que nem sequer conseguem pegar o investimento do governo federal.

Porque existe mais uma insistência constante de derrubar um governo federal, de deslegitimar do que olhar e falar: "Olha, que bom, nós temos o Lula, que bom que ele olha para a Educação, para a Saúde. Vamos lá, vamos ajudar a governar este País, vamos trazer investimento para o estado de São Paulo, vamos trazer investimento para os estados que precisam, para as prefeituras", mas é muito mais fácil olhar e criticar.

Mas que bom, deputado Paulo Fiorilo, que bom que nós temos um presidente que não teve universidade, mas que luta para que nossos filhos tenham. A política de cota, gente, está aí. Nossos filhos entraram.

E nossa insistência aqui é para que eles permaneçam e concorram de igual. Então, avançaremos. Os passos, muitas vezes, ainda são lentos, mas eu acredito que os deputados têm empatia, têm solidariedade e que vão, sim, olhar para o futuro.

Muito obrigada, Sr. Presidente, e não à PEC 9!

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Sr. Presidente, havendo acordo de lideranças, requiro o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Atendendo à solicitação de V. Exa., havendo acordo entre as lideranças, está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 23 horas e 27 minutos.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 57, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024

Presidência: ANDRÉ DO PRADO

Secretaria: DANILO CAMPETTI e GUTO ZACARIAS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Abre a sessão às 16h57min. Coloca em discussão a PEC 9/23, em 1º turno.

2 - LECI BRANDÃO

Para comunicação, faz pronunciamento.

3 - PAULO FIORILO

Solicita verificação de presença.

4 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando observado quórum.

5 - VALDOMIRO LOPES

Para comunicação, faz pronunciamento.

6 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Cumprimenta os candidatos eleitos para a prefeitura de Tanabi, Xandão e Du Coxinha, e o assessor Reginaldo, presentes no plenário.

7 - PROFESSORA BEBEL

Discute a PEC 9/23, em 1º turno.

8 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Encerra a discussão da PEC 9/23, em 1º turno. Coloca em votação e declara aprovado requerimento de método de votação à PEC 9/23.

9 - PAULO FIORILO

Solicita verificação de votação.

10 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Determina que seja feito o processo de verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

11 - MILTON LEITE FILHO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do União.

12 - PAULO FIORILO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PT/PCdoB/PV.

13 - CARLOS GIANNAZI

Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PSOL REDE.

14 - RICARDO FRANÇA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Podemos.

15 - DANILO CAMPETTI

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do Republicanos.

16 - DELEGADO OLIM

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PP.

17 - VALDOMIRO LOPES

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSB.

18 - VINICIUS CAMARINHA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome da Federação PSDB Cidadania.

19 - BRUNO ZAMBELLI

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PL.

20 - OSEIAS DE MADUREIRA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PSD.

21 - JORGE CARUSO

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do MDB.

22 - MARCIO NAKASHIMA

Declara obstrução ao processo de votação, em nome do PDT.

23 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

Para questão de ordem, faz pronunciamento.

24 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Registra as manifestações. Dá conhecimento do resultado da verificação de votação, que confirma a aprovação do requerimento de método de votação à PEC 9/23, em 1º turno. Convoca uma segunda sessão extraordinária a ser realizada hoje, dez minutos após o término da presente sessão.

25 - PAULO FIORILO

Para comunicação, faz pronunciamento.

26 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Dá resposta à solicitação do deputado Paulo Fiorilo.

27 - PAULO FIORILO

Para comunicação, faz pronunciamento.

28 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Enfatiza a importância do debate das questões relativas ao combate ao crime organizado nesta Casa.

29 - ENIO TATTO

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

30 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Defere o pedido. Levanta a sessão às 17h50min.

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda nº 9, de 2023, da Constituição do Estado, de autoria do Sr. Governador.

Dando sequência à lista de oradores inscritos para discussão, com a palavra deputada Marina Helou. Ausente. Dando sequência à lista de oradores inscritos na discussão contrária, deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputada Leci Brandão.

A SRA. LECI BRANDÃO - PCdoB - PARA COMUNICAÇÃO - Eu tenho um tempo aqui para poder falar, mas eu quero encaminhar para que a deputada Professora Bebel possa falar no meu lugar, mas quero só deixar claro que a nossa posição já foi esclarecida aqui no plenário outro dia, que eu sou totalmente contra essa questão que o Governo está querendo fazer.

A gente entende que a Saúde é fundamental, mas é necessário que seja dividido, sabe? Tem que dar recurso não só para a Saúde, mas principalmente para a Educação, sem Educação não se faz, está bom?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Está registrado o pedido de Vossa Excelência. Com a palavra a deputada Professora Bebel para discutir contra o projeto.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Sr. Presidente, nós vamos iniciar o debate e a Professora Bebel vai fazer uso da palavra, então eu queria pedir uma verificação de presença para que a gente possa ter, aqui, os 24 deputados e deputadas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de V. Exa., deputado Paulo Fiorilo. Peço ao deputado Danilo Campetti, juntamente com o deputado Guto Zacarias, que possam fazer a verificação de presença.

- Verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Constatado o quórum regimental, agradeço ao deputado Danilo Campetti e ao deputado Guto Zacarias pela verificação de presença. E passo a palavra à nobre deputada Professora Bebel.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Valdomiro Lopes.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Para saudar aqui a presença do prefeito de Tanabi, o prefeito Xandão, o vice Du Coxinha, vice lá de Tanabi, e o Reginaldo, que é assessor da Prefeitura de Tanabi. Sejam bem-vindos aqui.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Sejam bem-vindos a esta Casa, prefeito, vice-prefeito, nossos vereadores, nossos amigos de Tanabi.

Com a palavra a deputada Professora Bebel.

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, Sr. Presidente. Eu começo cumprimentando a Mesa Diretora dos trabalhos, os assessores à minha esquerda, à minha direita, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todo o público resistente, que está aqui presente nesta Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, como também estiveram presentes, eu diria, por um ano, acompanhando a tramitação desta Proposta de Emenda à Constituição, a nº 09, na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. (Manifestação nas galerias.)

Sim, foi uma longa trajetória da tramitação dessa PEC. Mas está sendo dolorido para nós. Eu não sei, ultimamente acho que a gente anda levando tanta paulada nas políticas que o Governo está impondo, está jogando policial para cima da gente.

Eu fui empurrada, visivelmente empurrada. E digo que não estava fazendo nada mesmo. Ali estava para quem quiser ver. Fui empurrada por um policial. Tão somente fui perguntar o que tinham feito de tão anormal que justificasse jogar uma bomba. Então, acho que isso naturalmente vai deixando a gente em um grau de tristeza muito grande.

Nós estamos vivendo uma democracia, e gostaria muito que a democracia fosse exercida. Não tem problema ser maioria, assim como não há contraponto em ser minoria; o problema é como a gente trata as minorias. E eu costumo fazer um debate dentro do meu sindicato: quem é maioria tem que saber ser maioria, não é rolo compressor.

Maioria sabe entender aquilo que está pegando, o problema que está tendo. Pode até ser que a maioria não concorde com a minoria. Mas é possível, sim, ter transitoriedade, é possível a gente fazer movimentos para que a gente venha a ter momentos melhores do que estamos vivendo.

Foram duas semanas com policiamento ostensivo. Uma semana foi a semana passada; mais a outra. E agradeço muito ao presidente desta Casa, deputado André do Prado, por atender ao nosso pedido, deputado presidente, porque acho que ninguém aqui... Eu acho que todos eles, todos os estudantes...

Amanhã vai ter mais gente, por certo. Eu até ponderei: "olha, gente, não vem tudo, porque vai ter a audiência pública". E a gente então vem para a audiência pública.

Então a gente vai saber fazer esse trabalho, de todo mundo aí sentado, e os palestrantes aqui. E a gente não tem quaisquer palestrantes; pelo menos no nosso lado, nós estamos trazendo a procuradora Éldia Graziane Pinto. Ela é procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, titular da 2ª Procuradoria de Contas, e professora de Finanças Públicas da Fundação Getúlio Vargas.

Nós também estaremos trazendo a doutora Elida Dal Lago no congresso, e ela vai contribuir online. Mais a doutora Gabriele Estabile Bezerra. Ela é defensora pública, e coordenadora auxiliar do Núcleo da Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Eu não procurei trazer personagens, pessoas que tivessem um viés declaradamente, que é político sim, mas partidário. Procuramos trazer alguém que, no tema, tenha uma concepção igual a nossa.

E vocês verão, no dia de amanhã, que, o que estou falando, elas aqui vão dizer o porquê que não dá para aceitar esse confisco das verbas da Educação. Porque é isso: 5%, em torno de 10 bilhões, isso vai fazer uma diferença enorme para as escolas públicas do Estado de São Paulo.

Nós estamos aqui diante de estudantes que tiveram teto caindo na cabeça. Nós estamos diante de professores que, aqui no Estado de São Paulo, que é o mais rico da nação, não paga o piso salarial profissional nacional.

Então como é que nós vamos falar em reduzir verbas da Educação? Mas o mais contraditório para mim, e aí não tem como separar o que está acontecendo em termos das parcerias público-privadas, no Estado de São Paulo, e também o confisco das verbas da Educação. "Ah, mas o que tem a ver?" Tudo a ver. Porque vai pegar esse mesmo dinheiro, e passa para a parceria público-privada.

Por óbvio, são 33 escolas. O que vai acontecer? Essas 33 escolas, na mão das concessionárias, das empresas que venceram o leilão, eles vão dar um verniz novo, uma cara nova.

E, ao longo do tempo, leva a um convencimento de que é melhor a educação privada. Porque as escolas, aquelas que foram "terceirizadas", entre aspas, têm melhor estrutura. Mas eu também faço outra pergunta.

Quando nós elegemos governador (eu não), ele, depois de eleito, ele se torna nosso governador. Ele é o governador do Estado de São Paulo. E nós, nós não somos golpistas.

A gente não vai lá para o Palácio dos Bandeirantes, fazer quebra-quebra. A gente aceita o resultado eleitoral, mas vai fazer a disputa das políticas que não nos agradam. E não nos agrada perder as verbas da Educação.

Não nos agrada. Não é o agrado pessoal. É uma questão de concepção. O que está em questão aqui é uma lógica de estado. É o neoliberalismo, é o liberalismo puro sendo implantado de forma cruel no Estado de São Paulo. E o governo Tarcísio precisa desse liberalismo para se viabilizar como aquele que vai estar no lugar do ex-presidente Bolsonaro.

É isso que está. E nós estamos pagando um preço para ele mostrar a força para o mercado, para os investidores, para, no futuro, ele ser um nome viável. Mas, até que ele pode ser viável também de outra forma, não com política de exclusão.

Ele pode ser viável com política de inclusão. Não pode? Claro que pode. Não: mas escolhe o pior caminho. Que me parece que o caminho que sempre sobra para a Educação, sempre para a Educação.

Agora, olha o paradoxo, porque eu não consigo entender essa contradição entre a Saúde e a Educação. Nós nunca tivemos contradição. Nós sempre defendemos que tanto a Saúde tem que ter o mínimo constitucional, como a Educação, o mínimo constitucional.

Eu estou entre aquelas que, na idade de vocês, saí colhendo as emendas populares para poder inscrever. Primeiro, na Constituição Federal. Foi o método mais democrático de composição de uma Constituição, foi na década de oitenta.

Vocês não têm ideia de quanto tempo nós ficávamos nas ruas pegando assinatura, com título de eleitor. Dava trabalho, voltava nas casas para fazer valer essas emendas populares. E, depois de muito tempo, foi feita uma avaliação entre os economistas.

Então, foi dito que a década de 80 foi a década perdida. Eu diria o seguinte, pode ter sido para outras áreas, mas para a Educação não foi. Foi um momento rico de conquistas que nós tivemos na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e aqui no estado de São Paulo, na Constituição do Estado de São Paulo, quando nós tivemos os 30% da Educação.

Então, gente, nós, por óbvio, estamos aqui no papel que nos permite, que é o de fazer o debate, o bom combate, mas saibam vocês que o que mais me deixa tranquila, eu às vezes sou um pouco... Dizem que eu sou muito romântica até. Alguns me veem assim, me veem muito dura, mas eu tenho um certo romantismo também.

E quando eu, acho que eu assisti o Gandhi, não tenho ideia de quantas vezes eu vi o Gandhi, o filme. E ele diz, eu vou só traduzir o que ele diz, que é tão lindo o que ele diz, que não é muito fácil de dizer o que ele diz.

Mas ele diz que a única coisa que o deixava tranquilo é que ele sabia que todos aqueles que passavam por cima da vontade do povo, que usaram de meios para não ouvir o povo, um dia pagaram o seu preço.

Eu acho que o governo Tarcísio vai pagar o preço dele. Eu não estou dando por perdida, eu estou ainda acreditando o que o fato de o presidente desta Casa ter acatado uma audiência pública, ter permitido - até o presente momento não era - ser neste plenário. Por que não? Porque aqui a gente pode convencer e sair convencido, ou não.

Podemos ter isso, e eu espero que as falas e que as entidades que se inscreverem fiquem focadas não só em xingar, mas apresentar o que, de fato, a gente... Por que nós nos colocamos contra o confisco das verbas da Educação. Eu não tenho dúvida nenhuma de que este confisco é o repetido do confisco das aposentadorias, dos aposentados e pensionistas.

E que talvez a gente nem esteja aqui, deputada Ana, e a Casa, a Assembleia Legislativa tenha que fazer de novo um PL da Casa, que foi articulado com toda a Casa. Eu tive a honra de ter esse papel junto com o presidente Carlão Pignatari, e ver aprovada a derrubada do confisco dos aposentados e pensionistas aqui na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Nunca perdi a esperança.

Sou sindicalista, sou professora, sou mulher, estou candidata, sou mãe, por isso defendo mais verbas para a Educação. E quero que a minha filha, a Maria Manuela, junto com vocês tem educação pública de qualidade, está indo para uma Etec, vai fazer uma avaliação.

Eu quero que ela passe e que ela estude na Etec para que ela entenda a importância de já ir se profissionalizando, porque a gente quer que vocês tenham tudo de bom na vida, emprego, mas tenham felicidade, venham poder ser o que vocês quiserem ser.

E eu sempre disse para os meus alunos: naquilo que vocês se propuserem a ser, sejam os melhores, até o mais simples lixeiro tem que ser o melhor. E vocês serão os melhores por toda a luta que fazem. Muito obrigada por todo o apoio que vocês me deram desde a constituição da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Agradeço o meu sindicato, que eu também sou parte dele, por me ajudar muito nessa caminhada e por ter bom senso sempre quando a gente fala: "Gente, vamos ter bom senso, nós não temos ainda o poder". A gente luta conforme pode. Então o dia de amanhã vai ser um dia lindo para nós, vai ser um dia que vocês têm que fazer as melhores falas. Escolher entre vocês aquele ou aquela que vai representar a Uppes, da Apeoesp nós já temos quem vai representar, que vai representar as outras entidades estudantis, para que a gente faça um bellissimo debate nesse plenário, sem nenhum dito de que nós viemos aqui fazer bagunça. Não, nós viemos fazer a luta por ideias, não para agredir.

Um beijo, muito obrigada e agradeço a oportunidade de representar vocês.
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigado, deputada Professora Bebel. Dando sequência à lista de oradores inscritos para discutir contra, com a palavra o deputado Emídio de Souza.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Abro mão de falar.
O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - O deputado Emídio de Souza abre mão de sua palavra. Com a palavra o deputado Carlos Giannazi. Ausente. Dando sequência aos oradores inscritos, com a palavra o deputado Luiz Fernando.

O deputado Luiz Fernando também abre mão para discutir. Dando sequência aos oradores inscritos, com a palavra o deputado Donato. O deputado Donato também abre mão para discutir contra.

Com a palavra a deputada Thainara Faria. Deputada Thainara Faria ausente. Não havendo mais oradores inscritos para discutir o projeto nem a favor e nem contra, passaremos agora a... Finalizamos então a discussão. Está encerrada a discussão.

Há sobre a mesa requerimento de método de votação apresentado pelo líder do Governo. Em votação o requerimento do método de votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o requerimento.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Então faremos a convocação das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados para verificação de votação.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, vamos proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. A partir deste momento estamos fazendo soar o sinal intermitente por quatro minutos para que as Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que não se encontram em plenário tomem conhecimento da votação que se realizará.

O SR. MILTON LEITE FILHO - UNIÃO - União Brasil em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - União Brasil em obstrução.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Federação PT/PCdoB/PV em obstrução.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Para colocar a bancada do PSOL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Federação PSOL REDE em obstrução.

O SR. RICARDO FRANÇA - PODE - Colocar o Podemos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Podemos em obstrução.

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Colocar o Republicanos em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Republicanos em obstrução.

O SR. DELEGADO OLIM - PP - Progressistas em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Progressistas também em obstrução.

O SR. VALDOMIRO LOPES - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente. Colocar o PSB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO - PL - PSB em obstrução.

O SR. VINICIUS CAMARINHA - PSDB - Pela ordem, Sr. Presidente. Federação PSDB Cidadania em obstrução.

O SR. PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO - PL - Federação PSDB Cidadania o em obstrução. (Manifestação nas galerias.)

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - Pela ordem, presidente. Colocar o PL em obstrução.

O SR. PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO - PL - PL em obstrução.

O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente. Colocar o PSD em obstrução.

O SR. PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO - PL - PSD em obstrução.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado.

O SR. PAULO FIORILO - PT - O senhor pode informar ainda quanto tempo antes de iniciar a votação?

O SR. PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO - PL - Falta mais um minutinho.

O SR. PAULO FIORILO - PT - O cronômetro é o que está aqui com o senhor?

O SR. PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO - PL - Isso. Controlando aqui, nossa Secretária.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Não, eu vou subir para dar uma olhada. Fica tranquilo.

O SR. PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO - PL - Tendo transcorrido os quatro minutos, o sistema eletrônico ficará, então, aberto para que as senhoras e os senhores deputados, que votem sim, não, ou que registrem abstenção nos terminais dispostos em suas mesas. (Manifestação das galerias.)

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu percebo que os deputados querem votar no microfone, então queria saber se o senhor vai permitir ou se a gente ainda vai esperar mais meia hora.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Não, só quero verificar com a nossa secretária. Não está entrando mais voto aqui pelo sistema eletrônico, então vamos abrir os microfones de apertes para que as Sras. e Srs. Deputados que não conseguiram fazer os seus votos pelo sistema eletrônico possam assim fazê-lo pelos microfones de apertes aqui no nosso plenário.

O SR. GUTO ZACARIAS - UNIÃO - Sr. Presidente, contra os cortes da Educação, voto "sim". (Manifestação nas galerias.)

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Guto Zacarias vota "sim". (Manifestação nas galerias.)

Por favor, só um minutinho. Por favor, solicito aos convidados na galeria para não se manifestarem, para nós ouvirmos o voto das Sras. e Srs. Deputados. (Manifestação nas

galerias.) Por favor. (Manifestação nas galerias.) Obrigado, obrigado, galeria. (Manifestação nas galerias.)

Vamos dar sequência aqui. (Manifestação nas galerias.) Obrigado, obrigado pela compreensão, nossos convidados na galeria.

O SR. DANILO CAMPETTI - REPUBLICANOS - Pela melhoria da Educação, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Danilo Campetti vota "sim".

O SR. JORGE CARUSO - MDB - Sr. Presidente, MDB em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Jorge Caruso coloca o MDB em obstrução.

O SR. MARCIO NAKASHIMA - PDT - Pela ordem, Sr. Presidente. Colocar o PDT em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - PDT em obstrução.

O SR. PAULO MANSUR - PL - Por uma melhor educação no estado de São Paulo, pelo nosso governador Tarcísio, eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Paulo Mansur vota "sim".

Mais algum das Sras. e Srs. Deputados gostaria...

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Pela ordem, Sr. Presidente. Por uma questão de ordem. Neste momento está procedendo (Falas paralelas.)

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Um minutinho. Tenho que ouvir a questão de ordem dele.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - É uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Calma que eu tenho que ouvir a questão de ordem do deputado Jorge Wilson.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - PARA QUESTÃO DE ORDEM - Sr. Presidente, apenas uma questão de ordem. Estamos neste momento procedendo a votação do método, é isso, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Estamos fazendo a votação do método de votação.

O SR. JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR - REPUBLICANOS - Nós precisamos de 48 votos. É isso?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Quarenta e oito votos.

Mais algum dos Srs. Deputados e Sras. Deputadas gostaria de consignar o seu voto?

A SRA. DANI ALONSO - PL - Pela ordem, presidente. Por uma educação mais justa no nosso estado de São Paulo eu voto "sim".

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputada Dani Alonso vota "sim".

Mais algum das Sras. e Srs. Deputados gostaria de consignar o seu voto?

Deputado Rafael Saraiva, por favor, coloque o seu blazer para poder fazer o seu voto.

Mais algum das Sras. e Srs. Deputados gostaria de consignar o seu voto?

O SR. PAULO FIORILO - PT - Sr. Presidente, eu quero consignar o meu voto "não" contra esse absurdo que o Governo está fazendo com a Educação.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Paulo Fiorilo vota "não". (Manifestação nas galerias.)

O SR. BETH SAHÃO - PT - Em defesa da Educação pública do estado de São Paulo, eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Beth Sahão vota "não".

A SRA. PROFESSORA BEBEL - PT - Voto "não", contra o confisco das verbas da Educação.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputada Professora Bebel vota "não".

O SR. ENIO TATTO - PT - Não à redução das verbas para a Educação. Eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Enio Tatto vota "não".

A SRA. EDIANE MARIA - PSOL - Contra a retaliação da Educação, eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputada Ediane Maria vota "não".

A SRA. THAINARA FARIA - PT - Contra o desmonte e o sucateamento da Educação no estado de São Paulo, eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputada Thainara Faria vota "não".

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - Contra os cortes na Educação, eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Dr. Jorge do Carmo vota "não".

O SR. LUIZ FERNANDO - PT - Pela Educação de São Paulo, eu voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Luiz Fernando vota "não".

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - Contra a retirada de recursos da Educação, eu voto "não", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Marcolino vota "não".

A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - Contra o dinheiro da Saúde e da Educação para agrotóxico, eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputada Monica Seixas vota "não".

O SR. RÔMULO FERNANDES - PT - Contra o corte de 25 bilhões, dez bilhões, eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Rômulo vota "não".

O SR. GUILHERME CORTEZ - PSOL - Contra a destruição da Educação pública de São Paulo, presidente, eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Vota "não" o deputado Guilherme Cortez.

O SR. EMÍDIO DE SOUZA - PT - Contra mais essa vergonha do governador Tarcísio, eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Emídio de Souza vota "não".

O SR. TEONILIO BARBA - PT - Contra a destruição da Educação praticada pelo governador Tarcísio, como fez o João Doria, eu já vi partido aqui derreter por conta disso, eu voto "não".

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Deputado Teonílio Barba vota "não".

- Verificação de votação pelo sistema eletrônico.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Consulto as Sras. e os Srs. Deputados neste plenário se gostariam de alterar o seu voto. (Pausa.) Não havendo mais deputados interessados em alterar o seu voto, passaremos à proclamação do resultado da votação:

votaram "sim" 49 deputados, votaram "não" 20 deputados, mais este presidente, totalizando 70 votos, quórum suficiente para a aprovação do método de votação.

Convocação. Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do disposto no Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira sessão extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- NR - A Ordem do Dia para a 58ª Sessão Extraordinária foi publicada no D.O. de 13/11/2024.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Sr. Presidente, para amanhã foi convocada uma audiência pública para debater a PEC 09, que vai ser aqui no Plenário JK, perfeito?

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Perfeito.

O SR. PAULO FIORILO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Já que o senhor, hoje, está fazendo várias concessões, eu queria fazer um pedido. Eu não sou a Professora Bebel, mas eu queria fazer um pedido ao senhor: que as pulseiras pudessem ser distribuídas hoje, e não amanhã de manhã, porque isso vai trazer uma dificuldade grande.

Então eu queria que o senhor pudesse refletir, pensar e, quem sabe, resolver isso ainda hoje, para que a gente possa trabalhar com toda a calma, discutir com o PSOL, com o PSB, com o PT, com o PCdoB e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - O pedido de V. Exa., líder dessa grande bancada, da Federação PT/PCdoB/PV... Quando atendi ao pedido da deputada Professora Bebel, tenho certeza de que estou (Inaudível.) os anseios, também, de Vossa Excelência. Quando atendi... para que essa audiência pudesse ser aqui no JK, porque a Professora Bebel representa o PT, representa a sua liderança também, com certeza.

Mas quanto ao pedido de V. Exa., que é um grande líder desta Casa, também peço à nossa assessoria, ao meu chefe de gabinete, o João, que está cuidando dessa estrutura da audiência de amanhã, que possa atender ao pedido de V. Exa., distribuindo as pulseiras hoje. Sem problema algum; o que for melhor para uma audiência, amanhã, em harmonia, de um grande debate e discussão.

Então solicito à minha assessoria que atenda ao pedido de Vossa Excelência.

O SR. PAULO FIORILO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Paulo Fiorilo.

O SR. PAULO FIORILO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Para uma comunicação. Primeiro, agradecer à deferência que o senhor faz.

Mas eu queria aqui trazer uma outra questão que considero importante. Eu queria solicitar a realização de uma reunião que tenha por objeto o enfrentamento do crime organizado no estado de São Paulo, com a participação das autoridades competentes para a adoção das medidas de prevenção e repressão à essa atividade.

"As notícias veiculadas na imprensa dão conta do avanço do crime organizado no estado de São Paulo, com atos de violência e corrupção, que comprometem as estruturas encarregadas de dar combate a esse fenômeno, cujas consequências são tão graves.

É necessário que esta Casa dê, com a maior prontidão possível, a demonstração de que está dispensando a essa questão o tratamento prioritário que exige a sociedade, tentando contribuir com o incremento da eficiência das medidas de combate ao crime, no exercício de suas competências de controle e, especialmente, por meio da distribuição de recursos que assegurem os meios necessários ao atingimento desse urgente fim.

Assim, por meio da presente, solicita que V. Exa. convoque uma reunião com participação das autoridades responsáveis por medidas de combate ao crime organizado, a saber: secretário da Segurança Pública, Guilherme Muraro Derrite; representante do Ministério Público; representante do Tribunal de Justiça; da Defensoria Pública; da ouvidoria das polícias.

A reunião de trabalho terá a finalidade de construir uma agenda comum de atuação, que viabilize a maior efetividade possível nas ações do Estado contra o crime, mediante o esforço conjunto de todas as autoridades interessadas em contribuir com os esforços públicos voltados a essa meta".

Nós tivemos a oportunidade, Sr. Presidente, de debater esse assunto no Colégio de Líderes. Essa proposta, eu fiz ao Colégio de Líderes. E acho que o que nós assistimos sexta-feira mostra a urgência de que esta Casa, com toda a altivez, com toda a responsabilidade, faça essa reunião com os órgãos responsáveis.

Não basta aqui a gente ter uma audiência com o secretário; não basta. Aliás, a gente teve uma, em que o secretário tratou de forma inadequada a deputada Paula, do PSOL, a quem eu quero aqui deixar minha solidariedade. Aqui é preciso ter respeito. O deputado é deputado fora; aqui, ele é secretário e tem que prestar contas a esta Casa.

Portanto, eu acho que não é o caso de fazer uma reunião da comissão, mas sim de a autoridade do senhor convocar os órgãos que têm a responsabilidade do combate ao crime organizado. Nós não podemos perder mais tempo.

Nós estamos vivendo uma situação difícil. E não é só nessa questão da morte que ocorreu às quatro da tarde no maior aeroporto do País - aliás da América Latina, da América do Sul. É preciso que a gente tenha pulso e autoridade, o mais rápido possível.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Está protocolado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Obrigado, deputado Paulo Fiorilo. Com certeza, é pertinente o pedido de Vossa Excelência. Faremos o encaminhamento.

Com certeza, cabe a esta Casa também se envolver, colaborar para que nós possamos, realmente, fazer um grande debate com relação a tudo isso que está acontecendo, principalmente com o crime organizado.

Tenho certeza de que esta Casa pode fazer uma grande contribuição com relação a tudo que está acontecendo com relação ao crime organizado. Então fica registrado o pedido de Vossa Excelência. Faremos o encaminhamento, no momento oportuno, com todas as demais lideranças desta Casa.

O SR. ENIO TATTO - PT - Pela ordem, Sr. Presidente. Havendo acordo com todos os líderes presentes no plenário, peço o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Pergunto a todos os líderes se há a anuência de todos para que nós possamos fazer o levantamento desta sessão.

Havendo a anuência de todos os deputados líderes desta Casa, está levantada a sessão.

- Levanta-se a sessão às 17 horas e 50 minutos.

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 58, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2024

Presidência: ANDRÉ DO PRADO

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Abre a sessão às 18h. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 1095/17, salvo emenda. Coloca em votação e declara aprovada a emenda 1 apresentada pelo congresso de comissões ao PL 1095/17. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PLC 85/23. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 131/16, restando prejudicados o PL 188/17, o PL 218/17 e 584/19, em anexo. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 137/20, salvo emenda, restando prejudicado o PL 470/23, em anexo. Coloca em votação e declara aprovada a emenda apresentada pela Comissão de Saúde. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 844/21, salvo emenda. Coloca em votação e declara aprovada a emenda apresentada pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados, separadamente, o PL 945/23, o PL 1167/23 e o PL 1264/23. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 1356/23, salvo emenda. Coloca em votação e declara aprovada a emenda apresentada pela Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovados, separadamente, o PL 1669/23 e o PL 79/24. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o substitutivo ao PL 293/24, apresentado pelo congresso de comissões, restando prejudicado o projeto. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o substitutivo ao PL 339/24, apresentado pelo congresso de comissões, restando prejudicado o projeto. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o substitutivo ao PL 400/24, apresentado pelo congresso de comissões, restando prejudicado o projeto. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PL 466/24. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o substitutivo ao PL 526/24, apresentado pelo congresso de comissões, restando prejudicado o projeto. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PDL 38/24.

2 - LUCAS BOVE

Para comunicação, faz pronunciamento.

3 - PRESIDENTE ANDRÉ DO PRADO

Saúda Bahia da Tapioca, eleito vereador em Presidente Venceslau no último pleito.

Encerra a sessão às 18h10min.

- Abre a sessão o Sr. André do Prado.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior.

Ordem do Dia.

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Item 1 - Discussão e votação adiada do Projeto de lei nº 1.095, de 2017, de autoria das deputadas Maria Lúcia Amary, Leci Brandão e dos deputados Ed Thomas e Luiz Turco. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto, salvo emenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a Emenda nº 1, com parecer favorável do congresso de comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Item 2 - Discussão e votação do Projeto de lei Complementar nº 85, de 2023, de autoria do deputado Carlos Cezar. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 3 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 131, de 2016, de autoria do deputado Gilmaci Santos. Anexos o PL 188/17, PL 218/17 e PL 584/19. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Prejudicados o PL 118/17, PL 218/17 e PL 584/19.

Item 4 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 137, de 2020, de autoria da deputada Janaina Paschoal, Monica Seixas do Movimento Pretas, Patricia Gama e do deputado Edmir Chedid. Anexo o PL 470/23. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto, salvo emenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado. Prejudicado o PL 470/23.

Em votação a emenda apresentada pela Comissão de Saúde, com parecer favorável. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Item 5 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 844, de 2021, de autoria da deputada Delegada Graciela e do deputado Marcio Nakashima. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto, salvo emenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a emenda apresentada pela Comissão de Finanças. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Item 6 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 945, de 2023, de autoria do deputado Luiz Fernando Teixeira Ferreira e do deputado Rogério Nogueira. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 7 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 1.167, de 2023, de autoria da deputada Clarice Ganem. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 8 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 1.264, de 2023, de autoria da deputada Analice Fernandes. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 9 - Discussão e votação do Projeto de lei nº 1.356, de 2023, de autoria do deputado Rômulo Fernandes. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto, salvo emenda. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a emenda da Comissão de Finanças e Orçamento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

Item 10 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1.669, de 2023, de autoria dos deputados Paulo Correa Jr, Rafa Zimbaldi e Itamar Borges. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 11. Discussão em votação do Projeto de lei nº 79, de 2024, de autoria do deputado Altair Moraes. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 12. Discussão em votação do Projeto de Lei nº 293 de 2024, de autoria da deputada Marina Helou, e outros. E outros significa deputada Professora Bebel, deputado Altair Moraes, deputado Lucas Bove, deputado André Bueno, deputado Ricardo França, deputada Paula da Bancada Feminista.

Deputado Rafael Saraiva, deputado Ricardo Madalena, deputado Vitão do Cachorrão, deputado Guto Zacarias, deputado Carlos Giannazi, deputado Gilmaci Santos, deputado Maurício, deputado Mauro Bragato, deputado Léo Oliveira, deputada Clarice Ganem.

Deputada Ediane Maria, deputado Eduardo Suplicy, deputado Simão Pedro, deputado Dirceu Dalben, deputada Bruna Furlan, deputada Beth Sahão, deputada Leci Brandão, deputada Márcia Lia, deputado Valdomiro Lopes, deputado Luiz Fernando Teixeira Ferreira, deputada Thainara Faria.

Deputada Andréa Werner, deputado Daniel Soares, deputado Delegado Olim, deputado Reis, deputado Dr. Jorge do Carmo, deputado Paulo Fiorilo, deputado Danilo Campetti, deputado Milton Leite Filho, deputado Itamar Borges, deputado Agente Federal Danilo Balas, deputado Caio França, deputado Emídio de Sousa, deputado Vinicius Camarinho, deputada Ana Carolina Serra e deputado Tenente Coimbra.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação, o substitutivo apresentado pelo Congresso de Comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo, prejudicado o projeto. (Palmas.) Uma grande salva de palmas à nossa Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

Item 13. Discussão em votação do Projeto de lei nº 339 de 2024, de autoria dos deputados André Bueno e Gil Diniz. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação, o substitutivo apresentado pelo Congresso de Comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo, prejudicado o projeto.

Item 14. Discussão em votação do Projeto de lei nº 400, de 2024, de autoria do deputado Tomé Abduch. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação, o substitutivo apresentado pelo Congresso de Comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo, prejudicado o projeto.

Item 15. Discussão em votação do Projeto de lei nº 466, de 2024, de autoria do deputado Gerson Pessoa. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Item 16. Discussão em votação do Projeto de lei nº 526, de 2024, de autoria dos deputados Danilo Campetti. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação, o substitutivo apresentado pelo Congresso de Comissões. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o substitutivo, prejudicado o projeto.

Item 17. Discussão em votação do Projeto de decreto legislativo nº 38, de 2024, de autoria da Mesa. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação, o projeto com parecer favorável da Comissão de Infraestrutura. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o PDL.

Esgotado o objeto da presente sessão...

O SR. LUCAS BOVE - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Pela ordem, deputado Lucas Bove.

O SR. LUCAS BOVE - PL - PARA COMUNICAÇÃO - Desculpa, eu sei que já está adiantada a hora. Queria parabenizar a todos pelos projetos aprovados e não poderia deixar de citar o meu querido vereador Marco Bahia, o Bahia da Tapioca, ex-atleta, vendedor de tapioca, vereador de Presidente Venceslau.

Em setembro pinta o cabelo de amarelo para conscientizar as pessoas, em outubro pinta o cabelo... Está até meio rosa até agora, não lavou direito, mas pinta o cabelo de rosa para conscientizar as mulheres. Fez um belo trabalho no seu primeiro mandato.

Bahia da Tapioca, seja bem-vindo ao maior Parlamento da América Latina, que é muito bem conduzido pelo nosso presidente. Aliás, presidente, vereador do PL, inclusive, nosso querido Bahia da Tapioca.

Obrigado pela presença, vereador.

O SR. PRESIDENTE - ANDRÉ DO PRADO - PL - Seja bem-vindo, vereador Bahia da Tapioca, da cidade de Presidente Venceslau. Sempre bem-vindo a esta Casa.

Esgotado o objeto da presente sessão, está encerrada a sessão.

- Encerra-se a sessão às 18 horas e 10 minutos.

- São inseridas Declarações de Voto, não lidas em Plenário.

Declaração de voto contrário ao Projeto de Lei nº 293/24

São Paulo, 13 de novembro de 2024

AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Excelentíssimo Senhor Presidente, venho, por meio deste instrumento, reiterar meu voto CONTRÁRIO ao Projeto de Lei nº 293 de 2024, de autoria da nobre colega Deputada Marina Helou.

O Projeto de Lei em questão, que busca proibir o uso de celulares e dispositivos eletrônicos por alunos nas escolas, embora bem-intencionado, peca por uma abordagem desequilibrada e extrema, que ignora as potencialidades do uso adequado da tecnologia na educação e na vida dos estudantes.

Vivemos em uma era digital, onde o uso consciente da tecnologia é uma habilidade essencial para o mercado de trabalho e a vida em sociedade. Ao impor uma proibição total, o projeto desconsidera o papel educativo que a escola poderia desempenhar em ensinar justamente o uso ético, racional e responsável dessas ferramentas.

Privar os alunos do acesso aos dispositivos dificulta a formação de uma cultura de uso consciente e limita a capacidade dos jovens de se prepararem para um futuro cada vez mais digital. Além disso, para muitos pais, o acesso ao celular é uma questão de segurança, permitindo contato com seus filhos em caso de emergências.

Embora o artigo 4º proponha canais de comunicação entre a escola e os responsáveis, na prática, o celular é a via mais rápida e acessível para pais e alunos, principalmente em imprevistos e emergências.

Proibir por via de lei o celular em sala de aula passa por cima daquelas que deveriam ser as autoridades soberanas em matéria de educação infantil: a dos pais e a dos professores. A decisão de permitir ou não o uso de celular em sala de aula, e os usos e momentos de aplicação aceitável do dispositivo pelos alunos, deveria caber exclusivamente a estas duas autoridades, que, com este projeto, data venia, impertinente e contraproducente, acabam lamentavelmente minadas.

Por estas razões, sem prejuízo do reconhecimento às boas intenções da autora e demais coautores do projeto, reitero minha oposição à sua aprovação.

Aproveito o ensejo para renovar meus votos de estima e consideração.

São Paulo, 13 de Novembro de 2024.

Atenciosamente,

Gil Diniz

Deputado

São Paulo, 13 de novembro de 2024

Ao Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – Deputado André do Prado

Declaração de voto contrário: Senhor Presidente, venho, por meio deste, declarar meu voto contrário ao Projeto de Lei nº 293/2024, de autoria da Nobre Deputada Marina Helou e co-autores, que "Proíbe o uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos pelos alunos nas unidades escolares da rede pública e privada de ensino", que foi aprovado na data de ontem, 12/11/2024.

Aproveito o ensejo para renovar os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Leticia Aguiar

Deputada
